

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

MILENA MATEUZI CARMO

TRAMAS DO CUIDADO ENTRE A VIDA E A MORTE
Agenciamentos femininos nas periferias de São Paulo

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo
2022

MILENA MATEUZI CARMO

TRAMAS DO CUIDADO ENTRE A VIDA E A MORTE
Agenciamentos femininos nas periferias de São Paulo

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Antropologia.

Orientadora: Profa. Dra. Laura Moutinho

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo
2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

C287t Carmo, Milena Mateuzi
Tramas do cuidado entre a vida e a morte:
agenciamentos femininos nas periferias de São Paulo /
Milena Mateuzi Carmo; orientador Laura Moutinho - São
Paulo, 2022.
294 f.

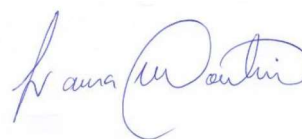
Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Antropologia. Área de concentração:
Antropologia Social.

1. Periferia. 2. Violência Urbana. 3. Gênero. 4.
Cuidado. 5. Racismo. I. Moutinho, Laura, orient. II.
Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE**Termo de Anuência do (a) orientador (a)****Nome do (a) aluno (a): MILENA MATEUZI CARMO****Data da defesa: 09/08/2022****Nome do Prof. (a) orientador (a): LAURA MOUTINHO**

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 24/10/2022



Laura Moutinho
Orientadora

CARMO, MILENA M. **Tramas do cuidado entre a vida e a morte: agenciamentos femininos nas periferias de São Paulo.** Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Antropologia .

Aprovada em: ___/___/___

Banca Examinadora

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

*Para Célia Mateuzi Carmo,
minha mãe*

Agradecimentos

Foi entrelaçada em redes de afeto, também constituídas por laços intelectuais e políticos, que produzi esta tese. Certamente as breves palavras que seguem aqui são demasiado insuficientes para expressar minha enorme gratidão a todo apoio que recebi neste processo tão profundo, doloroso e bonito que foi a feitura deste doutorado nestes tempos tão difíceis. Destes longos cinco anos e meio, um dos aprendizados mais importantes foi compreender o quanto somos interdependentes, o quanto precisamos umas das outras, uns dos outros. Cuidar das relações que nos amparam no mundo é vital para nossa existência.

Começo aqui agradecendo a minha querida orientadora e amiga Laura Moutinho com quem tenho o privilégio de compartilhar esta jornada que não se resume ao doutorado, mas que já completa quase 10 anos de trocas intelectuais, políticas e afetivas que me transformaram radicalmente. Foi com Laura que me forjei antropóloga. Agradeço por seu acolhimento quando voltei para academia, por todo suporte, confiança e generosidade que são as bases de nossa relação. Foi também a partir dela que fui lançada a um grupo de pessoas afetuosas e brilhantes com quem tenho dividido textos, lágrimas, risadas e cervejas. Sou profundamente grata a todas elas: Alessandra Tavares de Oliveria, Bruna Galicho, Caio Mader, Celso Oliveira, Denise Pimenta, Elisa Hipólito, Fernanda Martinelli, Helena Ciampolini, Laís Miwa, Luana Piveta, Léa Tosold, Marcio Zamboni, Maria Isabel Zanzotti, Mariana Boujikian, Pedro Lopes, Phillips Willans Leite, Thais Tiriba, Valéria Alves e Vinícius Rodrigues.

Agradeço imensamente a Adriana Vianna e Uvanderon Victor da Silva por embarcarem comigo nesta jornada desde o início, compondo minha banca de qualificação quando, generosa e brilhantemente, realinharam os rumos desta pesquisa. Sou também muitíssimo grata a Cynthia Sarti não apenas por ter aceitado participar da defesa desta tese, como também por fazer parte de meu percurso acadêmico desde a banca de defesa de meu mestrado. Adriana, Uvanderon e Cynthia, são, ademais, fundamentais para toda minha produção acadêmica influenciando.

Sou grata também a Heloisa Buarque de Almeida e Camila Fernandes por aceitarem a suplência da banca. Os trabalhos de ambas pesquisadoras foram de suma importância para esta tese.

Quero ressaltar ainda relevância de todas as professoras e professores do Departamento de Antropologia da USP que foram imprescindíveis para minha formação. Agradeço também às

funcionárias e funcionários do PPGAS que, lidando e lutando contra o desmonte e precarização da universidade pública, atuam no sentido de garantir seu funcionamento. Queria destacar aqui o agradecimento a Juciele Borges Cristovão, Luciana Bezerra Nóbrega, Edinaldo Faria Lima e Celso Cunha Gonçalves.

Agradeço também às pessoas com quem ingressei no doutorado na turma de 2017. As trocas e apoio mútuo foram essenciais para o início deste caminho. Fundamental também foram as e os professores com os quais realizei as disciplinas nos departamentos de pós-graduação de antropologia e de sociologia da FFLCH: Ana Cláudia Marques, Heitor Frúgoli, Carolina Parreiras, Pedro Lopes, Wilson Trajano Filho, Márcia Lima e Antônio Sérgio Alfredo Guimarães. Mais uma vez agradeço Laura Moutinho, com quem pude realizar o estágio supervisionado em docência na disciplina *Antropologia das emoções: modos de (re)construção e de regulação da vida social*.

Ressalto ainda a importância e privilégio de ter participado da disciplina *Antropologia e Sociologia do Cuidado*, ministrada por Adriana Vianna e Camila Fernandes pelo PPGAS no Museu Nacional - UFRJ. As discussões promovidas pela disciplina – além de necessárias para o momento de pandemia e isolamento social que vivíamos – foram fundamentais para este trabalho. Destaco também os debates e leituras promovidos pelos cursos de extensão: *Nas fronteiras do pensamento de Hannah Arendt e Judith Butler*, ministrado por Crislei de Oliveira Custódio e Jacqueline Moraes Teixeira; e *Entre margens, violência e sofrimento: introdução ao pensamento de Veena Das*, conduzido por Carolina Parreiras Silva. Ainda nesta linha de espaços coletivos de reflexão, gostaria de agradecer à oportunidade de ter participado do grupo de estudos *Lendo Veena Das: Textures of the ordinary* organizado por Camila Pierobom e por Taniele Rui. Os aprendizados adquiridos com essas trocas estão por toda a tese.

Agradeço também a Charles Klein a quem, desde o final de meu mestrado tenho a oportunidade de acompanhar em diversos projetos e parcerias acadêmicas. Destaco o projeto *Entendendo a Mobilidade e a Precariedade: Modos de Vida Emergentes e Subjetividades Políticas entre a Nova Classe Média do Brasil*, uma pesquisa colaborativa na zona sul de São Paulo que significou uma experiência fundamental para desenvolvimento do meu doutorado. Ressalto minha gratidão pela parceria acadêmica e pela amizade destes mais de sete anos.

Também sou enormemente grata por participar do projeto de extensão *A pandemia do Covid-19 sob perspectiva interseccional em territórios periféricos diálogos entre Brasil e África do Sul*, financiado pela Pró-reitoria de extensão universitária da USP, com coordenação de Laura

Moutinho e vice-coordenação de Marcia Thereza Couto Falcão. Ao lado de Laura e Márcia, juntamente com Elda de Oliveira, Alessandra Tavares de Oliveira, Bruna Aparecida Gonçalves, Camila Carvalho de Souza Amorim, Celso Luiz de Oliveria Junior e Maria Edijane Alves participei de atividades e reflexões fundamentais para compreender e buscar formas de enfrentamento aos efeitos da crise sanitária. Esse projeto foi fundamental para este trabalho.

Não tenho palavras para agradecer a todas as mulheres que abriram suas casas, compartilharam suas histórias, dores, risadas e lágrimas comigo. Suas vozes não apenas constituem essa tese, como também me transformaram e remodelaram a forma que vejo e vivo o mundo. Quero registrar aqui também meu agradecimento para algumas pessoas que foram muito importantes para mim ao longo desses anos e que ainda não foram mencionadas: Adriana de Cássia Moreira, Adriana Paixão, Ana Reginaldo, Andrea Arruda, Cristiane Uchoa, Dandara Gomes, Danielle Braga, Elaine Lima, Eliane Weinfurter, Fernanda Gomes, Gabrielle Nascimento, Caroline Oliveira, Jenyffer Nascimento, Mariana Fidelis, Mônica Ribeiro, Patrícia Marinho, Karina Poli, Juliana Farias, Tereza Freitas, Tatiana Freitas, Mariana Brito, Sulamita Assunção, Maria dos Remédios, Dennys Knowles, Natália Lago, Mariana Cortês e Rosa Maria da Silva Lima. Essas pessoas me ofereceram, de várias maneiras, apoio, afeto e amizade para continuar a jornada.

Não posso deixar de dar destaque a algumas amigas e amigos que me ofereceram uma base sólida – afetiva, material, e intelectual – durante estes últimos meses tão difíceis e bonitos de final da escrita. Alessandra Tavares, Pedro Lopes, Shisleni Macedo-Oliveira, Thais Tiriba, Marcio Macedo e Laura Moutinho, acho que ainda levarei um tempo para entender e elaborar a enorme gratidão por tudo que fizeram, sem vocês eu realmente não teria conseguido.

Agradeço profundamente a Letícia Patriarca pela leitura cuidadosa e afetuosa desta tese.

Agradeço a minha família, sobretudo a minha irmã, Eliana Mateuzi Carmo, pela compreensão e apoio neste momento tão difícil para todos nós.

Agradeço a minha mãe, Célia Mateuzi Carmo, pelo aprendizado através do corpo, da presença e da partilha cotidiana ao longo de uma vida. Foi ela que me ensinou a ouvir, a perceber e a tentar sentir a dor do outro. Estes aprendizados foram fundamentais para este trabalho fosse realizado.

Por fim, agradeço ao meu amor Rodrigo Conceição por ter chegado em minha vida com sua generosidade, leveza e compreensão, tornando os dias de pandemia e de escrita mais suaves.

Agradeço também ao menino-amigo Vicente Conceição que todos os dias me faz lembrar que a vida não é só trabalhar em *frente ao computador*.

A realização desta tese só foi possível graças a Bolsa de Doutorado concedida pela CAPES - a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Em diferentes momentos, esta tese contou também com aportes financeiros fundamentais que viabilizaram distintas partes do trabalho de campo. São eles projeto: *Bacharéis, empregados e clérigos: um estudo sobre a dinâmica das interações sociais numa cidade sul-africana*, coordenado por Laura Moutinho e financiado pelo Edital Universal – CNPq, Processo No 439038/2018-9; *Entendendo a Mobilidade e a Precariedade: Modos de Vida Emergentes e Subjetividades Políticas entre a Nova Classe Média do Brasil*, financiado pela Fundação Nacional da Ciência (National Science Foundation/NSF-EUA), coordenado por Charles Klein; *Vidas conectadas em duas diferentes temporalidades: exclusão e medo, doenças e perdas no sul da África*, financiado pelo Produtividade/CNPq, Processo No 316291/2021-8, coordenado por Laura Moutinho e pelo projeto de extensão universitária e de pesquisa *A pandemia do Covid-19 sob perspectiva interseccional em territórios periféricos diálogos entre Brasil e África do Sul*, financiado pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária - Edital PRCEU 02/2021 Inclusão Social e Diversidade, coordenado por Laura Moutinho e Marcia Couto.

*Enquanto eu dormia
Os pássaros lá fora
Dançavam ciranda*

*O menino-homem
ou Homem-menino
Anoiteceu doce agarrado
Nos galhos do meu corpo
Nos tempos da modernidade
Já não temos vitrola
Mas a música nunca parou*

*Enquanto eu dormia
Os pássaros lá fora
Dançavam ciranda*

*O sol entrou pela fresta
As lembranças mosaicos
Passo a passo desenhado
Na estrada que liga vida-morte
Cada dia a mais e um a menos
Na ampulheta de quem sonha*

[trecho do poema “Ciranda dos Pássaros” de Elizandra Souza]

CARMO, Milena Mateuzi. **Tramas do cuidado entre a vida e a morte**: agenciamentos femininos nas periferias de São Paulo. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2022.

RESUMO

Nesta tese, analiso como famílias moradoras de territórios empobrecidos das periferias da cidade de São Paulo são afetadas pela intensificação da violência por parte de agentes do Estado e pela ampliação do mundo do crime. Argumento que tais efeitos, que implicam também em agenciamentos, são profundamente generificados. Por um lado, são os homens que estão diretamente envolvidos em guerras em torno do controle de territórios sendo, portanto, as vítimas diretas de homicídios, agressões e prisões. Por outro lado, sobre mulheres recaem a dor da perda, as sobrecargas financeiras e emocionais acumuladas pela responsabilidade do cuidado e pela tarefa cotidiana de (re)construir mundos devastados. No decorrer de mais de dez anos de envolvimento com o campo de pesquisa – constituído por redes de solidariedade, por lutas forjadas por mulheres e pelo cotidiano de famílias que tiveram filhos mortos e presos – observei como episódios de violência vividos por essas famílias são experimentados como bruscas rupturas de seus mundos. São as mulheres que assumem a difícil tarefa de voltar à vida a partir do trabalho cotidiano do cuidado em um contexto em que os impactos da violência se manifestam não apenas como trauma, mas também figuram como constantes ameaças de repetição. Acompanho, nesta pesquisa, a perspectiva das mulheres, pois as famílias com as quais trabalhei eram geridas por elas. Mães, filhas, avós, irmãs e tias tecem redes de apoio a partir de relações de vizinhança, parentesco, amizade e ativismo tendo em vista mitigar as múltiplas consequências dessas violências. Neste sentido, o cuidado, como dimensão inescapável das trajetórias de mulheres, sobretudo das classes trabalhadoras, torna-se central. Ele é vivido de forma ambígua e reproduzido como prática e gramática de agenciamentos e lutas. Em suma, esta tese busca demonstrar a produção cotidiana das margens operada por mulheres através da ação permanente e silenciosa (ou silenciada) do cuidado que, por sua vez, é entendido não apenas como mera reação às violências, ou uma reprodução automática dos papéis de gênero, mas como produção criativa e política de mundos a partir de experiências generificadas.

PALAVRAS-CHAVE

Periferias, Violência do Estado, Cuidado, Marcadores Sociais da Diferença, Mulheres Periféricas

CARMO, Milena Mateuzi. **Weaves of care between life and death**: female assemblages in the outskirts of São Paulo. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2022.

ABSTRACT

In this thesis, I analyze how families living in impoverished territories on the outskirts of the city of São Paulo are affected by the intensification of violence by State agents and by the expansion of the world of crime. I argue that such effects, which also imply assemblages, are profoundly gendered. On the one hand, men are directly involved in wars over the control of territories and, therefore, are the direct victims of homicides, assaults and arrests. On the other hand, women are subject to the pain of loss, the financial and emotional burdens accumulated by the responsibility of care and the daily task of (re)building devastated worlds. In the course of more than ten years of involvement with the field of research – constituted by networks of solidarity, by struggles forged by women and by the daily lives of families who had children killed and imprisoned – I observed how episodes of violence experienced by these families are experienced as sudden ruptures of their worlds. It is women who take on the difficult task of returning to life from the daily work of care in a context in which the impacts of violence manifest not only as trauma, but also appear as constant threats of repetition. In this research, I follow the perspective of women, because the families I worked with were managed by them. Mothers, daughters, grandmothers, sisters and aunts weave support networks based on neighborhood relations, kinship, friendship and activism with a view to mitigating the multiple consequences of these violence. In this sense, care, as an inescapable dimension of women's trajectories, especially those of the working classes, becomes central. It is lived ambiguously and reproduced as a practice and grammar of assemblages and struggles. In short, this thesis seeks to demonstrate the daily production of the margins operated by women through the permanent and silent (or silenced) action of care which, in turn, is understood not only as a mere reaction to violence, or an automatic reproduction of the roles of gender, but as a creative and political production of worlds based on gendered experiences.

KEYWORDS

Periphery, State Violence, Care, Social Markers of Difference, Peripheral Women

Sumário

INTRODUÇÃO	1
<i>Fluidez violenta das margens</i>	9
<i>Sobre periferias</i>	13
<i>Periferias a partir dos marcadores sociais da diferença</i>	19
<i>Retrato da desigualdade da cidade de São Paulo</i>	24
<i>Nos limiares da vida e morte</i>	33
<i>Envolvimento com o campo</i>	38
<i>Nas tramas do cuidado</i>	46
PARTE I Zonas de vida e morte.....	52
CAPÍTULO 1 (Re)construir mundos nos limiares da vida e morte	53
1.1. <i>Aurora, uma mulher maravilhosa</i>	60
1.2. <i>O ano do Senna: 1990, a década que não acabou</i>	66
1.3. <i>“Eu dei leite, não droga”: tornar-se “mãe de bandido”</i>	75
1.4. <i>“Ele morreu em junho, em julho eu descobri que eu tava grávida”: a escolha pela vida na guerra</i>	86
1.5. <i>“Engolir o choro” para reconstruir a vida</i>	92
1.6. <i>Nem lágrimas, nem sangue derramado: uma moralidade de mulheres em favor da vida</i>	100
CAPÍTULO 2 Através dos muros da prisão: humilhação, trauma e luta	108
2.1. <i>“Esse negócio mata a gente”: a Prisão de Caio</i>	110
2.2. <i>“A vida de meu filho não vale nada?”</i>	120
2.3. <i>Fraqueza, foco e desespero: homens negros nas periferias da cidade</i>	125
2.4. <i>“Ainda estou presa naquele mundo”</i>	133
2.5. <i>Fazendo por todas nós mulheres e por nossas famílias</i>	142
PARTE II Tramas do cuidado	154
CAPÍTULO 3 Autonomia, casa e gênero: aprendizados de gerações	155
3.1. <i>“Se eu pudesse voltar lá atrás, eu não teria casado”</i>	162
3.2. <i>“Filha era pra trabalhar, pra ajudar e casar. Largasse do marido já era vagabunda”</i>	166
3.3. <i>“Aí eu não aguentei e fugi”</i>	172
3.4. <i>“Carregava bloco, carregava cimento, o que precisasse a gente carregava”</i>	178
3.5. <i>“A gente estava sempre na parte afetada. Infelizmente a gente tá sempre na parte que tá lutando!”</i>	187

CAPÍTULO 4 Cuidado e seus efeitos	196
4.1. Mãe e filha: a carga do cuidado e uma família encaminhada	198
4.2 Cuidado, Ajudas e lutas	209
4.3. – Candida: o perfume do cuidado.....	215
PARTE III PANDEMIA, FOME E AJUDAS	225
CAPÍTULO 5 “A fome não espera”	226
5.1 Pobre quando volta de viagem traz queijo, o rico traz coronavírus	230
5.2 Periferias: a invisibilidade de quem cuida.....	232
5.3 “O que vou fazer com 300 cestas por mês?”: o Estado que deixa e faz morrer	237
5.4. A dor da fome	246
5.5. “Ajudas” nas margens da cidade, um pouco além da razão humanitária	253
5.6. A gente tá fazendo pouco, tem que fazer mais por esse povo.....	259
CONCLUSÃO	267
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	275

INTRODUÇÃO

Nuestra imaginación sobre los márgenes los muestra no como espacios y poblaciones estáticas que sólo han de ser administradas, sino como espacios llenos de vida, una vida que ciertamente es administrada y controlada pero que también fluye fuera de este control. (DAS e POOLE, 2008; p. 34)

Tentam nos enterrar, mas somos semente e Nossos mortos têm voz eram as frases escritas em grandes faixas de tecido fixadas nas paredes do salão de eventos da igreja Santos Mártires localizada no Jardim Ângela, zona sul da cidade de São Paulo. Era dia 19 de novembro de 2016 e mais de 200 pessoas ocupavam o espaço sentadas em cadeiras de plástico organizadas em fileiras ou em pé nos corredores laterais. Eram ativistas, profissionais de serviços sociais e/ou de ONGs, familiares de pessoas presas ou assassinadas e jornalistas que compunham a cena de ativismo¹ na zona sul da cidade de São Paulo naquele período. Acontecia ali o *Tribunal Popular: pelo fim dos genocídios das juventudes negras, indígenas, pobres e periféricas*, evento organizado por instituições, ativistas e movimentos sociais que estavam engajados no Fórum em Defesa da Vida², importante articulação política da região. O tribunal popular era uma solenidade simbólica fortemente influenciado pela pauta da luta contra o *Genocídio da População Negra, Pobre e Periférica*³. O objetivo daquele evento era de responsabilizar o *Estado* pelo *genocídio* das populações negras, indígenas, pobres e moradoras das periferias.

A maior parte das e dos participantes era composta por pessoas negras. Como se tratava de um evento com forte protagonismo religioso e de caráter ecumênico, não apenas católicos e evangélicos marcavam suas presenças, mas também representantes de religiões de matrizes

¹ Estou chamando cena de ativismo as relações, pautas, gramáticas, eventos produzidos por ativistas, instituições, movimentos sociais e redes que forjavam o que chamo aqui de um espaço público na zona sul em meados de 2010.

² *O Fórum em defesa da vida pela superação da violência* é uma articulação entre diversas entidades e movimentos sociais da zona sul puxada pela Igreja Santos Mártires. O Fórum surgiu em 1997 a partir da Caminhada pela vida e pela paz mobilizada tendo por fim enfrentar as altas taxas de homicídios vividos na região naquela época. Sobre o histórico do Fórum em defesa da vida, ver: (CROWE et al, 2016) https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/17142/09_F%c3%b3rum%20em%20Defesa%20da%20Vida.pdf?sequence=1&isAllowed=y (acesso em 10 de maio de 2022)

³ Os estudos sobre a *Luta contra o Genocídio Negro* demonstram como a denúncia do tratamento violento da polícia com relação à população negra não é nova para o movimento negro. Contudo, foram nos últimos 20 anos que o termo genocídio foi sendo empregado para enquadrar politicamente as altas taxas de homicídio de jovens negros mobilizando um número cada vez maior de instituições, ativistas e movimentos sociais. Para uma discussão mais aprofundada sobre genocídio negro ver (SILVA, 2017; RAMOS, 2021)

africanas. Várias pessoas vestiam *roupas de santo*, demonstrando seu pertencimento ao candomblé⁴. Inclusive a abertura do evento foi realizada pelo Padre Jaime – figura com importante atuação política na região desde os finais dos anos de 1980 – e por Ebomy Mariele, que representava o *Fórum Regional de Matriz Africana*.

Depois dessas falas, Maria Edijane, assistente social, ativista de coletivos negros e de mulheres, foi chamada para ler a carta de abertura do tribunal:

“O Tribunal Popular objetiva ser um importante instrumento de conscientização, formação e mobilização social em defesa dos direitos humanos e das garantias constitucionais previstas aos cidadãos brasileiros, especialmente aos moradores e moradoras das periferias da cidade de São Paulo. Visamos responsabilizar o Estado em suas distintas esferas e instituições, julgando o Ministério Público e a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo e a Secretaria Municipal de Segurança Urbana pela conivência e conluio em decorrência das práticas de extermínio, desaparecimentos, encarceramento em massa, torturas e outras formas de violação de direitos humanos contra as juventudes negras, indígenas, pobres e moradoras dos bairros periféricos da cidade de São Paulo. Este Tribunal justifica-se pela necessidade de discussão aprofundada e urgente, bem como adoção de medidas específicas a curto, médio e longo prazo, buscando uma maior efetividade e atuação integrada em prol dos direitos e garantias fundamentais dessa parcela da população. Esta que tem sofrido historicamente pelas ações dos grupos de extermínio, sobretudo, diante dos casos das Chacinas do Jardim Rosana (2012 e 2013), Parque Santo Antônio (março 2015) e Jd. São Luiz (julho 2015), nas quais mais de 20 jovens foram assassinados em decorrência da ação policial. Outros casos com destaque neste Tribunal Popular são as situações do Cemitério Clandestino no Parque Cerejeiras (2016); os casos dos “Policiais Highlanders” (2012) e do Massacre do Carandiru, nos quais os policiais responsáveis foram julgados condenados e posteriormente absolvidos. Dos fatos recentes, destacamos: a criança Ítalo Ferreira, de 10 anos, assassinada por policiais na Vila Andrade (2016); o jovem Douglas assassinado por policiais na Brasilândia (2014); o jovem Matheus Freitas, 24 anos, assassinado por um policial, na quadra da escola estadual Tancredo Neves no Grajaú (2016); os cinco jovens sequestrados, torturados e assassinados por policiais na zona leste da capital (2016); além dos outros inúmeros casos de tortura e espancamento como da Luana (Ribeirão Preto) e da Fundação Casa de Taipas.”

A carta trazia os principais casos de assassinatos que ocorreram na região a partir de 2012, quando uma nova *onda de violência*⁵ foi experimentada com assombro por ativistas por remeter

⁴ Se a igreja católica foi muito importante durante os anos de 1970 e 1980 para organização dos movimentos sociais da época, as religiões de matrizes africanas tem assumido um papel fundamental na formação racial desses territórios nas últimas décadas (PAIXÃO, 2021).

⁵ Sobre a onda de violência desencadeada a partir de 2012 ver notícias: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/11/onda-de-violencia-pode-ter-matado-370-pessoas-em-2012-diz-defensoria.html>; <https://noticias.uol.com.br/album/2012/06/28/onda-de-violencia-em-sao-paulo.htm?foto=32>; https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/07/120725_violencia_sp_1k (acesso em 20 de maio de 2022)

aos sangrentos anos de 1990⁶. Além disso, trazia também um vocabulário não apenas orientado pelos direitos humanos em que raça e etnicidade eram marcadores fundamentais para reconhecer as vítimas, como também por incorporar a ideia de *genocídio negro* que enquadrava tais mortes como extermínio motivado racialmente e protagonizado sobretudo pelo *Estado*.

Um burburinho constante preenchia o ambiente. Algumas pessoas comentavam as falas que eram proferidas no microfone, pois, quem estave envolvida na criação do evento, sabia das tensões e discordâncias que ocorriam nos bastidores. Outras conversavam amenidades, pois aquele momento era também uma possibilidade de reencontro entre pessoas que tinham relações profissionais e de amizade.

Depois das apresentações, seguiram-se as fala das chamadas *testemunhas*. Eram representantes de coletivos da região e também familiares de jovens assassinados. No momento da fala dessas últimas, uma fila de cerca de 15 mulheres se formou atrás do microfone. Mães, avós, irmãs, tias e esposas se alternavam em testemunhos sobre assassinatos, torturas e ameaças cometidas pela polícia contra suas famílias, mais especificamente falavam sobre a violência que recaía sobre os corpos de seus parentes, quase sempre homens.

Enquanto essas mulheres falavam, fez-se silêncio no auditório. Havia um reconhecimento naquele contexto de ativismo da importância da participação *das familiares*, pois eram consideradas as figuras com maior legitimidade nestas *lutas* justamente porque são suas famílias *as vítimas* diretas do *Estado*.

Conforme previsto na programação, depois das acusações, o *Estado* seria ouvido. Esperava-se a presença de representantes da Procuradoria Geral do Ministério Público de São Paulo; da Secretaria de Segurança Pública do Estado e da Secretaria de Segurança Urbana do Município. Contudo, como também já previsto, apenas o representante da Secretaria Municipal, Benedito Mariano, compareceu. Na época, sob a gestão de Fernando Haddad, a prefeitura municipal mantinha certo diálogo, não sem tensões, com os movimentos sociais da periferia da cidade. Inclusive o próprio prefeito, em outras ocasiões, estivera presente em algumas ocasiões na zona sul.⁷

⁶ Nos anos de 1990 a região apresentou os maiores índices de homicídio e chegou a ser conhecida como triângulo da morte ou um dos lugares mais violentos do mundo pela ONU, como veremos ainda nesta introdução.

⁷ Uma delas foi a Audiência Pública sobre a onda de homicídios desencadeada em 2012 na cidade e, mais especificamente região, que foi realizada no Cemitério São Luiz em 2015 em que Fernando Haddad assinou um termo comprometendo-se a apoiar uma rede de proteção na região. Para maiores detalhes segue a matéria realizada pela

A fala do então secretário se restringiu em ressaltar a importância do evento e foi categórico ao afirmar que não poderia assumir ali nenhum compromisso enquanto governo, pois várias das demandas colocadas ali não diziam respeito a sua atribuição como secretário, além de também não se tratar de responsabilidades da gestão municipal, já que a polícia militar, principal alvo das acusações, era subordinada ao governo estadual. As reivindicações do Tribunal buscavam reforçar o cumprimento do ECA – Estatuto da Criança e Adolescente, ressaltando a importância da garantia de direitos humanos por parte do *Estado* a partir da ampliação de políticas públicas e pautando o desencarceramento, a desmilitarização⁸ e ampliação dos órgãos de controle da polícia.

A ausência de representantes do Governo Estadual impediu qualquer avanço nas negociações a respeito dessas reivindicações. Porém, mais do que ter *dado em nada*, como diziam algumas pessoas, o evento proporcionou um momento de organização do espaço público da zona sul, bem como permitiu que novas pautas e novos sujeitos políticos emergissem, como foi avaliado pelas e pelos ativistas que o organizaram.

A ocasião do tribunal popular reunia não apenas velhos e novos sujeitos políticos que constituíam a cena dos movimentos sociais nas periferias desde os anos de 2010, como também tornava evidente as distintas pautas e posicionamentos políticos que estavam em tensão. Naquele contexto, a violência policial era um denominador comum a todas e todos ali presentes, contudo as respostas demandadas eram diferentes. Por um lado, figuras oriundas dos movimentos sociais da década de 1980 que, em meados de 2010, integravam organizações da sociedade civil, muitas delas vinculadas à burocracia estatal, defendiam a implementação de uma polícia comunitária mais alinhada aos direitos humanos. Por outro lado, ativistas mais jovens, ligados a coletivos que pautavam raça, gênero e sexualidade nas periferias, denunciavam o *extermínio* promovido pelo *Estado* e defendiam a *desmilitarização* da polícia, afinados ao vocabulário da *Luta contra o Genocídio Negro*. Embora essas tensões, naquele momento do Tribunal, não estivessem resolvidas,

produtora independente Periferia em Movimento: <https://periferiaemmovimento.com.br/de-volta-ao-cemiterio-sao-luiz-contr-o-genocidio-nas-periferias/>. (Acesso em 12 de maio de 2022)

⁸ Desencarceramento e desmilitarização, embora sejam reivindicações que normalmente aparecessem juntas nestes eventos em torno da *Luta contra o Genocídio*, naquela época ainda não se tinham consenso sobre tais questões. Isto porque, com relação ao encarceramento, havia ainda uma moralidade que compreendia a punição como uma resposta legítima e justa ao crime, em contraposição ao assassinato arbitrário e criminoso cometido pela polícia. Sobre a desmilitarização, havia posições divergentes que defendiam uma polícia militar comunitária e alinhada aos direitos humanos.

elas foram apaziguadas e, nos documentos e falas do evento, a *desmilitarização*, assim como a denúncia do *Estado* como o grande agente violador, foi mantida.

Enquanto as e os ativistas mais antigos e institucionalizados, muitos deles ligados ao *Fórum em Defesa da Vida*, dialogavam mais abertamente com as instâncias governamentais, principalmente municipais e estaduais, os coletivos estabeleciam uma relação marcada por desconfianças, ressentimentos e medos frente aos *representantes do Estado*, embora muitas e muitos de seus integrantes trabalhassem em serviços públicos locais.

Com relação aos sujeitos políticos desta cena de ativismo, além das e dos profissionais das políticas sociais e representantes de ONGs da região, havia uma ampla presença de ativistas, principalmente jovens, vinculados a estes coletivos que, por sua vez, vinham se multiplicando desde o início de 2010. Grande parte destes coletivos era formada majoritariamente por mulheres que pautavam questões de raça, gênero e sexualidade buscando demonstrar como esses marcadores se articulavam de forma específica nas periferias. Tais coletivos se definiam principalmente como *de feminismo periférico*, *de mulheres negras*, *contra o genocídio*. Alguns nomes expressavam bem essa tendência: *Periferia segue sangrando*⁹, *Tamo vivo*¹⁰, *Fala Guerreira*¹¹, *Juventude e Resistência*¹², dentre outros.

Além desses sujeitos, a participação de *familiares das vítimas do Estado* era também estimulada e valorizada. *Familiar* passava a ser uma identificação daquelas e daqueles que tiveram

⁹ Periferia Segue Sangrando é um coletivo de mulheres moradoras da periferia da zona sul criado em 2012 alinhado ao chamado feminismo periférico e à luta anti-racista. Desde então o coletivo realiza diversas ações, desde círculos de mulheres e atividades culturais, até mobilizações de enfrentamento durante a Covid-19.

¹⁰ Coletivo de jovens que em meados de 2010 produziam poesias e realizam o Sarau Preto no Branco na zona sul. Para conhecer um pouco de sua produção, ver: <https://www.youtube.com/watch?v=7nlKpLEIHg> (acesso em 20 de maio de 2022)

¹¹ Coletivo que também nasceu em 2012 formado por *mulheres periféricas* com o objetivo de refletir sobre o feminismo periférico. O coletivo produziu um conjunto de revistas buscando dar visibilidade a este feminismo que se diferenciaria do feminismo branco tendo em vista as especificidades e diversidades de mulheres marcadas pela racialização, por uma condição de classe e por um território. Entrevista com Jenyffer Nascimento, poeta e integrante do coletivo, que fala um pouco mais do coletivo: <https://www.youtube.com/watch?v=HsgNKUDB2N4> (Acesso em 20 de maio de 2022). Para acessar as revistas: https://issuu.com/falaguerreira/docs/01_revista_fala_guerreira (acesso em 20 de maio de 2022)

¹² Coletivo formado a partir do Programa Juventude Viva, implementado em 2012 pela gestão municipal em parceria com o governo federal durante a presidência de Dilma Roussef. O programa tinha por fim diminuir as taxas de homicídios de jovens negros moradores das periferias. O Juventude e Resistência é uma dissidência, por parte de um grupo de jovens ativistas, do comitê intersetorial que acompanhava a implementação do programa. O grupo criticava as ações do governo por não oferecerem nenhuma resposta nova que fosse realmente capaz de enfrentar os casos de homicídios. Em minha dissertação, acompanhei as tensões em torno da implementação do programa e o surgimento do Juventude e resistência que passou a realizar importantes ações em torno da Luta contra o Genocídio Negro na região (CARMO; 2016).

parentes mortos, presos ou torturados pela polícia. A mobilização de *familiares das vítimas do Estado* pode ser observada desde os anos 1990, com a importante luta das Mães de Acari que se empenharam ao longo de décadas por justiça pela morte de seus filhos – 10 jovens assassinados em Acari, zona norte do Rio de Janeiro. A coragem dessas mulheres serviu de inspiração para diversos outros grupos não apenas no estado do Rio de Janeiro, como também de todo o país¹³. Desde então outras mobilizações de familiares emergiram. Em São Paulo podemos destacar as Mães de Maio¹⁴ e a Amparar¹⁵, dentre outros grupos formados principalmente por mulheres.

Como nos ensina Cynthia Sarti (2011b), na contemporaneidade, a construção social da vítima é o mecanismo pelo qual se produz moralmente figuras legítimas de reivindicação de direitos tendo em vista o sofrimento frente à violência. Adriana Vianna e Juliana Farias (2011), considerando o contexto de luta por justiça de familiares de pessoas mortas pela polícia militar do Rio de Janeiro, falam sobre a condição da figura da *mãe* como elemento de autoridade moral em atos políticos que revela os trânsitos entre sofrimentos e direitos. Assim, sugiro que a realização do Tribunal Popular elaborava um vocabulário que oferecia o enquadramento de *vítimas* – não de *bandidos* – para jovens negros, pobres e moradores das periferias que foram assassinados pela polícia ou que estavam presos. Enquadramento esse que se estendia também para suas famílias onde o *Estado* era evidenciado como agressor.

O *Tribunal Popular* ocorreu meses depois da defesa de minha dissertação de mestrado, assim não tratei especificamente do dia do evento nela. No entanto, acompanhei todo o processo de sua preparação. Naquela pesquisa, busquei compreender o efeito produzido pelas ações desses coletivos no cotidiano dos serviços sociais da região, mais especificamente no MSE (Serviço de Medida Socioeducativa)¹⁶ do Capão Redondo. Foi naquele serviço onde ocorreram as reuniões

¹³ Importante mencionar aqui a observação feita por Adriana Vianna na defesa desta tese de que as Mães de Acari atuaram de modo isolado durante toda a década de 1990, período que se constituiu como uma espécie de hiato de processamento desta tipo de força política. A atuação de grupos de familiares de vítimas do Estado se intensificaria apenas na década seguinte.

¹⁴ Rede formada por familiares e amigos das vítimas dos Crimes de Maio em 2006 em São Paulo que luta por justiça e pela memória das vítimas. Tem como liderança principal Débora Maria da Silva que se tornou uma importante ativista dos direitos humanos no Brasil.

¹⁵ Amparar – Associação de Amigos e Familiares de Pessoas Presas que teve início em 2006 a partir de um grupo de mulheres que enfrentava as violações de direitos sofridos por seus filhos no sistema socioeducativo. No capítulo 5 tratarei com mais profundidade as atividades desta instituição. De todo modo, a referência à Amparar será frequente nesta tese.

¹⁶ MSE (Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto) compõe o serviço público vinculado à política de assistência social que tem por objetivo acompanhar adolescentes, de 12 a 18 anos, que cometeram *atos infracionais* e, portanto, estão cumprindo serviço de medida socioeducativa em meio aberto ou prestando serviços comunitários. Tais

com as familiares que estiveram presentes no Tribunal Popular. Argumentei na dissertação que a atuação de ativistas daqueles coletivos, que traziam a discussão racial, de gênero e a questão da violência do Estado, abriam brechas no cotidiano das atividades burocráticas do serviço para a organização política dessas famílias junto aos ativistas, fortalecendo assim o discurso da *luta contra o genocídio*. Contudo, algo que era evidente, mas que não consegui tratar naquela ocasião, foi a presença majoritária de mulheres naqueles espaços de ativismo que denunciavam a violência que recaía principalmente sobre os corpos de homens. Por esta razão, começo minha tese com esta cena que encerrou meu percurso do mestrado.

No dia do evento, a presença de homens e mulheres era equilibrada. Contudo, durante o processo de preparação constituído a partir de diversas reuniões envolvendo familiares de jovens em medida socioeducativa, ativistas de coletivos e profissionais dos serviços públicos, era feminino o protagonismo. Os homens apareciam nos microfones, enquanto as mulheres estiveram na produção das condições que tornaram possível o *Tribunal*. Isso me chamava muito a atenção. No dia de sua realização, as mulheres assumiram as falas públicas, fazendo mediação entre os participantes e intervenções. No entanto, acompanhei diversas outras reuniões e atos em que elas ficavam na produção e eram os homens que faziam as falas mais contundentes de denúncias.

Eram também mulheres – mães, avós, tias, esposas, irmãs – que ocupavam as salas de espera de serviços das políticas de assistência social, procurando algum tipo de recurso para suas famílias. Eram elas que formavam as longas filas em frente aos presídios em dias de visita, espaços esses que tenho acompanhado também no decorrer de anos de ativismo e de trabalho junto a equipamentos públicos e ONGs. Eram educadoras, assistentes sociais e psicólogas que compunham a esmagadora maioria de profissionais que ocupavam os postos de trabalho nesses lugares. Enfim, também eram mulheres que compunham a maioria dos coletivos de ativistas da região. Foi junto às mulheres, presentes nestas margens do Estado e da cidade – localidades extremamente centrais em nossa política contemporânea – que realizei minha pesquisa de mestrado *Margens adentro: políticas sociais, sujeitos e resistências na zona sul de São Paulo* (CARMO, 2016). Agora, no doutorado, busco compreender com mais aprofundidade essa presença feminina não centrada apenas na figura da *mãe* que tem assumido um lugar central nas lutas contra a violência do Estado.

serviços foram implementados a partir do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) de 1990 e tinham por fim combinar sanções punitivistas com medidas socioeducativas.

Desse modo percorro a produção das periferias da cidade pela experiência das mulheres, a partir de seus cotidianos e de suas *lutas*.

Para realizar tal tarefa, seguindo os ensinamentos de Veena Das (2020), operei uma *descida ao cotidiano*, partindo dos espaços públicos em direção à vida doméstica das mulheres. Minha intenção foi deslizar dos ambientes que produziam o vocabulário do ativismo, para compreender como os efeitos das violências que eram denunciadas neles, eram vividos na complexidade e ambiguidade da vida ordinária. Como desenvolvo a seguir, visitei casas, conheci famílias, acompanhei rotinas e ouvi histórias. Nos encontros de preparação para o Tribunal junto às mulheres, ouvíamos os efeitos que tais mortes e prisões provocavam em suas vidas: a dor da perda, a vergonha, a culpa, o trauma, o medo de repetição, dentre uma multiplicidade de relatos de sofrimentos. Ao ouvi-las mais *de perto*, aprendi que seus mundos, em contextos atravessados pela violência, não só estavam em permanente ameaça, como também eram (re)construídos a partir de relações sustentadas, não sem tensões, na prática do cuidado, de solidariedade e de *lutas*.

Inspirando-me no trabalho de Laura Moutinho (2014 b), esta tese foi escrita sob a ótica do feminino, isto é, teve por fim acompanhar trajetórias de mulheres posicionadas de maneira específica e complexa onde gênero, raça, classe e geração se articulam em torno do eixo território. Mais precisamente, sugiro ao longo do trabalho que a violência, que se reproduz nas periferias da cidade, é o operador lógico da articulação entre raça (vista pelo aspecto da criminalidade, ainda que não apenas amarrada nessa dinâmica) gênero e mesmo sexualidade (se pensarmos em termos da construção de sujeitos vulneráveis).

Por que eram principalmente as mulheres que percorriam os serviços públicos para garantir melhores condições de vida para suas famílias? Por que eram elas que estavam nas filas em frente aos presídios em dias de visitas? Por que eram mulheres a maioria das profissionais nos serviços públicos relacionados às políticas sociais? Por que elas estavam em maioria no ativismo contra a *violência do Estado* que tem como alvo prioritário os corpos de homens? Existe alguma relação da presença feminina nesses diferentes lugares? E o que essas presenças nos informam sobre as relações de gênero em territórios marcados pela pobreza e pela violência do Estado?

Esta tese procura responder a essas questões. Partindo do pressuposto de que o avanço do neoliberalismo tem agudizado a desigualdade intensificando o desemprego, a extrema pobreza, a individualização crescente das responsabilidades públicas e coletivas e a gana punitivista que recai sobre corpos e famílias pobres e racializadas, argumento que este processo é vivido e suportado

não apenas em termos de classe social, mas também de raça e de gênero. Enquanto são homens pobres, sobretudo negros, os principais alvos da ação violenta do *Estado* – homicídios, prisões, agressão policial –, bem como são eles que se engajam em atividades criminosas, sobre as mulheres recaem sobrecargas emocionais e econômicas geradas com perdas e prisões, assim como cabe a elas a tarefa de reconstruir mundos após a devastação. Desse modo, o objetivo desta tese é observar como estes efeitos generificados da violência são vividos e suportados no cotidiano em um cenário em que as crises econômicas, políticas e até mesmo morais, têm se acentuado. Importante ressaltar que iniciei esta tese na esteira do golpe sofrido pela presidenta Dilma Rousseff em 2016, percorrendo a eleição e governo de Jair Bolsonaro, assim como ascensão do bolsonarismo, e concluindo-a no contexto da pandemia Covid-19. Todos estes processos marcaram profundamente meu campo, assim como minha escrita.

Fluidez violenta das margens

Onde começam e onde terminam as periferias da cidade de São Paulo? Entre moradoras e moradores da capital essa pergunta será respondida dependendo do lugar onde se mora. Para muitas pessoas que residem em bairros privilegiados de regiões centrais, periferia é um lugar distante, até mesmo desconhecido ou percebido apenas a partir de imagens estereotipadas. Para algumas, talvez os territórios periféricos comecem ao atravessar uma das pontes que passam por cima de um dos rios que cortam a cidade – Pinheiros ou Tietê. Tudo depende da necessidade de circulação e da distribuição de parentes e amigos pelo espaço da metrópole. Se bem que ter um parente que more na periferia não significa que a relação ela seja menos estigmatizadora. Ouvi diversos casos em que moradoras e moradores de bairros periféricos – eu mesma posso relatar algumas experiências pessoais – ao comparecerem em festas em casas de parentes que viviam em bairros nobres, lidavam com comentários preconceituosos, feitos sempre em tom jocoso, tais como: *chegou o pessoal do Grajaú, esconda a comida!*; ou *chegaram “os pés de barro”*; ou ainda *“você pode sair de Mauá, mas Mauá não sai de você”*. Expressões que estabelecem uma distância não apenas geográfica, mas também simbólica que marca uma separação entre quem fala, morador ou moradora de regiões centrais, *modernas e civilizadas*, e quem ouve, residente de lugares considerados *atrasados, feios*

e perigosos. Importante ressaltar que tais características também estão conectadas a atributos raciais, sendo o polo da civilidade sempre branco e o polo do atraso, racializado.

As pessoas que vocalizam essas expressões, geralmente são brancas (ou mais claras, considerando o espectro de cor e raça paulistano) e de classes privilegiadas que dificilmente circulam por bairros periféricos ou favelas. Tal circulação ocorre somente ao acessarem rodovias ou divisas de municípios. Deslocar-se para bairros afastados do centro, arrisco afirmar que tem muita gente que mora na capital paulista que nunca o fez. Ao contrário das pessoas que moram nas periferias, que são obrigadas a percorrer cotidianamente enormes distâncias em condições bem pouco favoráveis, tendo em vista a superlotação e insuficiência do transporte público, para trabalhar, acessar equipamentos públicos e estudar. O trabalho de Bruna Galicho (2021) demonstra bem tais percursos e o quanto corpos, subjetividades, trajetos e a própria cidade são produzidos nesta circulação.

Há também aquelas e aqueles que moram ainda mais às margens da *Cidade* e para os quais, até as regiões reconhecidas como periféricas são centralidades difíceis de se acessar. Trabalhei durante um tempo em uma ONG da capital atuando em um projeto chamado *Do Outro Lado da Ponte no fundão do Jardim Ângela*. Quando comecei o trabalho, pensei que a ponte a qual o nome do projeto fazia alusão era a Ponte João Dias, que conecta os distritos¹⁷ do Jardim São Luiz e de Vila Andrade a Santo Amaro, isto é, uma parte da zona sul mais periférica à outra parte mais central cuja desigualdade é percebida logo ao atravessar a ponte. Contudo, a referência era a uma pequena ponte que existe no próprio Jardim Ângela e que separa os bairros Chácara Sonho Azul, Jardim Calu ou Jardim Vera Cruz, do centro do Jardim Ângela. Localização essa que colocava aqueles bairros em uma situação ainda mais precária em termos de acesso e circulação pela cidade. Para se ter uma ideia, do Terminal de ônibus do Jardim Ângela é necessário viajar por mais 40 minutos de ônibus para se chegar à Chácara Sonho Azul.

Existem diversos *fundões* pela cidade, seja na zona sul, leste, oeste e norte. E embora as periferias sejam cada vez heterogêneas, esses lugares são geralmente marcados por extrema pobreza e vulnerabilidade social.

Ainda para ilustrar a plasticidade – às vezes simbólica, outras nem tanto – dessas fronteiras, apresento uma situação que experienciei. Quando escrevia esta tese, morava no Butantã, distrito da

¹⁷ Os distritos são divisões territoriais realizadas de forma administrativas que agrupam diversos bairros. Hoje São Paulo possui 96 distritos.

zona oeste da cidade, mais especificamente em um bairro conhecido por Morro do Querosene, nas imediações da cidade universitária da Universidade de São Paulo. Embora meu bairro não esteja em Pinheiros, Jardins ou Moema, regiões nobres da cidade, minhas amigas que moravam no Jardim São Luiz ou no Capão Redondo, eram enfáticas em afirmar que aqui não era periferia. Mesmo que a paisagem da minha vizinhança não seja tão diferente das delas, as condições disponíveis por ser um bairro próximo a regiões centrais, constituindo o que se conhece como centro expandido, eram mais favoráveis: fácil acessibilidade para circulação na cidade; serviços públicos em condições não tão precárias; e mesmo com o tráfico de drogas por perto, a atuação da polícia era menos violenta que em outros bairros.

No entanto, para outras amigas e amigos que moram em regiões ainda mais centrais, minha casa era *muito longe*. Isso porque era preciso atravessar a ponte que passa sobre o Rio Pinheiros, no caso a Ponte Eusébio Matoso. Atravessar uma das pontes, seja do Rio Pinheiros ou Tietê, representa um marco de afastamento dos bairros centrais. Embora haja evidentemente bairros nobres ao passar por elas, o conhecido centro expandido e alguns de seus bairros nobres, tais como Morumbi, Alphaville, Anália Franco. Certa vez, um colega de trabalho, um jovem branco, morador de Moema desde que nasceu, perguntou-me se em meu bairro *ainda era de chão de barro*, isto é, se tinha ou não asfalto. Recebi com surpresa a pergunta e logo respondi que eu morava a não mais do que 20 minutos de sua casa em uma viagem de carro em um dia sem muito trânsito. Lembrei também ao rapaz que meu bairro ficava ao lado da universidade, onde ele estudava. Meu espanto foi porque o jovem já havia viajado para mais de 50 países, mas pouco conhecia de sua cidade natal além da área compreendida por um raio de não muito mais de 10 quilômetros a partir de sua casa. A área por onde esse rapaz circulava cotidianamente para trabalhar, estudar e se divertir, era bem menor do que aquela percorrida por Luciana, uma das mulheres que estão presentes nesta tese, que mora no Capão Redondo e que percorre diariamente cerca de 20 quilômetros para chegar ao trabalho.

Em seu trabalho sobre segregação racial na cidade de São Paulo, Danilo França (2016) demonstra como são os bairros das camadas mais privilegiadas os mais racialmente segregados. A partir de uma meticolosa análise de dados quantitativos extraídos dos dois últimos censos demográficos (2000 e 2010), o autor afirma que, em contraposição a uma periferia que conta com uma população mais multiracial, os bairros de elite e de classe média e média-alta, seriam não apenas majoritariamente brancos, como também estariam circundados por outros bairros de classe

média e classe média baixa – o centro expandido – cuja população também seria majoritariamente branca, atendo-me à classificação racial do autor.

A segregação residencial por linhas raciais e de classe, cria hierarquias de *status* entre localidades a partir das características de seus membros (FRANÇA, 2016). A *cidade* então, é compreendida como a parte da metrópole onde moram e circulam as classes dominantes e brancas (FRANÇA, 2016; GALICHO, 2021) e as periferias são vistas como regiões racializadas e subalternizadas. Para França, “tal ideologia direciona a própria ação do Estado que passa a investir, proteger e direcionar suas políticas para essas partes conhecidas como ‘a cidade’” (2016; p.81). Enquanto nas periferias as ações do Estado assumem o caráter de controle e repressão.

Ainda um aspecto interessante no trabalho de França é a de que determinados espaços da cidade concentrariam referenciais identitários compartilhados por parte de classes médias e altas, mediando reconhecimento mútuo entre seus membros. Trata-se assim de uma identidade de classe e racial materializada no espaço. Por essa razão, o medo de atravessar a ponte. Um medo de contaminação racial e de classe. Contudo, é importante dar destaque à intensa produção de identidades periféricas forjadas nas últimas três décadas, que se apoia na valorização de uma experiência territorial, como algumas produções sobre periferia têm destacado e que abordarei mais adiante.

De acordo com Gabriel Feltran (2019), a dicotomia centro-periferia, mais do que se fixar em territórios e corpos, sustenta-se em categorias de diferenciação que operam no cotidiano estabelecendo reconhecimentos e proximidades, mas também distanciamentos e hierarquizações. São os *bairros dormitórios* em detrimento da cidade dinâmica, democrática, branca e contemporânea. Desde sua constituição, as periferias são representadas como lugares racializados, passivos politicamente, atrasados e violentos e estas representações de territórios são reafirmadas nas interações cotidianas marcadas por relações de poder.

Essas representações corroboram para a naturalização e reprodução mais intensa da precarização de vida e da violência do Estado às quais estão submetidas pessoas moradoras das periferias. Nesta perspectiva, o envolvimento de jovens com atividades criminosas estaria relacionado à *má índole*, normalmente associada à articulação entre raça, classe e gênero, a partir da qual todo jovem negro e morador da periferia seria um potencial *bandido* e por isso passível da punição arbitrária. Sobre as mulheres recairia o estigma de sexualidade descontrolada, motivo pelo qual elas teriam *filhos demais* (FERNANDES, 2019), ou ainda que seriam ineficazes na tarefa de

cuidar de sua *prole*, sendo, portanto, responsáveis pelo *envolvimento* dos filhos com o crime ou com drogas. Constituiriam-se assim as *famílias de bandidos* (FELTRAN, 2011). Violência e vulnerabilidade se confundem na caracterização dessas famílias e dos territórios periféricos justificando intervenções – ou melhor, violações de casas e corpos – a partir de agentes das políticas sociais, de ONGs e da polícia. Um território racializado, generificado e, portanto, violável.

Sobre periferias

A produção acadêmica sobre as periferias de São Paulo – assim como elas próprias – é ampla, diversificada e complexa. Os primeiros estudos datam das décadas da grande expansão urbana, em meados dos anos 60, e construíram explicações que consideravam aspectos estruturais da configuração socioespacial que começava a se desenhar na metrópole durante aquele período. A capital paulista, entre os anos de 1950 e 1980, teve um saldo migratório de 3.300.000 pessoas – contingente esse proveniente de estados do nordeste do país e do Estado de Minas Gerais – que fez com que a população passasse de 2.208.543 para 8.475.380 habitantes em 30 anos (BAENINGER, 2012). As e os migrantes que chegavam à cidade durante aquelas décadas, em sua grande parte, não possuíam escolaridade e eram de origem rural. Esse enorme volume populacional foi sendo política e economicamente conduzido para os arredores do que era considerada a cidade naquela época. Tais regiões não contavam com nenhum tipo de infraestrutura urbana ou serviços públicos. Os trabalhos da época, com orientação marcadamente marxista, argumentavam que a metrópole vivia um *crescimento desordenado e politicamente induzido* que tinha por finalidade promover a acumulação de capital, produzindo assim a predação da cidade e a vulnerabilização de parte considerável da população (KOWARICK; MARQUES, 2011). Dessa forma, dava-se início a um padrão de crescimento urbano caracterizado pela periferização que, embora analiticamente insuficiente para compreender a complexidade da metrópole contemporânea, ainda é um eixo de produção de políticas, territórios e corpos.

No decorrer da década de 1980, esses trabalhos acadêmicos com foco nos processos sociais mais amplos de formação da cidade, passaram a ser insuficientes para compreender as intrincadas dinâmicas que forjavam as periferias que, até então, eram vistas apenas como territórios *marginais* ou regiões chamadas de *dormitórios* da classe trabalhadora. Em um contexto de efervescência

política com grandes pressões para a abertura democrática, diversas mobilizações sociais começaram a se multiplicar nesses bairros para reivindicar direitos e melhores condições de vida. Tais movimentações chamaram a atenção de pesquisadoras e pesquisadores que passaram a produzir estudos nas mais diversas áreas de conhecimento que passaram a ir além das explicações mais generalizantes sobre desigualdade e marginalização, direcionando o olhar também para o cotidiano, imaginários, modos de vida, família, sociabilidades dentre outros temas que compõem a complexa e dinâmica vida social nas periferias (DURHAM, 2004; SARTI, 2011; MAGNANI, 2012; D'ANDREA; 2013).

É ampla a produção bibliográfica a respeito das mobilizações populares que ficaram conhecidas como *novos movimentos sociais*. Envolvendo a classe trabalhadora, em sua maioria migrantes rurais, tais movimentos estavam fortemente amparados nas forças progressistas de então: setores da igreja católica alinhados à teologia da libertação¹⁸, sobretudo as CEBs – Comunidades Eclesiais de Base; sindicatos com destacada atuação nas periferias tendo em vista os pólos industriais distribuídos pela região metropolitana; e partidos de esquerda, principalmente o Partido dos Trabalhadores, recentemente criado. Esses movimentos alavancaram as periferias e seus representantes como novos atores políticos na cena pública que se constituía no bojo do processo de democratização (FELTRAN, 2011).

Todos os trabalhos que tratam das periferias da cidade de São Paulo acabam mencionando, de alguma forma, este histórico tamanha sua importância, seja para consolidação desses territórios – bairros construídos por mutirões; escolas e hospitais com nome de lideranças locais deste período; instituições e lideranças com atuação local oriundos destes movimentos –, mas também pela memória recorrentemente evocada por moradoras e moradores que vivenciaram este processo, reconhecido como legado deixado para as gerações que hoje atuam politicamente nas periferias.

Contudo, a atuação desses movimentos sociais, bem a abertura para o regime democrático e a nova constituição de 1988 não redundaram na diminuição das desigualdades sociais, tão pouco em uma ampla e consolidada garantia de direitos. Diversos estudos demonstraram como a significativa melhoria nas condições de vida a partir da expansão de uma rede de serviços públicos e da ampliação da infraestrutura urbana nos territórios periféricos, diga-se, conquistadas pelas

¹⁸ Corrente teológica Crista nascida na década de 1960 na América Latina que se orienta por uma *preferência aos pobres* e que no Brasil assumiu uma posição de luta contra as injustiças sociais e contra o regime ditatorial. A teologia da libertação contribuiu para as práticas das CEBs – Comunidades Eclesiais de Base – que se constituíram em lugares de importante formação política para as classes populares.

grandes mobilizações populares, não foi acompanhada por uma mudança estrutural de fato (KOWARICK, 2009; KOWARICK; MARQUES, 2011). O acesso a direitos no Brasil ainda é privilégio de poucos, fazendo com que nossa democracia seja sentida como defeituosa ou incompleta e, nos tempos que escrevo esta tese, o quadro torna-se ainda pior, pois vivemos sob retrocessos democráticos promovidos pela ascensão ao poder de uma direita radical capitaneada pelo governo do presidente Jair Bolsonaro.

Em 1990 o modelo industrial fordista que sustentava a vida social – desde a organização política da classe trabalhadora nos sindicatos, até as relações familiares com o salário operário masculino, e os projetos de vida e ascensão social – desmoronaram (FRASER, 2019; BROWN, 2019). A intensificação das políticas neoliberais levaram ao aumento do desemprego, da informalidade do trabalho e do agravamento da desigualdade na distribuição de renda que, por sua vez, afetaram diretamente a população trabalhadora vinculada à indústria na capital paulista. Houve, assim, um progressivo retrocesso nas conquistas sociais das décadas anteriores e uma generalização da pauperização das periferias (FELTRAN, 2011; D’ANDREA, 2013).

Os finais dos anos de 1980 e a década de 1990 tornaram-se, dessa forma, palco de experiências cujas lembranças ainda assombram moradoras e moradores desses territórios, justamente porque podem voltar a acontecer em um contexto de instável garantia de direitos. Além da pobreza, os dados sobre homicídios daquela época, que tratarei na seção seguinte, faziam com que a capital se tornasse uma das mais violentas do mundo.

Prospectando as *fronteiras de tensão* existentes entre as periferias e o todo social, Gabriel Feltran (2011) observou os efeitos dessas transformações ocorridas durante este período. O autor destaca três processos principais: a expansão do *mundo do crime*, a ampliação da gestão social e o crescimento de formas de violência propriamente política. Com relação à expansão deste *mundo do crime*, Feltran descreve as tramas que envolvem o engajamento individual em atividades criminosas de jovens que, a partir daquele momento, encontravam-se frente a reduzidas possibilidades de ascensão social via trabalho formal, com a qual contava a geração anterior. Mais do que a ampliação numérica desses jovens em atividades criminosas, o autor busca sublinhar a expansão do que ele chama de *mundo do crime* como marco discursivo. O crime começava a fazer parte de sociabilidades, principalmente de jovens, nas quais a violência passava a ser legitimada. Ainda com relação a esta expansão, Feltran ressalta outro efeito, a criminalização de jovens moradores das periferias, de suas famílias e também do próprio território. Esses jovens passavam

a ser vistos como sujeitos perigosos, ou seja, *bandidos*, que deveriam ser isolados para a segurança dos *cidadãos de bem* (FELTRAN, 2011).

O segundo processo, defende o autor, está relacionado ao crescimento da gestão social que ocorreu nas periferias a partir dos anos de 1990. Trata-se da ampliação de uma rede de ONGs, projetos e serviços públicos tendo por fim gerir tecnicamente a pobreza. Este processo estaria conectado ao enfraquecimento dos movimentos sociais da década anterior. Conforme descreve, as entidades locais que anteriormente estavam ligadas às mobilizações por melhores condições de vida nos anos de 1980, passaram por um processo de institucionalização para executar serviços sociais em parceria com o governo, principalmente com a gestão pública municipal. Muitos desses serviços, inclusive, foram resultado das lutas populares. No entanto, ao assumirem tal função executiva, acabaram sendo absorvidos por demandas da burocracia estatal, adquirindo um caráter técnico que comprometia sua capacidade contestatória e de mobilização política.

Quanto à violência, Feltran diferencia dois tipos, a massiva e a política. A primeira estaria relacionada ao crime e à repressão policial e a segunda seria a agressão e opressão voltadas contra a existência daqueles que seriam os representantes políticos das periferias, retirando-os do debate público. Embora demonstre a diferenciação entre esses tipos de violência, o autor entende que as duas possuem caráter político por significar uma restrição de direitos:

Ambas inibem a representação das periferias, em especial de seus jovens, no mundo de debates públicos. Ambas funcionam, portanto, de maneiras diferentes, para manter a restrição do direito a ter direitos. Ambas inibem a representação do todo social no espaço público e são, assim, igualmente políticas (por se inscreverem diretamente na disputa pela conformação desse mundo público, e de quem tem ali lugar de locução definido). (2011; p. 336)

Seguindo a mesma linha de reflexão sobre as tensões e articulações entre violência e política no meio urbano, Vera Telles (2011) fala de uma subtração do espaço político em nome da gestão do risco, isto é, uma tendência crescente da criminalização da pobreza que alimenta uma obsessão securitária, de forma que a repressão passa a se sustentar em uma gramática da *guerra*, de *combate ao inimigo*. Telles se refere a uma ampla zona cinzenta que se expandiu no espaço urbano a partir de meados dos anos de 1990 referindo-se às intersecções entre trabalho precário, informalidade e atividades ilegais, clandestinas e conflituosas. Segundo a autora, as pessoas pobres, moradoras das periferias são levadas a transitar cada vez mais pelas fronteiras incertas entre informal, ilegal e

ilícito e, nessas zonas, produziriam, no cotidiano, sociabilidades e agenciamentos. Como afirma a autora:

Há todo um mundo social tecido nesses terrenos incertos nas fronteiras porosas do legal e do ilegal, do lícito e do ilícito. É aí que se joga a partida entre a vida nua: quer dizer: a vida matável; e as formas de vida, quer dizer: possibilidades e potências da vida”. (TELLES, 2011; p. 391)

Nesses terrenos incertos, novas vozes e um novo campo político surgiram tomando o que era entendido como um vácuo deixado pelos movimentos sociais da década de 1980 ou, seguindo o argumento de Feltran, ausência política provocada também pela violência. Alguns trabalhos acadêmicos, produzidos principalmente durante os anos 2000 e início de 2010, buscaram captar a emergência desse novo protagonismo já no contexto dos anos de 1990. Como afirma Teresa Caldeira, são vozes que “criticam o padrão de desigualdade social e espacial da cidade e reimaginam a periferia e as condições de vida nestes locais” (CALDEIRA, 2011; p. 301). Pesquisadoras e pesquisadores começaram então a ressaltar a novidade e a importância dos movimentos culturais que apareciam na época, sendo o principal deles o movimento Hip Hop cuja figura central foi o grupo de rap Racionais MCs¹⁹, oriundo da zona sul da cidade.

Os protagonistas destes movimentos eram majoritariamente homens jovens e negros nascidos na capital e filhos dos migrantes rurais que ocuparam as periferias nas décadas anteriores. Esta juventude, diferentemente de seus pais e mães, tiveram acesso, mesmo que precário, a serviços públicos essenciais, dentre eles a educação. Eram jovens que cresciam na década de 1990 em um contexto em que a democracia se consolidava, mas com uma experiência cotidiana de violência brutal e falta de oportunidades de ascensão social. Essas vozes, afirma Caldeira, expressavam os paradoxos de uma *democracia violenta* e de um novo padrão de segregação que se impunha na capital. Em suas palavras, tais jovens:

Cresceram em um momento no qual as possibilidades de inclusão tiveram como contrapartida seu imediato enfraquecimento, quando a expansão do consumo veio aliada ao desemprego, o largo acesso à mídia aliado à percepção de sua distância em relação às visões que representavam, a educação formal aliada à sua desqualificação no mercado de trabalho, melhores condições urbanas aliadas à violenta criminalidade, democracia aliada à injustiça. É deste lugar que eles criam uma das mais poderosas críticas à desigualdade social, injustiça e racismo já produzidas no Brasil.” (CALDEIRA, 2011, p. 307)

¹⁹ Fundado em 1988 é o grupo de rap mais influente do país. Suas músicas retratam as condições de vida de jovens moradores das periferias durante a década de 1990. Temas como racismo, violência policial e crime são fundamentais para o grupo. Os Racionais marcaram a geração de jovens periféricos desta época.

Marcio Macedo (2016), tratando da emergência e dos efeitos do Hip Hop na cidade de São Paulo, fala de uma contribuição fundamental do movimento para a ressignificação da categoria periferia que, de signo estigmatizado, passou a figurar como elemento identitário. Isto é, jovens pobres, moradores de regiões periféricas começaram a produzir uma manifestação cultural e política sustentada sobre as bases de uma experiência periférica. Afirma o autor:

Neste sentido, periferia é um espaço social, territorial e político que se estrutura a partir de um denominador comum para jovens negros, mestiços, nordestinos e brancos: a classe pobre. Esse denominador comum (periferia=classe pobre) gera uma experiência partilhada por todos esses jovens que estão submetidos aos problemas sociais vigentes nesse espaço social, como violência policial, tráfico de drogas, racismo, desemprego, segregação social, ausência de equipamentos urbanos e lazer, ausência de reconhecimento social, etc. Para além da experiência em comum vivenciada em problemas cotidianos, a população periférica também compartilha elementos culturais em comum, o que traria ou fortaleceria uma ideia de pertencimento e identidade” (MACEDO, 2016; p. 40)

Ainda sobre o Hip Hop, D’Andrea (2013) afirma que o movimento serviu de inspiração não apenas para outras manifestações culturais, como também para o surgimento de uma nova subjetividade política, o *sujeito periférico*. Trata-se de um processo no qual a periferia assumiria outros sentidos que não apenas da violência e pobreza, mas também da *cultura e potência*.

No decorrer dos anos 2000 essa cena cultural periférica se amplificou e diversificou com um número cada vez maior de saraus, grupos de dança, coletivos de teatro, comunidades de samba, produções audiovisuais, dentre outras manifestações culturais (PEÇANHA, 2012; D’ANDREA, 2013) profundamente engajadas com pautas relacionadas às periferias e cada vez mais matizadas por alguns marcadores sociais da diferença, em especial, raça, gênero e sexualidade (KLEIN, 2019; PAIXÃO, 2021; OLIVEIRA, 2019; OLIVEIRA, 2022).

Em minha dissertação de mestrado (CARMO, 2016) busquei analisar os efeitos das ações de coletivos de ativistas na periferia da região sul da cidade, o mesmo território sobre o qual esta tese se debruça. Na época, acompanhava a multiplicação desses coletivos que ocorria mais intensamente a partir de 2010. As ações de tais coletivos estavam profundamente ligadas a esta cena cultural periférica que se desenhava desde 1990, com um diferencial de pautar mais incisivamente as questões de gênero, raça e sexualidade nos contextos periféricos. *Periferia Segue Sangrando, Fala Guerreira, Núcleo de Mulheres Negras, Tamo Vivo, Juventude e Resistência*, aqui já mencionados, eram os nomes de alguns coletivos que por si só já sugerem suas pautas prioritárias.

As atividades desenvolvidas por esses coletivos se constituíam na organização de encontros, formações, fóruns, saraus, publicações, música, poesia, grafite, festas, bloco de carnaval, sambas dentre outros tipos de manifestações culturais. Muitas delas eram realizadas em ONGs, espaços culturais, equipamentos públicos – como escolas, centros de cultura e serviços de assistência social – e nas ruas. Grande parte das ativistas desses coletivos eram também funcionárias dessas instituições, o que provocava, no cotidiano, uma maior tensão frente à reprodução da burocracia desses serviços, que obedecia à lógica da gestão da pobreza e da normalização de corpos. Argumentei em minha dissertação que o posicionamento mais crítico por parte dessas profissionais-ativistas levava a práticas que não apenas deslocavam o caráter estritamente normalizador da gestão da pobreza por parte dessas instituições, como também (re)introduziam uma dimensão política neste cotidiano.

Até aqui, busquei destacar algumas das principais produções acadêmicas sobre as periferias da cidade de São Paulo a respeito das transformações ocorridas nos últimos 40 anos dando destaque a temas relevantes a meu percurso de pesquisa. Tais trabalhos contribuíram e continuam contribuindo para a compreensão das dinâmicas tanto da reprodução das desigualdades na metrópole, como também da emergência de agencimentos e resistências por parte de novos (e velhos) sujeitos que atuam nestes contextos. Nas próximas páginas, apresento um conjunto de novos estudos realizados por pesquisadoras que recentemente têm ocupado o mundo acadêmico assumindo lugares específicos a partir dos quais oferecem outras perspectivas para produção de conhecimento, isto é, mulheres, majoritariamente negras, que se posicionam como moradoras das periferias e oriundas de classes populares. Vejamos a seguir os contornos dessa produção.

Periferias a partir dos marcadores sociais da diferença

A presença de jovens intelectuais que se autodeclaram periféricas e negras na produção acadêmica já é, por si só, resultado de processos políticos, econômicos e culturais das últimas décadas. O conhecimento produzido por sujeitos que assumem posicionalidades específicas tem não apenas interrogado os trabalhos clássicos sobre periferia a respeito da ausência dos marcadores sociais da diferença no debate sobre produção da cidade, revelando assim uma perspectiva parcial (HARAWAY, 1995) desta produção, como também têm oferecido perguntas e análises

fundamentais a partir de suas experiências que articulam raça, gênero e sexualidade e território. Onde estão as histórias que essas jovens pesquisadoras ouviram de suas mães ou mesmo as experiências que viveram com elas de intensa atuação de mulheres nas mobilizações populares por melhores condições de vida nas periferias dos anos de 1980? Quais eram e onde estavam as vozes femininas no movimento Hip-Hop nos anos de 1990? Quais os efeitos da expansão do mundo do crime e da repressão estatal para a vida das mulheres? Por que são mulheres que ocupam as salas de espera de equipamentos públicos em busca de apoio para suas famílias? Por que são elas que engrossam as filas em frente aos presídios em dias de visitas? Por que são elas também que estão à frente de coletivos e mobilizações contra o genocídio da população negra, pobre e periférica, se são os homens as vítimas diretas desse tipo de violência?

Essas são algumas das perguntas que emergem da experiência de jovens intelectuais moradoras das periferias da cidade que vivenciaram as transformações políticas, culturais e econômicas ocorridas nos últimos 40 anos e que afetaram de forma específica estes territórios. Dentre as principais foram as políticas de expansão e inclusão no Ensino Superior²⁰ durante o governo Lula-Dilma (2004-2016), com destaque ao PROUNI, FIES e às políticas de cotas raciais. Tais ações governamentais, aliadas também à ampliação da Educação Básica, propiciaram o surgimento de trajetórias acadêmicas antes inimaginadas para as classes mais pobres (MACEDO, 2019; KLEIN; CARMO, 2019). A presença desses sujeitos na universidade, bem como o aumento dos debates sobre os marcadores sociais da diferença, interseccionalidade e feminismo negro, têm oferecido um campo fértil para pesquisas a partir de experiências que antes estavam alijadas da produção acadêmica.

Shisleni de Oliveira-Macedo (2021), jovem pesquisadora autodeclarada branca e moradora do Itaim Paulista, zona leste da cidade, escreveu sua dissertação de mestrado dando ênfase aos Clubes de Mães, tipo de organização de mulheres moradoras das periferias ligada às CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) que foi muito ativa durante os movimentos sociais dos anos de 1970 e 1980. Em sua pesquisa, Oliveira-Macedo destaca a relação que essas ações estabelecem com a militância feminina recente. Como outras autoras, a autora ressalta a pouca importância dada às mulheres pela bibliografia que se debruça nesse período (OLIVERIA, 2019; OLIVEIRA-

²⁰ Principalmente: FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) criado em 1999 que possibilita empréstimo para estudantes ingressarem na rede privada ; e Prouni (Programa Universidade para Todos) implementada em 2005 que oferece bolsas parciais e integrais para ingresso também na rede privada; e lei de Cotas de 2012 que determina que 50% das vagas de universidades e institutos federais sejam destinados a alunos oriundos da rede pública de ensino.

MACEDO, 2021). Em seu trabalho, ela se empenhou em demonstrar a relevância das ações de mulheres nesses Clubes para aquele contexto político no que se refere à melhoria das condições de vida a partir da implementação de creches, escolas, hospitais. Ou seja, a atuação feminina na produção material do próprio território. Argumentou também que os efeitos dessas lutas femininas não ficaram apenas no passado, mas deixaram como legado a experiência e a memória de lutas para as ativistas que viriam nas gerações seguintes.

A respeito desta geração mais jovem, Oliveira-Macedo acompanhou trajetórias de mulheres que não apenas figuram como a primeira geração nascida na capital, como também foram as primeiras de suas famílias a cursarem o Ensino Superior. Essas mulheres, tanto através do ativismo, como também por meio de uma maior escolarização, obtiveram uma circulação mais ampla e diversificada pela cidade. Não que mulheres da geração anterior não circulassem por regiões centrais, mas essa mobilidade se dava em circuitos diferentes e em posições mais subalternizadas, como empregadas domésticas, por exemplo. As mulheres das gerações mais recentes começaram a entrar em universidades, muitas das quais de excelência, e passaram a conviver em posições de relativa igualdade com filhos das patroas de suas mães, tensionando espaços elitizados e transformando também a própria periferia.

Essa mudança no cenário periférico é possível identificar também no trabalho de Danielle Regina de Oliveira (2019). Jovem socióloga, moradora da zona sul, autodeclarada mestiça, Oliveira produziu sua dissertação de mestrado buscando compreender o *feminismo periférico*, que crescia nas periferias da cidade durante os anos de 2010, por meio de ações de coletivos de mulheres dos quais ela também fazia parte. Em sua pesquisa, Oliveira também relaciona as práticas contemporâneas de mulheres desses coletivos de feministas, com a atuação política de mulheres das gerações anteriores, com ênfase também no Clube de Mães. A autora argumenta que embora as mulheres periféricas não se nomeassem como feministas, suas práticas cotidianas deveriam ser vistas como tais, pois estariam alinhadas à luta por autonomia e ampliação da atuação política, bem como ao questionamento dos papéis de gênero na ordem social e familiar. Dialogando com a produção acadêmica sobre feminismo no Brasil e sobre periferias, a autora afirma que tais estudos negligenciavam não apenas a experiência feminina para se pensar a periferia, como também a perspectiva de mulheres periféricas para pensar feminismo. Sua escrita está comprometida com a construção deste *feminismo periférico* que se destaca de outras correntes feministas por se

constituir a partir da articulação entre gênero, raça, classe social, território e geração, marcado pela luta cotidiana de mulheres por melhores condições de vida.

Posicionando-se também como mulher periférica, Dayane Karoline Fernandes da Silva (2019) produziu sua pesquisa de mestrado acompanhando um coletivo de feminismo periféricos da zona sul de São Paulo, o *Fala Guerreira*. A partir da análise das narrativas visuais da revista produzida por este coletivo, a autora argumenta que, em sua produção, as integrantes do *Fala Guerreira* buscavam construir uma representação de mulheres normalmente invisibilizada nas revistas de grande circulação voltadas ao público feminino. Nessas revistas, argumenta Silva, são representadas mulheres das classes médias ou das elites, geralmente brancas, magras e heterossexuais que embora sejam mães, são sempre bem sucedidas profissionalmente. Trata-se assim de uma homogeneização de mulheres que não só não contempla, como também se opõem, às mulheres das classes populares, trabalhadoras subalternizadas, racializadas, com uma multiplicidade de orientações sexuais e corpos. Segundo a autora, as imagens veiculadas pela revista *Fala Guerreira* contribuem para construção de uma pluralidade de representações de mulheres, rompendo com os estereótipos de subalternidade e ressaltando sua existência enquanto sujeitos.

Lidando igualmente com coletivos de mulheres na cena cultural da periferia da zona sul, Sulamita Assunção (2018), em sua dissertação de mestrado, assume seu lugar de vocalização como feminista negra, lésbica e periférica. Apoiando-se na literatura do feminismo negro, analisou como tais coletivos estão no bojo deste debate e se constituem como espaços onde mulheres negras, periféricas e lésbicas realizam uma (re)construção de si a partir de relações de cuidado.

Bruna Galicho (2021), jovem antropóloga, autodeclarada negra e moradora da periferia da zona sul, percorre, também em sua dissertação de mestrado, os itinerários de mulheres trabalhadoras moradoras das periferias, demonstrando, a partir da perspectiva feminina, como sujeitos, relações, diferenças e desigualdades são produzidas neste trânsito.

Adriana Paixão (2021), também antropóloga, produziu sua dissertação de mestrado posicionando-se como mulher negra e artista periférica. Fazendo uma autoetnografia a partir do grupo de teatro negro feminino *Capulanas Cia de Arte Negra*, do qual faz parte, a autora buscou enquadrar a produção artística do grupo na esteira do influente teatro negro brasileiro, dando ênfase ao protagonismo das mulheres negras no contexto das periferias da cidade. Sustentada na produção bibliográfica da diáspora e do feminismo negro, Paixão defende que a produção *artístico-política*

do grupo contribuiu para atribuir novos significados às experiências de mulheres negras, sobretudo das periferias, assim como construir identidades e remodelar subjetividades dessas mulheres.

Alessandra Tavares de Oliveria (2022), também moradora da periferia da zona sul e autodeclarada negra, percorre, em sua dissertação de mestrado, redes de mulheres negras periféricas argumentando como amizade e ativismo tem forjado novas relações entre mulheres pautadas em discursos sobre raça, gênero e sexualidade. Tais relações produzem redes de apoio e solidariedade sustentadas no cuidado mútuo oferecendo novos espaços de produção de si e de pautas políticas. Busca também compreender os processos que produzem o silenciamento de mulheres negras, bem como se propõem a refletir como silêncio pode ser entendido como efeito de opressões que recaem sobre corpos negros femininos, mas também se constitui como forma de agenciamentos dessas mulheres.

Minha intenção aqui não foi de produzir um levantamento bibliográfico exaustivo dessas novas produções sobre periferia, mas sim trazer para o debate alguns trabalhos de pesquisadoras que se posicionam de forma específica no campo acadêmico e que vêm produzindo suas pesquisas a partir de trajetórias de vida e engajamentos políticos situados em termos de raça, gênero, classe social, sexualidade e território. Essas produções têm oferecido outras perspectivas para pensar os temas clássicos como desigualdades, violências, ou mesmo a produção de cidade e de suas periferias. A emergência dessas jovens pesquisadoras é também fruto de uma mudança gradual e necessária que tem ocorrido nas universidades públicas, sobretudo no eixo Rio-São Paulo. Esta presença tem provocado uma transformação de espaços e de produções acadêmicas, marcadas tradicionalmente por uma perspectiva elitizada e branca, especialmente no que se refere ao manejo do debate sobre os marcadores sociais da diferença e interseccionalidade para pensar sobre a produção da cidade.

A produção intelectual de feministas negras, principalmente no Brasil e nos Estados Unidos, tem sido uma referência para muitos desses trabalhos. A articulação entre racismo e sexismo (GONZALEZ, 1984), as noções sobre ponto de vista feminista (BAIRROS, 1995), pensamento feminista negro (COLLINS, 1990) e interseccionalidade (CRENSHAW, 1991) operam como ferramentas interpretativas que têm auxiliado nessa interpelação à bibliografia sobre periferia, a partir da atenção a raça e gênero. Marcadores sociais da diferença (ALMEIDA et al., 2018) é outra das ferramentas que tem auxiliado na descrição, interpretação e análise dessas dinâmicas sociais, que classificam e *desclassificam* corpos, sujeitos, territórios – não apenas em

termos de gênero, raça e classe, mas também sexualidade, origem, geração, religião, deficiência, entre outros.

Esse conjunto de referências – ao qual muitas outras poderiam se somar – articula-se por meio de uma reflexão densa não apenas sobre a produção da diferença e da desigualdade, mas também pela atenção ao sujeito de conhecimento. Em seu texto *Nossos feminismos revisitados*, artigo de 1995, Luiza Bairros expressa esse ponto:

Segundo essa teoria [ponto de vista feminista, *feminist standpoint*], a experiência da opressão sexista é dada pela posição que ocupamos numa matriz de dominação onde raça, gênero e classe social se interceptam em diferentes pontos. Assim, uma mulher negra trabalhadora não é triplamente oprimida ou mais oprimida do que uma mulher branca na mesma classe social, mas experimenta a opressão a partir de um lugar que proporciona um ponto de vista diferente sobre o que é ser mulher numa sociedade desigual, racista e sexista. (BAIROS; 1995, p. 460)

Bairros afirma que o melhor lugar para compreender este ponto de vista é aquele ocupado pelas empregadas domésticas. Isto é, uma marginalidade que ofereceu uma perspectiva que permitiu que mulheres negras vissem a elite branca que nem os homens negros, nem os próprios brancos tiveram acesso. Assim, a presente tese, em diálogo com a robusta bibliografia sobre periferias – fundamental para compreender as forças que produzem a cidade em toda sua diversidade e desigualdade – foi construída a partir de um ponto de vista de empregadas domésticas e de suas filhas. Lugar este ocupado por estas jovens intelectuais e também por mim.

Retrato da desigualdade da cidade de São Paulo

Dados quantitativos revelam pouco sobre a vida ordinária, muito mais complexa e heterogênea do que índices, taxas e números. Contudo, devido à tamanha desigualdade sobre a qual se assenta a cidade de São Paulo – uma das mais desiguais de um país que também figura entre os mais desiguais do mundo²¹ – considero importante observar como os números contribuem para desenhar um retrato da distribuição territorial da precariedade na cidade.

²¹ Não é novidade que o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo. Em estudo sobre desigualdade mundial realizado em 2021 pelo Laboratório das Desigualdades Mundiais da Escola de Economia de Paris o Brasil é citado como “um dos mais desiguais do mundo” cuja discrepância de renda é “marcada por níveis extremos há muito tempo”. O estudo foi divulgado pela página da UOL: <https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2021/12/07/4-dados-que->

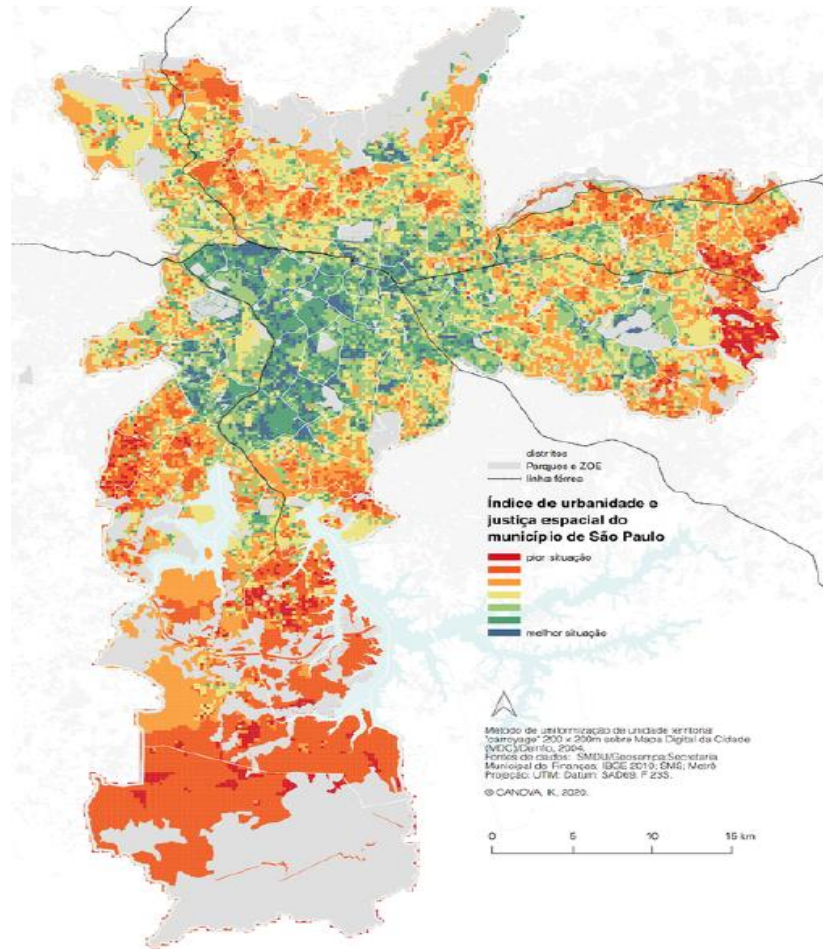
Qualquer mapa que retrate as estatísticas sociais e econômicas de São Paulo, demonstrará que os piores índices terão sempre uma maior concentração nas margens da cidade e, mais recentemente, em regiões específicas do centro devido, sobretudo, à população em situação de rua e à Cracolândia²².

Kátia Canova (2020), em sua tese de doutorado *Urbanidade e Justiça Social na cidade de São Paulo*, produziu um mapa a partir dos dois eixos que compõem o título – urbanidade e justiça social – levando em conta dados tais como densidade populacional, compacidade (área construída), uso misto (tipos de uso do território), emprego, valor do solo, investimentos públicos, habitação social, demanda por equipamentos sociais, saneamento básicos e presença de crianças e idosos. O resultado foi o mapa (CANOVA, 2020; p. 239) abaixo:

[mostram-por-que-brasil-e-um-dos-paises-mais-desiguais-do-mundo-segundo-relatorio.htm](#) (acesso em 20 de maio de 2022).

²² Cracolândia, fazendo referência à terra do crack, é uma denominação comum atribuída aos territórios ocupados por usuários e traficantes de drogas nas regiões centrais da cidade de São Paulo. Como afirma Taniele Rui (2016), não é possível delimitar a região já que ela se encontra em permanente deslocamento desde seu surgimento, por volta de 1995. Mas foi apenas a partir dos anos 2000, segundo Rui, que a Cracolândia tornou ponto gravitacional de tensões, políticas e conflitos quando passou a concentrar um maior número de pessoas.

ÍNDICE DE URBANIDADE E JUSTIÇA ESPACIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO



A cor verde representa as melhores condições, enquanto a cor vermelha, as piores, tornando evidente que conforme se caminha para as margens da cidade, a *urbanidade* e *justiça social* diminuem. Ainda de acordo com Canova, o mapa expressa a *história dos investimentos públicos e interesses privados* que se centralizam no *vetor sudoeste de desenvolvimento* (2020; p. 240). A falta desses investimentos e interesses, contribui para concentração, nas periferias, de grande parte das favelas, das piores condições de infraestrutura urbana, do transporte público insuficiente e precário, das maiores taxas de mortalidade infantil dentre outros dados que medem as condições de vida.

Uma das principais características que distinguem as regiões centrais das periféricas é a presença de favelas. Segundo dados compilados pelo Mapa da desigualdade 2020²³, a cidade de São Paulo tem uma média de 9,7% de seus domicílios neste tipo de ocupação urbana. Embora existam algumas favelas nas regiões centrais, são nas periferias que elas preenchem a paisagem. Segundo o Mapa, distritos tais como Alto de Pinheiros, Jardim Paulista ou Perdizes, localizados no rico quadrante sudoeste, não possuem favelas. Ao passo que, no Jardim São Luís e no Jardim Ângela, distritos que fazem parte do campo desta pesquisa, localizados na periferia da zona sul, 69,5% e 53,9% respectivamente dos domicílios estão em favelas.

A concentração de renda segue o mesmo padrão de desigualdade entre regiões centrais e periféricas. Ainda segundo o Mapa da Desigualdade, a renda familiar média do município em 2020 era de R\$4.718,33. No entanto, os quatro bairros com renda mais alta, Alto de Pinheiro, Perdizes, Jardim Paulista e Moema, apresentavam um rendimento familiar mensal de R\$9.248,43 a R\$9.591,93. Já os bairros de Lajeado, Cidade Tiradentes, Perus e Parelheiros, periferias da zona leste, zona sul e zona norte, possuíam as menores rendas, entre R\$2.628,63 a R\$2.642,91 mensais.

Outra disparidade regional é o perfil da população. Quanto mais se avança para as periferias da cidade, maior é a proporção de jovens e de pessoas negras. Ainda de acordo com o Mapa da desigualdade, 24 a 28% da população que mora nos distritos centrais é de crianças e jovens de 0 a 29 anos. Enquanto no Jardim Ângela, Cidade Tiradentes e Parelheiros essa porcentagem chega a 50%. A mesma desproporcionalidade ocorre com a população preta e parda. Alto de Pinheiros apresenta 8,1% de seus moradores pessoas autodeclaradas como pretas e pardas, Perdizes, 9,4%, Jardim Paulista 8,5% e Moema 5,8%. Por outro lado, em Lajeado, Perus, Parelheiros e Cidade Tiradentes as porcentagem são de 56,2%, 48,8%, 56,6% e 56,1% respectivamente.

Outro dado importante para compreender as disparidades regionais na cidade são as casas chefiadas por mulheres. Conforme estudo de 2020 realizado pela Fundação Seade²⁴, um quarto das famílias da região metropolitana possuem chefia feminina. Dessas, 46% não contam com a presença de um cônjuge, mas sim coabitam com filhos e/ou netos (a pesquisa não menciona casais

²³ O Mapa da Desigualdade é produzido anualmente pela ONG Rede Nossa São Paulo a partir da compilação de dados oficiais tendo em vista revelar desigualdades regionais dentre os 96 distritos da cidade de São Paulo. Para mais informações, acessar a página do mapa: <https://www.nossasaopaulo.org.br/campanhas/#13> (Acesso em 20 de maio de 2022).

²⁴ Pesquisa divulgada no site da Fundação SEADE (acesso em 20 de maio de 2022): <https://www.seade.gov.br/quatro-em-cada-dez-lares-sao-comandados-por-mulheres-em-sao-paulo/> (acesso em 20 de maio de 2022)

compostos por mulheres). No estudo, também é demonstrado que a renda dessas famílias chega a ser 27% menor do que aquelas chefiadas por homens. Além disso, a maior parte desses rendimentos são oriundos não de ocupações profissionais, mas de outras fontes tais como pensões, aposentadorias, benefícios públicos, aluguéis, dentre outros. Por fim, a pesquisa atesta que a maioria dessas famílias, encontra-se nas periferias, principalmente na zona sul da cidade, onde estão 21% delas²⁵.

Não pretendo, neste item, desenhar um quadro exaustivo desses dados, tão pouco analisá-los em detalhe. Minha intenção é demonstrar como eles apresentam contornos da cidade em termos da desigualdade social. Embora neste apanhado eu tenha destacado dados de polos opostos, contrapondo os distritos mais pobres e periféricos, que apresentam os piores índices, e os mais centrais e ricos, que concentram os melhores, é importante ressaltar que há um gradiente entre essas extremidades que se materializa no território a partir dos eixos de raça, classe social e gênero. Desse modo, conforme nos deslocamos das regiões centrais para as periferias, a população vai ficando mais pobre, mais negra, mais jovem e com renda mais baixa, advinda, em grande parte, dos baixos rendimentos de mulheres.

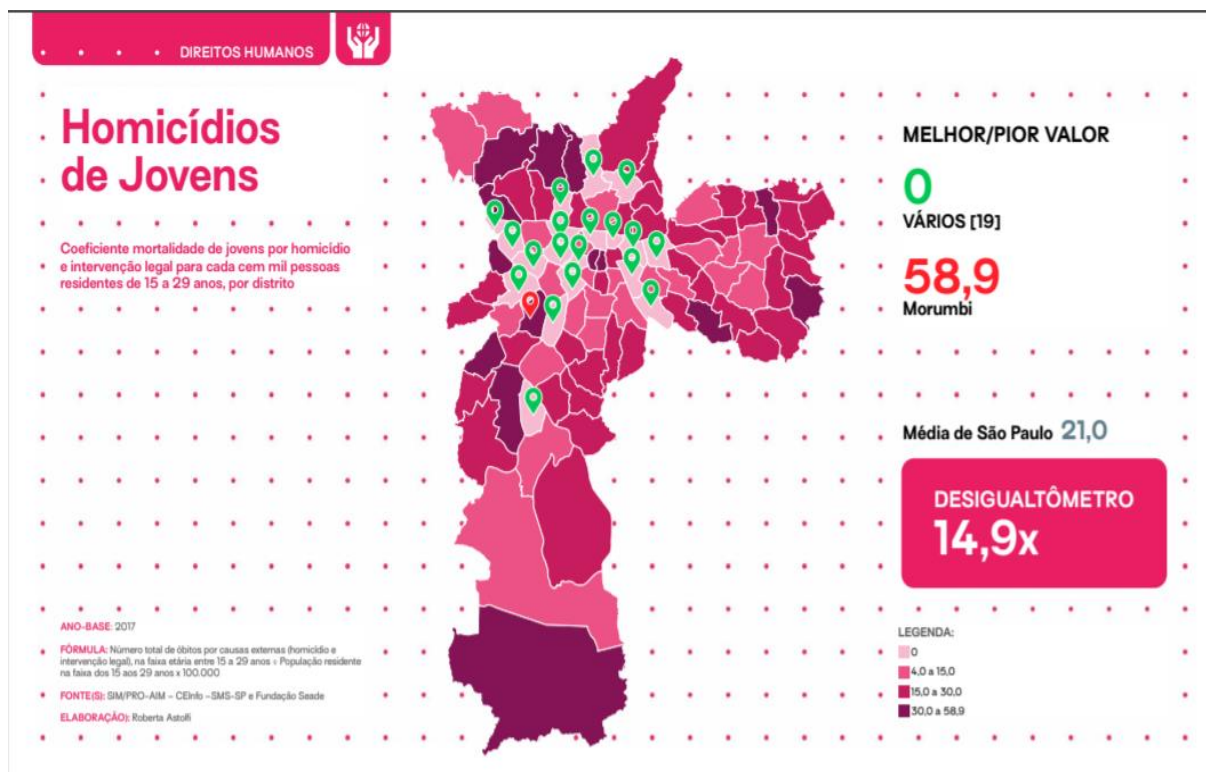
O efeito mais irônico desse modelo de periferização da pobreza e da raça a partir da qual se desenvolve a cidade é o transbordamento da pobreza das margens para o centro da capital. A ocupação das ruas em bairros centrais por pessoas em situação de rua, ou pela Cracolândia, é um desses movimentos que, inclusive, se intensificou com a crise econômica gerada pela pandemia Covid-19²⁶. Essa presença tem trazido para a *Cidade* indicadores que sinalizam maior vulnerabilidade social e também a intensificação da violência nessas regiões.

²⁵ Não incluí aqui os dados sobre violência contra mulheres, porque, segundo o ensaio de mapas produzido por Luciana Itikawa *et al* (2019), o grupo de pesquisadoras, ao mapearem os microdados fornecidos pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo a respeito de três tipos de violência contra as mulheres – homicídio, estupro e lesão corporal –, constataram que a espacialização das ocorrências pouco estava relacionada aos marcadores de segregação centro/periferia. Os mapas apresentados pela pesquisa demonstraram a presença maciça de violências em toda a mancha urbana (Estudo produzido no LabCidade, Laboratório e Espaço Público e Direito à Cidade, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo <http://www.labcidade.fau.usp.br/mapeando-a-violencia-contra-a-mulher-a-velha-e-a-nova-fronteira-urbana-o-corpo-feminino/>). Importante fazer este destaque para que não sejam reforçados estigmas e estereótipos de que homens pobres, sorbetudo negros, são mais violentos. Contudo, podemos inferir que mulheres moradoras das periferias ficam mais expostas à violência devido à situação de sobreposições de vulnerabilidades e violências. Nesta tese a violência contra as mulheres esta imbricadas a outros tipos de opressões vividos no cotidiano.

²⁶ Segundo o Censo da População de Rua realizado pela prefeitura municipal de São Paulo, o crescimento durante os dois anos da pandemia Covid-19 foi de 31% fazendo com que a população de rua, que se concentra majoritariamente nas regiões centrais, passasse de 24.344 em 2019, para 31.884 em 2021. O Censo encontra-se na página da Secretaria de Assistência Social do município:

No que se refere aos dados sobre violência, mais especificamente focalizando as taxas de homicídio, o Mapa da Desigualdade, baseando-se nos dados de óbitos de 2017, descreve uma taxa média de homicídio de jovens entre 15 e 29 anos de 21 mortes por 100.000 habitantes. E, como outros dados, essa média não está distribuída de forma uniforme pela cidade. O mapa a seguir ilustra como essa taxa oscila territorialmente. Os distritos sinalizados com o ícone verde pontuam os melhores dados, que apresentam 0% de homicídios por habitantes. Já a intensificação da cor vermelha demonstra o distrito com pior taxa.

COEFICIENTE MORTALIDADE DE JOVENS POR HOMICÍDIO E INTERVENÇÃO LEGAL PARA CADA CEM MIL PESSOAS RESIDENTES DE 15 A 29 ANOS, POR DISTRITO²⁷



https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/observatorio_socioassistencial/pesquisas/index.php?p=18626 (Acesso em 20 de maio de 2022)

²⁷ Mapa extraído do Mapa da Desigualdade 2020 (REDE NOSSA SÃO PAULO; 2020, p. 32)

Vê-se que os distritos com as maiores taxas de homicídios de jovens, com exceção da Sé, República e Brás (regiões com alta concentração da população em situação de rua e onde também se movimenta a Cracolândia), localizam-se todos às margens da cidade. Observa-se também que Morumbi, região nobre da zona oeste, divisa com a região sul, apresentou a maior taxa em 2017. É importante lembrar que este distrito, além dos bairros nobres com suas mansões e condomínios de luxo, possui diversas favelas, como Real Parque e Jardim Panorama. Além de fazer divisa com a favela Paraisópolis, com seus 40.000 habitantes.

Quando terminava a minha dissertação de mestrado em 2016, a região do Morumbi foi palco de uma disputa em torno do assassinato de Ítalo, um garoto de apenas 10 anos, morador de Paraisópolis que fora executado por policiais dentro de um carro roubado. Na ocasião, coletivos ligados à *luta contra o genocídio da população negra* se reuniram em frente ao Palácio dos Bandeirantes para fazer o contraponto a um grupo de cerca de 30 pessoas brancas, de classe média alta, moradoras do Morumbi que estavam ali para manifestar apoio aos policiais responsáveis pelo assassinato (CARMO, 2016). Esse episódio serve como uma fotografia das tensões em termos de classe social e raça presentes ali e deixou evidente que as vítimas dos homicídios que engrossam essas altas taxas na região dificilmente serão jovens brancos moradores das mansões e dos condomínios de luxo.

Observando ainda os dados de homicídios no restante da cidade, o padrão continua o mesmo das demais taxas acima arroladas. Alto de Pinheiros, Consolação, Perdizes, Butantã e Vila Leopoldina apresentam uma taxa de 0 mortes por 100.000 habitantes, enquanto os distritos de São Miguel, Brasilândia, Marsilac e Jardim São Luís apresentam taxas de 51,6, 47,4, 42,2 e 36,9 respectivamente.

Importante ainda destacar que uma porcentagem relevante destes homicídios é praticado por forças policiais. Em matéria que teve grande repercussão, sobretudo entre redes de ativistas, o Jornal G1 publicou um levantamento feito pelo telejornal SPTV que demonstrava que 25% dos homicídios ocorridos na cidade em 2015 havia sido cometido por policiais²⁸.

Essa tendência de altas taxas de assassinatos cometidos pela polícia perdurou desde então tendo seu pico no primeiro semestre de 2020 quando a polícia do estado de São Paulo matou mais

²⁸ Para acessar a reportagem: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/04/uma-em-cada-4-pessoas-assassinadas-em-sp-foi-morta-pela-policia.html>. Acesso em: 20 de maio de 2022

desde toda a série histórica iniciada em 2001²⁹. Segundo dados divulgados pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo e pelo site Ponte Jornalismo³⁰, 63,8% das vítimas eram negras, pretas ou pardas e mais da metade, 63%, jovens de 18 a 29 anos. Demonstrando uma atuação mais violenta da polícia sobre tais perfis específicos da população³¹.

Outro mecanismo de controle estatal muito presente no cotidiano de quem mora nas periferias é a prisão. Infelizmente não dispomos de dados que situem o local de moradia de pessoas que hoje se encontram encarceradas. No entanto, não podemos desconsiderar essa dimensão, pois experiências de encarceramento estão presentes na vida de quase todas as famílias que fazem parte desta pesquisa. Aqui, farei um breve levantamento de dados sobre o sistema prisional do Estado de São Paulo, onde estão hoje aprisionados diversos jovens das famílias que trato nesta tese.

A população carcerária no Brasil cresceu mais de oito vezes desde a década de 1990, quando a quantidade de pessoas presas era de 90 mil, de acordo com dados do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)³². De acordo com dados do Depen (Departamento Penitenciário Nacional) no primeiro semestre de 2020 o país mantinha mais de 700.000 pessoas encarceradas, o que colocava o Brasil entre os países com a maior população carcerária do planeta³³. Esse número subiu ainda mais durante a pandemia, saltando para mais de 900.000 pessoas presas³⁴.

De acordo com dados do Infopen, divulgados no site da Câmara Legislativa³⁵, em 2018, 93,3% das pessoas presas eram homens e 3,7% mulheres. Com relação à raça/cor, 67% eram negros

²⁹ Para matéria sobre esse aumento ver página G1: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/07/14/numero-de-mortos-pela-pm-em-2020-e-recorde-em-sp-policiais-dos-batalhoes-da-regiao-metropolitana-mataram-70percent-mais.ghtml> (acesso em 20 de maio de 2022)

³⁰ Acesso a matéria completa: <https://ponte.org/com-recorde-historico-pm-de-sp-mata-255-pessoas-nos-tres-primeiros-meses-de-2020/> (Acesso em 20 de maio de 2022)

³¹ Importante mencionar que após o recorde na letalidade policial, as taxas de homicídio cometidos pela polícia começaram a diminuir após o segundo semestre de 2020, chegando a uma diminuição de 35%. A SSP afirmou ter tomado medidas para diminuir as taxas e uma das mais amplamente discutidas foi a implementação de câmeras acopladas aos uniformes tendo em vista o acompanhamento das atividades policiais. Ver repercussão na mídia: <https://noticias.r7.com/sao-paulo/apos-recorde-historico-letalidade-policial-vem-caindo-em-sp-29062022>; <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2022/05/04/numero-de-pessoas-mortas-pela-policia-cai-e-atinge-menor-patamar-em-quatro-anos-assassinatos-de-policiais-tambem-tem-queda.ghtml>. (Acesso em 20 de maio de 2022)

³² A partir do Projeto Sistema Prisional em Números: <http://www.cnmp.mp.br/portal/relatoriosbi/sistema-prisional-em-numeros> (Acesso em 20 de maio de 2022)

³³ De acordo com a ONG Conectas Direitos Humanos, encontra-se em 3º lugar, atrás apenas dos Estados Unidos e da China: conectas.org/noticias/brasil-se-mantem-como-3o-pais-com-a-maior-populacao-carceraria-do-mundo/

³⁴ Para mais informações: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/populacao-carceraria-tem-recorde-historico-durante-a-pandemia/> (Acesso em 05 de junho de 2022)

³⁵ Para acesso à matéria da Câmara Legislativa: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/sistema-carcerario-brasileiro-negros-e-pobres-na-prisao>

e 32%, brancos. A população carcerária era extremamente jovem, mais da metade tinha entre 18 e 29 anos: 30% dos presos entre 18 e 24 anos; 25%, entre 25 e 29; 19%, entre 30 e 34; e outros 19%, entre 35 e 45. Com relação à escolaridade, 15% eram analfabetos ou sem escolarização formal; 65% possuíam o Ensino Fundamental incompleto (porcentagem muito maior do que a população brasileira geral que é de 28%); 12% o Fundamental completo; 18% o Ensino Médio completo ou incompleto; e apenas 2% tinham ensino superior completo ou incompleto. Por fim, ainda segundo o Infopen, os tipos de crime eram, em sua maioria, praticados contra o patrimônio ou relacionado ao tráfico de drogas.

O estado de São Paulo concentra 1/3 da população carcerária do país, com 225.874 pessoas presas. Embora não haja dados específicos por estado, pode-se deduzir, através das informações em âmbito nacional, que o perfil da pessoa presa também seja jovem, do sexo masculino, com altas chances de ser negro, baixa escolaridade e envolvido com práticas ilegais como roubo ou tráfico de drogas. Trajetória muito semelhante dos filhos, netos, maridos, sobrinhos e irmãos das mulheres presentes nesta tese.

A experiência da prisão é muito próxima ao cotidiano das famílias com quem conversei, o que não significa que seja menos traumática e dolorosa. Esses dados demonstram como prisões, e homicídios, sobretudo cometidos pela polícia, são práticas estatais corriqueiras nas margens. Mostram também como a morte não é apenas provocada, mas também induzida devido à violação cotidiana de direitos sociais e humanos fundamentais como saúde, educação, moradia, saneamento básico, etc. Não é à toa que na cidade de São Paulo é possível observar indecentes desigualdades na média de idade ao morrer, que pode chegar até 20 anos entre bairros das periferias e dos centros ricos da cidade. Conforme mapa da desigualdade, em 2021, no Jardim Paulista, Alto de Pinheiros e Moema a idade média ao morrer variava de 79 e 81 anos, enquanto no Jardim Ângela, Cidade Tiradentes e Grajaú a média não passava dos 59 anos.

Com esses dados minha intenção foi apresentar uma fotografia de como índices sociais se distribuem em termos de classe social, raça, gênero e geração, pelo território da cidade. Não se trata de estabelecer uma linha divisória entre centro e periferia, nem construir polaridade que há mais de uma década já se esgotou como modelo analítico, conforme atesta Maria Encarnación Moya (2011). No entanto, segundo essa autora, apesar da heterogeneidade social e territorial ter se

acentuado nas últimas décadas na cidade de São Paulo, a concentração da pobreza na periferia e a maior homogeneização das áreas mais ricas do anel central indicariam a manutenção do padrão centro-periferia, apesar de maior fragmentação e descontinuidades no espaço urbano, sobretudo nas periferias.

Por fim, importante ressaltar que tais condições tendem a se tornar ainda mais dramáticas com os efeitos duradouros provocados pela pandemia Covid-19. Não apenas as porcentagens de contaminação e de mortes foram maiores nas periferias, como também a crise econômica continua provocando impactos devastadores nestes territórios – como tratarei no capítulo 5 – trazendo consigo o desemprego e o retorno de um fantasma quase esquecido pela população pobre da cidade: a fome. O aprofundamento da desigualdade e a precariedade têm sido experimentadas como um limite na vida ordinária expandindo zonas de vulnerabilidade nas quais os limites entre vida e morte são tênues e cotidianos.

Nos limiares da vida e morte

Clara Han (2012), em seu livro *Life in Debt*, procurou compreender como os efeitos do avanço das políticas neoliberais – dificuldades econômicas, instabilidades nos empregos, endividamento, desresponsabilização por parte do Estado pelas políticas de cuidado – eram vividos e suportados por moradores da periferia de Santiago, no Chile. Ao observar o cotidiano dessas famílias, a autora sustenta que as mulheres, neste contexto, passavam a assumir um papel específico na mitigação destes problemas envolvendo a tarefa do cuidado. O trabalho de Han foi muito inspirador para esta pesquisa, pois ofereceu uma chave interessante para refletir sobre a relação entre processos nacionais e vida cotidiana, sobretudo para pensar em países, como Chile e Brasil, marcados por ditaduras não plenamente superadas, avanços neoliberais contínuos e democracias atravessadas por desigualdades sociais e violências. A autora sugere observar como estes processos políticos e econômicos mais amplos se desenrolam no cotidiano, e, principalmente, como seus efeitos são marcados por dinâmicas desiguais de gênero.

Seguindo as pistas de Clara Han, mas também de outras autoras (CHO, 2008; ROCHA, 2014; VIANNA e FARIAS, 2011; MOUTINHO, 2014b; PIEROBON, 2018; BIRMAN e PIEROBON, 2021; DAS, 2020), voltei-me então à vida ordinária na qual agenciamentos,

circulação e atuação política explicitavam seus contornos generificados, tornando gênero evidente demais para ser desprezado na análise sobre a produção dos territórios periféricos. Neste ponto, quero ressaltar que agência é entendida neste trabalho, como sugere Pedro Lopes (2021), a partir da ideia de *agentividade*, ou seja, “um engajamento do sujeito – que está sempre se refazendo – com o mundo que (também) o (re)faz” (2021, p. 46). Em outras palavras, não se trata necessariamente de uma mobilização e resistência às normas sociais, mas uma capacidade de ação em um determinado contexto de opressão (MAHMOOD, 2006; LOPES, 2021).

Eram mulheres que trabalhavam nos serviços públicos que acompanhei durante minha pesquisa de mestrado, assim como eram mães, esposas, avós, irmãs, tias que diariamente iam até eles à procura de algum suporte que garantisse melhores condições de vida para suas famílias (CARMO, 2016). No doutorado, continuei acompanhando as mulheres que se avolumavam nas filas em frente aos presídios masculinos em dias de visitas, as mesmas que a partir de diversas monobras e esforços, *esticavam* o dinheiro do mês para que fosse possível enviar regularmente o *jumbo*³⁶ para familiares presos. Eram essas familiares que procuravam a Defensoria Pública ou movimentos sociais para obter informações sobre os processos criminais e orientações sobre como tirar seus parentes *daquele inferno* o mais rápido possível. Eram as familiares que estavam na linha de frente do ativismo na *Luta contra o Genocídio da População Negra, Pobre e Periférica*. Acompanhei também as mulheres que se mobilizaram em torno de múltiplas campanhas de arrecadação e distribuição de alimentos realizadas durante a pandemia Covid-19 que trouxe a fome de volta para grande parte das periferias de São Paulo e do Brasil. Os trabalhos das autoras acima mencionados, ajudou-me observar as sobrecargas que recaem sobre as mulheres em seus esforços para manter a vida daquelas e daqueles que vivem o cotidiano de territórios assolados por políticas de extermínio.

Embora esta tese não tenha se debruçado sobre trajetórias masculinas, a ausência dos homens neste cotidiano de manutenção da vida sugere não apenas a não implicação deles com o doméstico, mas talvez aponte para os efeitos da degradação de vidas masculinas das periferias, sobretudo negras. As assombrosas taxas de homicídios e de encarceramento masculino, trazidas anteriormente, impactam a vida cotidiana de homens nas periferias, conforme demonstram alguns

³⁶ Cesta com produtos essenciais, tais como alimentos e produtos de higiene, enviados mensalmente pelas famílias de pessoas presas. Mais informações <https://ponte.org/em-sp-familias-so-poderao-entregar-comida-e-itens-de-higiene-a-presos-pelos-correios/> (acesso em 30 de abril de 2022).

estudos que tratam da produção de masculinidades nestes territórios (RIBEIRO; FAUSTINO, 2017). Outras pesquisas também chamam a atenção para como a crise do emprego masculino, ao impossibilitar que o papel de provedor por parte dos homens seja realizado, tende a provocar uma sucessão de tensões e conflitos familiares que acabam por resultar em separações, violências e afastamento dos homens de suas famílias (SARTI, 2011; HICKEL, 2015).

Contudo não eram de homens a maioria das pessoas envolvidas nos espaços que denunciavam a violência que recaía sobre seus corpos. Foi nos lugares que produziam tais denúncias que encontrei as mulheres que fazem parte desta tese. A presença majoritariamente feminina nestes espaços de luta não ocorre apenas na periferia da zona sul de São Paulo, podemos ver essa tendência em todo o país (VIANNA, FARIA, 2011; SILVA, 2017). Desse modo, o que pretendi sustentar ao longo desta tese é que enquanto os homens são consumidos pelas *guerras* que envolvem crime e Estado, às mulheres recae a tarefa de (re)fazer mundos após a devastação tanto a partir de agenciamentos na vida doméstica, como também produzindo resistências no mundo público.

Emprego aqui a noção de *guerra* apoiando-me na interpretação que muitas autoras têm construído a respeito dos conflitos, tensões, éticas e estéticas que envolvem homens do Estado e do *mundo do crime* a partir do enquadramento de *guerras de homens* (ROCHA, 2014; BIRMAN; PIEROBON, 2019). Não pretendo afirmar que Estado e crime estejam em lados opostos e simétricos das trincheiras do conflito, ao contrário, estão enredados em relações desiguais, violentas e ilegais que se constituem mutuamente, figurando como forças produtivas dessas margens que são territoriais e estatais (DAS, POOLE; 2004) que constituem as periferias e favelas do país. A polarização entre crime e Estado é ela mesma um mecanismo destas *guerras* justamente por produzir uma dicotomia entre bem e mal a partir da qual a violência é legitimada. De um lado estariam os *trabalhadores*, os *homens de bem*, as famílias heteronormativas brancas moradoras dos centros da cidade e dos *bons lugares* das periferias que necessitariam de proteção. Do outro, projetam-se as figuras dos desempregados, *vagabundos* e *bandidos*, os moradores negros de regiões mais empobrecidas das periferias e de favelas. Aqueles primeiros, representam uma masculinidade hegemônica branca arrogando-se como os detentores da ordem e tendo ao seu lado a violência legítima do Estado que se impõe sobre os últimos, corpos e territórios periféricos e racializados que figuram como lugares da desordem e do perigo, o que Feltran chama de *guerra justa de homens brancos* (FELTRAN, 2019; p.27).

É exatamente a partir dessa ideia de *guerra justa* que a intensificação do punitivismo como forma neoliberal de gerir e controlar a pobreza é legitimada (WACQUANT, 2001; TELLES, 2013, 2015, 2019; FELTRAN, 2011, 2019). São assim produzidos os inimigos internos, os *corpos nus*, os indesejáveis cujo extermínio não é lamentado, mas sim esperado. A ampliação do *mundo do crime* seria então a outra face deste processo ou, como afirma Daniel Hirata e Carolina Grillo, seu “efeito não previsto cujo conteúdo é expresso através da guerra” (HIRATA; GRILLO, 2019; p. 569).

Também não pretendo desprezar o entendimento de que se trata de um exercício da necropolítica (MBEMBE, 2016) que tem se realizado de forma cada vez mais sofisticada e contundente conforme se aprofunda o avanço do neoliberalismo. Observo tais *guerras*, inclusive, a partir da perspectiva deste conceito que contribui para compreender como o racismo opera na produção de inimigos internos e de políticas de extermínio contemporâneas. Utilizo *guerra* para conseguir abarcar os episódios de violência no cotidiano e descrever a atmosfera de medo e ameaça que envolve a vida doméstica das famílias com quem conversei. Novamente, de acordo com Daniel Hirata e Carolina Grillo (2019), *guerra* é um conceito não apenas empregado por governos que aprofundam suas políticas de extermínio empenhados na *guerra contra o crime*, como também, com sentidos totalmente distintos, é uma palavra utilizada por muitos daqueles que vivem nos limiares da vida e da morte para definir sua luta pela sobrevivência. Afirmam os autores:

Não há entendimento possível entre aqueles que estão pensando e operacionalizando a guerra contra o crime organizado e os guerreiros que buscam dar forma a suas vidas no turbilhão de forças desordenadas que constituem as vidas no crime. Por outro lado, existe concretamente uma continuidade de seus efeitos letais, que age incessantemente produzindo os dois sentidos incommunicáveis de guerra na medida em que engendra as forças que submetem os seus partícipes à brutalidade da guerra e da morte e os empurra para essa condição liminar de resistência e autodestruição. (HIRATA; GRILLO, 2019; p. 570)

Assim, a partir de uma *ética guerreira* (HIRATA, GRILLO; 2019), do *proceder* (MARQUES, 2014), da *irmandade* (FELTRAN, 2019), da *vida loka* (MALVASI, 2012) homens produzem agenciamentos, relações, enfim, seus mundos, nestes limiares de vida e morte. Sendo consumidos por estas guerras, tanto quanto a produzem. Como afirmam Hirata e Grillo, esse caminho em direção à morte não se dá por falta de valorização da vida, mas como forma de sobreviver em uma zona limítrofe entre *resistência e autodestruição* (2019; p. 569).

Ao me aproximar das mulheres das famílias desses homens, pude perceber que tanto elas, como toda a família, eram também sorvidas pelo campo gravitacional produzido em torno dessas *guerras*. O *mundo do crime* e a *violência estatal* produzem uma atmosfera de tortura, medo e ameaça que atinge, de diversas formas, todas as pessoas que moram em territórios onde essas forças operam. Contudo, impactam de modo mais contundente pessoas e famílias que são afetadas por eventos específicos – envolvimento de familiares com o crime ou com drogas, mortes, prisões –, produzindo múltiplas consequências não apenas para aqueles que são as vítimas diretas, como desdobramentos que se infiltram no cotidiano, corpos e memórias de suas famílias.

Em meu trabalho de campo, observei que enquanto são os homens a maioria dos que morrem, matam, roubam, são presos ou torturados, são principalmente as mulheres que, devastadas com perdas ou violências sofridas por pessoas que amam, precisam logo se recompor para voltar ao cotidiano, ao trabalho do cuidado que, nestes contextos, torna-se muito mais complexo e pesado. Isso porque tais guerras geram a multiplicação dos sofrimentos que se sobrepõem aqueles já existentes em territórios vulneráveis – os derivados da desigualdade social cujas taxas apresentadas anteriormente revelam. Desse modo, é preciso lidar não apenas com as próprias dores, medos e traumas, mas também com os de outras pessoas da família. Nos casos de parentes presos, a família precisa garantir o envio do *jumbo* e alguém, via de regra alguma mulher, deverá ficar responsável pela visitas, submetendo-se às *humilhações em porta de cadeia*. Também será necessário buscar por uma rede de *ajudas* – que pode envolver vizinhanças, equipamentos públicos, movimentos sociais – para que filhos, netos sobrinhos *tomem jeito* para que *algo pior* não aconteça. Durante esses 10 anos não apenas de pesquisa, mas também de ativismo e de relações de amizade, acompanhei mulheres assumindo tais tarefas buscando, através do trabalho generificado do cuidado, lidar com os efeitos devastadores dessas guerras para que suas famílias não fossem totalmente destruídas.

Com isso, não pretendo estabelecer uma polarização entre homens e mulheres a partir da qual eles estariam estritamente envolvidos com o crime e elas com o cuidado. Uma parcela pequena dos homens moradores destes território está no crime, assim como alguns chegam a se engajar com o trabalho do cuidado. Importante ressaltar que diversas lideranças masculinas nestes territórios têm sido, desde a formação das periferias, protagonistas de lutas sociais. As mulheres também estão no *mundo do crime*, a bibliografia sobre o tema tem ressaltado principalmente o lugar e papel das namoradas e esposas (FELTRAN, 2011; LIMA, 2013; LAGO; 2019). Interessante que elas

aparecem de modo relacional a partir de categorias de parentesco. Cabe ainda destacar que nem todas as moradoras das periferias assumem os compromissos relacionados às tarefas do cuidado, embora ele seja imposto a quase todas, se não todas, elas. E, embora a literatura sobre os movimentos sociais nas periferias não tenha dado devido destaque às ações de mulheres, elas sempre estiveram engajadas nas lutas por melhores condições de vida, ou seja, na produção das próprias periferias. O que argumento nesta tese é que em torno desta guerra contínua que implica em relações violentas envolvendo homens do crime e do estado, masculinidades e feminilidades são remodeladas em um processo no qual gênero e Estado (mas também crime) se produzem mutuamente (VIANNA; LOWENKRON, 2017).

Envolvimento com o campo

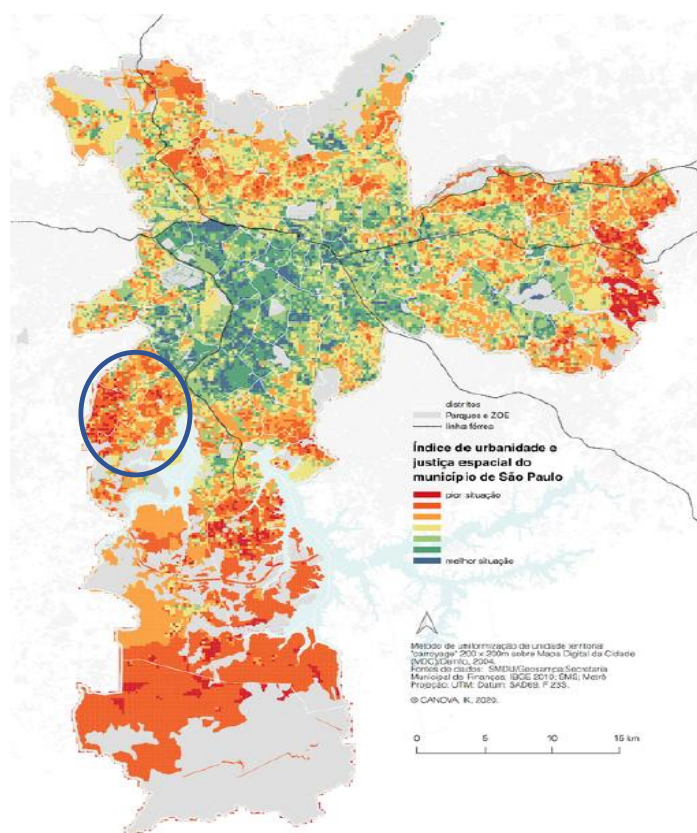
Foi entrelaçada em redes de moradoras, trabalhadoras, artistas, acadêmicas e ativistas da periferia da zona sul de São Paulo que produzi esta tese. As reflexões que trago são fruto não apenas dos cinco anos e meio de doutorado, mas de mais de dez anos desde quando me aproximei da região tecendo relações profissionais, de ativismo e de amizade que constituem hoje parte significativa da minha vida. Dessa maneira, realizei meu *campo* partindo de uma posicionalidade específica e me movimentando entre mulheres que vivem nos distritos do Capão Redondo, Jardim Ângela, Jardim São Luís e Campo Limpo.

Esta parte da zona sul, chamada por muitas moradoras e ativistas de *Zona Show* ou apenas de *Sul*, é delimitada, em sua face norte, pelo distrito do Morumbi; à leste, pelo rio e pela Marginal Pinheiros; à oeste, pelos municípios de Embu, Embu-Guaçu e Itapeverica da Serra; e à sul, pela represa Guarapiranga. Trata-se uma região que, segundo o Mapa da Desigualdade de 2020³⁷, já mencionado anteriormente, possui mais de 1.100.000 habitantes, fazendo com que os distritos que a compõem figurem entre os mais populosos da cidade: Jardim Ângela ocupando o 2º lugar, Capão Redondo o 3º e Jardim São Luís o 4º. Esses distritos estão também entre os que apresentam as maiores concentrações de favela em seus territórios. O Jardim São Luís possui quase 70% de seus domicílios em favelas, sendo o distrito com mais favelas do município. O Jardim Ângela, por sua

³⁷ Todos os dados apresentados nesta seção são do Mapa da Desigualdade da Cidade de São Paulo produzido pela ONG Rede Nossa São Paulo já tratado anteriormente. Ver nota 22

vez, fica em segundo lugar, com 53%. Campo Limpo e Capão Redondo apresentam as porcentagens de 22% e 21% respectivamente. Trata-se, portanto, de uma região muito populosa e de alta vulnerabilidade social. Recuperando o mapa da seção anterior produzido por Kátia Canova (2020), destaco nele estes distritos demarcando-os pelo círculo em azul. Como é possível notar no mapa, trata-se de um território que apresenta, utilizando os termos da autora, baixos índices de urbanidade e de justiça social:

ÍNDICE DE URBANIDADE E JUSTIÇA ESPACIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO



Como em todas as periferias da cidade, nesta porção sul, a população é também majoritariamente negra e jovem. Ainda segundo o Mapa da Desigualdade, Jardim Ângela é o distrito com maior população negra da capital, chegando à 60% do total de moradoras e moradores. Já o Capão Redondo possui 53%, Jardim São Luís, 51% e Campo Limpo, 47,9%. Com relação à população infantil e jovem, de 0 a 29 anos, esses distritos apresentam porcentagens que variam de 44% a 49%, maior que a média da cidade de 40,9.

Os quatro distritos estão também entre os dez que concentram as maiores taxas de homicídios da cidade de jovens entre 15 e 29 anos do sexo masculino por 100.000 habitantes: Capão Redondo é de 56; Jardim Ângela, 54; Jardim São Luís, 51; e Campo Limpo, 50. A região carrega o estigma de ser muito violenta, principalmente devido às mortes que ocorreram durante os anos difíceis anos de 1990. Neste período, chegou a ser identificada pela ONU, como ativistas da região costumam lembrar, como *a região mais violenta do mundo*³⁸.

Contudo, a zona sul sempre foi palco de intensa movimentação política e cultural. Podemos mencionar aqui Santo Dias (Santo Dias da Silva), importante sindicalista da região cujo assassinato pela polícia militar em um piquete de greve no final de 1979 desencadeou uma das maiores manifestações contra a ditadura militar. Santo Dias até hoje é lembrado e dá nome para instituições, escolas, ruas e praças da região. Mais recentemente podemos destacar também o Racionais MCs, grupo de rap mais importante do país, também oriundo da zona sul e motivo de orgulho para muitas moradoras e moradores. Atualmente, há uma multiplicidade de grupos culturais que produzem saraus, teatro, dança, cinema, música, como tratado anteriormente, forjando a efervescente cena político-cultural da *Zona Show*.

Cheguei à região no ano de 2011, quando comecei a trabalhar no CDHEP (Centro de Direitos Humanos e Organização Popular do Campo Limpo), situado no distrito do Capão Redondo, antes mesmo de ingressar na pós-graduação. A partir dessa experiência profissional, conheci e passei a integrar redes de trabalhadoras e trabalhadores das políticas sociais do território, pois elas eram o foco privilegiado das ações da instituição naquela época. Por meio dessas redes, muitas delas compostas por assistentes sociais, educadoras, psicólogas dos serviços de assistência social, fui conhecendo jovens ativistas que começavam a se organizar em coletivos que se multiplicavam na região naquele momento. O início dos anos de 2010 foi muito efervescente neste sentido, o que atribuo também às políticas sociais e de cultura que eram mais abundantes e

³⁸ Algumas matérias de jornais que demonstram como a região era tratada na mídia: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0608200832.htm>; <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/triangulo-da-morte-ja-matou-300-em-98-95178.html> (Acesso em 20 de maio de 2022).

acessíveis naquela época – como o VAI³⁹ e os Pontos de Cultura⁴⁰ – e que estimulavam e fortaleciam ações culturais de jovens nas periferias⁴¹. Existia também um contexto cultural e político que incentivava a emergência de expressões periféricas que articulavam as pautas de raça, gênero e sexualidade para pensar em território, além da própria denúncia de *Genocídio Negro*.

Desse modo, fui construindo, ao longo dos anos, relações de trabalho, ativismo e de afeto, sobretudo nesta cena ativista-cultural da zona sul. Importante destacar como essas dimensões da vida – trabalho, ativismo e amizade – estão sempre muito entrelaçadas na composição destas redes, como demonstra o trabalho já citado de Alessandra Tavares de Oliveira (2022), antropóloga também moradora e ativista da zona sul.

Aproximei-me da zona sul – que só posteriormente se tornaria um *campo* –, construindo relações a partir de um corpo e de experiências que configuravam uma posicionalidade específica em termos de gênero, raça, classe social e território. Sou uma mulher branca que, apesar de nascida em um território periférico da região metropolitana de São Paulo, há duas décadas me mudei para o centro da capital. Quando escrevia a tese, residia no Butantã, zona oeste da capital, mais precisamente no Morro do Querosene, como já mencionado. Contudo, nasci e vivi até meus 20 anos de idade em Mauá, cidade periférica da região metropolitana, até hoje conhecida como *dormitório* do ABC Paulista⁴². Sou oriunda de uma família das classes populares e sempre estudei em escolas públicas durante a Educação Básica, ou seja, me aproximo de uma trajetória do que se tem chamado de *brancos pobres*, no meu caso, uma *branca pobre*. Experiência social essa a partir

³⁹ Programa de Valorização de Iniciativas Culturais da gestão municipal de São Paulo que tem por fim apoiar financeiramente atividades artístico-culturais principalmente de jovens de baixa renda. Foi criado em 2003, mas ampliado em 2013 pelo então prefeito Fernando Hadadd. O VAI foi muito popular entre jovens ativistas e artistas que compunham as redes de conheci na zona sul.

⁴⁰ Ação do Governo Federal criada em 2004 pelo então Ministro da Cultura, Gilberto Gil, durante o governo Lula que tem por fim incentivar, a partir de financiamento, atividades culturais já existentes. Os pontos de cultura eram voltados mais para instituições do que para indivíduos.

⁴¹ Minha intenção aqui não é de analisar o processo de formação, nem as atividades desses coletivos e grupos culturais deste período, mas considero muito relevante refletir sobre essas iniciativas que foram muito intensas até meados de 2015 nas periferias. Acredito que elas nos ajudam a refletir sobre transformações políticas, morais e culturais que estão ainda em curso. Assim, mesmo que as políticas e programas governamentais não sejam as razões exclusivas para proliferação deste tipo de organização, é importante ressaltar como as ações voltadas para juventude, sobretudo das periferias, realizadas tanto pelo governo federal (governos do PT Lula-Dilma 2003-2016) e fortalecidas pela gestão municipal de Fernando Haddad (PT) foram fundamentais para o fortalecimento de ações políticas e culturais de jovens periféricos.

⁴² Região industrial da Região Metropolitana de São Paulo cujos municípios principais são Santo André, São Bernardo e São Caetano do Sul que concentram as maiores vagas de emprego e maior riqueza da região. Pessoas que moram nos municípios de Mauá, Diadema e Rio Grande da Serra normalmente trabalham nos municípios anteriormente citados.

da qual me constituí e negocieei durante todas as cenas cotidianas de minha vida, seja em Mauá, seja na USP, seja na zona sul.

Foi a partir da negociação e intercâmbio de múltiplas e complexas experiências e trânsitos – e também de alinhamentos políticos – que construí relações profissionais, intelectuais, de afeto e de ativismo com as redes de mulheres, majoritariamente negras, da zona sul. Sem dúvida este processo foi marcado por tensões, desconfortos e acomodações, justamente porque tratava-se de um momento no qual os privilégios de pessoas brancas, mesmo que das classes trabalhadoras como eu, estavam sendo pautados, assim como fortalecia-se a noção de *lugar de fala* (RIBEIRO, 2017). Isso fazia com que eu fosse reiteradamente enquadrada em minha *brancura* e tudo o que ela significava em termos de produção de subjetividade e de construção de relações nas chaves de superioridade-inferioridade que um contexto de intenso racismo, como nosso, promove.

Dessa maneira, por mais que fosse uma mulher oriunda de outras periferias da metrópole, por ser branca, não experimentaria o mundo como uma mulher negra também periférica. Esses limites eram sempre lembrados. Porém, foi também negociando com essas diferenças (MOUTINHO, 2014b) que construí relações duradouras e afetuosas com mulheres que hoje constituem meu mundo. Mulheres essas que têm produzido mundos a partir de reelaboração de sofrimentos e da vontade de vida. Foi com elas que me tornei pesquisadora, costurando um percurso intelectual coletivo e feminino.

Durante meu mestrado, iniciado em 2014 e concluído em 2016, também como já mencionado anteriormente, permaneci em redes de cultura e ativismo, refletindo e dialogando com pessoas com formação, idade, percursos profissionais e posicionamentos políticos semelhantes aos meus. Acompanhava os espaços de luta e o cotidiano de execução das políticas sociais da região. Ocupava um lugar misto de pesquisadora e ativista muito profícuo para acessar lugares e produzir meu estudo conectado com as perspectivas, pautas e interesses daquelas e daqueles com quem compartilhava aqueles espaços.

Contudo, no doutorado, procurei realizar um movimento distinto. Desloquei-me um pouco dos espaços de ativismos em direção ao cotidiano e intimidade de famílias que frequentavam os lugares de *lutas* e os serviços públicos. Minha intenção foi me desconectar dos enquadramentos produzidos pelo vocabulário desses ativismos, para mergulhar na complexidade e ambiguidade deste cotidiano. Foi assim que minha relação com o *campo* se modificou significativamente. As

trocas não mais se davam a partir de um alinhamento político, mas sim a partir da construção de laços de confiança que pudessem sustentar a partilha de intimidade.

Neste trajeto em direção ao doméstico, deparei-me com famílias compostas e geridas principalmente por mulheres. Os homens apareciam pouco em meu trabalho de campo, eles surgiam em falas femininas que transbordavam dores ou preocupações: lembranças ressentidas de um marido violento; luto não vivido de um filho assassinado; aflições que congelavam o presente de uma avó com o neto preso; traumas não curados devido ao risco factível da violência novamente acontecer. Durante as manhãs, tardes e noites que passava nas casas dessas famílias, eu notava a presença desses homens a partir do movimento de entrar e sair rapidamente. Pelas janelas, os observava nas ruas, nos bares e nos campos de futebol, assim como percebia os olhos preocupados de suas mães, irmãs, avós e esposas que acompanhavam o movimentos desses homens. Eles estavam também nas *biqueiras*⁴³ e nas viaturas de polícia que passavam lentamente nas ruas desses bairros, com olhares desconfiados e ameaçadores. Contudo, no cotidiano, realizando a tarefa do cuidado, da manutenção das famílias ou até mesmo na costura para envolver familiares nas *lutas*, a feitura era feminina.

Nessas famílias, conversei com mulheres de duas gerações, normalmente mães e filhas. Meu lugar social aqui também não era indiferente. Como branca, para muitas delas, sobretudo para as mais velhas, aproximava-me de suas *patroas* ou, no máximo, de uma filha que alcançou a escolarização e uma certa ascensão social. Já com as mais jovens, muitas com idades próximas a minha, a relação era de maior simetria entre experiências – de gênero, classe social e escolaridade – o que permitia, como sugere Heloisa Buarque de Almeida (2002), um intercâmbio de sofrimentos e angústias que marcariam uma identidade feminina. O que me permitiu regular a escuta e a comunicação com essas mulheres de diferentes gerações, foram exatamente minhas lembranças – completamente reelaboradas neste processo – de vivências complexas a partir desse lugar social específico que eu ocupava. Em outras palavras, as falas de mulheres mais velhas – sobre dores e ressentimentos derivados da violência de pais e maridos, ou sobre as humilhações vividas em casa de família quando trabalhavam como domésticas, ou sobre o confinamento e sobrecarga do trabalho do cuidado, ou ainda sobre as poucas possibilidades de construção de projetos de vida para além do doméstico – acionavam memórias das histórias contadas por minha mãe, ou mesmo

⁴³ Pontos de venda de drogas onde ficam normalmente reunidos jovens que trabalham no tráfico.

das experiências que com ela vivi. Experiências e memórias que também me constituíam. Do mesmo modo, as narrativas de mulheres mais jovens que vivenciaram sua juventude nos difíceis anos de 1990, compartilhavam comigo o sentimento de desamparo, de um futuro sem perspectivas, de projetos frustrados pela pobreza e pela falta de oportunidades. Enfim, esse intercâmbio de histórias, experiências e memórias tornou evidente como geração e tempo – passado, presente, futuro – são fios fundamentais a partir do qual mulheres tecem suas vidas nas periferias. Foi também com eles que construí esta tese.

Comecei o doutorado no ano de 2017 e, desde então, passei a realizar entrevistas nas casas dessas mulheres, bem como acompanhar algumas situações de seu cotidiano. A partir de 2016 passei também a compor a equipe da pesquisa *Entendendo a Mobilidade e a Precariedade: Modos de Vida Emergentes e Subjetividades Políticas entre a Nova Classe Média do Brasil*⁴⁴, conduzida por Charles Klein e realizada nos mesmos distritos que constituem meu campo. Este projeto foi uma possibilidade de ampliar meu diálogo com moradoras e moradores para fora da rede que integrava, bem como foi uma oportunidade ímpar de refletir em termos de pesquisa com pesquisadoras e pesquisadores moradores da região que também atuaram no projeto.

No decorrer do texto, aparecerão 11 famílias. Isso não significa que tenha falado com todos os membros delas, mas sim que realizei entrevistas e acompanhamentos tendo a família em perspectiva. Entrevistei ou trago cenas também de pessoas que aparecem de forma pontual e mais individualizada. Abaixo segue um quadro situando as famílias, pessoas e instituições em cada um dos distritos que compõem meu campo: Jardim Ângela, Jardim São Luís, Campo Limpo e Capão Redondo.

⁴⁴ Pesquisa colaborativa realizada durante 4 anos (2016-2019) em três capitais brasileira – São Paulo, Rio de Janeiro e Recife – que teve por fim analisar a mobilidade social e a subjetividade política da classe C. Em São Paulo a pesquisa foi conduzida pelo antropólogo Charles Klein e contou com a colaboração de uma equipe formada por pesquisadoras e pesquisadores moradores da zona sul. A pesquisa foi financiada pela Fundação Nacional da Ciência (NSF, National Science Foundation) - EUA.

CAMPOLIMPO

LOURDES

ZONA LESTE

ELIANA + GILBERTO
+ TIAGO
ELOA

LARISSA

VÂNIA

MARIDO L + VANUSA + MARIDO 2
FILHO 1 FILHO 2 FILHO 3 FILHO 4

JARDIM SÃO LUIS

PERTEGALIA
DE GUE
SANTOS

FALA
GUERREIRA

IARA

AMPARRAR
RAILDA

MARCOS

JOANA + PEDRO

VALENTIN

VITOR # 0

VINICIUS # VICENTE 0

ROBSON #

Juliano 0
Pai - mãe
IRINI
RAFAELA

SANDRA + AMARILDO
DEUS #
VANESSA

SISEF
SIMONE

SABROH #

PATRICIA

ELIANE - DOUGLAS
FILHA
FILHO

MSE
SUAIMITA
ELIANE

CONSOLAÇÃO + PAI
+ FILHO 1 + FILHO 2 # FILHO 3
FILHO 4 0 FILHO 5
DILANA
NUBIA

RICARDO

HELENA + PAULO
GABRIEL
FILHA 1
FILHA 2
FILHA 3
FILHA 4
FILHA 5
FILHA 6
FILHA 7
FILHA 8
LUCAS #
VIVIAN + CARO # DEBETRIZ
YASMIN
DIEGO
JULIANA
MANUELA
JULIA

FERREIRA + MARILDO
FILHO 1
FILHO 2
FILHO 3
mãe - Pai

PAI - MÃE
JOSÉ

FÓRUM
EM
DEFESA
DA
VIDA

ROSA
CARLOS
SOCORRO
Pai + Mãe
GUILLERME

JARDIM ANGELO

ROGÉRIO

LEGENDA

- CASAMENTO
- + SEPARAÇÃO
- COBERTURA DESTA CASA
- INTERVENÇÃO FUND. CASA
- LIBERDADE CONDIÇÃOAL
- EUCARÉPADO
- ASSASSINATO +
- DE RENÚNCIA
- NICOL / DROGAS

Para me aproximar das famílias, inicialmente marcava algumas entrevistas com as mães, avós, irmãs e tias que participam dos espaços de ativismos ou que acompanhavam seus familiares nos serviços de medida socioeducativa ou nas prisões. Elas me recebiam em suas casas, falavam sobre suas vidas e, aos poucos, relações eram aprofundadas. A partir dessas relações mais consolidadas, elas me apresentavam outras mulheres que eram suas vizinhas, amigas ou parentes que se encontravam na mesma situação, isto é, enfrentando o *envolvimento*⁴⁵ de familiares com o crime ou mesmo a perda de um ente querido de forma violenta.

Continuei também acompanhando atendimentos dos serviços públicos e encontros de ativistas. Esse movimento entre mundo público e vida íntima me permitiu observar como ambos se constituíam mutuamente em um processo cada vez mais influenciado pela experiência de mulheres, assim como se tornavam espaços de construção de subjetividades e identidades femininas. Neste sentido, o meu campo de pesquisa, que veio a se misturar com minha vida, é composto pelo movimento e pela dinâmica desta rede tecida por mulheres que transitam entre o mundo público e a vida cotidiana buscando (re)criar mundos, relações e a si mesmas.

Nas tramas do cuidado

Quando iniciei a escrita desta tese, tinha em mãos materiais que pareciam me conduzir para dois caminhos distintos: um era a possibilidade de me aprofundar no cotidiano de mulheres que vivenciaram em suas famílias episódios de violências relacionados às *guerras de homens* do Estado e do crime; o outro consistia em refletir sobre as trajetórias de vida narradas por elas que traziam experiências – muito comuns a todas com quem conversei – profundamente relacionadas a suas posicionalidades em termos de gênero, classe e raça em territórios periféricos. Durante um tempo considerável da escrita fiquei muito aflita frente ao impasse sobre qual caminho seguir, pois não era fácil abandonar qualquer um deles, como se ao deixar um de lado, estivesse abrindo mão de uma parte relevante para compreender a vida das mulheres nas periferias. Foi assim que compreendi que o que percebia como dois caminhos distintos, se tratava de dimensões complementares das experiências de vida dessas mulheres.

⁴⁵ Envolvimento é um termo utilizado no campo para se referir à implicação de jovens em práticas criminosas ou com drogas.

Conheci e ouvi mulheres de diferentes gerações que compunham famílias e conviviam em permanente tensão e negociação para mantê-las. Divisões de tarefas e complexos arranjos eram modulados no cotidiano para que o dinheiro fosse suficiente até o final do mês; para que as crianças e adolescentes permanecessem na escola fosse; para que familiares, principalmente rapazes, não se envolvessem com *coisas erradas*; para que os filhos ou netos presos pudessem receber o *jumbo* e visitas; para que ninguém adoecesse; e para que perdas fossem esquecidas.

As mulheres mais velhas, muitas das quais já avós, chegaram nas periferias da cidade ainda na infância com suas famílias de origem rural, quase todas vindas do nordeste do país. Elas começaram a trabalhar cedo, seja com tarefas domésticas de suas casas, seja no trabalho em *casa de família*. Na maior parte dos casos não tiveram acesso à educação e trabalharam, ao menos uma parte de suas vidas, como empregadas domésticas. Casaram-se cedo para *fugir* do domínio patriarcal de suas famílias de origem, mas quase todas se separaram por terem vivido violências nos casamentos. Quase todas também tiveram algum tipo de engajamento político, mesmo que não se vissem como militantes, principalmente nas mobilizações para conquista de moradia e educação para seus filhos ocorridas nos anos de 1980. Algumas dessas mulheres também viram suas vidas devastadas com a violência que envolveu seus filhos a partir dos anos de 1990.

As mais jovens, filhas dessa geração anterior, tiveram um acesso mais amplo a direitos, principalmente à educação. Quase todas com quem conversei, concluíram a Educação Básica, algumas até alcançaram o Ensino Superior. Começaram também a trabalhar cedo, mas não como suas mães. Engajaram-se nos primeiros empregos ainda na adolescência, muitos dos quais precarizado em comércios da região. Poucas seguiram para o serviço doméstico. Essas mulheres mais jovens cresceram em um contexto no qual o *mundo do crime* já se expandia e conviveram com outras crianças e adolescentes que, posteriormente, se envolveriam com práticas criminosas. Compartilharam e compartilham com eles os mesmos lugares de sociabilidade, códigos e vocabulários. Algumas das mulheres com quem conversei já se relacionaram afetivamente, ou se relacionavam, com homens envolvidos com o crime. Algumas até mesmo faziam usos de drogas, mas nenhuma delas tinha um comprometimento maior com atividades criminosas. Assim como as mais velhas, algumas delas possuíam certo tipo de engajamento, mas diferente da geração anterior, se tratava de um ativismo ligado às pautas dos coletivos periféricos: gênero, raça, sexualidade e violência do Estado.

Contudo, a despeito dessas diferenças intergeracionais, uma experiência continuava comum para todas. Essa experiência era a tarefa relacionada ao cuidado. Tanto as mais velhas como as mais novas experimentaram cedo essa responsabilidade a partir do lugar de cuidadoras. Como muitas disseram, aprenderam muito mais a cuidar, do que a serem cuidadas. Era a partir do cuidado que conviviam e negociam com as diferenças geracionais não apenas em suas famílias, como também em redes com base territorial. O cuidado, assim como a busca contínua por autonomia, eram fios condutores a partir dos quais elas narravam suas relações, sonhos, escolhas profissionais e políticas.

Denise Pimenta (2019) em seu trabalho sobre a epidemia do vírus Ebola em Serra Leoa, ao investigar sobre a razão pela qual as mulheres morriam mais com a doença do que os homens, afirma ter encontrado o *amor*, isto é, a forma romantizada do trabalho do cuidado que mulheres, desde a infância, realizavam investindo “tempo, dedicação, paciência e força física; mas também um engajamento que leva a perdas, exaustão, debilitação física, bem como possíveis doenças e morte.” (2019; p.12). Assim como Pimenta, ao buscar desnaturalizar o fato de que mais mulheres estavam nas portas das prisões, nos equipamentos públicos e nos ativismos que tratavam de questões relacionadas aos corpos de homens, também encontrei o cuidado. Dessa forma, o cuidado apareceu no trabalho de campo de forma complexa e ambígua, pois não só era vivido como sobrecarga que gerava sofrimento, como também se tornava elemento constitutivo de subjetividades e de lutas. Trajetórias individuais tais como carreiras profissionais ou políticas, não estavam dissociadas de um senso de responsabilização coletiva, seja com a família, seja com relações de amizade e ativismo construídas a partir dos marcadores de raça, classe, gênero, sexualidade e território. E, em situações de eventos violentos, era, a partir do cuidado, que mulheres (re)habitavam novamente o cotidiano (re)construindo seus mundos devastados.

Neste sentido, construí esta tese a partir da percepção e experiência das mulheres a respeito dessas *guerras*. Sigo narrativas femininas posicionadas de maneira complexa (Moutinho, 2014) no contexto de produção das periferias da cidade nos últimos 30 anos, observando como foram impactadas por estes processos, assim como se constituíram, e se constituem, como agentes dessa produção. Neste sentido, argumento que tais *guerras* não são as únicas forças produtivas desses territórios. As mulheres permanecem em uma atuação naturalizada e invisível, mas profundamente poderosa, de manutenção da vida e na produção de territórios nos quais opera a necropolítica.

Esta tese está organizada em três partes, na primeira me detenho nos efeitos que essas *guerras de homens* provocam para além dos corpos das vítimas diretas das agressões, atingindo as famílias e, de forma específica, as mulheres. Na segunda parte, foco nas experiências de moradoras das periferias da cidade que têm o cuidado, a proteção da famílias e as *lutas* por melhores condições de vida como elementos constitutivos de suas existências e como, a partir dessas experiências, reúnem forças para manter seus mundos. Na terceira parte, me detendo nas bruscas transformações provocadas pela pandemia de Covid-19 que impôs novos, além de ter intensificado antigos, problemas no cotidiano das redes de mulheres que se viram obrigadas a enfrentar a fome em um contexto de extrema desresponsabilização do Estado no que se refere à garantia da vida.

No capítulo 1 que inicia a primeira parte, busco demonstrar, a partir da experiência localizada de algumas mulheres, como relações e mundos são reconstruídos em um contexto em que violência e vida cotidiana estão entrelaçadas. Argumento que enquanto os homens fazem e são consumidos por *guerras*, as mulheres tecem relações e criam estratégias cotidianas tendo por fim minimizar os efeitos das violências e evitar que mortes novamente ocorram. Se a necropolítica nas margens da cidade produz territórios violáveis, bem como corpos matáveis, no cotidiano essa violência é reproduzida e suportada em termos de gênero. A partir das vidas e vozes de Aurora, Luciana, Joana e Consolação⁴⁶ demonstro como são as mulheres que carregam em seus corpos o luto, os traumas, as culpas, as doenças e a sobrecarga do cuidado que se torna ainda mais pesada nestes contextos. Contudo, é também pela múltipla e ambígua tarefa do cuidado, que se dá através da descida ao cotidiano (DAS, 2020), que elas reconstróem mundos, relações, territórios e a si mesmas.

No segundo capítulo, que também compõem a primeira parte, meu objetivo é o de focar nos efeitos produzidos pela expansão do sistema penal, que transborda para muito além dos muros dos presídios, impondo outras dificuldades que se enredam no cotidiano das famílias. Neste capítulo, além de Aurora, Luciana, Joana, apresento Sandra como mais uma interlocutora. Dialogando com a bibliografia sobre sistema prisional, reflito sobre como as famílias são sorvidas pela burocracia estatal a partir de atravessamentos de instituições, portões, guichês, elas são também atravessadas por humilhações, traumas e estigmas que produzem vergonha e culpa.

⁴⁶ Os nomes que emprego nesta tese são quase todos fictícios para garantir o anonimato de minhas interlocutoras. Somente alguns nomes verdadeiros serão mantidos por escolha política de ativistas que possuem uma identidade mais pública. Isso será indicado quando ocorrer.

Contudo, é também no espectro da prisão que novas relações vão sendo tecidas entre mulheres. Seja para lidar com as perversidades do sistema através do compartilhamento de um conhecimento adquirido no atravessamento constante das fronteiras porosas da prisão (LAGO, 2020), seja para produzir resistências contra o próprio sistema. Argumento que tais relações não são apenas oposições meramente reativas (TOSOLD, 2020) à força repressiva do Estado, mediadas apenas por masculinidades – Estado, crime, presos. Elas são tecidas por meio de relações entre mulheres modeladas pela experiência do cuidado que, apesar de naturalizado e invisível, constitui-se como elemento fundamental para criar e preservar famílias, comunidades e lutas. Neste sentido, argumento que a atuação de mulheres no cotidiano das margens se constitui como um eixo de força de produção de territórios, assim como o crime e o estado.

No capítulo 3, que inicia a segunda parte da tese, destaco a produção das trajetórias de mulheres moradoras das periferias a partir de suas próprias narrativas. Três dimensões se sobressaem neste capítulo: a busca contínua por autonomia que marca agenciamentos e trajetórias; o esforço constante de produção de família, o que não está desvinculado da produção de si; a conquista da casa como etapa fundamental para garantir segurança da família e como tal conquista está conectada com a produção de territórios; e a relação entre gerações de mulheres crucial não apenas para manutenção das famílias como também para produzir identidade e projetar sonhos.

No capítulo 4, busco ressaltar a centralidade do cuidado, que assume contornos específicos nas experiências das mulheres moradoras das periferias da cidade. Tento realçar as relações familiares, dando destaque à mãe e filha, relação essa que se impôs a mim. Em contextos em que as mulheres se veem sobrecarregadas com a tarefa do cuidado e com a manutenção da família, o peso do trabalho cotidiano é partilhado pelas e pelos integrantes da família, fazendo com que as tarefas domésticas recaiam com mais peso para as filhas. O lugar de cuidadora, assumido desde muito cedo, produz ressentimentos e adoecimentos que se imiscuem na própria produção de si. Contudo, os casos tratados neste capítulo, revelam também como o cuidado, como experiência generificada, é também elemento a partir do qual agenciamentos, lutas e curas são (re)elaboradas. Aprendizados cotidianos, histórias, memórias são partilhadas entre gerações servindo de alimento para múltiplas formas de lutas. Argumento então que a experiência do cuidado é vivida por mulheres tanto como uma forma de opressão, como também uma possibilidade de produção de si.

Por fim, no capítulo 5, que compõem a terceira parte da tese, trago a experiência incontornável da pandemia Covid-19 e como ela impactou o meu campo. Logo no início do

isolamento social, meados de abril de 2020, as redes de mulheres com as quais estava envolvida foram tragadas pelas demandas que surgiram por alimentos, frente à fome que voltou a assombrar o cotidiano de diversas famílias das periferias. Foram novamente mulheres que se organizaram em torno dessas ações. Neste capítulo evidencio como são as elas que se sobrecarregam e constituem redes, relações e a si mesmas, com o cuidado na constante e invisível tarefa de manter e (re)criar a vida nas margens da cidade de São Paulo.

PARTE I | Zonas de vida e morte

CAPÍTULO 1 | (Re)construir mundos nos limiares da vida e morte

Tudo o que sabemos da guerra conhecemos por uma “voz masculina”. Somos todos prisioneiros de representações e sensações “masculinas” de guerra. Das palavras “masculinas”. Já as mulheres estão caladas. Ninguém, além de mim, fazia perguntas para minha avó. Para minha mãe. Até as que estiveram no *front* estão caladas. Se de repente começam a lembrar, contam não a guerra “feminina”, mas a “masculina”. Seguem o cânone. E só em casa, ou depois de derramar alguma lágrima junto às amigas do *front*, elas começam a falar da sua guerra, que eu desconhecia. Não só eu, todos nós. Em minhas viagens jornalísticas, mais de uma vez fui testemunha, a única ouvinte de textos absolutamente novos. E experimentava um espanto igual ao de minha infância. Nesses relatos transparecia o esgar monstruoso do mistério... Quando as mulheres falam, não aparece nunca, ou quase nunca, aquilo que estamos acostumados a ler e escutar: como umas pessoas heroicamente mataram outras e venceram. Ou perderam. Qual foi a técnica e quais eram os generais. Os relatos femininos são outros e falam de outras coisas. A guerra “feminina” tem suas próprias cores, cheiros, sua iluminação e seu espaço sentimental. Suas próprias palavras. Nela, não há heróis nem façanhas incríveis, há apenas pessoas ocupadas com uma tarefa desumanamente humana. E ali não sofrem apenas elas (as pessoas!), mas também a terra, os pássaros, as árvores. Todos os que vivem conosco na terra. Sofrem sem palavras, o que é ainda mais terrível. (ALEKSIÉVITCH, 2013, p.12)

Era manhã de sábado do mês de abril de 2016. Cerca de 20 mulheres encontravam-se sentadas em círculo na sala de entrada do Serviço de Medida Socioeducativa do Capão Redondo, o MSE-Capão⁴⁷, na periferia da zona sul de São Paulo. Dentre elas, estavam as trabalhadoras daquele serviço, as chamadas técnicas⁴⁸; as ativistas⁴⁹ da zona sul que integravam coletivos com pautas anti-racistas e feministas; e as familiares de jovens que cumpriam medida socioeducativa ali. Quase todas as mulheres presentes eram negras e havia um recorte geracional evidente: as técnicas e ativistas sendo geralmente mais jovens do que as familiares. Tratava-se de um encontro organizado por essas trabalhadoras e ativistas cujo objetivo era discutir sobre o *genocídio da população negra, pobre e periférica* a partir de experiências das mulheres presentes naquela manhã. Em outras palavras, buscava-se engajar *as familiares* na *luta*, mas tendo como preocupação criar um ambiente onde as mulheres se sentissem à vontade para falar sobre como eram afetadas pelas violências que atingiam, mais diretamente, os corpos de seus filhos, netos, irmãos, sobrinhos e maridos. Havia um consenso entre as organizadoras de que aquelas *familiares* tinham pouco espaço – tanto na família, vizinhança e principalmente em instituições estatais – para falar sobre o

⁴⁷ Ver nota 16.

⁴⁸ Como são denominados profissionais que trabalham no MSE e que desenvolvem atividades de acompanhamento dos jovens.

⁴⁹ Emprego aqui "ativistas" e "ativismo" por considerar a melhor forma para sintetizar a multiplicidade dessas dominações.

sofrimento gerado por mortes e prisões. A partir de diversas experiências dessas profissionais e ativistas, sabia-se que essas familiares das vítimas, sobretudo de violência estatal, se sentiam julgadas e culpabilizadas.

A presença de mães, tias, avós e irmãs e não dos jovens em medida socioeducativa era porque, como explicavam as organizadoras, “eles não se interessavam por este tipo de atividade”, de forma que suas familiares estariam mais disponíveis para aquele tipo de encontros do que eles.

Sulamita, uma jovem mulher negra, psicóloga formada pela PUC (Pontifícia Universidade Católica) de São Paulo, técnica daquele serviço, moradora da região e ativista de coletivos locais, fez a abertura do encontro falando sobre o propósito do dia. Propôs para que todas as presentes se apresentassem falando de si mesmas e da relação que tinham com o jovem em medida socioeducativa. Mesmo que não tenha sido solicitado que as infrações cometidas pelos jovens fossem mencionadas, elas emergiam nas falas das mulheres e estavam geralmente relacionadas a roubos e ao tráfico de drogas. A exclusividade feminina naquela reunião não foi planejada, a atividade não era restrita às mulheres, no entanto apenas elas compareceram, como em todas as que se seguiram. Essa presença de mulheres, como argumento ao longo da tese, reflete a ausência dos homens nessa tarefa cotidiana do cuidado com os familiares, incluindo aquele demandado em casos de conflito com a lei.

Após a primeira rodada de apresentações, Sulamita disparou a segunda pergunta: “como vocês vivem o cotidiano com a violência policial em seus bairros?”. Em sua introdução, Sulamita buscou explicitar os princípios que orientavam aquele encontro. Ao enquadrar as ações da polícia como violentas e racistas, definindo o estado como *genocida*, ela tinha a intenção de produzir um campo moral que problematizava a prática violenta da polícia no cotidiano naqueles territórios – mortes, prisões, abordagens violentas –, muitas vezes entendida como resposta *natural* a quem *fez coisa errada*, ou *foi para um caminho torto*. Ao responsabilizar a polícia e o Estado, buscava-se também criar um ambiente no qual essas *familiares* não se sentissem culpadas ou constrangidas pelos atos dos jovens. Aos poucos, as mulheres começaram a falar, algumas delas reforçando as restritas possibilidades de *desabafar*: “essa é a primeira vez que falo sobre isso assim”.

As vozes se intercalavam. Episódios de violência se sobrepunham em um cotidiano marcado por preocupação, impotência, medo, vergonha, culpa. Não foram raros os casos em que a mesma mulher narrava mais de um evento violento na família – como prisões, mortes ou torturas –, às vezes envolvendo outro familiar, quase sempre homem. Elas relatavam o sofrimento de não

ter controle sobre as ações dos jovens, sobre a preocupação gerada cada vez que saíam de casa para trabalhar, sobre o sentimento de impotência e sobre a dor causada por perdas. Falavam também do sentimento de culpa pelo *envolvimento*⁵⁰ dos jovens com práticas criminosas, que se intensifica com rumores da vizinhança e com as acusações por parte da própria família. As ativistas e técnicas, por sua vez, não comentavam muito sobre casos ocorridos diretamente em suas famílias, embora algumas também os tivessem, mas falavam a respeito do medo de que seus familiares se *envolvessem com o crime* ou de sofrerem com a *violência policial por serem negros e periféricos*. Por outro lado, relataram alguns casos de agressão por serem ativistas ou por trabalharem com jovens em medida socioeducativa.

Naquela sala, diversas trajetórias se cruzavam explicitando a heterogeneidade que a articulação entre raça, classe social e gênero podem produzir nas periferias. Contudo, diversas falas, medos e preocupações demonstravam como algumas experiências, embora vividas de formas distintas, eram comuns entre mulheres moradoras de territórios marcados por *guerras de homens*.

A respeito das diferenças, embora quase todas as presentes ali fossem mulheres negras e moradoras da região, a geração, a situação econômica e a escolaridade eram marcadores que estabeleciam distinções entre as proponentes do encontro e as familiares. As ativistas e profissionais, com idades entre 30 e 40 anos, tiveram acesso ao ensino superior e ocupavam profissões qualificadas, quase todas elas em serviços públicos e ONGs. As familiares dos jovens em medida socioeducativa, eram mais velhas, algumas na casa dos 40 anos, mas a maioria com mais de 50, muitas delas já avós, tinham pouca escolaridade e a grande parte delas trabalhava como empregada doméstica, algumas, inclusive, já estavam aposentadas. Havia um cuidadoso esforço por parte das organizadoras em tecer uma relação com essas familiares buscando desconstruir possíveis desconfianças geradas por tais diferenças. Era importante também tornar aquele ambiente um lugar seguro para que aquelas mulheres pudessem desassociá-lo de experiências prévias de humilhações e constrangimentos vividos em serviços públicos que se voltam para população pobre e negra moradora das periferias (CARMO, 2016; FERNANDES, 2019). Buscava-se construir um

⁵⁰ *Envolvimento* é um termo de uso corrente no meu campo para se referir a jovens dos quais se suspeita que pratique algum tipo de crime ou façam uso de drogas que os aproxime do crime local. Esta palavra designa uma relação, mais do que a realização de alguma atividade, o que sugere se tratar mais de uma ligação a um mundo e a pessoas do que denotar um ato em si. Aproximação essa que também se refere a uma mudança de comportamento na casa e com a família.

espaço de negociação (MOUTINHO, 2004; 2014) onde gênero, raça e território eram os elementos para construção de um “nós, mulheres periféricas” .

Desse modo, o encontro tinha por finalidade subverter tais diferenças que eram também reforçadas pelo que prescrevia a burocracia do serviço. As jovens trabalhadoras do MSE tinham por objetivo ir além do monitoramento das atividades cotidianas dos rapazes em medida socioeducativa. Acompanhamento este que tinha por fim *inserir-los* em atividades formais e legais – principalmente trabalho e escola. Tais trabalhadoras possuíam uma crítica contundente à ideia de que essas atividades do mundo formal e legal estariam disponíveis para os jovens. Não estavam antes do ato infracional e agora estariam menos ainda. Os serviços de assistência social tinham como pressuposto a ideia de a não inserção no mundo formal era provocada pela fragilidade da família e não pela própria insuficiência de oportunidade de entrada neste mundo (CARMO, 2016). Pressuposto que colocava os serviços de assistência social, dentre eles o MSE, na função de *fortalecer* tais famílias. Essas trabalhadoras presentes nesta reunião, muito influenciadas pelo ativismo local, eram radicalmente críticas a esta ideia.

O objetivo então dessas jovens, ao contrário de seguir as normativas do serviço, tinham por objetivo discutir junto àquelas *familiares* as limitações dessas possibilidades de inserção e discutir com elas sobre a responsabilização do Estado não apenas sobre a violência arbitrária contra os jovens, mas também pelo próprio *envolvimento* juvenil em atividades criminosas. Estavam ali tentando produzir um *nós* pautado na experiência de mulheres periféricas que se aproximava não apenas pela condição racial e de gênero – mulheres negras submetidas à opressões semelhantes – mas, principalmente, pela condição de habitarem em um território marcado por opressões específicas, isto é, um “nós periférico”. Em outras palavras, buscavam produzir um vocabulário a partir do qual pudesse se compreender que o território impunha um tipo de experiência marcada pela presença violenta do *Estado*.

Foi naquele dia que conheci Dona Aurora. Em tom desolado, aquela mulher branca de não mais que um metro e sessenta, sentada em uma das cadeiras do círculo, começou a contar sua história. A fisionomia abatida, os ombros arqueados e as raízes brancas dos cabelos já avançadas - sugerindo que a pintura não era retocada há tempos – demonstravam um sofrimento materializado em seu corpo. Aurora estava naquela reunião, pois acompanhava seu neto, Caio, então com 16

anos, no cumprimento de sua liberdade assistida⁵¹. Há seis meses o jovem havia saído da Fundação Casa⁵² e agora cumpria medida socioeducativa em meio aberto por tráfico de drogas. Ela disse que estava muito triste, pois ainda não tinha conseguido se recuperar da morte de um de seus filhos, o pai do Caio, ocorrida há 1 ano. Ele havia sido assassinado por um vizinho, *um nóia*, palavra que logo corrigiu, pois afirmou não gostar de utilizá-la, porque era assim que chamavam seu outro filho, também assassinado 20 anos antes. Com a morte do pai, relatou Aurora, Caio ficou profundamente abalado, assim como toda sua família. Ela e a outra filha não conseguiram dar a atenção necessária ao garoto que, devido à dificuldade em lidar com a perda, acabou se *envolvendo* com drogas e indo para o *caminho errado*.

A história de Dona Aurora comoveu a todas nós por tantos eventos violentos sobrepostos – morte de dois filhos e internação de seu neto –, mesmo seu caso, infelizmente, não sendo exceção. Aquelas mulheres não se surpreendiam com a história de Aurora, justamente porque partilhavam da experiência da perda, do sentimento de impotência e do medo de que o evento pudesse acontecer novamente ou ainda ocorresse coisa *pior* com as pessoas de suas famílias, principalmente com os homens. E, por esta razão, essas narrativas tocavam em dores conhecidas, um conhecimento partilhado pela experiência que Veena Das qualifica como *venenoso* (DAS, 2020).

A partir dessas partilhas de experiências, sofrimentos e dificuldades, foi se consolidando um grupo de mulheres. Grupo este que tem se constituído como uma rede de apoio não apenas para lidar com a burocracia estatal, como também um suporte para os processos de luto, de reconstrução de mundos, de relações, enfim, de (re)criação de si.

Aproximei-me de Dona Aurora não necessariamente por sua história de sofrimento excepcional. Meu interesse se deu exatamente por sua capacidade de agência, de criar laços, de se afastar da morte. Na realidade, foi ela quem veio até mim. Acompanhei durante todo o ano de 2016 as reuniões desse grupo de mulheres que ocorriam, no mínimo, uma vez ao mês. Ao longo das atividades, fui percebendo o engajamento cada vez maior de Aurora e o fortalecimento de sua

⁵¹ Liberdade assistida é um tipo de medida socioeducativa em meio aberto aplicada a adolescentes que cometeram ato infracional tendo por fim “acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente”, de acordo com o Art. 118 da Lei 8069/1990, ECA.

⁵² A Fundação Casa – Centro de atendimento socioeducativo ao adolescente é um órgão público vinculado à Secretaria da Justiça e Cidadania que tem por fim executar as medidas socioeducativas de regime fechado. A instituição é oriunda da antiga Febem (Fundação estadual do bem estar do menor) que teve seu nome modificado em 2006 para se adequar ao ECA. Embora tenha ocorrido esta mudança no nome, é importante ressaltar que movimentos sociais e pesquisas acadêmicas continuam a ressaltar o viés punitivista desta instituição, assim como a contínua violação de direitos humanos dos jovens internados.

relação com aquelas *mulheres maravilhosas*, como ela gostava de se referir ao grupo. Nossa primeira conversa, quando falei sobre minha pesquisa e sobre meu interesse em conhecer um pouco mais de seu cotidiano, ocorreu em uma festa no final daquele ano no MSE. Tinha chovido muito, por isso cheguei um pouco atrasada, quando a festa já estava animada. Logo que entrei, vi Dona Aurora e mal a reconheci. Além de uma alegria contagiante, conversando e brincando com todas as pessoas, ela estava com os cabelos pintados, maquiagem e um belo vestido. Quando me viu, logo veio me cumprimentar e não parava de repetir o quanto aquelas *mulheres maravilhosas* tinham mudado sua vida. A partir daquele dia, nossa relação se fortaleceu e ela passou a ser a guia deste trabalho.

A escuta que fiz dessas mulheres tornou evidente a existência de um tipo de efeito da violência decorrente das *guerras* que envolvem polícia e controles locais, que não é capturado nem pelas taxas de homicídios ou boletins de ocorrência, nem pelas denúncias de genocídio contra jovens negros pobres e periféricos. São os efeitos que vão além dos corpos diretamente vitimados pela tortura, encarceramento e homicídio. São aqueles que se infiltram e devastam relações, subjetividades, famílias, projetos de futuro e, perdurando no tempo a partir de uma constante ameaça, limitam as possibilidades de reconstrução de mundos.

Como discuti na introdução desta tese, minha intenção não é reforçar a ideia de uma cidade polarizada, nem tampouco reafirmar estigmas que recaem sobre as periferias como territórios violentos, cuja violência adviria de lugares onde a lei, a ordem e o estado não estariam presentes (DAS e POOLE, 2004). Pelo contrário, justamente para manter zonas de privilégio branco em uma cidade extremamente desigual (FRANÇA, 2017), é necessário que sejam produzidos e mantidos territórios nos quais esteja concentrada aquela parcela da população indesejável, considerada uma ameaça, definida a partir de linhas raciais e de classe. Como também tratado na introdução, considero o conceito de *necropolítica* cunhado por Achille Mbembe (2016), uma ferramenta valiosa para compreender a lógica de atuação do estado nos territórios periféricos justamente porque articula a política de morte com o racismo.

E ainda, sigo o argumento de Veena Das e Deborah Polle (2004) de que as e os habitantes das margens não estariam passivamente submetidos ao poder, pelo contrário, como afirmam as autoras, as margens são espaços de agência e criação que também colonizam as próprias ações do estado. Desse modo, pensar em termos de guerras contribui para observar a complexidade dos cotidianos onde crime e estado não estariam em lados opostos, mas sim imbricados e se

constituindo mutuamente (FELTRAN, 2011; TELLES, 2013; HIRATA e GRILLO, 2019). Entretanto, além dessas políticas de morte e guerras, há outras forças que produzem essas margens que são agenciadas por mulheres envolvendo o trabalho do cuidado e a tarefa de cotidiana de manter a vida (ROCHA, 2014; BIRMAN e PIEROBON, 2021).

Por esta razão, argumento que gênero é uma dimensão fundamental para compreender não apenas a reprodução da própria necropolítica, como também os efeitos, agenciamentos e resistência profundamente generificadas (VIANNA e LOWENKRON, 2017) que ocorrem em seu espectro. Alguns trabalhos que têm buscado compreender as dinâmicas de territórios militarizados alertam para como gênero é uma dimensão fundamental na análise do que se nomeia como *guerras*, ou melhor, *guerras de homens* por disputas de territórios, recursos, corpos (ROCHA 2014; BIRMAN e PIEROBON 2021), como tratei na introdução. Desse modo, enquanto os corpos de homens negros, moradores dessas margens estatais e territoriais, seriam o alvo direto dessas violências – tortura, assassinatos, desaparecimentos e prisões – os corpos das mulheres seriam o receptáculo do sofrimento luto, do trauma e de múltiplas sobrecargas financeiras e emocionais geradas por perdas.

Seguindo mais uma vez os ensinamentos de Veena Das sobre como mulheres reconstróem relações e mundos depois da devastação (DAS, 2020), neste capítulo acompanho o cotidiano de Aurora e Luciana, sua filha, assim como mobilizo alguns fragmentos de narrativas de suas vizinhas, para refletir sobre os efeitos de mortes e prisões em famílias moradoras de territórios marcados por essas guerras (TELLES, 2019; HIRATA e GRILLO, 2019). Desse modo, minha intenção não é apenas compreender os espaços onde vozes de denúncias e lutas são produzidas, embora tenha iniciado este capítulo com uma delas, mas busco descer à vida ordinária, como nos sugere Das, para acompanhar como essas mulheres (re)habitam e (re)constróem seus mundos depois de eventos críticos que, muitas vezes, resultam em perdas dramáticas. Argumento que neste processo elas reconfiguram e ressignificam relações com outras mulheres. Relações essas que são tecidas a partir do conhecimento venenoso, partilhado por quem viveu experiências semelhantes, e por práticas de cuidado. Sustento ainda que fazendo isso, elas estariam produzindo outras gramáticas e moralidades (MOUTINHO, 2012), que não apenas mitigam os efeitos das violências, como também contribuem para (re)construir relações, territórios, subjetividades e lutas.

1.1 Aurora, uma mulher maravilhosa

Aurora mora há apenas alguns quarteirões de distância do MSE (Serviço de Medida Socioeducativa) do Capão Redondo, onde seu neto cumpria medida socioeducativa. Dá para ir a pé. Conforme caminhamos em direção a sua casa, é possível notar uma mudança na paisagem. De casas mais amplas, com muros altos e bons acabamentos das residências no entorno daquele serviço, vemos as construções ficando cada vez menores com tijolos à vista e becos desembocando nas calçadas. Nem a vizinhança do MSE pode ser considerada rica, nem o bairro de Aurora uma favela. Contudo existem diferenças sociais significativas entre esses bairros que exercem grande influência sobre como a polícia tratará os moradores de ambos os lugares. Isso não significa que moradoras e moradores das casas maiores não sejam abordados de forma violenta nas ruas, principalmente se forem pessoas negras, mas a truculência e a invasão das residências serão moduladas de acordo com a paisagem social.

O Bairro de Aurora, Jardim Amália, é uma região cujo terreno foi cedido pela prefeitura na década de 1980, como ela me contou. Não houve construção a partir de mutirões, mas as casas foram autoconstruídas por seus moradores. Sua casa fica na rua, não nos becos que ocupam a maior parte do bairro. Em frente a sua casa há uma bifurcação onde existe uma pracinha que oferece sombra para ela, Luciana e amigas sentarem para *tomar cerveja* nos finais de semana. Já passei muitas tardes ali com elas. Em frente a sua casa há também um bar, muito frequentado pelos homens da vizinhança. Dificilmente vejo mulheres naquele bar, elas só entram para comprar algo e logo saem, foi o que me disse Aurora e também o que pude perceber nos finais de semana em que lá estive.

Em seu terreno há duas casas: a sua, um sobrado com cômodos pequenos – sala, cozinha, dois quartos e banheiro – onde Aurora mora com o neto Caio; e uma casa nos fundos, cujo acesso se dá pela lateral de seu portão, onde mora sua filha Luciana, na época com 32 anos, com as três filhas, Beatriz, Manuela e Julia e com o marido Diego.

A entrada para casa de Aurora se dá por um grande portão de ferro que oferece acesso direto a sua sala. Aos finais de semana, quando ela, Luciana e outras amigas estão tomando cerveja, o portão fica aberto e, nestas situações, muitas pessoas da vizinhança param ali para conversar.

Aurora e Luciana são responsáveis pela gestão do cotidiano. Aurora é aposentada, portanto fica em casa cuidando das crianças, enquanto Luciana trabalha o dia todo como empregada

doméstica na casa de uma família na Vila Olímpia, bairro nobre da Zona Sul. A renda das duas somam dois salários mínimos, dinheiro esse que mantém os 6 integrantes da família, com exceção de Diego, pois ele não entra na conta por não contribuir de forma regular com os gastos, o que é motivo de recorrentes reclamações e brigas. Acompanho a família há 5 anos e durante todo esse tempo, a renda, que já era restrita, tem ficado cada vez mais curta. Com a crise econômica que só se intensifica desde 2015, com a prisão de Caio, de 2018 à 2021, – da qual tratarei mais adiante – e com a pandemia Covid-19 desde 2020, a situação tem piorado. Contudo, as duas fazem manobras no dia a dia, não sem tensões, para conseguir *dar conta* de todas as vidas que integram a família. Ambas não cansam de repetir o quanto são importantes uma para a outra.

Desde o dia em que conheci Aurora, tenho acompanhado um fluxo contínuo de agenciamentos e resistências frente às situações de violências e escassez, que se repetem no cotidiano e que articulam classe, gênero, raça e território. Uma luta contínua para manter a família, para pensar no futuro, para prevenir que ninguém mais morra, para renovar laços e para celebrar a vida.

Fui pela primeira vez visitar Aurora em sua casa no início de 2017. Era uma quinta-feira à tarde. Ela encontrava-se sozinha, pois as netas estavam na escola, Luciana no trabalho e Caio na rua. Apenas vez ou outra o jovem entrava, passando rapidamente por nós na sala, e logo saía. Era muito comum esse *entra e sai* dos meninos nas casas das mulheres com quem conversei. Vi diversas vezes esses rapazes e homens adultos passarem como vultos para pegar alguma coisa dentro de casa ou tomar um banho e desaparecerem novamente pela rua. As mães quase sempre perguntavam para onde iam, ao que respondiam evasivamente: “ali com fulano”. Quanto às meninas, era comum que ficassem mais em casa, ou se saíssem, havia uma maior supervisão: sabia-se exatamente na casa de quem estavam. Como me disse certa vez Aurora: “fico preocupada com o que elas estão fazendo por aí enfiadas nesses becos”. A rua era dos meninos.

Naquele dia, assim como todos os que se seguiram, Aurora me recebeu de forma muito calorosa. Esperava-me com bolo e café que comemos durante nossa conversa de mais de duas horas na qual ela me contou um pouco mais de sua história. Na época em que a conheci, Aurora tinha 62 anos. Com um ar constantemente leve e alegre, bem diferente do dia em que a vi no serviço de medida socioeducativa, foi sempre muito extrovertida. Fez até a 4ª série do ensino fundamental e trabalhou quase a vida inteira em empresas, primeiro em linhas de produção, depois na limpeza. Nunca precisou trabalhar em *casa de família*, como se costuma falar sobre o emprego de doméstica,

embora ainda faça alguns *bicos* na vizinhança como lavar e passar roupas, cuidar de crianças e idosos entre outras *ajudas* em troca de dinheiro, alimentos ou outro tipo de *favores*. A história de Aurora não difere muito de outras mulheres com mais de 50 anos que aparecem nesta tese. Assim como elas, Aurora não nasceu em São Paulo. Veio de Minas Gerais com a família – pai, mãe e seis irmãos – aos 6 anos de idade. Começou a trabalhar na infância, quando *tomava conta de uma senhorinha*, aos 8 anos de idade e ganhava *dez tostões* que dava para mãe *para comprar pão*. Ficou nesta ocupação por quatro anos, até conseguir, aos doze anos de idade, um emprego em uma fábrica de bonecas em Santo Amaro. Aurora, diferente de grande parte das mulheres trabalhadoras, moradoras desta região durante as décadas de 1970 e 1980, conseguiu emprego em fábricas ao invés de se engajar no trabalho doméstico. Por esta razão, teve garantias trabalhistas e condições mais estáveis de vida até o nascimento de seu primeiro filho, quando saiu do emprego para cuidar das crianças. Foi em uma dessas fábricas que conheceu seu marido, ainda adolescente:

“Eu tinha quinze anos, ia fazer dezesseis. Inclusive já era até noiva de aliança com outro rapaz. E nisso aí foi que na Gelato, firma de sorvete, conheci o meu ex-marido lá. Me apaixonei muito por ele. Quando eu vi aquele pernambucano loiro, os cabelos, não na cor, sem preconceito, o cabelo todo enrolado, deixei meu noivo de aliança e fui namorar com ele. Aí também dentro de uns cinco meses que conheci ele, já ficamos noivos, aí quando deu o outro mês nós já se casamos”.

Aurora se apaixonou por Roberto. Um pernambucano *loiro*, mas de família interracial, com quem também formaria uma família interracial. De seus três filhos, dois nasceram socialmente brancos – Leandro e Luciana – e um nasceu *mais moreno*, o Miguel. Aurora se casou com Roberto aos 19 anos de idade e com ele ficou até quase os seus 50 anos. Lembra da paixão e dos momentos felizes que teve com o marido: “tirava as botas dele e lavava seus pés quando ele chegava do trabalho, dava beijinho quando saía... Era uma vida de sonhos, de amor”. Primeiro nasceu Miguel, o filho mais velho. Depois de três anos Leandro e depois de seis anos, Luciana. Ela parou de trabalhar assim que o primeiro filho nasceu:

“Também porque não tinha com quem deixar, porque foi nascendo. Aí fiquei dona de casa. Mas não era aquilo que eu queria não. Eu ficava frustrada, mas como eu era apaixonada, a gente não via que o meu dinheiro tava fazendo falta. Então a gente, bem apaixonado, a gente não liga pras coisa assim, a gente fica cega, né? Mas aí eu vi que tava apertando muito.”

Aurora ficou 12 anos sem trabalhar fora de casa, para cuidar dos filhos e também porque o marido não deixava: “eu acho que era aquele jeito daqueles homem que era lá do norte ‘eu sou o

homem, eu tenho que pôr o que comer dentro de casa””. Contou que em uma ocasião, ao falar sobre seu interesse em voltar a trabalhar, o marido rasgou sua carteira de trabalho e jogou no lixo.

Contudo, a situação foi ficando cada vez mais difícil. Com a crise econômica de 1980 e as fábricas saindo da região, Roberto foi demitido da Gelato e começou a trabalhar na feira concertando painéis. Aurora percebeu que o dinheiro estava faltando e passou a fazer bicos na vizinhança, sem que o marido soubesse, vendendo cosméticos por catálogo – Avon, Cristhian Dior – e pegando roupa para lavar em casa em troca de dinheiro e comida. Alguns anos mais tarde, seu marido ficou mais flexível com a ideia de Aurora voltar a trabalhar até que ela novamente conseguiu um emprego *com registro* na área de limpeza em uma empresa, também em Santo Amaro.

Neste momento de nossa conversa, Aurora olha para sua bolsa que estava sobre o sofá e fala da saudade que sente de pegá-la para ir trabalhar. Quase todas as mulheres com quem conversei, que estavam aposentadas e que se viam encarregadas dos cuidados de netos ou filhos, falaram da falta que fazia o emprego. Falavam sobre a vontade de *ir para a rua*, ressaltando a importância do trabalho como dimensão constitutiva de suas subjetividades e de sua autonomia.

Continuando a narrativa de sua vida, Aurora disse que foi no momento de retorno ao trabalho que começaram as crises na família: primeiro as traições do marido e depois o envolvimento do filho mais velho com o crime.

“Nisso, que quando um vizinho meu falou pra mim "dona Aurora, a senhora tava brava lá no teu portão com o teu marido porque a senhora descobriu que a... – esqueci o nome da mulher lá – Verônica! "tá grávida dele?" eu falei "o que?" eu falei "o que que é, seu Higino?" "Ela tá grávida, tá de três meses". Eu fui perguntar pra ele e ele falou que era verdade. Aí o chão caiu. Isso aí já tava com uns quinze anos de casado. O chão caiu. Abriu um buraco, porque era um amor muito bonito, a gente casando assim pura...primeiro homem...pai... Eu queria ser a única mãe dos filhos dele...e ele me fez isso, engravidou a vizinha. Sei que quando eu descobri eu fiquei pê da vida, peguei a mulher pelos cabelos assim, aí ela falou que ia chamar a polícia, mas peguei ela assim”.

Aurora contou que continuou casada por mais 15 anos com Roberto. Contudo, como ela disse, o amor pelo marido foi diminuindo conforme descobria mais traições e começava a ser alvo de insultos por parte dele. Não se separou, disse, devido aos filhos que repetidamente pediam para que ela não deixasse o pai.

“Mas eu já tava fria com ele... Meu amor, acho que tanto que eu pedi a Deus, aí meu amor foi acabando, porque não era a única mulher que ele tinha arrumado, mas aí ele arrumou essa que engravidou. E nisso foi acabando. Aí eu num fui mais deitando com ele, eu não procurava, aí ele que me queria e eu já não tinha mais vontade de fazer amor com

ele...eu tentava, mas aí...era horrível, era muito horrível, tá? Então quando meu amor acabou, que eu vi mesmo que eu não amava mais, eu não tinha mais tesão nele, eu não tinha mais prazer. Aí o que acontecia? Quando ele me procurava, minhas lágrimas caía. Eu via só a hora dele terminar de fazer o que ele tinha que fazer”.

Ao falar sobre esses episódios, Aurora diminuía o tom de voz e franzia o rosto expressando um misto de vergonha e asco. Ao trazer essas lembranças, compartilhava do sofrimento narrado por outras mulheres com quem conversei sobre suas relações frustradas e violentas com companheiros. *O chão caiu* é a metáfora que ela utilizou para descrever a destruição de seu mundo, da vida que ela conhecia e que dava sentido a sua própria existência. Seu mundo centrado na construção de sua família constituída por um casamento *para sempre*, amparado no amor marital e na criação dos filhos, alinhando-se a uma moralidade que sustentava a base de projetos de vida de famílias moradoras nas periferias, como argumenta Gabriel Feltran (2011) e Cynthia Sarti (2011).

No caso de Aurora, enquanto a traição e os insultos foram a ruína de seu mundo, a separação se constituiu como o caminho para reconstruí-lo, a partir de uma ideia de autonomia, do esforço para se reconfigurar e refazer sua família e a si mesma. Contudo o processo de reconstrução de seu mundo e de sua família foi constantemente colocado em xeque devido a eventos que passaram a ser cada vez mais frequentes nas periferias que era o envolvimento com atividades criminosas por parte de jovens homens e a violência do estado da qual eram alvo.

Foi às vésperas da separação de Aurora e Roberto que Miguel, seu filho mais velho, foi assassinado. Ao narrar sua morte, Aurora construiu um encadeamento de eventos que perdura até os dias de hoje, partindo da morte deste filho, até a prisão de seu neto Caio. Um sofrimento gerado por repetidas mortes e prisões que contaminam as relações da família há 20 anos e que tornam o cotidiano ainda mais difícil de ser (re)criado e vivido. Miguel foi assassinado pela polícia quando participava de um assalto. Foram vinte anos para reconstruir o cotidiano da família. Separação do marido, nascimento de Caio e das outras três netas eram contadas como acontecimentos que possibilitaram recomeçar a vida. Até que, em 2015, Leandro também foi assassinado. Agora por um vizinho em uma briga por drogas. Na esteira dos acontecimentos, Caio é internado na Fundação Casa por tráfico de drogas e alguns anos depois dessa nossa primeira conversa, seria preso por roubo. Sobre essa cadeia de acontecimentos, e como a experiência da família de Aurora se articula com o próprio processo de produção das periferias tratarei nas próximas seções desse capítulo.

Escolhi iniciar este capítulo apresentando a história de vida de Dona Aurora, justamente para demonstrar como as mulheres moradoras desses territórios compartilham experiências semelhantes no que se refere às famílias de origem, mundo do trabalho, relações com os homens e agenciamentos contínuos em busca de autonomia. No entanto, algumas delas são atropeladas de forma mais contundente pelos efeitos *das guerras* vividas em seus territórios. O sofrimento com perdas a partir de assassinatos, os traumas, as doenças, o medo da repetição, o estigma de *mãe de bandido* e, até mesmo, o lugar da luta que as enquadram como *mães guerreiras*, solapam as experiências anteriores ao evento violento que consome os esforços em produzir um futuro para si e para sua família com outro enquadramento que não o da emergência que o acontecimento demanda. Ouvir Aurora naquele primeiro dia que fui em sua casa, assim como a relação que estabelecemos ao longo dos anos, deixou explícito como estas violências congelam as experiências de vida dessas mulheres que se voltam para as emergências geradas pelo evento.

A experiência de Aurora pode parecer excepcional, mas infelizmente não é. Conheci muitas outras mulheres com repetidas histórias em que mortes violentas, torturas e prisões se sobrepunham em suas famílias. Luto, medo, trauma modelavam corpos e subjetividades de muitas mulheres, sobretudo negras ou familiares de homens negros, que moram nas periferias da cidade, territórios cada vez mais racializados e militarizados. Assim, mesmo Aurora sendo branca, ao habitar nesses territórios e ter filhos negros, ela passou também a ser afetada pelo que Jaime Alves Amparo chama de simbiose espaço-raça que produz territórios racializados onde a banalização de corpos negros provocaria também a vitimização de brancos, embora não com a mesma frequência e quantidade. O corpo negro então, afirma o autor, seria um tipo de catalisador de um tipo de morte violenta (Alves, 2011). A história da família de Aurora e de algumas de suas vizinhas que serão tratadas ao longo deste capítulo, demonstram não apenas processos que produzem esses territórios, como também seus efeitos nas vidas das famílias e especialmente das mulheres que, por sua vez, assumem a responsabilidade de negociação de mitigação da violência.

Naquele dia de nossa conversa, depois de me falar sobre as mortes, lamentar que às vezes parece *uma maldição*, conforme dizem na vizinhança, ela disse que estava se recuperando, que o grupo de mulheres do MSE (Serviço de Medida Socioeducativa) a ajudava muito e que tinha planos de futuro. Viajaria com a família para a praia logo mais, juntamente com suas irmãs que moram no Jabaquara em um bairro *mais bacana* como me disse, também da zona sul. Além disso, ela e Luciana estavam planejando reformar a cozinha. Naquele dia, Aurora havia acabado de realizar

um trabalho na vizinhança e tinha recebido cem reais. Comentava sobre a sorte em ter conseguido esse dinheiro que guardaria para os gastos da viagem. Contudo, no momento em que me preparava para ir embora, alguém bate no portão da casa de Aurora. Ela se dirige até à entrada e conversa em tom baixo com as pessoas que estavam do lado de fora. Eu estava também me dirigindo ao portão para sair e acabei me deparando com as pessoas com quem ela conversava, dois homens negros e jovens, talvez na casa dos trinta anos.

Aurora terminou a conversa e ambos foram embora. Ela estava com uma expressão que misturava constrangimento e frustração. *É os caras*, me disse sussurrando, referindo-se aos traficantes locais. Falando em voz baixa, *para os vizinhos não ouvirem*, ela me contou que vieram cobrar dívidas de drogas do Caio e ela teve que pagar com os cem reais que havia acabado de receber. A dívida era pequena e *ainda bem que tinha o dinheiro*, mas aquela foi a primeira vez que presenciei seus planos de futuro sendo frustrados devido a alguma ocorrência envolvendo seus familiares homens, no caso, o neto Caio. Assim, o que pretendo nas próximas páginas é refletir como crime, território e violência do estado se infiltram nas relações de família e vizinhança, remodelando relações de gênero e dificultando ainda mais o contínuo trabalho de mulheres em construir seus mundos e manter suas famílias em segurança.

1.2 O ano do Senna: 1990, a década que não acabou

“O Miguel entrou na vida errada, menina. Com dezoito pra dezenove anos, sei lá que diacho de droga que era, que na época nós nem falava. Era um tabu de falar de droga. Não tinha liberdade de falar de droga com os filhos. Mas falaram que ele tava usando crack. Que quando ele foi pego, que a polícia matou ele. Pô, era tão diferente nossa vida! Mesmo que a gente brigasse, a gente levava ele em todo canto! A gente saía com eles! Nossa, foi um choque! Foi uma coisa, nossa! Eu fiquei envergonhada quando... Meu, nossa senhora, eu não sabia que acontecia porque, naquela época, em noventa – acho que foi noventa, que foi no ano do Senna quando eu perdi o meu primeiro filho – acho que foi noventa, né? Aquela época tudo ainda era meio tabu pra nós. Nossa, quando eu fui no hospital, eu já morava aqui já. Os parceiros dele não são nem daqui. Era os amigos de lá, um ex-policial, lá da onde eu morava, no Engenho. Porque quando fez um mês que eu mudei de lá, que eu perdi meu primeiro filho, que ele foi fazer um assalto. Ele trabalhava também, só que ele tinha saído – ele também trabalhava, gente! – pra usar droga, deve ter sido. Ele era muito carinhoso. Então foi assim, os rapazes lá iam roubar, eles deram uma arma pra ele. Ele não sabia manejar

arma, tanto que quando ele foi roubar, numa farmácia, o dono era um japonês, e ele tinha também uma arma e sabia como pegar. Ele conseguiu pegar meu filho e nisso parece que um tiro acertou no cara, no dono da farmácia. Só que aí quando os cara viu o meu filho, o meu filho tava vivo, sentado, algemado. Os comparsas dele passaram pra me avisar que a polícia tinha pegado. E vieram aqui: "Ó, o Miguel foi preso". "Sério? Ai meu Deus!". O chão caiu. Eu fiquei... Nossa! Eu já comecei a chorar, chorar. Só que nisso...um dos comparsas dele, só veio avisar. Parece que ele não sabia que na hora parece que alguém falou que ele tinha levado um tiro. Não deu pra entender isso. Vieram avisar que ele tinha sido preso. Aí veio outro falar que ele já tinha levado um tiro de raspão. Só que quando eu cheguei no hospital, no Campo Limpo, meu filho... Foi seis tiro! Foi morte instantânea! Eu lembro até hoje o doutor Valter me falou: "Olha, eu sou o doutor Valter. Mãe, infelizmente teu filho, muito novo...". Morte instantânea! Seis tiro! Menina, a polícia pegou ele e jogou dentro do camburão. Matou ele dentro do camburão! Porque lá perto, um comparsa que ficou presenciou. Eu pensei que era de raspão, mas ele tava morto no Campo Limpo... No hospital no Campo Limpo... Aí, menina, quando eu vi meu filho no caixão... da cabeça, boca, peito, mão... Nossa, até hoje nunca esqueço desse daqui, da boca dele. Eu abri a camisa assim, no peito dele tava tudo assim, queima roupa. Num deu pra eu saber porque os policiais, eles me ameaçaram. Eles ameaçaram porque na delegacia você tem que dar o número da firma, tudo. E eles ligavam lá pro Sebrae e falava que se eu denunciasse, a gente procurasse alguma coisa, que ia matar todo mundo aqui. Aí eu peguei, falei que eu não ia falar, não ia fazer nada. Aí eles passavam aqui. Aí com dois meses pegaram o meu outro filho, o Leandro, deram choque nele dentro do carro, que era pra eu não denunciar. E nisso fomos vivendo, fomos tocando a vida com essa dor, sabe? Então menina, me calei. Por causa do meu filho, por causa da minha filha, por causa do meu marido, até por causa de mim, você entendeu? Por causa da família. E nisso esperando. Superamos em termo, tá? Porque, nossa gente, a dor ainda de vez em quando vem, a dor do Miguel."

Foi a primeira vez que ouvi um relato mais detalhado da morte de Miguel. Já havia presenciado Aurora contar sobre o ocorrido, mas de modo mais superficial em ambientes públicos – reuniões, fóruns e círculos de mulheres⁵³ –, sem muitos detalhes. Nesses espaços, Aurora falava dos assassinatos dos filhos sem entrar em contato com as lembranças de forma mais profunda como o fez na sala de sua casa comigo em uma tarde em que a visitava. A maneira como ela narrou os acontecimentos, não apenas dava mais concretude ao evento, como também escancarava seu

⁵³ Atividades de ativismo comuns na zona sul promovidas por equipamentos públicos, coletivos e ativistas envolvidos com a pauta do genocídio de jovens negros, pobres e periféricos.

sofrimento ainda latente. Franziu seu rosto ao falar da imagem do filho morto no hospital. As frases eram interrompidas, falava em fragmentos, como se ao lembrar estivesse tocando em uma ferida ainda aberta. Vinte e três anos separavam a morte de Miguel daquele momento e, ainda assim, Aurora não conseguia situá-la no tempo: “foi no ano do Senna, não consigo lembrar o ano”. Fizemos juntas as contas e se Miguel estivesse vivo seria um pouco mais velho do que eu: “Nossa, faz tanto tempo...ele faria 42 anos! Nossa, meu filho seria um homem!”. Aurora não conteve as lágrimas.

Miguel, o filho mais velho da família, o *mais moreno, tão bonito...*, como me disse várias vezes, foi assassinado pela polícia aos 18 anos de idade quando participava de um assalto com outros homens, um mês depois de sua família se mudar para casa onde Aurora mora hoje. Conforme os relatos, foi executado dentro do camburão da polícia depois de capturado. “Seis tiros”. Não houve inquérito, nem denúncia, silenciamentos institucionais comuns nos casos de assassinatos de jovens negros, pobres e moradores das periferias, sobretudo quando o homicídio é cometido pela polícia (VIANNA e FARIAS, 2011; ROCHA, 2014; FARIAS, 2014).

A família de Aurora não só não teve acesso à justiça, como passou a ser alvo de seguidas ameaças, invasões a sua casa e violência contra seu outro filho. A vida de Aurora mudou completamente: “Pô, era diferente nossa vida!”. A casa da família passou a ser um *lugar de bandido* (FELTRAN, 2011) e, a partir de então, se tornou alvo da vigilância e da violência arbitrária da polícia, além da propagação de rumores tanto na vizinhança, como por parte de parentes. O assassinato ocorreu na década de 1990, época em que a violência envolvendo homens da polícia e do crime se intensificava nas periferias da cidade, modificando o cotidiano das pessoas que nela moram e se infiltrando mais especificamente na vida das famílias que possuíam algum de seus membros implicados nessas *guerras*.

Miguel morreu *no ano do Senna*, quer dizer, no mesmo ano da morte do piloto de Fórmula 1, Ayrton Senna, em 1994. Sempre que Aurora falava da morte deste seu primeiro filho apresentava dificuldades para precisar a data. Ela sempre associava o episódio com outra morte, a do piloto que foi vítima de um acidente durante uma corrida que era transmitida simultaneamente em cadeia nacional, tornando-se uma tragédia que marcou a memória de uma geração⁵⁴. A morte de Ayrton

⁵⁴ Sobre a comoção social gerada pela morte de Ayrton Senna, alguns artigos da imprensa tanto na época, como atuais: <https://brasil.elpais.com/icon/2020-06-20/noteci-uma-sensacao-estranha-como-se-sua-alma-o-abandonasse-as-ultimas-horas-de-ayrton-senna.html>; <https://www.youtube.com/watch?v=NNFB-spfUBQ> (acesso em 30 de abril de 2022 em)

Senna gerou enorme comoção nacional. O piloto, homem branco de 34 anos de idade, oriundo de uma família cujo pai era um rico empresário, foi tricampeão mundial de Fórmula 1. O governo federal brasileiro declarou três dias de luto oficial no país.

Aurora vincula a morte do seu filho com a de Ayrton Senna. Ao nivelar as duas mortes a partir de seu sofrimento, ela não só revela, como também desestabiliza, as hierarquias socialmente produzidas que posicionam, de modo tão distinto, essas duas vidas em termos de reconhecimento e valor. De um lado, um homem branco elevado a herói nacional, cuja vida não apenas é considerada passível de luto (BUTLER, 2009), como capaz de enlutar uma nação, pois a representa. De outro, um jovem negro, morador das periferias da cidade, enquadrado como bandido e assim inimigo da nação, cuja morte não somente não é passível de luto, como, acima de tudo, é desejada (BUTLER, 2009; FARIAS, 2014; MBEMBE, 2016; HIRATA e GRILLO, 2019; FELTRAN, 2017): “bandido bom é bandido morto”.

Aurora lembrou com pesar de um comentário feito por uma chefe de seu trabalho na época ao ver a foto de Miguel: “nossa, também pela cor e pelo jeito...”. Ela afirma que o filho era *bem moreno, os lábios bem assim*, apontando para sua própria boca querendo dizer que o filho possuía lábios grossos, característica que herdara da avó negra, disse. E, por esse fenótipo, as pessoas faziam rapidamente a associação com *bandido*, disse Aurora, e deixavam no ar uma atmosfera de suspeição, de um assassinato justificado e, portanto, não gerador de indignação ou comoção.

A década de 1990, ou melhor, o período de meados dos anos 80 até início dos anos 2000, é frequentemente lembrado por moradores de bairros mais pobres das periferias da cidade como um período de muita escassez e violência, sobretudo de mortes. Esses anos figuram como fantasmas que repetidamente voltam a assombrar o presente. Hoje, adultos com mais de 30 anos, escolarizados e empregados, recordam as manobras cotidianas para que roupas e sapatos fossem suficientes para todos irmãos, ou dos esforços das mães para que a comida garantisse a alimentação da família até o final do mês ou ainda lembram da frustração e sentimento de inferioridade por não terem brinquedos, lápis de cor, tênis de grife e outros artigos disponíveis para crianças de famílias, mesmo que da vizinhança, mais privilegiadas. Essa lembrança fantasmagórica tem se metamorfoseado em realidade nos últimos anos, evocada tanto no ano de 2012, quando uma onda de brutal de assassinatos voltou a ocorrer nas periferias (TELLES, 2013), com destaque à zona sul (CARMO, 2016), como também durante a pandemia Covid-19 que teve seus anos mais dramáticos no início de 2020 até começo de 2022. Adoecimentos, internações, mortes, desemprego e a fome

geraram uma atmosfera de medo remetendo às lembranças dos difíceis anos de 1990. Tais anos são recordados pela pobreza, humilhações, medo e perdas de amigos, parentes e vizinhos. A imagem de corpos *estendidos* pelas ruas são frequentemente evocadas para retratar esse período. Conversando com Ricardo, jovem morador do Jardim Santo Antônio, bairro do distrito São Luiz, contíguo ao Capão, ele me disse:

“Aí quando a gente se mudou pra cá eu já tinha entre treze, catorze anos, e vim muito contrariado porque esse bairro aqui era ou é ainda um dos mais violentos de São Paulo. Quando eu era jovem, criança, a gente via muito na televisão falando do Parque Santo Antônio. No segundo dia em que mudei pra cá, eu e minha avó tava indo comprar pão na padaria, e tinha uma locadora, uma locadora ali na frente. E a gente passou pela locadora e a gente viu um cara morto lá dentro. Mataram o cara... E quando a gente tava voltando tinha um cabeleireiro aqui chamado Van Van tinha outro também morto ali.”

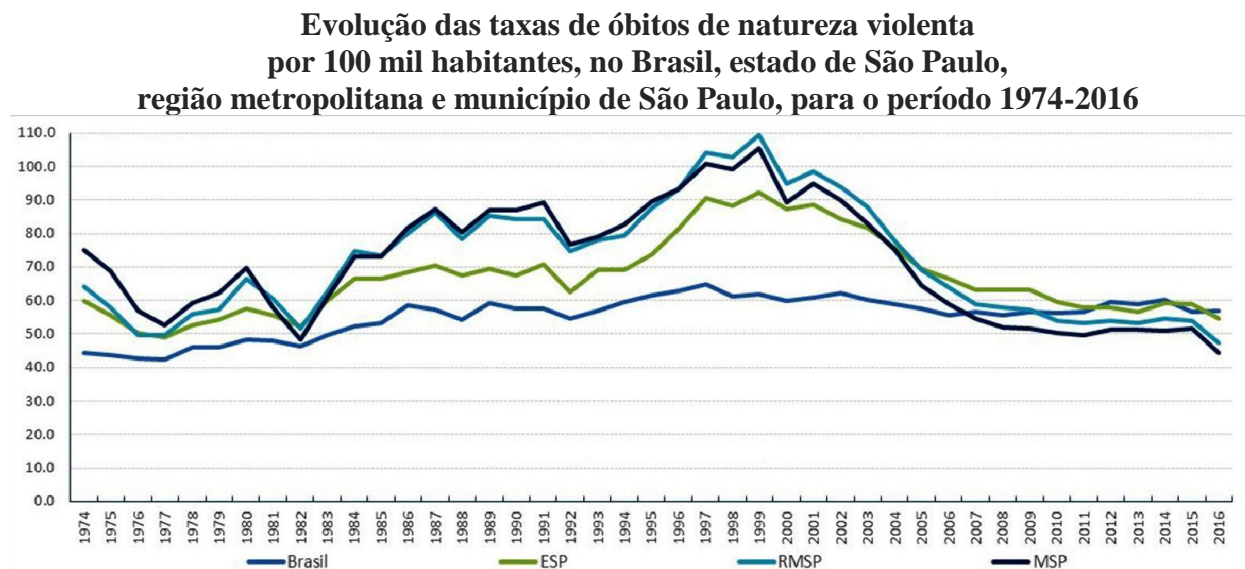
Uma fala comum, principalmente de homens jovens, em espaços de ativismos dos quais participo desde 2011, é se apresentarem, em situações públicas – reuniões e encontros –, como *sobreviventes*, como uma vida que *contraria as estatísticas* de mortes para esse segmento da população. Para se ter uma ideia, em 1996 a Organização das Nações Unidas apontou o Jardim Ângela como uma das regiões mais violentas do mundo (ADORNO e NERY, 2019), como ativistas e profissionais de ONGs costumam lembrar. Capão Redondo, Jardim São Luiz, Jardim Ângela e Campo Limpo são distritos que juntos integram um território que chegou a ser apelidado como *triângulo da morte*, devido às altas taxas de homicídio registradas nas 3 delegacias da região: o temido 47º DP, no Capão Redondo; 92º DP, no Jardim Santo Antônio; e 100º DP⁵⁵, no Jardim Ângela.

Mas a violência não era exclusividade da zona sul durante esse período. A região metropolitana de São Paulo como um todo apresentava elevadas taxas de mortalidade, superiores a 80 por 100 mil habitantes (ADORNO e NERY, 2019), também destacando-se pela violência no cenário internacional. Em 9 de setembro de 1998, a reportagem com a chamada *Homicídios batem recorde histórico: fim de semana teve cinco chacinas na Grande São Paulo, quatro delas na capital* era publicada no caderno Cotidiano da Folha de São Paulo e noticiava as 68 mortes ocorridas em chacinas em um único final de semana. A reportagem chamava a atenção para o fato de que a região de Santo Amaro, zona sul da cidade onde estavam os *bairros recordistas em homicídios* – Capão

⁵⁵ Sobre o triângulo da morte, ver notícia: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0608200832.htm> (acesso em 30 de abril de 2022)

Redondo, Parque Santo Antônio e Jardim Ângela – ter registrado apenas cinco mortes, tendo assim *um dos (finais de semana) mais tranquilos do ano*⁵⁶.

Acompanhando as taxas de mortalidade nos últimos 40 anos, Sérgio Adorno e Marcelo Batista Nery produziram o gráfico a seguir fazendo uma comparação entre dados nacionais, do estaduais, da Região Metropolitana e do Município de São Paulo.



Fonte: IBGE – Estatísticas do Registro Civil; Projeção da População do Brasil para o Período 1980-2016

Nota-se no gráfico uma evidente escalada nas taxas de homicídio que se inicia em meados dos anos de 1980, atingindo seu pico no final dos anos de 1990, início dos anos 2000. Aumento esse observado tanto no estado, quanto na região metropolitana e na capital, fazendo com que a região se descole da média nacional, que, por sua vez, apresentou pouca elevação no decorrer desses anos.

Muito já se escreveu sobre o crescimento da violência urbana nos grandes centros metropolitanos, sobretudo Rio de Janeiro e São Paulo. Tráfico de drogas, roubos, sequestros, assassinatos, passaram a alimentar o medo de moradores das cidades e tornaram-se justificativa para intervenções cada vez mais violentas por parte das forças estatais, a chamada *guerra contra o*

⁵⁶ <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff09099832.htm> (acesso em 30 de abril de 2022)

crime (CALDEIRA, 2011; TELLES, 2013; SILVA e MENEZES, 2019; HIRATA e GRILLO, 2019).

A partir do final da década de 1980 o Brasil se tornou o entreposto das rotas de comércio de drogas ilícitas provenientes principalmente da Colômbia e Paraguai – consolidando-se como um dos maiores consumidores de cocaína e maconha do mundo (ADORNO, DIAS e NERY, 2016). Os centros metropolitanos do Rio de Janeiro e São Paulo, naquele momento, se converteram nos maiores mercados de drogas do país. E, exatamente pela natureza ilícita, fragmentada e desorganizada desse mercado, disputas sangrentas se estabeleceram tendo em vista o domínio de territórios. Conflitos esses que frequentemente resultavam na eliminação física do oponente, sobretudo nas periferias da cidade onde as taxas de homicídio sempre se destacaram.

Segundo Vera Telles (TELLES, 2013), ainda há muito o que se compreender sobre as circunstâncias que imperaram ao longo dos ciclos de mortes violentas durante os anos de 1990. Ciclo este interrompido pelos procedimentos de pacificação adotados pelo PCC (TELLES, 2013; FELTRAN, 2018). Contudo, mesmo com a diminuição das mortes e com a melhoria nas condições econômicas de maior parte da população, esses anos não apenas estabeleceram a capilarização do mundo do crime e de sua gramática (FELTRAN, 2011), como impactaram profundamente subjetividades que passaram a ser moldadas pela proximidade com experiências de violência. Ver *corpos estendidos no chão* desde a infância, como lembra acima Ricardo; ter que reconstituir seu mundo depois da perda de um filho, como Aurora; conviver com o medo de que um familiar possa se envolver com o crime ou ser vítima de agressões arbitrárias da polícia, são experiências que passaram a fazer parte do cotidiano quase todas as pessoas que moram nestas margens. Desse modo, a década de 1990 também reposicionou a condição de mulheres que, engajadas com a tarefa do cuidado e com a manutenção de suas famílias, passaram a experimentar uma sobrecarga de sofrimentos e responsabilidades gerada por mortes, prisões e ameaças constantes contra a segurança de seus mundos.

Neste sentido, se para as pessoas destas regiões, ter que transitar e lidar com as fronteiras do mundo legal e ilegal, negociando os *parâmetros de aceitabilidade moral de práticas, comportamentos e escolhas de vida* (TELLES, 2013) foi se constituindo como habilidade necessária para habitar esses contextos, para aquelas famílias cujos filhos foram impactados de forma mais efetiva por tais forças – envolvimento com atividades criminosas, prisões, mortes, uso

abusivo de drogas⁵⁷ – a transformação de seus mundos foi mais brutal. Tais famílias foram lançadas para relações, negociações e campos morais antes desconhecidos, sobretudo quando são consideradas as experiências de gênero e geração.

Retomando a fala de Aurora sobre a década de 1990, ela relata como foi difícil compreender o que estava acontecendo com o filho, a *família era diferente e tudo era meio tabu*. Seu mundo estava assentado em outra moralidade constituída em valores tais como a estabilidade da família pelo casamento e a ascensão a partir do trabalho formal que os filhos alcançariam com elevação da escolaridade e com afeto por parte da família, experiências que ela não teve em sua infância e adolescência. Contudo, essas expectativas de estabilidade que sustentavam seu mundo começaram a desmoronar com o desemprego do marido, com as traições por parte dele, com o *envolvimento* do filho com crime e com a morte abrupta e precoce do mesmo. Seu mundo foi completamente destruído e a família foi obrigada a se reorganizar a partir de uma nova condição que se definia não apenas pela dor da perda, mas também por ser atribuída a ela uma conexão com o crime.

Gabriel Feltran (2011) chama a atenção para a moralidade que progressivamente se consolida nas periferias ao longo dessas décadas que opera a partir do binarismo: trabalhador e bandido. Assim, a família de Aurora passou a ser alvo da violência indiscriminada da polícia que repetidamente invadia sua casa, torturava seu filho e fazia ameaças por telefone em seu trabalho exatamente porque tinha se deslocado da representação da família de trabalhadores, para a de bandidos. E mesmo com um de seus filhos já morto, aquele que fazia a ligação com o *mundo do crime*, todos os seus familiares passaram a ser alvo dos rumores da vizinhança que, inclusive, recaíam de forma específica sobre Aurora. Ela, como mãe, não teria sido capaz de cuidar de modo suficiente do filho, permitindo sua ida para o *caminho errado*. Essa culpabilização era reproduzida no interior da própria família, inclusive pelo marido. Aurora disse ter ouvido diversas vezes do esposo: “você já sabia”, “deixava o menino fazer tudo”, “não cuidou direito”, etc. Por essa razão, Aurora além da dor, disse ter se sentido envergonhada com a morte do filho. Tal moralidade contém nuances de gênero distribuindo responsabilizações (e punições) de forma diferenciada. Dessa forma, enquanto homens são vítimas direta dessas violências, sobre as mulheres recaem a dor da

⁵⁷ Importante destacar aqui que não se trata de criminalizar o uso de drogas, mas sim de ressaltar a problemática do uso abusivo de substâncias em um contexto no qual os jovens contam com poucas possibilidades de ingresso no mundo formal e insuficientes políticas públicas que lidam com dependência química. As famílias tendem a ter que lidar sozinhas com filhos e filhas que sofrem de adicção, bem como com seus efeitos que vão desde furtos e atitudes violentas dentro de casa, até risco de violência por envolvimento com práticas criminosas e com dívidas com o tráfico.

perda, o medo, a culpa e a vergonha, justamente devido à individualização e generificação de responsabilidades. Afirma Luciane Rocha:

Their experiences illustrate that genocidal ideologies generate the individualization of suffering through the creation of shame around their alleged failure as mothers. This shame is evident in their self-blame and sense that they should have done something differently to avoid the deaths. Their strategies to ensure the possibility of motherhood unveil a range of feelings and internal struggles that, although strong, do not paralyze them. These women's lives show that if genocide is a continuum, the African Diaspora continuously persists, even in sorrow.⁵⁸ (ROCHA, 2014, p. 193)

A ideia de genocídio como contínuo sugerido por Luciane Rocha nos permite refletir sobre os desdobramentos imprevisíveis e incomensurável da violência. Traumas, luto, adoecimento, medo, saudade, desconfianças corroem as relações e subjetividades tornando o cotidiano pesado e difícil de habitar. Por essa razão, considero oportuno compreender a ampliação da violência nas periferias durante este período, bem como seus efeitos na vida de famílias, como de Aurora sob a luz do trabalho de Veena Das. Essa autora buscou compreender a possibilidade de reconstruir e (re)habitar mundos devastados, a partir de dois eventos envolvendo violência coletiva no contexto indiano: a partição do país em 1945 e os tumultos pós assassinato de Indira Gandhi, em 1985. Ela utiliza a ideia de evento crítico para definir este tipo de episódio que extrapola os limites do mundo conhecido, arruinando-o. Tais eventos, afirma a autora, colapsam a vida ordinária e produzem efeitos secundários que se multiplicam e se infiltram nas relações perdurando no tempo. O trabalho de Das visa compreender como os sujeitos, sobretudo as mulheres, reconstróem e (re)habitam seus mundos após a devastação. Para ela, a violência vivida nestes eventos críticos produz um tipo de conhecimento que é adquirido pela experiência, o que ela chama de *conhecimento venenoso*.

A década de 1990 não foi marcada por eventos envolvendo violência comunal, como os episódios tratados por Veena Das. Contudo, considero relevante utilizar a ideia de evento crítico para refletir sobre as experiências de morte que marcaram os anos de 1990 e modelaram a produção das margens da cidade em que moradoras e moradores estão a todo tempo no limiar da vida e da morte (TELLES, 2013). Assassinatos e prisões são eventos críticos para as famílias e redes que

⁵⁸ “Suas experiências ilustram que as ideologias genocidas geram a individualização do sofrimento através da criação da vergonha em torno de seu suposto fracasso como mães. Essa vergonha é evidente em sua auto-culpa e na sensação de que deveriam ter feito algo diferente para evitar as mortes. O fato de garantir a possibilidade da maternidade descortina uma gama de sentimentos e lutas internas que, embora fortes, não suas paralisam estratégias. A vida dessas mulheres mostra que se o genocídio é um continuum, a diáspora africana persiste continuamente, mesmo na tristeza.” (tradução minha)

ainda hoje enlutam pessoas que constituíam seus mundos, causando profundo sofrimento e desestabilização da vida que até então era conhecida (ROCHA, 2014). Tais mortes provocaram a dor da perda, lutos não elaborados e traumas difíceis de serem superados pelo risco iminente de repetição da violência. Os anos de 1990 catapultaram também famílias inteiras para o centro dessas *guerras de homens*, fazendo com que sentissem mais de perto os efeitos da gestão militarizada e endurecida desses territórios. As mulheres vivem esse processo de forma específica. Encarregadas e sobrecarregadas pela tarefa do cuidado, elas produzem agenciamentos no cotidiano para que a violência não se repita, para tornar possível o cotidiano daqueles que ficaram, para reconstruir suas relações, famílias, territórios e a si mesmas.

1.3 “Eu dei leite, não droga”: tornar-se “mãe de bandido”

(...) ‘verdadeiras fábricas de marginais’. Lidos do ponto de vista de sua fabricação física e moral, por sua vez, esses mesmos corpos que povoariam os territórios perigosos na condição de marginais, seriam fruto não do espaço, mas do sangue, do útero e do trabalho moral de suas mães. (VIANNA e FARIAS, 2011, p.109)

Quase todas as vezes que visitava a casa de Aurora, conhecia outras mulheres cujos filhos, irmãos, maridos, netos ou outros familiares homens tinham algum envolvimento com o crime, estavam ou estiveram presos, faziam uso abusivo de drogas ou foram assassinados. Eram vizinhas, amigas e parentes que ela fazia questão de me apresentar, tanto para me ajudar na pesquisa, como também para que as mulheres pudessem ter acesso à rede de ativistas que eu compunha. Dessa forma, essas mulheres poderiam também obter alguma informação sobre os processos ou as condições em que os parentes se encontravam nos presídios. Poderiam, ainda, contar com uma rede de apoio emocional, como aconteceu com Aurora. Ela gostaria que outras mulheres tivessem a mesma experiência que a *ajudou muito*, ou até mesmo ter uma possibilidade para *desabafar*. Falava Luciana: “É ótimo falar com ela, você coloca tudo para fora”. Aurora se importava em construir relações, em colocar mais mulheres em contato uma com as outras.

Uma das primeiras amigas de Aurora que conheci foi Dona Joana, uma piauiense de estatura baixa e corpo forte que se dizia morena, na época com 52 anos de idade. Dona Joana é vizinha de Aurora, tem quatro filhos homens já adultos que *dão muito trabalho*, me contou Luciana. Dona Joana mora com o marido e com dois de seus filhos, Vitor e Vicente. Foi em uma visita à

casa de Aurora que a conheci. Era uma tarde ensolarada. Ficamos na pracinha em frente à casa de Aurora bebendo cerveja e conversando frivolidades, como fazíamos diversas vezes.

Naquele dia, não nos aprofundamos em sua história de vida, tampouco nas trajetórias de seus filhos. Aurora pegou algumas cadeiras de sua casa e trouxe para a sombra da árvore na praça. Nos acomodamos ali eu, Luciana, Joana, Aurora e Patrícia, uma amiga de Luciana. Vez ou outra, mais vizinhas paravam para conversar um pouco, mas logo iam embora. As crianças nos rodeavam, netas de Aurora e suas amiguinhas. Os homens estavam ali por perto, mas não se misturavam, reuniam-se no bar do outro lado da rua, em torno de uma mesa de bilhar. Alguns vinham, vez ou outra, juntar-se a nós, normalmente os filhos de Dona Joana e o marido de Luciana, mas não tardavam a sair.

Dona Joana, de início, estava reservada, falando pouco. Talvez estivesse me observando para ter mais confiança. Assim que cheguei, Luciana falou de minha pesquisa, mas ela não se mostrou muito interessada nem em saber sobre ela, tampouco falar sobre sua vida. Contudo, conforme as horas foram avançando, começamos a conversar um pouco mais sobre nossas histórias e fui me aproximando mais de Dona Joana. Naquela tarde conversamos muito sobre doenças, cura e ervas. Dona Joana tinha conhecimento amplo sobre plantas medicinais, disse ter aprendido com o pai. Ajudava as vizinhas orientando qual a melhor erva para cada caso: pressão alta, mioma, gastrite, diabetes, depressão, dentre outras. A lista das doenças que fazia parte do cotidiano daquelas mulheres era longa. Ela mesmo estava se recuperando de uma cirurgia, havia retirado a vesícula e estava fazendo uso de vários chás. Quando disse a ela que estava com miomas uterinos, ela prontamente foi até a sua casa e me trouxe em um pacotinho um punhado das ervas Ixu Amarelo e Unha de Gato. O chá dessas plantas combinadas *limpariam meu útero*. Joana disse ter ajudado muitas vizinhas com os chás. Aurora disse que ela e Joana curaram com ervas uma infecção que se desenvolveu no rompimento dos pontos de uma cesária na vizinha por ela ter que se abaixar atrás do tanque de lavar roupas para se esconder de uma troca de tiros cujo alvo era o marido. O que reforçava como ervas e cuidado eram intercâmbios constantes entre as mulheres na vizinhança, além de informações sobre sistema prisional, dentre outras *ajudas*, como fui saber depois.

Naquele dia ainda, ao anoitecer, fomos para dentro da casa de Aurora. Neste ambiente mais reservado, embora o portão da sala que dava acesso direto à rua estivesse aberto, Dona Joana contou que tinha voltado a estudar. Voltado não, começado, já que nunca frequentara a escola. *Voltar a estudar sempre é motivo de comemoração em todos os grupos de mulheres moradoras das periferias*

dos quais participo, sejam eles compostos por pessoas com pouca escolaridade ou com muita. Reingressar no Ensino Fundamental, começar um curso superior ou fazer uma pós-graduação, são iniciativas sempre celebradas por aquelas que ouvem a notícia. Naquele dia não foi diferente. Quando Dona Joana falou das aulas, Aurora reforçou a importância dos estudos e a vontade que ela mesma tem de voltar a estudar. Dona Joana reagiu dizendo que estava gostando bastante das aulas, inclusive citou o livro *Quarto de Despejo* da autora Carolina Maria de Jesus⁵⁹, que estava lendo nas aulas. Disse que se identificava com o livro, por ele retratar o cotidiano de uma empregada doméstica, como ela já foi. Fiquei muito interessada com o comentário de Joana, sobretudo porque trabalhei durante alguns anos com educação de jovens e adultos. Começamos então a trocar experiências sobre este processo de voltar a estudar depois de adulta e o quanto aprendíamos coisas novas com outras pessoas. Essa conversa nos aproximou um pouco mais.

Foi quando um de seus filhos entrou abruptamente na sala. Era Vitor. Um jovem adulto de 32 anos que, naquela altura do sábado, já estava visivelmente embriagado. Nós também estávamos levemente alcoolizadas, mas não como ele. Vitor chegou falando alto e abraçou tão forte a mãe que a tirou do chão. A conversa foi interrompida imediatamente com a cena. Percebi um certo desconforto de Aurora, de Luciana e até de Dona Joana, mas que logo se desfez. Dona Joana retomou o assunto sobre a escola e disse que havia começado a estudar por causa dele, Vitor, que ainda não tinha concluído o Ensino Fundamental. Era importante que o filho voltasse a estudar, tanto para conseguir um emprego melhor, como também sair das drogas e não *voltar a fazer coisa errada*, pois havia saído recentemente da prisão, disse. Mãe e filho iam juntos ao CIEJA⁶⁰ (Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos), no Capão Redondo, que é referência nesta modalidade de ensino na cidade. Frequentando a escola com o filho, seria uma forma de monitorá-lo.

Aquela foi a primeira aproximação que tive de Dona Joana. A partir daí, marcamos outra conversa em que a situação estivesse mais tranquila e na qual ela pudesse me contar um pouco mais sobre sua vida e sobre como tem convivido com o envolvimento de 3 dos seus 4 filhos com uso abusivo de drogas, atividades criminosas e prisões: Vitor que recentemente havia saído da

⁵⁹ Quarto de despejo: diário de uma favelada, é um livro autobiográfico de Carolina Maria de Jesus publicado em 1960, em que a autora descreve seu cotidiano como moradora de uma favela. O livro foi publicado em mais de 13 idiomas e possui grande circulação entre movimentos sociais, sobretudo de mulheres negras.

⁶⁰ O CIEJA Campo Limpo é reconhecido por sua perspectiva alinhada à educação popular e aos princípios político-pedagógicos de Paulo Freire, sendo assim um equipamento mais acolhedor para jovens em medida socioeducativa que normalmente sofrem preconceitos e rejeições de matrícula em escolas públicas de Educação Básica por já terem “passagem” pela polícia.

prisão por roubo e era dependente químico; Vinícius, de 24 anos que encontrava-se preso há 4 anos por roubo e tráfico de drogas; e Vicente, de 20 anos, o mais novo, que também sofria com a dependência química e que era muito próximo da criminalidade ali do bairro. A conversa aconteceu em uma quinta-feira após o almoço. Conforme combinado, nos encontramos na casa de Aurora e fomos até sua casa.

Dona Joana mora em um beco há alguns metros de Aurora. Fizemos uma breve caminhada e logo chegamos ao portão de ferro azul. Um cão preso em sua casinha latia insistentemente. Dona Joana comentou sobre o ciúme que o animal sentia dela. Atravessamos o pequeno quintal e logo estávamos em sua cozinha, bem pequena e impecavelmente arrumada. Daquele lugar da casa via-se um quarto, também pequeno, onde dormiam os dois filhos que moravam com ela e um corredor que dava para o quarto do casal e para o banheiro. Sentamos perto da porta de entrada e ela começou a me contar sobre sua história.

Diferente da maioria das mulheres da mesma idade com quem conversei, Dona Joana chegou a São Paulo já adulta, aos 29 anos de idade. Veio da cidade de Batalha, Piauí, com os dois filhos mais velhos, encontrar o marido, Pedro, que havia migrado 5 anos antes em busca de emprego e que, até o momento de sua viagem, dava poucas notícias e havia deixado de mandar dinheiro para a família:

“mandava dinheiro! Só mandou dinheiro pra mim até um ano! Quatro anos ele ficou sem mandar um tostão pra mim! E eu só com meus filhos mais velhos, aquele que você conheceu, aquele moreninho, e o mais velho. E eu sempre lá, trabalhando na roça...”

Deixou a cidade determinada a *pegar seu marido de volta* e reconstruir sua família, principalmente porque, por meio de vizinhos que também eram migrantes da mesma cidade, Dona Joana recebia informações de que ele a traía com outra mulher: “Ó, ele tá lá com uma mulher velha. Branca e velha, parente do cara lá do bar!”.

Dona Joana lembrou do dia que chegou com os dois meninos nesta mesma casa onde mora hoje. Chovia. Bateu palmas no portão até ser recebida pelo marido que ficou surpreso com a chegada repentina: “O que você está fazendo aqui?”. Dona Joana contou que com ele estava a *branca velha* que logo se retirou para que ela e seus filhos entrassem. Desde então Joana reatou com o esposo e a família cresceu com o nascimento de mais dois meninos.

Dona Joana disse ter perdoado aquela traição, assim como outras que se sucederam ao longo dos anos. Contou que outro dia quase matou Pedro com um facão, pois o flagrou no quarto de uma vizinha. *Bateu nela e bateu nele*, afirma. Contou ainda que outro dia *fez um escândalo*, devido a

mais uma traição, subindo nos galhos daquela árvore da pracinha em que havíamos nos conhecido, permanecendo lá a tarde inteira como protesto: “todo mundo falava pra eu descer, eu não descia!”. Diferente de Aurora que conta com muita mágoa sobre as traições do ex-marido, Dona Joana fala sobre elas como anedotas, rindo da situação. Ela dá ênfase as suas reações: vir “pegar o marido de volta”; bater ou quase matar Pedro; praticar outros tipos de revanche, como ficar o dia todo em cima da árvore, etc. Embora ela tenha se queixado das traições, repetidamente ressaltava a importância do marido em sua vida: “Diante de Deus, ele. Atrás dele, Deus! Gosto muito dele!”. Nunca conheci Pedro, sempre que a visitava ele estava no trabalho.

Todos os filhos de Dona Joana fazem uso de drogas, mas apenas um deles não teve sua vida prejudicada por isso, diz ela. O mais velho, Valentim, de 33 anos, é casado e mora no mesmo bairro. Trabalha como eletricitista e segundo ela *usa suas coisinhas também*, mas não se trata de um uso que interfira em seu cotidiano. O filho do meio, Vitor, encontra-se desempregado, tinha 32 anos, foi preso por tráfico de drogas e hoje cumpre condicional, com ele é que Joana vai à escola. Vinícius com 24 anos está preso, também condenado por tráfico de drogas. Dona Joana disse que desde os quinze anos ela enfrenta a rotina de visitas à Fundação Casa e aos presídios por causa deste filho. Disse também que ele faz uso de medicamentos psiquiátricos e que tem um coágulo na cabeça. Por fim, o mais novo, Vicente, de 20 anos, faz também tratamento no CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) da região, por uso abusivo de drogas.

A mãe lamenta, pois seus filhos eram *muito trabalhadores* e desde pequenos faziam muitos bicos pela vizinhança. No entanto, disse que foi na adolescência que eles mudaram da *água para o vinho* devido a essas *porcarias de droga*:

“Você vai daqui pra ali, você pensa que tá num lugar bem sossegado e você tá em cima de uma boca de droga! Era na frente da minha casa! Agora que arredaram aí pra baixo. Meu pequenininho, esse que tá lá, passava desse tamanhinho e eles (traficantes) estavam na frente de casa... Tem que morar na casa da gente, não tem que se mudar por causa disso, tá em todo lugar, né? Aí rodando assim, os cara rodando o revólver. Ele disse assim: ‘o que é isso aí?’. O que tá preso. Aí ele (traficante) falava assim: ‘É um brinquedinho, mas você não pode brincar!’. Os traficantes falavam pra meu pequenininho quando eu passava pra comprar pão: ‘Você quer dois reais?’. ‘Não, não quero não!’, o que tá preso falava. ‘Pegue dois reais, você compra de pão!’. Aí ele: ‘Não quero não!’. Porque a gente ensina pra não pegar, né? Aí ele olhava pro pai dele: ‘Eu pego papai?’. Aí o cara falava: ‘Pegue pra você comprar de pão!’. Eles botavam na mão dele”.

Considero essa fala importante para destacar a preocupação das mulheres responsáveis pelo cuidado de meninos em suas família, com o possível *envolvimento* com outros jovens que praticam

atividades criminosas no bairro, especialmente por parte daquelas que trabalham fora de casa e são obrigadas a deixar as crianças sozinhas. Ouvi muitos relatos de estratégias para evitar esse contato com a rua, como trancar os meninos dentro de casa, mudar de bairro ou pedir que pessoas da vizinhança fizessem a supervisão. Dona Joana parou de trabalhar fora depois que seus filhos começaram a *dar problemas*.

Na fala de Dona Joana, assim como na de outras mulheres com quem conversei, o uso de drogas sempre esteve ligado a práticas criminosas. Isso não apenas por uma moralidade que vincula drogas ilícitas com o crime, mas principalmente porque, para jovens pobres moradores das periferias, o consumo e acesso às drogas ilícitas está muito próximo às redes de crimes locais, sobretudo porque a venda dessas drogas é realizada por vizinhos e amigos que já estão nelas, bem seu consumo tende a se dar em espaços de socialização comuns. Para os filhos de Dona Joana e de Aurora, o consumo de drogas dos filhos, de modo abusivo, não estavam desassociadas das práticas criminosas que realizaram.

Em certo ponto da conversa com Dona Joana, entra em casa Vicente, seu filho mais novo. Ele estava visivelmente alterado pelo uso de alguma substância e carregava em uma das mãos uma sacola de plástico com dois chuveiros usados. Disse para mãe que havia ganhado de um vizinho e iria vender para *fazer um troco*, explicação essa que não convenceu a mãe que preferiu não tecer mais nenhum comentário. Ela perguntou onde o jovem estava até aquele momento. *Ali com os moleques*, respondeu vagamente se esquivando da pergunta. Entrou em casa para tomar um banho rápido e voltar para a rua. Era visível a preocupação e constrangimento no rosto de Dona Joana porque o filho estava *chapado*. Também era inegável o carinho recíproco com o qual se tratavam, mãe e filho.

Continuamos a conversa até Vicente passar por nós novamente, mas agora, depois do banho, arrumado e perfumado. Sairia com os amigos. Assim que ele passou pelo portão, Dona Joana me confidenciou, em voz baixa, que precisa esconder todos os cremes e perfumes, tanto os seus, quanto os que ela recebia pelos correios para entregar para suas clientes, pois para completar a renda do marido, vendia cosméticos da Natura e da Avon. “Por que? Eles usam os seus cremes?”, perguntei. *Não, porque eles vendem para comprar essas porcarias*, me respondeu.

As transformações ocorridas a partir dos anos de 1980 e 1990 no que se refere ao tráfico de drogas, aumento da criminalidade e atuação ainda mais violenta da polícia em territórios periféricos, produziram efeitos específicos para mulheres, principalmente no âmbito da família e

na dinâmica do cotidiano, como argumentei anteriormente. Se para os meninos e jovens o crime passou a representar um espaço de construção de si, de uma determinada masculinidade que envolve a ampliação das possibilidades de consumo, respeito e admiração (FELTRAN, 2011, 2018; HIRATA; GRILLO, 2019), para as mulheres os efeitos foram outros. Para as mais jovens, esse mundo pode estar um pouco mais próximo, do qual elas até podem fazer parte, seja por compartilhar o mesmo espaço de sociabilidade (a rua, baladas), com irmãos, namorados e amigos; seja por também fazer uso recreativo de drogas ou até, em alguns casos, ter envolvimento com práticas criminosas. É importante ressaltar como esposas e namoradas de homens envolvidos com o crime, muitas vezes estão submetidas a graves violências de gênero, como alguns trabalhos tem chamado a atenção (ROCHA, 2014). Nesta pesquisa, como percorri redes das famílias de origem destes jovens, tais violências não apareceram explicitamente, embora algumas falas deixassem transparecer situações de agressão, como Patrícia, amiga de Luciana e casada com um traficante do bairro. Diversas vezes Luciana e Aurora insinuaram que ela apanhava do marido, mas ela mesma evitava falar sobre o assunto tanto com elas, como principalmente comigo, que não era íntima.

Para mulheres mais velhas como Dona Joana e Aurora, essas práticas e vocabulários do mundo do crime estavam ainda mais distantes. *Eu dei leite, não droga, droga não é assunto pra mãe de família, droga era um tabu, a gente não sabia nada sobre isso de droga, olha onde nossos filhos nos meteram!*, são expressões que denotam, sobretudo, uma distância moral.

Conforme ocorria a multiplicação das *biqueiras*, da presença dos *caras* no bairro, das prisões e mortes de vizinhos, dos castigos por parte do tráfico, o medo das mulheres de que seus filhos, netos, irmãos ou sobrinhos se envolvessem também crescia. Algumas mulheres com quem conversei mudaram de bairro e até de cidade para evitar essa convivência dos familiares com outros jovens envolvidos em práticas criminosas. Para outras, como Dona Joana, mudar de casa não apenas era muito difícil, como também, não representava minimização do risco: “a gente tem que morar na casa da gente, não tem que se mudar por causa disso, está em todo lugar”. Demonstrando assim a falta de esperança na existência de um mundo sem a presença dessa sociabilidade violenta dos homens. Restava para ela construir estratégias no cotidiano para evitar que o pior acontecesse. Em outras palavras, mulheres moradoras das periferias, como Dona Joana, buscavam continuamente evitar o envolvimento, mas se ele acontecesse, seria necessário tomar outras medidas para que uma escalada de eventos que levam à morte fosse contida.

O envolvimento dos jovens com atividades criminosas representa o arremesso da família como um todo para esse mundo que implica em uma relação mais próxima com os poderes locais, bem como a possibilidade de ter que lidar com as forças punitivas do Estado, como a polícia, o sistema prisional e de justiça. Para as mulheres mais velhas com quem conversei, a entrada nesse mundo do crime por parte dos jovens, representou uma ruptura com o seus próprios, uma ruína de projetos de vida que envolviam a busca por autonomia e (re)construção de suas famílias, já (re)orientados depois de separações de maridos, não raro, violentos. As urgências derivadas deste envolvimento provocam uma espécie de estrangulamento do árduo processo de (re)construção da vida e das possibilidades de pensar em futuro em um contexto no qual escassez econômica e violências de gênero já eram presentes. A vida ordinária passa a ser invadida pelas demandas do crime e do Estado, trazendo novas sobrecargas financeiras e emocionais.

Contudo, a despeito dessa distância moral por parte das mulheres mais velhas, são elas que ficavam mais próximas dos filhos, netos, sobrinhos, enfim, homens de suas famílias, em momentos de crise. Eram elas que passavam *humilhações na porta da cadeia* com visitas em caso de prisões; que negociam com traficantes quando ocorriam conflitos, principalmente gerados por dívidas; que muitas vezes enfrentavam a polícia frente à agressões; que mediavam conflitos em casa para que filhos não fossem excessivamente punidos por outros homens da família, muitas vezes menos tolerantes com os jovens; eram elas também que estavam presentes nas reuniões das *lutas contra o genocídio* e contra o *encarceramento em massa*, como discutido na introdução

No caso de Dona Joana, além de voltar a estudar para garantir que o filho se mantivesse na escola e *não voltasse a fazer coisas erradas*, de esconder objetos em casa para que não fossem vendidos pelos filhos para comprar drogas, de sair às ruas pela madrugada para buscar os filhos nas biqueiras, ela só se ausentava do bairro em casos excepcionais.

Certa vez, no início de 2019, um grupo de ativistas ligados à *Luta contra o encarceramento em massa*, propôs fazer um churrasco na região central da cidade para as mulheres envolvidas no ativismo. O objetivo era proporcionar um momento de descanso e diversão, já que tantas vezes essas mulheres estavam sobrecarregadas com o cotidiano *da violência do Estado* e com a *luta*. Um micro-ônibus foi alugado para que as mulheres da zona sul pudessem participar também. Estava tudo certo para que Aurora, Luciana, Patrícia, Dona Joana e as meninas, viessem. Estava esperando por elas na casa onde seria realizado o churrasco. Quando chegaram, Dona Joana não tinha vindo.

Fiquei decepcionada e perguntei a razão. Aurora respondeu: “Ih, é difícil a Joana sair de casa. Morre de preocupação por conta dos filhos. Ela tem medo que alguma coisa ruim aconteça”.

Dona Joana havia encontrado uma forma de evitar *o pior* para os filhos. Já que não conseguia interromper o consumo de drogas e a relação dos filhos com os jovens envolvidos com o crime, sua estratégia era ficar atenta diariamente aos seus passos, *ficar de olho* no bar, buscá-los nas biqueiras quando já era muito tarde, enfim, estar sempre presente. Apenas depois desse episódio comecei a notar como seus olhos estavam sempre vigilantes buscando a movimentação dos rapazes na rua e no bar. Dessa maneira Dona Joana levava seus dias.

Luciane Oliveira Rocha, ao acompanhar mulheres negras moradoras de uma favela na baixada fluminense carioca, chama essas práticas de atos de *de-killing* (desmatar), isto é, em um contexto em que as múltiplas dimensões da biopolítica condenam de antemão jovens negros e moradores das periferias (ROCHA, 2014), as mulheres agiriam cotidianamente para que eles não fossem mortos.

Essas ações cotidianas buscando mitigar os efeitos da violência (HAN, 2012) são realizadas em uma atmosfera moral em que as mulheres também são alvos de rumores que as culpabilizam pelo *envolvimento* dos filhos. O estigma do bandido, que é projetado sobre corpos de jovens, estende-se também para suas famílias, incidindo sobre às mulheres de forma específica. Camila Fernandes demonstrou em sua tese como era produzida no cotidiano de serviços públicos locais a ideia de que mulheres negras e moradoras de favelas, que utilizam esses equipamentos, *faziam filhos demais* por possuírem uma *sexualidade errada*. Elas seriam as responsáveis pela escassez de políticas públicas sempre insuficientes. Ter filhos demais significaria não poder cuidar e assim essas crianças ficariam na rua e se *envolveriam* com o crime (FERNANDES, 2019). Como também afirma Luciane Rocha (2014), essas mulheres seriam culpabilizadas pelas *élites e pelo governo por dar à luz a delinquentes*. Segundo Rocha, enquanto homens negros são vistos como ameaça à segurança, mulheres negras são vistas como ameaça moral. Ainda sobre como culpabilizações de mulheres, Patrícia Birman e Camila Pierobom (2021) demonstram como gênero opera no sentido de provocar maior responsabilizações de mulheres em casos de tensões e violências comunitárias.

Todas as mulheres com quem conversei que tiveram filhos envolvidos em casos de violência afirmaram ter ouvido algum tipo de insinuação – seja da polícia, do trabalho, de vizinhos, de parentes e até dos pais dos jovens em questão – através de expressões tais como: “você passa a mão na cabeça demais”, ou “não cuidou direito do filho”, ou ainda “exigiu demais do filho”.

Estigmas esses que articulam gênero, classe, raça e sexualidade. Por isso, Dona Joana fala da cautela em comentar sobre o que se passa com sua família com pessoas da vizinhança:

“Mas quando você tem filhos que eles tem qualquer probleminha, ninguém tem coragem de chegar em você e falar o que tá sentindo. Mas por trás todo mundo olhando com olhar feio... Aqui é uma população que a gente vive a vida da gente, mas tem pessoas que vive a vida da gente com eles. Eles vivem a vida da gente, não é a gente que vive! A gente é muito vigiada, criticada: ‘Isso daí é falta de conselho’, ‘é a mãe que não sabe criar os filhos’, ‘eu duvido se amarrar eles em casa, eles fazem coisa errada!’. Aqui só quem controla sobre a vida de nossos filhos e se conversa assim – às vezes a gente fecha até a portão pra gente conversar pra não... – é eu e a Aurora. Porque tem muitas mães aí que tem filho aí na vida pior, entrando em coisa pior, que elas não admitem que os filhos são daquele jeito! Tapa o sol com a peneira”.

Nessa fala, Dona Joana fala da desconfiança da vizinhança, de como ela e Aurora se entendem porque ambas possuem experiências semelhantes com o filho, mas também reforça a responsabilização das mães. São elas que criticam e vigiam mães de jovens com algum envolvimento e são elas também aquelas que não veem que seus filhos estão também *entrando em coisa pior*.

Desse modo as possibilidades de falar sobre as situações enfrentadas, lamentar em caso de perda e de prisões, vão se tornando cada vez mais restritas. *Sinto vergonha*, diz Aurora, ou *é a primeira vez que falo sobre isso*, comentavam algumas mulheres no encontro que abriu este capítulo. Conversas envolvendo essas questões são feitas entre mulheres que partilham dessas mesmas experiências, ainda assim com certa desconfiança. Como afirma Luciane Rocha:

Engaging with the perspectives of the mothers helped me to understand the structures of power they face, which encompasses the struggle of being a single mother, the neighbors’ gossip and the blaming they received for failing to educate their children, and direct state oppression through patriarchy, heterosexism, and racism. The state’s power to decide who must live and who must die (Mbembe, 2003) and the young men’s affinity for criminal activities, worked as a scourge on their lives, which made some of them, including my aunt, opt for silence and privately endure the struggle to persist despite the pain. In other words, terror and the words of others contributed to the women’s trauma and paralyzed some of them, which had a similar effect on me.⁶¹ (Rocha, 2014, p.24)

⁶¹ “Envolver-me com as perspectivas das mães me ajudou a entender as estruturas de poder que elas enfrentam, que engloba a luta de ser mãe solteira, as fofocas dos vizinhos e a culpa que recebiam por não educar seus filhos, e a opressão direta do Estado por meio de patriarcado, heterossexismo e racismo. O poder do Estado de decidir quem deve viver e quem deve morrer (Mbembe, 2003) e a afinidade dos jovens pelas atividades criminosas funcionaram como um flagelo em suas vidas, o que fez com que alguns deles, inclusive minha tia, optassem pelo silêncio e agüentassem privadamente a luta para persistir apesar da dor. Em outras palavras, o terror e as palavras dos outros contribuíram para o trauma das mulheres e paralisaram algumas delas, o que teve um efeito semelhante em mim.” (tradução minha)

Isso ficou evidente na fala de Joana quando estávamos na casa de Aurora. Elas comentavam sobre os problemas que enfrentavam com os filhos abaixando o tom de voz. Pensei que estivessem falando baixo por medo de que algum jovem do tráfico pudesse passar em frente à casa e ouvir que estávamos conversando *sobre coisas que não podemos ficar falando por aí*. Inclusive considerei um pouco de exagero já que a porta estava fechada e dificilmente alguém nos ouviria da parte de fora. Pensei que se tratava de um medo interiorizado de se falar sobre algo proibido, mais do que um risco real de alguém escutar a conversa. Perguntei então o porque estávamos falando tão baixo, ao que elas me responderam que não gostariam que a vizinhas ouvissem. Dona Joana quis dizer que só quando ocorre um evento crítico, isto é, uma prisão, violência física ou até morte de alguém é que algumas famílias conseguem *enxergar o que os filhos estão fazendo*, quando *a peneira não pode mais tapar o sol*.

Assim, as relações construídas entre as vizinhas de Aurora são moduladas de acordo com a necessidade e do que é possível partilhar ou não. Oferecer uma erva para algum tipo de doença para certa vizinha, não significa que se pode compartilhar o choro por um familiar morto ou as preocupações com um filho *que vive nas biqueiras* sem se sentir julgada, caso esta mulher não tenha experimentado também a morte, prisão ou *envolvimento* do familiar com o crime. Contudo, como todas elas partilham do mesmo risco, de que estes jovens são potenciais vítimas ou protagonistas dessas *guerras*, essa condição de distanciamento da experiência violenta pode logo se inverter.

Por isso Dona Joana disse que ela e Aurora se dão bem, pois *uma entende a outra* exatamente por partilharem uma experiência que não são todas as pessoas que *entendem*. Podemos compreender essa fala de Dona Joana a partir da ideia de *conhecimento venenoso* de Veena Das (2020). Um conhecimento que é adquirido pela experiência e não pelo intelecto. Estar entre outras pessoas que compartilham esse conhecimento, para Dona Joana, e também para Aurora, é se sentir mais compreendida e segura sem precisar se explicar ou se expor, sentindo-se, assim, menos julgada. É também a partir desse conhecimento que essas mulheres tecem redes de apoio para lidar com as sobrecargas geradas por tais violências.

1.4 “Ele morreu em junho, em julho eu descobri que eu tava grávida”: a escolha pela vida na guerra

“Porque nós tava junto no rolê nesse dia que ele morreu, sabe? A gente estava lá nessa festa...era quermesse ali no Rosa. Nós tava brincando ainda, dançando... Só que ele era usuário de droga, né? Ele veio aqui na biqueira, mas não conseguiu pegar. Parecia que tinha que acontecer, né? Aí a gente pegou, saiu. Foi até no dia dos namorados. A gente foi pra lá e ficamos lá, e a gente brigou. Eu e ele. Ele puxou meu cabelo porque ele tava nervoso porque ele queria o negócio dele. Aí viemos embora, eu e o Diego, aí quando foi quatro hora da manhã, o cara gritou aqui no portão: “Leandro!”. Aí o Diego apareceu, aí o Diego falou assim: “O Leandro não tá aqui, não!”. Aí o cara falou assim: “Então meu, porque o Leandro tá caído lá embaixo!”. Aí eu falei assim: “Mô, desce lá então pra ver o que que é, né?”. Aí eu falei assim: “Eu vou também pra ver o que que foi”. Aí o Diego falou assim: “Não amor, fica aí, espera aí, né?”. Aí quando o Diego chegou falou pra mim assim: “Mô...”. Eu falei: o que foi?. “O Leandro tá morto!”. Aí eu desesperei, comecei gritar na rua... Falei: “Como ele tá morto se nós tava bem até agora pouco?”. Aí ligaram pros polícia lá embaixo porque eu não fui, não consegui descer. Aí quando chegou lá embaixo ele tava morto mesmo!”

O trecho acima foi extraído de uma conversa que tive com Luciana. Leandro era o segundo filho de Aurora, mais jovem que Miguel e mais velho que Luciana. Era também pai de Caio, que estava com 14 anos no dia de seu assassinato. Leandro, seu filho Caio e seu pai Roberto eram muito parecidos, como sempre me dizia Aurora e como pude constatar vendo a semelhança impressionante nas fotos. Os três eram homens altos, com cabelos crespos e claros. Leandro morreu aos 33 anos de idade, assassinado por um vizinho que, segundo narrativa de amigos, queria roubar sua cocaína. Ninguém viu a briga, só se sabe que na tentativa de roubar a carteira de Leandro, Juninho, seu assassino, lhe desferiu um corte no pescoço.

Quando Luciana contou sua versão sobre o assassinato do irmão, eu já estava um pouco mais íntima da família. Aurora já havia me relatado o ocorrido, mas havia omitido que a briga fora desencadeada por uma tentativa de roubo de drogas do filho. Interpretei essa omissão como um sinal de constrangimento e também como um esforço de proteger o filho, evitando que mais um de sua família fosse visto como um *nóia*. Ela dizia que ele havia sido vítima de um assalto. A conversa que tive com Luciana foi em um sábado à tarde, em sua casa, quando estávamos apenas nós duas. Tomávamos uma cerveja. *Ajuda a soltar*, disse-me ela.

Na ocasião da conversa, Luciana estava com 32 anos. Meu objetivo não era saber sobre a morte de seu irmão, mas sim conhecer um pouco de sua trajetória e seu papel na dinâmica da família. No entanto, sua fala sobre o episódio emergiu repentinamente na conversa com todo o sofrimento que ele ainda despertava e com o peso que representava no cotidiano de Luciana e de toda a família.

Ela me contava sobre sua vida, sobre como largou cedo os estudos: “Sentia sono, tinha preguiça de ir à escola. Meu pai me deixava na porta da escola, mas eu voltava para dormir quando meu pai e minha mãe tinham ido trabalhar”, me disse. Parou de estudar na 4ª série do ensino fundamental, aos 11 anos. Voltou depois para fazer supletivo aos dezoito, quando ficou grávida, conseguindo chegar apenas até a 7ª série.

Luciana teve três filhas. A primeira de um namorado que a agredia: “ele me deu um murro no olho que ficou desse tamanho”. Esse pai até registrou a filha, mas não a ajudava em nada: “ele é um lixo de homem, de pai. Ele pra mim é um drogado”. A segunda filha foi de um caso amoroso com um vizinho que também resistiu para reconhecer a paternidade, mas hoje paga pensão *direitinho*, completou. A terceira filha, Beatriz, de 4 anos, é fruto de sua relação com o atual companheiro, Diego.

O assunto sobre Leandro surgiu quando ela falava sobre suas gestações, sobre a dificuldade dos pais reconhecerem as filhas como suas e a pouca *ajuda* que recebia deles, com exceção de Diego. Contava também sobre as dificuldades que enfrentou e enfrentava com a *exploração* de algumas patroas em seu trabalho como empregada doméstica. Sem apoio por parte dos pais das filhas e submetida às condições precárias de trabalho, Luciana ressaltava o papel fundamental de sua mãe em sua vida: “sem ela, não saberia o que fazer”. Foi quando Luciana começou a falar do nascimento da terceira filha, que a morte de Leandro tomou conta daquela sala juntamente com suas lágrimas.

“Foi com ele, com o Diego. Assim, quando eu perdi meu irmão, gosto nem de falar... Aí eu engravidei dela, então pra nós foi o que? Uma benção, né? Eu tinha acabado de perder ele... Ele morreu em junho, em julho eu descobri que eu tava grávida, entendeu? Então pra mim, eu falo até hoje que ela é o anjinho que ele mandou pra nós. Mas dói, viu?”

A forma repentina em que a morte de Leandro surgiu na conversa, assim como sua ligação com o nascimento de Beatriz, diz muito sobre como esses episódios de violência irrompem na vida dessas famílias, bem como as possibilidades de elaboração do luto e de reconstrução de mundos. Essa conexão entre morte e vida, entre perda e cuidado é algo que acompanhava as trajetórias das

famílias que tive contato. A conversa com Luciana foi fundamental para reforçar a compreensão dos efeitos devastadores das violências dessas *guerras* (envolvendo homens do estado e do crime) na vida de toda a família e a dificuldade de reconstrução de suas vidas em um contexto em que pessoas machucadas se vêem em permanente ameaça de repetição da violência – que, no caso desta família, não demorou em acontecer com a internação de Caio.

A morte era sentida de forma multiplicada: Aurora perdia outro filho, Luciana perdia um irmão muito querido e Caio perdia o pai com quem havia acabado de discutir. Todos sofriam pela perda que reverberava mutuamente em cada membro da família fazendo intensificar a dor: “não podia olhar para Luciana chorando”; “ver o Caio indo para biqueira me matava”; “não conseguia cuidar de minha mãe”. As relações estavam contaminadas e o trabalho do cuidado era pesado demais para ser realizado de forma suficiente. Contudo, eram elas, mãe e filha, que estavam ali e era a partir delas e das relações (re)construídas entre os que ficaram que o mundo poderia ser (re)habitado.

Leandro foi assassinado em 2014 na rua de sua casa. Sua morte ocorreu 20 anos após a de seu irmão mais velho em circunstâncias e em um contexto diferente da década de 1990. Leandro não estava cometendo um assalto e não foi morto pela polícia, mas sua morte também está no espectro dos nexos estabelecidos nas margens entre comércio de drogas, crime e violência (FELTRAN, 2011; TELLES, 2013). Esses nexos são percebidos e vividos no cotidiano, como na fala de Aurora ao dizer que *cocaína cheirava à morte*, comentando sobre o odor que se desprendia das roupas dos filhos quando ela passava o ferro quente. Comentava que os assassinatos dos dois filhos estavam de certa forma ligados ao consumo de cocaína. Ela tinha medo desse cheiro.

Luciana, por ser de outra geração e por ter compartilhado esse mundo com o irmão, tinha uma outra relação com as drogas, assim como eu também. Com o tempo, por confienciarmos uma a outra o que já havíamos experimentado – digo confienciarmos, pois a conversa foi em tom de segredo e troca de intimidade – que ela foi me falando mais abertamente sobre seu próprio uso de drogas. Uso este que era conhecido por Aurora e era motivo de muitas preocupações e atritos com a filha. Aurora não era uma mulher que tinha preconceitos contra o uso recreativo de drogas. Ela mesma gostava de beber aos finais de semana e não via nenhum problema no consumo de maconha. Contudo, a cocaína era uma preocupação maior, assim como quando a filha, o neto e o cunhado *bebiam demais*. O medo de algo pior acontecer, de que limites fossem ultrapassados, era inevitável.

A periferia dos anos de 2010 não era a mesma de 1990. Como mencionado anteriormente, as taxas de homicídio declinaram significativamente durante os anos 2000, enquanto o número de prisões havia crescido exponencialmente, como tratado na introdução. O PCC emergiu estabelecendo procedimentos e protocolos de *pacificação* (TELLES, 2013; FELTRAN, 2018) dos territórios periféricos. As políticas desenvolvidas por mais de 12 anos durante os governos de Lula/Dilma (2003-2016) haviam proporcionado uma ampliação da capacidade de consumo por parte das famílias de baixa renda (a chamada emergência da classe C). E novos sujeitos políticos despontaram na cena pública desses territórios: coletivos, ativistas periféricos, ONGs, etc.

As causas da expressiva diminuição dos homicídios nas periferias da cidade de São Paulo ainda é ponto de debate. Trabalhos sobre o tema mencionam uma multiplicidade de fatores e dentre os mais relevantes está a formação do PCC como mediador de conflitos nos territórios, como também mencionado anteriormente. Contudo, por volta de 2012, novas ondas de assassinatos voltaram a ocorrer nas periferias, principalmente chacinas cuja autoria é atribuída a policiais ou a grupos de extermínio ligadas a ela (TELLES, 2013). Leandro foi assassinado neste contexto, embora ele não tenha sido morto pela polícia, sua morte ocorreu em um cenário marcado por essas transformações e pela guerra envolvendo crime e estado.

Se na morte de Miguel, forças estatais se apresentaram como assassinas implacáveis encurralando e silenciando sua família a partir de intimidações e torturas, no caso da morte de Leandro, elas se apresentaram como frouxas e ineficientes no sentido de garantir justiça. A polícia chegou à cena do crime e foi aberta uma investigação. Embora todos soubessem o autor do crime – Juninho, o vizinho *nóia* – por falta de provas, o crime prescreveu. *A lei não serve para nada*, disse-me Luciana enxugando as lágrimas e levantando os ombros. Ela me contou que a polícia foi *até legal*, que ela, inclusive, *pegou amizade* com o investigador, mas *não deu em nada*.

Como analisar as ações do Estado frente a esses dois assassinatos? Elas representam faces distintas de setores estatais ou poderiam ser interpretadas como efeitos da mesma política de extermínio perpetrada pelo estado? Para responder a essas perguntas, considero oportuno mobilizar a noção de necropolítica forjada por Achille Mbembe (2016). Este autor argumenta que o conceito de biopoder, formulado por Michel Foucault (2012), é insuficiente para compreender a produção de inimigos e de políticas de extermínios voltadas contra elas que se realizam na contemporaneidade. Referindo-se às experiências tais como a Palestina e o *Apartheid* sul-africano, o autor considera mais apropriado falar em uma combinação entre disciplina, biopolítica e

necropolítica que se conectariam pelo dispositivo do racismo e que caracterizaria o que ele chama de uma ocupação colonial tardia. Mbembe fala de um aprimoramento e otimização das formas de matar que se voltam contra pessoas enquadradas, através do racismo, como descartáveis.

Considero duas noções desenvolvidas por Mbembe em seu argumento muito importantes aqui. A primeira é o que ele entende por colônia e a segunda é o papel que atribui ao racismo na necropolítica. O autor defende que no mundo contemporâneo há uma tradução, em termos raciais, dos conflitos sociais baseados em classes. Assim as classes sociais mais baixas, territorializadas em colônias tardias, seriam produzidas racialmente como selvagens, tal como no período colonial. Tais colônias estariam submetidas à soberania que consiste fundamentalmente no exercício de um poder à margem da lei no qual a paz assume a face de uma guerra sem fim:

No mesmo contexto, as colônias são semelhantes às fronteiras. Elas são habitadas por “selvagens”. As colônias não são organizadas de forma estatal e não criaram um mundo humano. Seus exércitos não formam uma entidade distinta, e suas guerras não são guerras entre exércitos regulares. Não implicam a mobilização de sujeitos soberanos (cidadãos) que se respeitam mutuamente, mesmo que inimigos. Não estabelecem distinção entre combatentes e não combatentes ou, novamente, “inimigo” e “criminoso”. Assim, é impossível firmar a paz com eles. Em suma, as colônias são zonas em que guerra e desordem, figuras internas e externas da política, ficam lado a lado ou se alternam. Como tal, as colônias são o local por excelência em que os controles e as garantias de ordem judicial podem ser suspensos – a zona em que a violência do estado de exceção supostamente opera a serviço da “civilização. (MBEMBE, 2016, p. 133)

A tardo-ocupação, continua o autor, é a apreensão, demarcação e afirmação do controle físico e geográfico que se estabelece sobre o território um novo conjunto de relações sociais e espaciais. O espaço então torna-se matéria prima da soberania do necropoder e esta, por sua vez, é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é descartável e quem não é. Além disso, explica Mbembe, na necropolítica, em territórios ocupados por operações militares, o exercício do direito de matar não é exercido apenas pelo monopólio do estado. A autoridade suprema em um determinado espaço político não se dá facilmente. Trata-se de um mosaico de direitos de governar incompletos e sobrepostos, disfarçados e emaranhados (MBEMBE, 2016, p. 139).

O termo necropolítica tem sido amplamente empregado não apenas nas produções acadêmicas, mas também por movimentos sociais que tem enquadrado o estado como *assassino* (aqui destaco a *Luta contra o Genocídio Negro* e a *Luta contra o Encarceramento em Massa*, tratadas na introdução). Não pretendo fazer uma transposição tão apressada do conceito para pensar

sobre territórios periféricos. O que considero relevante é ressaltar como essa definição oferece alguns *insights* para pensar a reprodução da violência nas periferias, e as *guerras* ali forjadas, sobretudo o papel do racismo em produzir essas margens como territórios racializados, nos quais extermínio e violações seriam justificadas a partir da construção da ideia de um inimigo interno, o bandido.

É possível aqui estabelecer correlações entre Mbembe e o trabalho de Veena Das, sobretudo em texto, produzido juntamente com Deborah Poole, sobre as margens do estado (DAS e POOLE, 2004). Das e Poole, tal como Mbembe, não veem as margens como lugares onde o poder do estado é enfraquecido e rarefeito, pelo contrário, é nelas em que o estado se faz e refaz continuamente a partir da produção permanente da ideia de territórios selvagens que devem ser dominados e controlados. Contudo, afirmam as autoras, essas margens não estariam inertes ao biopoder – seguindo o conceito foucaultiano. Formas de controle e gestão locais colonizariam também as ações do estado, sendo assim, as margens seriam espaços de intensa tensão e criação, definindo os campos de força e jogos de poder que gestam a ordem e a violência que nelas se realizam (TELLES, 2013).

Volto aos assassinatos ocorridos na família de Aurora, ambos decorrentes dos múltiplos mecanismos da necropolítica e das guerras em seu bojo. Uma das mortes ocorreu como resultado direto da ação violenta do estado, outro das tensões envolvendo o *mundo do crime* frente à qual se operou a inércia intencional de deixar morrer por parte do estado, isto é, outra faceta do extermínio de *corpos descartáveis*. Ao racializar o território, corpos socialmente reconhecidos como brancos, são também racializados, como o caso de Leandro. Sua morte, assim como de seu irmão Miguel, não desperta comoção social, não importa. Por esta razão, a punição do homem que cometeu seu assassinato também não é relevante, já que se sabe da gestão local frente a este tipo de crime. O PCC faria a justiça, a pena capital de Juninho seria a eliminação de mais um corpo descartável.

Seguindo mais uma vez o argumento de Luciane Rocha (2014), os efeitos da necropolítica são múltiplos e contínuos em termos de destruição, não se limitando apenas no assassinato, mas infiltrando-se nos corpos e nas relações das pessoas que ficaram. A dor da perda, a humilhação, as relações e mundos destruídos, o medo de repetição da violência que perdura no tempo dificultam o trabalho de luto e a reconstrução de famílias e territórios arruinados. O assassinato de Leandro ocorreu em um contexto em que os campos de força – crime organizado e estado – estão em permanente tensão, não como polos opostos, mas entremeados na gestão do cotidiano. Sua morte

ocorreu de forma repentina, como todos os jovens que estão neste limiar de vida e morte (TELLES 2013; HIRATA; GRILLO; 2019), ou, como afirma Rocha, já condenados pela biopolítica. Embora exista o medo de que a violência ocorra, por se viver em risco permanente de contexto de guerra que consome corpos de homens jovens das periferias, ela nunca é esperada.

O assassinato de Leandro desencadeou dores antigas na família. Fez com que traumas fossem revividos, medos intensificados, desconfianças e constrangimentos multiplicados. As ressonâncias de um assassinato são vividas no tempo e espaço inviabilizando famílias, futuros e territórios. Contudo, é na possibilidade de continuar a vida que se (re)habitam esses mundos. Foi a partir da gravidez de Luciana que o mundo voltou a fazer sentido. Foi na escolha pela vida neste limiar de vida e morte que Aurora e Luciana se engajaram no pesado e doloroso processo de reconstruir seus mundos devastados. Por isso Luciana se emociona ao falar do nascimento de Beatriz. Ele foi a esperança da continuidade da vida, força essa que as mulheres insistem em manter nas sombras dessas guerras.

1.5 “Engolir o choro” para reconstruir a vida

Aí a vida teve que seguir outra vez, minha filha. Eu sequei as lágrimas, engolir choro. Do Leandro ninguém ameaçou nada, mas tinha minha filha, minhas netas e mais ainda o filho do Leandro, que desde os dois aninhos eu criei que ele morava com o pai. A mãe abandonou desde o dois aninhos (...) Mas eu sozinha com a Luciana também, que ela ficou muito fraca porque eles se davam muito bem. Tinha as filhas dela e tinha o Caio. E eu fiquei sozinha, meu. Sozinha pra poder enfrentar... Outra vez catei meus caquinho...catei braço, perna, tanto que no momento...eu deitada numa cama e...eu vendo tudo, o Caio já usar droga, já tinha uma semana, duas semana. Eu senti um suicídio de dentro da minha barriga, não foi da cabeça, saiu daqui. Mas uma vontade...um suicídio, parecia que a minha cabeça estava aqui na barriga. Aí menina eu falei: ‘Não, meu Deus!’. Aí uma neta minha...eu ouvi uma neta minha, parece que caiu alguma coisa: ‘vó, vó!’ aí eu despertei”.

Aurora me dizia essas palavras contraindo a face e deslizando a mão pelo corpo como se a dor ainda estivesse em seu ventre. A morte de Leandro trazia para o presente os efeitos do assassinato de seu primeiro filho Miguel, que já tinham sido, de certa forma, trabalhados pelo tempo ao longo dos mais de 20 anos decorridos. Quando tivemos essa conversa, a perda de Leandro

ainda era lamentada e presente nas relações e no cotidiano de todos da casa. Para Aurora, significava reviver memórias e dores da morte de Miguel e enfrentar a triste sina da família em concentrar tantos episódios de violência. Disse que a vizinhança falava em *maldição* da família.

Nem Aurora, nem Luciana falavam muito sobre Roberto, pai de Miguel, separado de Aurora há mais de uma década. Ela lembrava com ressentimento o passado que viveu com o marido, mas quando comentava sobre ele no presente, eram falas que oscilavam entre carinho e indiferença. Nas recordações sobre esses episódios de envolvendo as mortes dos filhos, ele mal aparecia. O enfrentamento da situação no âmbito da família foi realizado somente pelas duas mulheres. Mãe e filha relataram que no dia da morte de Leandro, algumas horas antes, ele havia brigado com Caio, inclusive agredindo fisicamente o jovem. Caio respondeu que nunca mais queria ver o pai. Horas depois, recebia a notícia do assassinato. Como disse Aurora, ao ser comunicado, Caio foi deitar e agiu *como se fosse mentira*. Depois disso, *se afundou nas drogas*, disseram. Esse episódio era lamentado frequentemente por ambas e visto como a razão por ter se envolvido ainda mais com atividades criminosas.

O sofrimento pela perda de Leandro era compartilhado e se potencializava nas relações no interior da família. A fraqueza de Luciana era acentuada com o pesar de Aurora. Perceber que Caio *se perdia nas drogas* e não ter forças para ajudá-lo aumentava o sentimento de culpa e a dor das duas mulheres. Quando conheci a família, em meados de 2016, vi o grande esforço de ambas em (re)habitar e reconstruir seus mundos devastados por mais uma morte. Devastação essa que penetrava nas relações colocando-as em uma espécie de suspensão, como se estivessem doentes. Contudo, o que mais me chamava a atenção e um dos motivos pelos quais passei a acompanhar a família, era o esforço empreendido por ambas em continuar com a vida, refazer o cotidiano e (re)construir relações. A participação no grupos de mulheres do MSE (Serviço de Medida Socioeducativa), como dito no início, foi fundamental neste processo.

No fragmento de fala acima, considero que há alguns elementos significativos para compreender os efeitos da necropolítica para as famílias moradoras das margens, principalmente aquelas envolvidas diretamente com as *guerras*, bem como os esforços realizados por elas para habitar novamente mundos devastados, nos quais o risco da violência se repetir é constante. Se na seção anterior busquei chamar a atenção para como o necropoder se reproduz a partir de nexos raciais e de gênero, aqui ressalto como também são generificados seus efeitos, focando nas experiências de mulheres.

Meu mundo caiu, meu chão se abriu, não conseguia levantar da cama, não tive forças, minha vida acabou, não conseguia fazer mais nada, foram expressões que ouvi não apenas de Aurora, mas também de outras mulheres que tiveram parentes assassinados. A partir dessas frases, elas tentavam expressar a perda de sentido, a aniquilação de seus mundos decorrentes da violência desferida sobre corpos de seus familiares, sobretudo homens, capazes de provocar dores que eram sentidas em seus próprios corpos e indizíveis a não ser por metáforas. A forma que Aurora encontrou para traduzir sua dor foi descrevendo um corpo desmontado onde os órgãos estavam embaralhados e as partes desmembradas: cabeça, barriga, braço, perna. Grace Cho (2008), a partir da análise dos efeitos psíquicos entre as e os sobreviventes da Guerra da Coreia, argumenta que o trauma, por exceder as estruturas de compreensão, não pode ser assimilado dentro de uma narrativa coerente. Assim, eventos não lembrados, sobretudo publicamente, são absorvidos pelo corpo, como uma *memória celular*, e desencadeados pelos sentidos (Cho, 2008; p. 83). Afirma Cho:

“While the traumas of war and militarism are often unremembered events rooted in lack and loss—the massive loss of lives and homes and the lack of public record of the atrocities committed—they also operate at the cellular level of affect. The failure to assimilate trauma is repeated through cycles of time, but trauma is unfaithful to these patterns in that it is also triggered by the senses. The sensation of heat, the sound of sirens, the smells and tastes of war incite a reliving of trauma that sends the present moment into flight⁶².” (CHO, 2008, p. 83)

Ainda sobre o caráter inenarrável da experiência violenta, Cynthia Sarti (2011b) afirma que ela está associada à impossibilidade de simbolização, o que provoca o trauma. No entanto, segundo a autora, essa experiência traumática pode ser ressignificada posteriormente em contextos sociais e políticos favoráveis para elaboração e comunicação do sofrimento. Neste sentido, Sarti estabelece uma importante relação entre a (im)possibilidade de expressão do sofrimento associado à violência e os constrangimentos que a provocaram. Nas palavras da autora:

Essa perspectiva implica discutir as condições de possibilidade de elaboração das experiências de dor e sofrimento, articulando aspectos subjetivos e contexto social e político, de forma a buscar o que permite falar ou o que faz silenciar; ou ainda, o que é permitido vir à tona e o que é deixado na sombra. (SARTI, 2011b; p. 57)

⁶² “Embora os traumas da guerra e do militarismo sejam frequentemente eventos não lembrados, enraizados na falta e na perda – a perda maciça de vidas e lares e a falta de registro público das atrocidades cometidas – eles também operam no nível celular do afeto. A falha em assimilar o trauma é repetida através de ciclos de tempo, mas o trauma é infiel a esses padrões na medida em que também é desencadeado pelos sentidos. A sensação de calor, o som das sirenes, os cheiros e sabores da guerra incitam a reviver o trauma que faz o presente momento voar” (tradução minha).

Diversas situações que vive junto a Aurora, e também a Luciana, revelaram o trauma enredado em seus corpos e em seus cotidianos, como a sensação de morte desencadeada pelo cheiro da cocaína ou os *surtos* ocorridos com a prisão de Caio, como tratarei no próximo capítulo. Contudo, argumento que quando Aurora fala em *engolir o choro*, ela está expressando não apenas a ausência de condições onde possa elaborar e comunicar o sofrimento, como também, a necessidade de não sucumbir a ele, pois é preciso assegurar o seu lugar como responsável em manter a existência de outras pessoas que delas dependem. O corpo precisa estar novamente pronto para assumir as tarefas cotidianas do cuidado da família, também arruinada. *Eu fiquei sozinha para enfrentar*, disse Aurora.

Para as mulheres com quem conversei, a (re)construção de suas famílias após situações opressoras e violentas com maridos e/ou pai de filhos eram parte constitutiva de suas vidas e de si mesmas. A experiência do cuidado, inescapável para as mulheres, sobretudo das classes populares, vivida como sobrecarga, mas também como dimensão da própria subjetividade, se constituía como um aprendizado de gênero que modelava subjetividades a partir das quais mulheres tendiam a estabelecer relações de maior responsabilidade e implicação com outras pessoas, como também argumentarei no próximo capítulo.

O esforço descomunal de sair da cama, de enxugar as lágrimas e olhar para as outras pessoas que ficaram sob seus cuidados, eram desafios enfrentados por essas mulheres enlutadas que ficavam cada vez mais evidentes conforme se repetiam nas narrativas. A dor paralisante, o peso excepcional de tarefas que antes eram triviais, a demanda por cuidado potencializada daqueles que ficaram, convocavam uma capacidade emocional que naquele momento estava indisponível. O relato dessas sobrecargas emocionais se repetiam nas narrativas de diferentes mulheres como se fossem falas de uma mesma pessoa.

Consolação, moradora do Parque Santo Antônio, bairro situado no distrito vizinho do Capão Redondo e que também apresenta altas taxas de homicídio, teve, de seus 6 filhos, 2 filhos assassinados, um encontrava-se preso e outro era dependente químico. Apenas sua filha mais nova, Núbia, a única mulher, morava com ela. Consolação e Núbia geriam o cotidiano da casa e cuidavam de Diana, de 5 anos, filha de um de seus filhos. Consolação disse que foi o cuidado demandado por esta neta que a tirou da cama após a morte do segundo filho:

“Então, foi um filho, assim, ele só tinha a mim e essa minha irmã. Então, quando aconteceu isso com ele, tirou meu chão! Tirou meu mundo! Não conseguia fazer mais nada! Mas a gente tem que viver, né? A gente nasce, cresce, tem filho...a gente fala: “O caminho é esse!”. Ai eles querem ir por esse... Falar pra você, eu tô viva, primeiramente por Deus...eu não virei uma andarilha, uma mendiga, eu não larguei tudo, eu não fui embora por causa dessa netinha que eu tenho! Primeiramente Deus que me sustentou, depois eu olhava pra ela, eu via a necessidade que ela tinha de alguém... quem ia cuidar dela? Quem ia levar pra médico?”

Engolir o choro e a gente tem que viver são falas que expressam como essas mulheres se sentiram convocadas pelo mundo externo, pelas relações marcadas por gênero, segundo as quais elas seriam responsáveis pelo cuidado que, muitas vezes, significa a garantia da existência de outras pessoas. É preciso sair de dentro de si, da dor e cuidar daquelas e daqueles que também estão sofrendo. No caso de Aurora, o marido foi embora, os filhos mais velhos morreram. Ela e Luciana se dividiam para cuidar das netas e do neto em um contexto em que as mulheres se viam sozinhas na tarefa do cuidado, de carregar o sofrimento e de reconstruir seus mundos.

Detenho-me um pouco mais na expressão *engolir o choro*, muito popular também em outras situações nas quais é preciso *levantar a cabeça* e não *sucumbir ao sofrimento*. No caso tratado aqui, denota uma impossibilidade, tanto no espaço, como no tempo, de sofrer. É necessário cuidar dos outros. E, como afirma Camila Fernandes, o tempo do cuidado tem seu ritmo cíclico, intermitente e constante, distinto tanto do cronológico (FERNANDES, 2018), como do luto, sendo este um tempo quase paralisado. Neste sentido, a expressão sugere também um silenciamento de mulheres que estão na mesma situação de Aurora. Ela não teve tempo de elaborar a dor da perda de Leandro, pois logo teve que se preocupar com a internação de Caio na Fundação Casa. Aurora então projetou todas as suas energias e esperanças de futuro no cuidado com o neto: “eu prometi para o pai dele que cuidaria de Caio!”.

Ter que *engolir o choro* então significa a condição de vida de mulheres que vivem em territórios racializados, precários em termos de políticas do cuidado e que precisam enfrentar as complexas tarefas para manter a si mesmas e a suas famílias em segurança, diminuindo os riscos de violências se repetirem. *Engolir o choro* também representa a impossibilidade de chorar por aqueles cujas mortes não são lamentadas, assim como o sofrimento que provocam não são reconhecidos e respeitados. O lamento não encontra eco, pois essas mulheres sentem-se constantemente julgadas e culpabilizadas não só pelo envolvimento do filho com o crime, como também pela morte.

Por fim, *engolir o choro* denuncia a inexistência de espaços para chorar, para lamentar, para enlutar as pessoas que compunham seus mundos. O luto também é vivido pela perda do mundo até então conhecido. Ao chorar, essas mulheres ouvem do marido que *não cuidou direito* do filho; ou de patroas que era *melhor estar morto do que desaparecido*; da vizinhança de que *o menino nunca foi coisa boa*; dentre outras falas que reproduzem moralidades que estigmatizam jovens negros e pobres e culpabilizam suas mães. Falas que *cortam por dentro*, como disse Aurora, que silenciam e fazem com que engolir o choro seja uma forma de (sobre)viver cotidianamente.

Considero uma passagem no trabalho de Veena Das (2020) especialmente inspiradora para compreender essa fala de Aurora. Ao refletir sobre o significado de testemunhar o crime inerente à ordem social, a autora se vale da interpretação proposta por Lacan a respeito do lamento de Antígona, figura da mitologia grega. Antígona teve o irmão, Polinice, morto quando ele tentou atacar o reino de Tebas. Creonte, tio de Polinice e então rei de Tebas, não permitiu que os ritos funerários fossem feitos a ele, o que significava o sentenciamento do sobrinho ao esquecimento eterno. Antígona se rebelou à ordem do rei e tentou sepultar o irmão *com as próprias mãos*, razão pela qual foi condenada à morte por Creonte. Lacan afirma que é a partir deste *cenário trágico*, uma zona entre duas mortes – dela própria e do irmão – que Antígona pode proferir a *verdade insuportável* que é o caráter criminoso da própria ordem social. Isto é, ao reafirmar a singularidade do irmão, Antígona questionava a legitimidade da regra do Estado ao cometer o crime de apagar completamente a *singularidade de um ser até na sua morte* (DAS, 2020, p. 96).

Das argumenta que essa passagem oferece elementos importantes para refletir sobre o surgimento da voz generificada que emerge em um momento de transgressão. Assim, a figura de Antígona ofereceria *um caminho em que poderíamos pensar na voz como uma criação espetacular e desafiadora do sujeito por meio do ato da fala* (DAS, 2020, p. 97). A questão a respeito do surgimento da voz tratarei no capítulo seguinte, aqui continuo o caminho percorrido por Das ao apresentar a passagem de Antígona para propor um movimento inverso, que é a criação do sujeito de gênero não pela fala *espetacular e desafiadora*, mas através da descida ao cotidiano, buscando habitar o mundo novamente em um *gesto de luto*. Afirma Das:

Essa imagem de retroceder evoca tanto a ideia de um retorno como a de voltar a habitar o mesmo espaço agora marcado como um espaço de destruição, no qual você deve novamente viver. Daí o sentido do cotidiano em Wittgenstein como o de algo recuperado. O modo como você toma para si tal espaço de destruição, não mediante uma ascensão à transcendência, mas mediante uma descida ao cotidiano (...). (DAS, 2020; p. 97)

Engolir o choro seria então o movimento inverso ao surgimento da voz desafiadora, significava uma forma encontrada por Aurora em retomar o cotidiano frente à impossibilidade de lamentar publicamente. *Engolir o choro* se constituiria em uma maneira generificada de habitar novamente um cotidiano em que as relações de gênero no interior da família delegam a responsabilidade do cuidado somente para as mulheres. Contexto esse em que o distanciamento afetivo, a desresponsabilização com o cuidado e até mesmo a violência com que os homens da família se relacionam com crianças e mulheres são naturalizados. *Engolir o choro* seria também uma forma de lidar com a moralidade sobre a qual se sustenta o julgamento de vizinhos, que individualiza e dirige o problema da violência para a *família do bandido*, evitando assim a cruel realidade de que os jovens de suas famílias podem igualmente se encontrar nas mesmas situações.

Os corpos das mulheres seriam então o receptáculo do sofrimento, da mitigação dos efeitos da violência e do enraizamento de dores silenciadas. Por fim, sugiro que *engolir o choro* é não apenas uma forma para qual mulheres, como Aurora e Consolação, são impelidas a retomar o cotidiano após a devastação, mas também se constitui como um agenciamento complexo para (re)construção de seus mundos a partir do qual elas também se constituem como sujeitos generificados:

A formação do sujeito como sujeito generificado é então moldada por meio de transações complexas entre a violência como o momento originário e a violência que se infiltra nas relações contínuas e se torna um tipo de atmosfera que não pode ser expulsa para um fora. (DAS, 2020; p.97)

Neste sentido, ao se voltar ao cotidiano como forma de (re)habitar o mundo, entendo que Aurora e Consolação, diferente de Antígona, encontram-se não em uma zona de duas mortes, mas em uma zona de vida e morte. Neste lugar, elas se esforçam na produção da vida. Como afirma Janet Carsten (2007), a perda é absorvida, transformada e, com o tempo, torna-se uma fonte de remodelação através de processos cotidianos de parentesco. Neste sentido, as falas de Aurora e de Consolação explicitam o lugar central do cuidado nestes movimentos de reconstrução. Cuidado esse que representa, por um lado, estafa, sobrecarga e opressão, e por outro, a possibilidade de continuar a vida. Disse Aurora:

“Se a gente cai, cai o caquinho. Só Deus mesmo, é Deus e muitos amigos... Olha, é Deus e os amigos que restam. Os amigos vão te fortalecendo pra você se reerguer. E a família, porque se não fosse essas meninas...se não fosse o Caio... O pai dele confiou em mim! Eu vou ter que sair dessa cama... e nem tomar mais calmante, que eu tava me entupindo de calmante, coisa que eu nunca precisava de tomar: calmante. Levantei, me ergui. Que é que

eu fiz? Com vinte, vinte cinco dias, eu sentada aqui, eu falei: ‘vai lá, filha, pega uma cerveja vamo tomar’. Peguei uma cerveja e sentei aí. Aí uma vizinha logo comentou: ‘nossa, a senhora tá comemorando a morte do teu filho?’. Aí eu fiz igual a você, só olhei nos olhos dela, entendeu? E aí comecei a seguir a vida por causa do Caio, por causa da Manuela, por causa da Julia. Aí a minha filha com um mês, ela descobre que ela estava grávida da Beatriz”.

Sentada na pracinha em frente a sua casa Aurora me dizia essas palavras. Neste trecho ela reafirma a importância das relações para reconstruir seu mundo, para seguir em frente, principalmente aquelas que são tecidas pelo cuidado. Ela também sinaliza como o lugar do silêncio não é um lugar passivo. Frente à acusação da vizinha de estar comemorando a morte do filho, ela apenas olha, mas o olhar aqui não em um movimento passivo, mas como uma ação intimidatória, de deixar o silêncio fazer seu trabalho. Contudo, neste trecho, tem algo ainda mais relevante – que desenvolverei melhor na seção seguinte – que é o território como lugar de disputas atravessadas por opressões e agenciamentos generificados.

Aurora chamou Luciana para tomar uma cerveja na praça em frente a sua casa, na mesma rua onde seu filho foi morto e onde sua família é apontada como *amaldiçoada*. Com este movimento ela busca se reapropriar de um território que, depois do assassinato do filho, não é o mesmo para a família. Agora ele é marcado com pela morte e pelos rumores. Desse modo, Aurora, assim como outras mulheres que viveram e vivem situações semelhantes, ao habitarem tais zona de vida e morte, produzem agenciamentos para continuar suas vidas em território marcados pelas *guerras masculinas*. É agarrando-se às possibilidades de vida que reconstroem suas relações e seus mundos. Como me disse Aurora:

“Então eu tive perdas e tive muitos ganhos...se falar que fico lamentando a morte dos meus filhos, não dá! Eu prefiro não lembrar...lembro deles com carinho, mas eu não lembro mais assim, não quero nem ver, não vejo foto também. A gente tenta também não escutar assunto, quando tão falando de assunto eu também fujo, e eu prefiro mais as criança, e é isso aí...vou pra festinha...sabe? Aí foda-se quem fala que eu sou culpada, eu não dei uma arma na mão dele! Eu não dei um pó! Eu dei leite materno!”

Engolir o choro não significa uma tentativa de retomar os assuntos da vida para esquecer os mortos. Mas sim, trata-se de uma operação para *absorver os venenos, cuidar da reparação dos relacionamentos* (DAS, 2020; p. 258), reconstruir a si e seus mundos.

1.6 Nem lágrimas, nem sangue derramado: uma moralidade de mulheres em favor da vida

Aí esse cara que deu a facada nele, aí a história é louca meu. Aí tá bom, todo mundo sabia quem era esse cara, que ele morava aqui no Irene. Aí minha filha, a do meio, estuda na Irmã Dulce, aí o que aconteceu, ela fez amizade com a menina. Menina pequenininha, amiga dela, tudo bem. Aí passou... Aí num dia, ela falou assim: “Mãe, posso trazer a minha amiga pra cá?”. Falei: “Pode!”. A gente foi buscar a menina, aí não sei o que a gente comentou que ela falou assim: “Ah, meu tio chama Juninho”. Aí eu falei pra ela assim: “Juninho?”. Ela falou assim: “É!”. Eu falei: “Junior Santos?”. Ela: “É!”. Eu falei: “Mãe, ela é sobrinha do cara que matou meu irmão, não acredito nisso!”. Tratei ela normal, super bem...tudo assim, não desfiz da menina que ela não tem culpa, né? Beleza. Aí falei pra Diego: “Mô, ela é filha do cara que matou o Leandro!”. E ele: “Mô, sério?”. É sobrinha! E ele: “Sério?”. Eu falei: “Sério!”. Aí eu falei: “Vamo lá comigo?”. Tinha que levar a menina! Ah meu Deus do céu! Aí descemo pra levar a menina. Quando eu tô, quem sai da casa dela? Aí ela falou assim: “Ah tia, ele que é meu tio!”. Porque eu fiquei o dia inteiro perguntando, né? Ela: “Tia, ele que é o Juninho!”. Eu olhei pra cara dele e sentei. Fiquei anestesiada. Comecei chorar, gritar! Eu não conseguia ter reação. Subia em cima dele ou deixava como que tava? Falei: “Meu, seu eu ir em cima dele, ele pode me matar!”. Entendeu? Saber que eu sou irmã do cara que ele matou... Fiquei anestesiada! Até a irmã dele falou pra mim: “Que foi Luciana?”. Falei: “Não, porque a minha amiga...” E nessa hora que eu tava descendo, uma menina tinha acabado de falecer! Então tudo bateu! Aí eu falei assim: “Putá, a Sabrina acabou de falecer ali em cima!”. Ela: “Nossa, você era amiga dela?”. E eu não era amiga, só conhecia ela de vista. Eu falei assim: “Era, era maior amiga dela!”. Mentira, eu tava chorando em choque por causa que eu tinha acabado de ver o cara! Eu falei: “Meu, não acredito nisso que que eu tô vendo! Deus tá me testando! Aí tudo bem, passou. Aí cheguei, também contei pros caras da biqueira, falei tudo o que tava acontecendo... Aí depois do que, acho que uns três mês, conseguiram catar o cara. Porque tem que ter o auxílio do PCC, não pode chegar e matar. Tem que ter o auxílio... Não tinha como eu esconder... Aí contei tudo! Porque ele era um nóia, então, assim, quem que ia cobrar? Tinha que ter cobrado no dia. Não pode passar... Passou porque? Já tinha uns quatro anos já que tinha acontecido isso. Aí beleza. Só que aí eu fui, conversei com os caras, falei: “Meu, tem que pegar!”. Aí conseguiram pegar ele! Beleza, pegou ele! Aí me avisaram: “Luciana, tamo com o cara aqui!”. Beleza, o que que aconteceu? Fui pro barraco. Fiquei de cara à cara com ele de novo! Fui eu e o Caio, né? Aí fiquei de cara... Só que os caras queria que eu ou o Caio matasse. Eu falei: “Eu não tenho isso. Não é de mim. O Caio também não tem!”. Aí os caras falou assim: “Então nós vai ter que liberar!”. Aí eu falei: “Libera!”. Ainda assim, no dia eu falei: “Quebra a mão dele, sei lá...”. Sabe? Eu tava com raiva, mas

os caras queria me dar uma arma na minha mão pra mim atirar. Eu falei: “Não, eu tenho três filha, eu não sou uma pessoa ruim, sabe? Eu não sou uma pessoa ruim...meu irmão não vai voltar. Que eu vou poder fazer? Vou matar ele? Não, não vou, não quero!”. Sei lá, tudo nessa vida tem um porque, sei lá. Ai deram essa chance pra ele. Ai os caras falou assim: “Então, a irmã do cara tá te dando outra chance, você nasce de novo! Porque se ela quisesse, cê tinha morrido!”. Meu, foi todo mundo do PCC, os cara tudo... Quando eu cheguei no barraquinho ali, assim, menor que isso aqui... Tava sentado lá os caras com facão, com arma tudo... Eu me senti super mal porque eu falei, meu... Cê imagina eu...deixa pra lá”. Minha filha ainda continua amiga dessa menina. Eu sou amiga da irmã dele. Ai veio o pai dele aqui. O pai dele é crente, da igreja, veio me agradecer, sabe? Fizeram até uma oração aqui. Agradei. Falei, meu, se eu matasse ele... Eu ia acabar com a minha vida, porque... eu não tenho essa coragem, assim, eu sou uma pessoa boa, não tenho essa coragem de matar uma pessoa! Assim, só se fosse, sei lá, na hora que eu visse, cê tá ali, pronto. Mas passou anos... Ele não vai trazer meu irmão... Então pra mim, deixa pra lá! Deixa na mão de Deus...”

Luciana me contou essa história em sua casa quando conversávamos na cozinha. Quando começou a falar sobre o episódio, pedi para ligar o gravador e ela consentiu. Ainda não sabia nada sobre este evento, por isso fiquei muito surpresa, não apenas pelos acontecimentos em si, mas também porque Aurora ainda não havia me contado, mesmo eu tendo mais intimidade com ela do que com sua filha. Com o tempo, percebia que Aurora tinha mais cautela em me falar sobre estes episódios de violência. Ela ia falando aos poucos, conforme sentia que poderia confiar em mim e que eu não a julgaria pelo *envolvimento* dos filhos com crime ou drogas. Aurora sentia constrangimento em estar inserida em um contexto em que a violência era tão presente, além também de evitar lembranças de acontecimentos dolorosos. Há uma mistura de dor e vergonha quando ela me conta sobre tais eventos, como se sentisse culpada por isso. Como Luiz Antônio Machado da Silva e Palloma Valle Menezes (2019) afirmam, existe um esforço de moradoras e moradores de territórios onde legal e ilegal se misturam (TELLES, 2010) em provar sua *limpeza moral*, que são pessoas *honestas, confiáveis e pacíficas* (SILVA, MENEZES; 2019). No caso de familiares em que filhos praticaram algum delito, esse esforço seria ainda maior, como pude notar nas falas de muitas mulheres cujos filhos tinham algum envolvimento. Mas voltemos à história.

O rapaz que matou Leandro ficou no cativado com os homens do PCC por dois dias. Durante esse período, Aurora recebia repetidas ligações dos traficantes que a informavam como o rapaz se encontrava e a pressionavam para que a família decidisse sobre o desfecho que dariam à

situação, isto é, cumprir ou não a pena capital de Juninho. Aurora, naquelas noites, não conseguiu dormir, como me disse depois em sua versão dos fatos. Quando soube que o rapaz estava sendo torturado e privado de comida, pediu para comprassem uma pizza e dessem água para ele. Luciana e Caio foram obrigados a passar uma dessas noites junto ao homem no cativeiro e precisavam tomar a decisão sobre se matariam ou não o rapaz. Depois de conversarem muito entre si, Aurora, Caio e Luciana decidiram que não o matariam. *Isso não está dentro da gente*, disse Luciana concluindo que matar alguém acabaria com suas vidas. Aurora disse ainda que Caio ficou com medo de que achassem que ele fosse frouxo ou covarde por não ter apertado o gatilho, ao que ela respondeu que isso não traria seu pai de volta, apenas mais sangue e dor. Os traficantes libertaram Juninho.

Como Luciana narra no trecho acima, alguns dias depois do episódio do cativeiro, a família do rapaz foi até a casa de Aurora agradecer pela decisão e, inclusive, o pai de Juninho fez uma oração para todos ali na sala. Aurora disse que essa foi a melhor escolha, não aguentaria ver mais uma *mãe chorando* pela morte de um filho, como ocorreu com ela por duas vezes.

Este episódio dramático, que sem dúvida foi muito doloroso não só para a família de Aurora, mas também para a de Juninho, nos ajuda a refletir não apenas sobre as forças em tensão que estão no controle desses territórios, bem como as moralidades (MOUTINHO, 2012) que as sustentam ou que resistem a elas. Argumento que na situação vivenciada pela família, três moralidades, que estariam sobrepostas, se destacam: o *proceder* do crime, isto é, o código de conduta de homens envolvidos com o crime, profundamente associada à gestão de conflitos nos territórios e à produção de uma masculinidade; a identificação com a *paz* e a *honestidade*, de pessoas que não querem ser vinculadas a essas atividades; e uma moralidade construída por mulheres a partir do conhecimento venenoso – adquirido pela experiência ter familiares assassinados e enquadrados como *bandidos* ou *nóias* – não querem mais sofrer com *sangue derramado*. Argumento que a decisão da família atravessou, não sem tensão, essas três moralidades.

O homem que matou Leandro era vizinho da família. O conhecido *nóia* do bairro. Inclusive Aurora, como já dito anteriormente, não gostava de utilizar essa palavra, pois lembrava de seu outro filho que também era chamado de *nóia* devido ao uso drogas. Caio também vinha se comportando como um *nóia* no bairro por não pagar as dívidas contraídas com os traficantes e roubar objetivos em casa para comprar drogas, como disse Luciana. O *nóia* é diferente do *ladrão*

ou dos *homens do crime* que constituem o poder local. Enquanto esses são orientados pelo *proceder*, isto é, um ideal de conduta que envolve *disciplina, respeito, caminhada, consideração, mente e visão* (HIRATA; GRILLO, 2019, p. 564) para fazer o *certo* (BIONDI, 2015; HIRATA; GRILLO, 2019) e obter prestígio na trajetória do crime, o *nóia* é aquele que descumpre com a palavra, não paga dívidas, rouba e mata na *quebrada*. Juninho era um *nóia* e matou sem permissão do PCC, portanto passou a estar na mira do comando.

Luciana informou aos *caras do PCC* que Juninho estava novamente no bairro depois de um tempo desaparecido. Ela o fez não apenas porque seria a única possibilidade *de alguém fazer alguma coisa* com relação à morte do irmão, mas também porque ela *tinha que contar*. Essa expressão denota que ela estava submetida a um poder local de gestão de conflitos para além do ordenamento jurídico legal. Poder este não separado ou externo à ação do estado, mas que se realiza nestas zonas de guerra, ou nos campos de força da necropolítica. Como afirma Telles, são:

Mecanismos de gestão da ordem local que não se faziam (como não se fazem) à margem da lei do Estado, pois são ativados nos campos de força que se estruturam nos pontos de interseção – e de fricção – das forças da ordem (e seus modos de operação) e as microrregulações da vida cotidiana, plasmadas nas formas de vida.
(TELLES, 2013; p. 369)

Gestão essa realizada por homens que estão mais presentes e são mais íntimos de moradoras e moradores do que os agentes do estado. No caso aqui, muitos desses homens também cresceram com Luciana, um deles, inclusive, já foi seu namorado. Ela disse: “Já pensou, eles ficam sabendo que eu vi o cara e não contei? Tô ferrada”. A melhor decisão foi contar.

Luciana teve um choque ao se ver diante do assassino de seu irmão depois de três anos. Episódio esse que desencadeou um conjunto de decisões éticas e morais que mais do que questões abstratas, estão relacionadas aos assuntos cotidianos: contar ou não para o tráfico? Matar ou não o assassino de seu familiar? Continuar ou não a amizade com a família de Juninho?

Desse modo, essa situação explicita as forças que estão em tensão neste território. Por um lado, a polícia e o estado, às vezes mostrando sua face assassina e implacável de fazer morrer, como no assassinato de Miguel e, outras vezes, como no caso da morte de Leandro, distante, ineficiente e burocrata, atuando de forma a deixar morrer (FOUCAULT, 2012). Estado este que assume a moralidade da *guerra justa dos homens brancos e sua violência legítima* (FELTRAN, 2017; p. 27) dos estratos e territórios privilegiados da cidade. Por outro lado, os homens do crime, que disputam

o controle do território e mediam conflitos a partir de uma ética própria desse mundo que embora envolva uma sociabilidade violenta (SILVA e MENEZES, 2019), possui uma moralidade específica, projetando-se para o que é *certo*, o que Hirata chama de *ética do guerreiro* (HIRATA e GRILLO, 2019).

Argumento que entre essas *guerras de homens* (BIRMAN e PIEROBOM, 2021; ROCHA, 2014) as mulheres produzem subtextos criando outras moralidades e relações. Neste caso da família de Aurora, os dilemas éticos envolviam outras moralidades que não somente aqueles orientados pela experiência dos homens implicados nesses conflitos.

Não ter matado Juninho, não significava um perdão do assassinato, mas sim escolher não ultrapassar um limite para si e para a família. Representava a mobilização de um campo moral que se distinguia das práticas violentas do *mundo do crime*, como o assassinato e a tortura. Como afirmam Machado e Menezes (2019), uma forma de se afastar da *sociabilidade violenta* e de reafirmar para os outros e para si mesmo que são pessoas pacíficas e *de bem*.

A decisão de não matar também está sustentada na manutenção das relações a partir da experiência das mulheres. Aurora e Luciana não querem ver mais sangue e lágrimas: “não precisa de mais uma mãe chorando”. Assim, quando a família decide não matar, toma essa decisão a partir do conhecimento venenoso (DAS, 2020) de perder pessoas amadas por mortes violentas. Esse conhecimento generificado a partir da experiência da dor leva ao saber de que mais mortes não curam feridas, apenas geram mais sofrimentos.

As difíceis operações cotidianas do luto vivido durante 4 anos desde a morte de Leandro, talvez tenham oferecido um solo mais estável para evitar que mais sangue fosse derramado. A complexa reconstrução do mundo depois de uma perda ofereceu um conhecimento a partir do sofrimento que pode sugerir outros caminhos possíveis que não apenas a reprodução da violência. Camila Pierobon, em sua tese *Tempos que duram, lutas que não acabam: o cotidiano de Leonor e sua ética de combate* (2018), inspirada nos trabalhos de Veena Das, observa *uma ética generificada e uma solidariedade* (PIEROBON, 2018, p. 44) entre mulheres que *sofrem e choram*, isto é, que compartilham o *conhecimento envenenado* de ter filhos presos, torturados ou mortos. A autora afirma que tal conhecimento lhes permite ver e sentir a dor umas das outras. E sentir a dor da outra é sentir novamente a própria dor. Assim, quando Aurora fala sobre não querer ver mais uma mãe chorando, ela está se referindo a essa ética e solidariedade de mulheres com tal conhecimento envenenado. E sabe, que ao ver mais uma mãe chorando, ela poderá chorar novamente, pois isso

significa intensificar a violência que atravessa seu território já tão ameaçado. Território esse sobre o qual tem continuamente (re)construído seu mundo.

Importante também chamar a atenção para as relações tecidas entre vizinhança nos territórios mais populares da cidade. Grande parte dos trabalhos que se esforçam para compreender o cotidiano de regiões periféricas, sobretudo aquelas que se preocupam com gênero, ressalta a relevância dessas relações como fundamentais para a gestão da vida (MARQUES, 2010; GUIMARÃES e VIEIRA, 2020; MACEDO-OLIVEIRA, 2021; TAVARES, 2022). Não se trata aqui de romantizar relações de vizinhança e amizade, elas mesmas repletas de tensões, rumores e violências. Entretanto, mesmo com estes conflitos, tais relação são fundamentais para manutenção da vida, sobretudo entre mulheres⁶³ que se apoiam nelas para realizar a pesada tarefa do cuidado. A escolha em não matar Juninho envolve manter um esforço em manter um equilíbrio, constantemente instável, das relações com a vizinhança. O assassinato poderia provocar vários tipos de rumores associando novamente a família a uma sociabilidade violenta, além de promover o rompimento definitivo com a família de Juninho que poderia provocar algum tipo de retaliação. Desse modo, seria menos difícil enfrentar boatos que se dirigiriam a Caio como *frouxo* ou *covarde* por não ter correspondido a uma masculinidade que vingaria a família, do que os efeitos que mais uma morte produziria.

Portanto, trata-se de não ultrapassar certos limites morais que constituem cada uma das pessoas daquela família. Trata-se também de fazer a manutenção das relações tecidas ao longo do tempo, tanto daquelas entre membros da família, como também com a vizinha. Aurora, Luciana e Caio, sabem dos contornos de seus mundos tão dolorosamente (re)construídos e, naquele momento, uma vingança cujo desfecho seria uma morte, significaria ultrapassar perigosos limites para todos. Há o esforço de não se contaminar por essa sociabilidade violenta: “isso não é nosso”, “não está na gente”, “minha vida acabaria”, “eu tenho minhas filhas”. Essas falas expressam um limite para si mesmas e para seus mundos. Matar outra pessoa, seria ultrapassar esses limites e destruir o mundo conhecido. Todos os três sentem ainda muita raiva do rapaz e gostariam até que o machucassem, mas matá-lo seria uma morte também de suas vidas.

Por fim, gostaria de reforçar que nestes territórios afetados e produzidos pela necropolítica, as pessoas que neles moram não estão passivamente submetidas a sua destruição, como nos sugere

⁶³ A importância das relações de vizinhança foi ressaltada por Shislene Oliveira-Macedo em conversa sobre esta tese.

Veena Das. Assim como afirmam Hirata e Grillo, o crime e sua *ética do guerreira*, que produz masculinidades e que é também reproduzida por homens, é, em si mesma, um efeito do extermínio do Estado. Trata-se, segundo os autores, de habitar uma *zona liminar entre a resistência e a auto-destruição* (HIRATA e GRILLO, 2019, p. 569). Contudo, não são apenas moralidades moduladas pela experiência de homens, principalmente daqueles envolvidos em guerras, que produzem territórios, resistências, relações, moralidades, subjetividades, enfim, mundos. As experiências de mulheres a partir do trabalho cotidiano de tecer relações, cuidar e enlutar produzem campos morais que reforçam laços de solidariedade no sentido de mitigar os efeitos das violências, reconstruindo mundos devastados e buscando evitar que sejam novamente destruídos. Isso não quer dizer que tais relações sejam permanentemente harmônicas e pacíficas, pelo contrário, são repletas de tensão, desconfiança e medo, mas permanecem vivas para que a morte não volte a acontecer.

• • •

Construí este capítulo partindo de um dos encontros entre mulheres moradoras da zona sul realizado durante o processo de construção do Tribunal Popular, fortemente influenciado pela *luta contra o genocídio da população negra, pobre e periférica*, como tratei na introdução desta tese. Neste sentido, iniciei a análise no espaço público, mas não me detive a ele. Segui em direção ao cotidiano das famílias que tiveram suas vidas atravessadas pela violência denunciada nesses espços. Meu objetivo não foi compreender a dinâmica da luta ou a produção de novas gramáticas e sujeitos políticos, mas sim perscrutar a operação cotidiana da regulação da vida nesses territórios. Realizando este movimento, encontrei sim forças sociais forjadas pelo crime e estado profundamente sustentadas na violência, como já trabalhado por vasta bibliografia também trazida aqui. Contudo, busquei dar destaque a como estas forças se realizam e produzem efeitos que articulam raça, classe e gênero.

Ao me aproximar dessas famílias marcadas por experiências violentas que envolviam perdas de filhos, irmãos ou netos, encontrei uma gestão feminina do cotidiano. Busquei demonstrar como os efeitos desses eventos se multiplicavam depois das mortes, infiltrando-se no cotidiano dessas famílias contaminando relações, subjetividades e até mesmo a possibilidade de olhar para futuro.

Argumentei então que gênero é fundamental para compreender a gestão desses territórios, marcados pela necropolítica e pela intensificação de *guerras* envolvendo homens do Estado e do

crime. Enquanto a gestão violenta do cotidiano é vivida por homens – que matam e morrem – as mulheres tendem a ser afetadas e a atuarem a partir de outras práticas e moralidades. Enquanto são os homens assassinados, presos e mais propensos a fazer consumo abusivo de drogas (uso este em territórios periféricos estabelece *relações perigosas* com o crime e a violência), às mulheres recaem a dor da perda e a tarefa do cuidado, que se torna descomunal frente à responsabilidade de reconstruir relações, mundos e a si mesmas.

Assim, argumento que a necropolítica que forja essas margens, produz efeitos para além do corpo que é abatido. O trauma da violência, o medo de que ela se repita, a destruição de mundos pela morte de pessoas amadas, são dimensões do evento que se infiltram no cotidiano, nas subjetividades, nos corpos, nas relações, nas famílias e nos territórios, dificultando a reconstrução de mundos. Sendo assim, esses efeitos são como *venenos* que arruínam famílias ao longo do tempo. Entretanto, frente à destruição, agencimentos e resistências são produzidas em direção à vida, constituindo também uma força produtiva nesses e desses territórios. Uma força também generificada.

O que também aprendi com as *mulheres maravilhosas* de meu campo, é que elas estão sempre buscando a vida viabilizar e garantir a vida. Mesmo habitando esses limiares entre a vida e a morte, incansavelmente tecem em seus cotidianos relações que procuram minimizar os efeitos dessas violências, realizando esforços para que menos sangue seja derramado.

CAPÍTULO 2 | Através dos muros da prisão: humilhação, trauma e luta

Em julho de 2018, pouco tempo depois de completar 18 anos de idade, Caio, neto de Aurora, foi preso juntamente com outros dois jovens: Robson, também com 18 anos; e Sandro, de 17. Caio e Robson foram enquadrados nas tipificações criminais de *interceptação de carro roubado, roubo e corrupção de menores*. Como Sandro ainda era menor de idade, ele não foi preso junto com os outros dois jovens. Foi encaminhado para Vara da Infância e Juventude⁶⁴. Como consta nos autos da condenação, eles foram abordados pela polícia no dia 02 de julho e presos em flagrante por posse de um *veículo roubado, um simulacro de arma de fogo e três celulares roubados*. Segundo os depoimentos das vítimas, o carro foi roubado no dia 28 de junho e dois dias depois ocorreram os roubos dos celulares. Todos os crimes aconteceram nas imediações da casa de Caio, no distrito do Capão Redondo. Segundo o inquérito, os jovens confessaram os crimes de roubo e foram reconhecidos pelas vítimas.

A acusação do Ministério Público no processo pedia o agravamento da pena de Caio e Robson por estarem acompanhados por um adolescente, Sandro. Acusação esta que denota muito mais uma intenção de intensificar a punição dos jovens, do que de fato garantir a proteção de crianças e adolescentes. Meses antes deste episódio, Caio e Robson estavam com menos de 18 anos e não demoraria muito para Sandro completar sua maioridade tendo seus atos também enquadradas como *audaciosos e perigosos*, como as de Caio, por um sistema de justiça ávido em punir jovens negros e pobres. Robson e Caio, identificados nos autos do processo como *homens pardos*, foram condenados respectivamente a 11 anos e 16 dias e 9 anos, 5 meses e 18 dias de reclusão, ambos em regime fechado por serem *perigosos ao convívio social*. Além da pena, serão obrigados a pagar a vergonhosa multa de 29 dias que corresponde ao valor de quase um salário mínimo para cada um dos jovens.

Segundo os relatos, que se multiplicaram no bairro de Aurora e que eram compatíveis com a descrição feita por um amigo de Caio a ela e a Luciana, o adolescente, que elas dizem ser *o pior*, foi o responsável pelo roubo do veículo. Com este carro, os jovens, juntos, praticaram os outros

⁶⁴ Varas da Infância e Juventude estão dentro dos Tribunais de Justiça Estaduais e tem como atribuição julgar processos que envolvam adoção, casos de infração, vagas em creche, dentre outras demandas relacionadas à crianças e adolescentes.

roubos. A prisão de Caio novamente colapsou o cotidiano da família. Aurora e Luciana se viram obrigadas a acomodar mais este evento crítico em suas vidas. A partir de agora, além das preocupações e dos sofrimentos gerados com o encarceramento do neto, elas teriam que lidar com as demandas do sistema prisional e de justiça que não apenas provocava uma sobrecarga emocional devido às informações sempre confusas e desencontradas da burocracia, como também econômica, tendo em vista os gastos que são impostos para familiares de pessoas presas. Precisavam também contribuir com as despesas da filha de Caio, Iasmin, que havia acabado de nascer, fruto de uma breve relação com uma vizinha, Bianca.

Os impactos causados para as e os familiares de uma pessoa encarcerada já foram retratados por importantes produções sobre sistema prisional e periferias (FELTRAN, 2011; TELLES, 2011; GODOI, 2015; LAGO, 2019), os quais ressaltam o sofrimento gerado pela prisão, como se toda a família fosse *presa junto*. No caso da família de Aurora, o choque da notícia, bem como os efeitos do encarceramento, foram sendo digeridos e acomodados no cotidiano ao longo de meses, nos quais as mortes de Miguel e Leandro, tratadas no capítulo anterior, vieram à tona como assombrações.

As sobrecargas econômicas – como gastos com o jumbo e com as visitas aos presídios – tiveram que ser ajustadas ao orçamento já curto. Mãe e filha passaram a experimentar a batalha das famílias que lidam cotidianamente com os sistemas de justiça e prisional: percorrer os incoerentes e indecifráveis labirintos burocráticos da justiça; indignar-se com as regras arbitrárias por parte das penitenciárias; enfrentar situações de humilhações vividas na relação com em vários setores de instituições públicas – justiça, prisão, escola – por ser *familiar de preso* (GODOI, 2015; LAGO, 2019); sofrer com a falta de informações e preocupações constantes sobre o bem-estar dos familiares encarcerados, sendo a espera como ponto de máxima indefinição (VIANNA, 2015); só para citar algumas das tensões que passam a fazer parte do cotidiano.

Aurora e Luciana começaram também a se aproximar de uma ampla rede de familiares, formada sobretudo por mulheres, que se constituía como importante apoio oferecendo valiosas trocas de informações sobre como lidar com esse monstruoso sistema. Além disso, a prisão de Caio fez com que Aurora se aproximasse de outras vizinhas que também tiveram filhos presos. E é a partir dessa experiência que construo esse capítulo.

Busco, aqui, compreender como o brutal aumento do encarceramento ocorrido a partir dos anos de 1990 (GODOI, 2015; LAGO, 2019; ZAMBONI, 2020) ressoa na vida de famílias que

moram nas periferias da cidade, principalmente no que se refere ao impacto sobre as mulheres. Isto é, procuro refletir como o endurecimento das formas de controle (TELLES, 2013; 2019) e a hipertrofia do Estado penal (WACQUANT, 2001) tem remodelado famílias, territórios, cotidianos e relações de gênero provocando o sofrimento não apenas do corpo encarcerado, como de toda uma rede de pessoas (GODOI, 2015; LAGO, 2019). Encarceramento compreendido aqui como mais um dispositivo estatal de criminalização e racialização da pobreza que produzem efeitos em termos de gênero. Entretanto, pretendo demonstrar também como nas sombras da prisão emergem agenciamentos cotidianos e resistências relevantes para produção de novos sujeitos, pautas/vozes e lutas.

2.1 .“Esse negócio mata a gente”: a Prisão de Caio

Aurora me contou sobre a prisão de Caio por uma mensagem via *Whatsapp* alguns dias depois do ocorrido. Assim que soube da notícia, fui visitá-la. Quando cheguei a sua casa, em um sábado à tarde, ela e Luciana estavam desoladas. Novamente uma situação de enquadramento e subjugação de mais um homem de sua família. Outra vez um evento crítico que as desestabilizaria provocando o medo da conhecida perda, dor e congelamento de projetos de futuro. Luciana e Aurora, ao longo dos 4 anos que se passaram desde a morte de Leandro, conseguiram, não sem dificuldades, retomar suas vidas, reorganizando o cotidiano, restabelecendo relações e reconstruindo sonhos para toda a família e para cada uma delas. O dinheiro era contado, mas mesmo com as eventuais dívidas que Caio contraía com o tráfico local e com os prejuízos gerados pelos furtos de objetos feito pelo jovem dentro de casa, elas conseguiram fazer algumas reformas na cozinha de Aurora, no banheiro de Tati e estavam planejando novamente viajar no final de 2018 para a praia. Luciana tinha voltado a estudar e Aurora estava feliz com isso, pensando, inclusive, em voltar aos bancos escolares também. Contudo, a prisão trouxe demandas financeiras imprevistas, assim como abriu antigas feridas decorrentes das mortes dos outros filhos. Novamente era difícil olhar para o futuro tendo em vista a emergência de um presente que trazia humilhações, violências e o risco de mais uma perda. O tempo passava a transcorrer não mais linearmente, mas sim de modo circular, voltando aos episódios da morte (VIANNA, 2015) anteriormente vividos. As duas estavam, mais uma vez, em pedaços.

Aurora sabia pouco sobre o que realmente havia ocorrido, contava somente com as informações dos amigos do neto que descrevi acima. Quando a visitei, ela estava muito abatida e também com raiva, inclusive dos dois outros jovens. Disse que *o pior era o mais novo*, o Sandro. Ele já teria passado diversas vezes pela Fundação Casa. Robson, como me disse, *a família não queria nem saber*, saiu da prisão fazia pouco tempo e *já foi aprontar novamente*.

Raiva e compaixão pelos amigos de filhos que foram presos, mortos ou que faziam uso abusivo de drogas eram sentimentos comumente expressos nas falas das mulheres com quem conversei. Raiva porque eram vistos como corresponsáveis pelo *envolvimento* dos familiares: “a gente fala, eles não ouvem, só querem saber dos amigos”. Compaixão porque compreendiam que estes jovens se encontravam na mesma condição de seu parente, isto é, *perdidos* por não *terem oportunidade ali* e, muitas vezes, por serem marcados por *traumas* familiares, normalmente envolvendo abandono ou violência. São os amigos também que normalmente levam a notícia para a família e relatam detalhes sobre o ocorrido, demonstrando certo respeito e preocupação. Desse modo, os amigos assumem um lugar ambíguo justamente porque representam a relação entre uma sociabilidade masculina juvenil e o crime, vista pelas mulheres como mais valorizada pelos rapazes do que seus apelos.

O orçamento familiar de Aurora e Luciana foi fortemente impactado. Logo de início, são as e os familiares da pessoa presa os únicos responsáveis em manter os provimentos mínimos para sobrevivência de seu parente na prisão. Por isso, deve providenciar todos os itens básicos necessários para a manutenção da vida no presídio, aqueles que não são fornecidos pelo sistema: roupas, cobertores, chinelos, produtos de higiene, cigarros, dentre outros itens definidos por especificações determinadas por cada unidade. Se algum desses produtos for enviado fora dos padrões estabelecidos – uma roupa azul num tom mais claro do que o exigido ou uma pasta de dente diferente da recomendada –, ele é devolvido à família que se vê obrigada a providenciar *o correto*. Aurora teve esse problema com um cobertor e uma bermuda que mandou para Caio. Elas já tinham gastado *o dinheiro que não tinham* com essa primeira compra e ainda foram obrigadas à refazê-la. Há quem chegue a gastar cerca de R\$1.000,00 nesta primeira despesa. Lembrando que estamos lidando com uma população cujo perfil econômico é de renda familiar mensal de cerca de um salário mínimo. Ainda assim, muitas famílias fazem verdadeiras acrobacias, pois só de imaginar que o parente encarcerado está passando frio, fome ou outro tipo de privação, o sofrimento e a culpa se amplificam.

Além dessa compra inicial, no decorrer de todos os meses é preciso enviar o *jumbo*, provimento composto por produtos de higiene e limpeza, cigarros, dentre outros itens de consumo. Além do *jumbo*, há os custos das viagens para fazer as visitas, normalmente mensais, e os gastos com a comida que familiares preparam em casa e levam nessas visitas. Não é raro que essas comidas sejam vasculhadas e, muitas vezes, jogadas fora na inspeção de entrada, o que causa muita humilhação e indignação entre as mulheres que percorrem longas distâncias e permanecem horas nas filas para visitarem seus parentes. No orçamento mensal, essas despesas causam um aumento nada desprezível, que deve ser acomodado entre os gastos que antes da prisão já comprometiam todo o salário. É preciso, então, economizar na alimentação da própria família. Muitas mulheres com quem conversei disseram ter chegado a passar por restrições alimentares em casa para *dar conta* da prisão do filho. Com Aurora e Luciana não foi diferente, principalmente porque com a crise econômica – que já era sentida no cotidiano em 2018, momento da prisão de Caio, e que se intensificou em 2020 com a chegada da pandemia Covid-19 – a situação se aproximou do insustentável.

Caio ficou preso na penitenciária de Franco da Rocha, há cerca de 60 quilômetros de sua casa. Quem fazia as visitas era Luciana. *Minha mãe não iria aguentar aquilo lá*, disse ela. Aurora preparava a comida no dia anterior que depois era levada junto ao *jumbo* por Luciana. O traslado até o presídio era feito por Dênis, um vizinho da família que era motorista de *Uber* e que também havia sido preso alguns anos antes. Ele fazia um preço *camarada* e dava algumas dicas sobre como funcionava o sistema. Enquanto Luciana visitava Caio, Aurora cuidava das netas e aguardava ansiosa por notícias.

Como mencionado acima, os trabalhos acadêmicos sobre sistema prisional têm destacado o sofrimento e empobrecimento que a prisão provoca para além daqueles que estão encarcerados (GODOI, 2015; LAGO, 2019). Perversidade, horror, tortura são termos comumente empregados tanto por movimentos sociais, como por tais produções para ressaltar os mecanismos ao mesmo tempo devastadores de famílias e produtivos para o próprio sistema punitivo, que funciona, se perpetua e se expande a partir da mobilização e responsabilização de pessoas presas e de suas famílias (GODOI, 2015; LAGO, 2019). São as famílias que abastecem as prisões com toda sorte de insumos, são elas também que se mobilizam para que a pena se desenrole. Assim estas autoras e autores demonstram a porosidade do sistema prisional que permite a circulação de pessoas e

objetos, mas a partir de uma circulação permeada por obstáculos e violências (GODOI, 2015; LAGO, 2019). Afirma Rafael Godoi:

Perverso, não encontro outro termo que não esse para qualificar um sistema punitivo que responsabiliza e incita à mobilização pela imposição da urgência, que capitaliza essa mobilização para a perpetuação e expansão do próprio sistema – e, nas bases desse movimento, capitaliza os afetos que unem as pessoas a partir mesmo da inflicção de um sofrimento sem medida. (GODOI, 2015; p.220)

Como Rafael Godoi e Natália Lago notam em seus trabalhos, são as mulheres que estão em torno dos presídios acompanhando seus parentes, sobretudo homens, presos. E é esta experiência de atravessar e ser atravessada pelo sistema prisional que representa dimensão incontornável do cotidiano de parte das mulheres com quem conversei ao longo da pesquisa.

Os primeiros meses da prisão de Caio foram muito difíceis para Aurora e Luciana. A falta de informações sobre o processo, condenação e até mesmo sobre a penitenciária onde o jovem havia sido encaminhado, era motivos de muita aflição. Sentiam-se de *mãos atadas* e não sabiam o que precisavam fazer. Luciana ficou sem forças para *sair da cama* e ir ao trabalho. Permaneceu durante algumas semanas *paralisada*, principalmente depois de uma fala de sua patroa que foi sentida por ela como *uma facada* causando muita mágoa e raiva. Na ocasião, Luciana comentava com a *patroa* sobre o sofrimento que a prisão de Caio estava provocando, tanto para ela, como para sua mãe. A mulher, sem lhe dar muita atenção, respondeu: “melhor estar preso do que desaparecido”.

As mulheres com quem conversei, diziam terem ouvido vários comentários que denotavam indiferença, insensibilidade e até desconfiança por parte de seus empregadores, via de regra brancos, frente ao sofrimento de toda a família decorrente de violências vivenciadas por filhos, netos e outros parentes homens. Como argumentei no capítulo anterior, tais falas sugerem a reprodução de uma moralidade de que jovens negros e pobres são potencialmente *bandidos*, os quais devem ser punidos e que o sofrimento gerado por estas punições, tanto para eles como para suas famílias, não importam, não causam comoção (GODOI, 2015; BUTLER, 2015; FELTRAN, 2011; 2019). De acordo com este pensamento, essas famílias estariam acostumadas com este tipo de experiência, com prisões e mortes. Por essa razão, muitas mulheres, como Aurora, quando possível, preferiam não comentar e até mesmo esconder o ocorrido, temendo, inclusive, demissões.

Ao longo dos meses que se seguiram, diversas vezes, tanto Luciana como Aurora, disseram *ter surtado*. Um certo dia, Luciana disse ter enlouquecido enquanto tomava banho. Antes da prisão

de Caio, havia decorado todo seu banheiro com espelhos circulares que foram distribuídos cuidadosamente por toda parede. Essa decoração foi comemorada, o cômodo ficara *maior e mais moderno*, significava um passo a mais nos projetos de melhoria da casa recuperados recentemente. Contudo, no dia do *surto*, ela quebrou todos os espelhos e só parou porque Diego e Aurora arrombaram a porta e conseguiram acalmá-la. Aurora também ficou muito mal. Em um dia em que eu a visitava, disse que sua vontade era ir a uma psicóloga *só para se xingar*. Ela queria *se bater sem parar*, pois sentia muita raiva de si mesma por ter acontecido tantas coisas ruins com seus filhos. *Não era possível aquilo! Era uma família amaldiçoada...*

Aurora narrava episódios cotidianos em que sentia a falta do neto. Um dia, ao guardar as compras do supermercado, começou a chorar quando colocava o pacote de arroz no armário da cozinha: “Era o Caio que colocava pra mim porque era pesado. Ele era meu hominho, meu companheirinho desde os dois aninhos”. Durante esse período, algumas psicólogas que compunham as redes de ativistas da região ofereceram suporte à família, fazendo atendimentos para Aurora e Luciana.

Caio é filho de Leandro com Alice, separados desde quando ele era ainda bebê. Segundo Luciana e Aurora, a criança passou por maus tratos na infância, por isso assumiram a guarda do menino que foi transferida sem resistência pela mãe:

“Quando ela morava com meu irmão, a gente tava morando lá no Miriam ainda, ela largava o menino sozinho! A gente uma vez chegou lá, tinha pizza velha para o Caio comer! Ele foi muito maltratado, o Caio! Muito, muito, muito, por ela! Tinha até queimadura de cigarro nele!”

Há muito ressentimento por parte de Aurora e Luciana com relação à mãe de Caio. Dizem que ela nunca ligou para o filho, nem mesmo nestes eventos críticos – morte do pai ou sua prisão. Aurora e Luciana atribuem os maus-tratos apenas à mãe, desresponsabilizando dessa forma Leandro por qualquer situação de violência sofrida pelo filho. Elas a chamam de monstro. Aurora e Luciana, com estas acusações, não só corroboram para a culpabilização e punição das mulheres no que se refere ao cuidado com os filhos (FERNANDES, 2017), das quais elas também são alvo, como também sinalizam para alguns limites do feminino que não podem ser ultrapassados. O imperativo do cuidado, ocupando lugar central na produção do feminino, não pode ser simplesmente rejeitado. Ao se negar a tarefa do cuidado, ao cuidar de forma insuficiente ou ao maltratar, as mulheres estariam se afastando de sua natureza relacionada à reprodução. Dessa forma,

estariam ultrapassando certos limites do descuido que a destituíriam da condição moral ontológica feminina ligada à reprodução, em outras palavras, da própria condição de pessoa, tornando-se não plenamente humana e até mesmo monstruosas (FERNANDES, 2017). No que se refere à masculinidade, diversos são os limites impostos para sua constituição, mas nenhum deles está relacionado da mesma forma com o cuidado⁶⁵.

Deste modo, ultrapassar certos limites do descuido – como abandono ou maltrato – isto é, da condição ontológica de ser mulher, é perder o estatuto de pessoa, aproximando-se de algo monstruoso.

Caio passou a morar com Aurora, Leandro e Luciana desde os dois anos de idade. Luciana diz ter assumido o sobrinho como filho, que também a chama de *mãe*. Ela diz compreender o sofrimento do jovem não apenas como resultado das violências que o rapaz sofreu quando criança, mas também como efeitos da indiferença da mãe que foi potencializada com a morte do pai. Em uma conversa que tive com ela, antes da prisão de Caio, Luciana me falou sobre sua preocupação com o uso abusivo de drogas que o jovem vinha fazendo:

“Tenho quatro filhos pra mim. Ele não saiu de mim, mas pra mim, é meu filho! E ele me trata assim, como mãe! Amo ele de paixão, assim... aquela paixão que olha, até mais do que pelas minhas filhas que são minhas, porque ele sofreu muito! Muito, muito, muito! Ele foi uma criança, assim... até hoje eu sei que ele sofre, que ele não é capaz de levantar cedo pra ir trabalhar, ele não é capaz de criar a filha dele que depende de mim e da minha mãe. Esses dias ele tava trocando roupa na biqueira, sabe? E isso tá matando nós! Porque não precisa... Eu, tipo assim... “mãe, me dá um dinheiro!”. Se eu tiver, “toma, te dou!”. Então esse negócio de questão de droga, eu não sei se ele tá usando.. Isso tá me mantendo! Ele sofre! Os outros acha que não, porque “é um drogado” e não porque ele sofre! Eu sei que ele tá sofrendo... Questão de perder o pai, isso não se justifica porque... não tem o porque ele tá fazendo isso. E se alguém brigar com ele, eu vou em cima, não quero saber se ele tá certo, se ele tá errado... quero meu filho! Tenho ele como assim...é meu sangue porque é meu sobrinho, então é meu sangue! Tenho medo de perder ele também, muito medo! Eu falo pra minha mãe assim: “Deus mandou as menina, mas aí levou os filhos dela homem...e se leva ele?”. Porque ele corre o risco, entendeu? Porque esse lança (perfume), ele usa muito lança! Esse negócio mata a gente, entendeu?”

A prisão de Caio intensificou a dor e a preocupação da família. Significou também mais um episódio de violência vivido por todos. O *envolvimento* de jovens homens com o crime e com drogas é muitas vezes confuso para as mulheres, sobretudo para as mais velhas, como mães e avós. Embora compreendam os motivos que os levaram ao *caminho errado*, elas também se indignam

⁶⁵ A discussão sobre os limites do descuido para produção do feminino na constituição de pessoa generificada foi sugerido por Adriana Vianna na defesa desta tese.

com o comportamento de seus familiares. Expressões tais como *isso não se justifica; a gente ensina o caminho certo, mas eles escolhem o caminho errado; eu não dei pó, dei leite materno*, se repetiam nas falas das mulheres com quem conversei. Tais falas apontavam para uma forma específica de como as categorias *trabalhador* e *bandido* (FELTRAN, 2007) operam nas interpretações e justificativas que elas elaboravam a respeito das *escolhas* de seus familiares. Essas mulheres evitavam aproximar seus familiares de estigmas que os reduzissem a bandidos. Aurora, como mencionei no capítulo anterior, evitava se referir a outros jovens como *nóia*, pois era assim que se referiam ao filho que foi assassinado nos anos de 1990 e era assim que no bairro começavam a apontar Caio. Elas repetidamente condenavam as atitudes dos jovens, mas ofereciam interpretações mais complexas para seus comportamentos, principalmente a *falta de oportunidades*, a influência do *crime na porta de casa*, sofrimentos decorrentes de traumas no interior da família ou revolta devido à violência policial. A explicação que Consolação – sobre quem comentei no capítulo anterior e que também teve dois filhos assassinados – deu sobre o *envolvimento* do filho mais velho, também já falecido, toca nesta questão sobre a experiência da violência policial como um elemento impulsionador para o crime:

“Aí meu filho resolveu entrar por um caminho torto e foi preso, né? Assim, revoltado porque ele era preto e quando a polícia pegava: “Cê faz o que?”. “Cê trabalha nada! Você é vagabundo!”. E... A última surra que deram nele, ele tinha uma namorada aqui nos prédios, pisaram tanto na garganta dele que ele chegou em casa que nem água ele tomava. E eu desesperada procurando, né? Que me ligaram: “A polícia acabou de pegar teu filho. Levaram aqui pra noventa e dois”. E quando ele chegou em casa, eu falei: “Cê quer comer?”. Ele balançou o dedo que ele não aguentava falar. Aí o menino falou que eles deitaram ele no chão, seguraram ele assim, pisava no pescoço dele, né? Com aquelas bota... Aí quando ele conseguiu falar, ele falou: “Oh mãe, já que eu tô apanhando sem fazer nada, eu agora vou começar a fazer que é pra quando eles me bater, ter motivo...”. Quer dizer, “aí eu vou ter motivo por tá apanhando”. Aí começou traficando.”

Nessas falas elas também buscam se separar dos *caminhos* e *escolhas* dos familiares, procurando se proteger da pesada culpabilização que recai sobre elas, também tratado no capítulo anterior. Contudo, as mulheres com quem conversei, não desistiam de seus parentes, como o fazem muitos homens das famílias que conheci. Elas lembravam, com ressentimento e revolta, falas desses pais frente às prisões: “Quis conhecer o mundo, vai conhecer o mundo”, “Eu não vou visitar filho em cadeia”, “Teve o que mereceu”.

Os homens estão normalmente ausentes deste enfrentamento cotidiano para lidar com as consequências do *envolvimento* de jovens com o mundo do crime. São as mulheres que engrossam

as filas nas portas dos presídios para visitar os familiares, são elas que ocupam as salas de espera nos equipamentos públicos locais – CAPS⁶⁶, MSE⁶⁷, CREAS⁶⁸, SASF⁶⁹, escolas públicas, etc –, procurando por serviços que possam ajudar na recuperação em caso de dependência química, por aulas para estudantes que há muito deixaram os bancos escolares, por trabalhos ou cursos para jovens que estão cumprindo medida socioeducativa. São elas também que percorrem coletivos e buscam por ativistas ligados às *lutas* contra as violências estatais desferidas sobre os corpos de membros de suas famílias. Como argumenta Luciane Rocha, são elas que no cotidiano praticam atos de *de-killing*, que aqui entendo também como um trabalho de cuidado, em um contexto em que esses jovens estão muito próximos à morte.

Acompanhando a prisão de Caio, tive acesso ao processo criminal que frequentemente consultava no sistema *on-line* do Tribunal de Justiça de São Paulo a pedido de Aurora. Nesta mesma época em que ele fora preso, me aproximava de redes formadas por familiares e ativistas em torno da *luta pelo desencarceramento*⁷⁰ na cidade de São Paulo. Dessa forma, passei a compreender um pouco melhor a burocracia do sistema de justiça e assim obtinha informações mais precisas sobre o caso de Caio. Cada vez que Aurora ou Luciana pediam, aflitas, notícias do processo, eu conseguia acionar advogados e ativistas para tirar dúvidas a respeito dos labirintos da justiça criminal. A partir destes contatos, pude constatar que, apesar do acesso que familiares tinham aos processos de seus parentes, isso não significa muita coisa, pois o *juridiquez* era enigmático não apenas para pessoas com letramento insuficiente, como para qualquer pessoa que não estivesse familiarizada com o vocabulário específico do sistema de justiça. Por este motivo, informações sobre como lidar com tal sistema e também com os arbitrários procedimentos das

⁶⁶ Os CAPS, Centro de Atenção Psicossocial, são serviços públicos de Saúde ligados ao SUS, Sistema Único de Saúde, que tem por fim atender casos de sofrimento psíquico ou transtorno mental, incluindo problemas decorrentes do uso de substância psicoativas.

⁶⁷ Serviço de medida socioeducativa voltada para acompanhamento de jovens cumprindo liberdade assistida, como explicado na nota 8 desta tese.

⁶⁸ CREAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social, é um serviço vinculado à política de assistência social e tem por fim atender situações de violações de direitos e de violências.

⁶⁹ SASF, Serviço de Assistência Social à Família, é um serviço público que visa acompanhar famílias em situação de vulnerabilidade social, prevenindo *agravos* e rompimentos familiares. Importante destacar a importância desses serviços públicos, mas também a ambiguidade em sua execução. Não apenas porque são equipamentos públicos em franco processo de precarização, como, muitas vezes, reproduzem uma prática de controle, julgamento e normalização das famílias em detrimento da garantia de direitos.

⁷⁰ Mobilização de diversos segmentos sociais – ativistas, familiares de pessoas presas, *sobreviventes do sistema*, pesquisadores, etc – que denunciam a ampliação do sistema prisional como encarceramento em massa, como já explicado na nota 26 desta tese.

penitenciárias são partilhadas oralmente nas redes formadas por pessoas que já a enfrentaram, como observam importantes trabalhos sobre o tema, como Juliana Farias (2014) e Natália Lago (2020).

Ainda gostaria de chamar a atenção para dois elementos que se destacam na leitura do processo criminal de Caio: a classificação racial que lhe foi atribuída pelos policiais, como *pardo* – sendo que não apenas ele se autodeclarava como branco, como era assim que família o via; e a justificativa da condenação formulada pela juíza responsável pelo caso. A despeito das complexas e ambíguas formas de classificação racial no Brasil, é possível interpretar a qualificação de Caio como *pardo* por parte das autoridades como uma demonstração de como racialização e criminalização operam conjuntamente na produção de corpos violáveis e descartáveis. Como aponta Uvanderon Vitor da Silva (2017), a violação de direitos civis da população negra no Brasil não é um resquício de períodos autoritários vividos no país, mas sim confunde-se com a própria formação do Estado brasileiro. Isto é, acentada na associação entre corpo negro e criminalidade, a polícia faz das pessoas negras seus alvos, do mesmo modo como a justiça é mais rigorosa com réus negros. Em sua tese *Cidadania em negro e branco: racialização e (luta contra a) violência de Estado no Brasil*, Silva demonstra como autoridades policiais, desde os finais do século XIX, tendiam a considerar *negro* presos *não-brancos* como forma de estigmatizá-los. Afirma ainda que as práticas discriminatórias percorreriam toda instituição jurídico-policial, daí a importância da classificação racial. Por esta razão, eram acrescentadas *as palavras 'negro' ou 'pardo' às margens dos formulários dos indiciados* (2017; p. 80).

Quanto à justificativa, a meritíssima juíza não poupou esforços para descrever os jovens, Caio e Robson, como perigosos ao convívio social. Quando li, a impressão que tive era de que o texto se referia a outra pessoa, não ao tímido adolescente que via sair e entrar na casa de Aurora. Ou melhor, a juíza não se referia a nenhuma pessoa especificamente, ela plasmava nos jovens, assim como ajudava a construir, a imagem de jovens negros e pobres como *bandidos*, invisíveis em sua humanidade e singularidade, mas perigosos em sua existência porque neles é projetada a responsabilidade do *caos social*, a criminalidade. Sentenciou a juíza:

“O regime inicial de cumprimento das penas é o fechado para os acusados porque se demonstram perigosos ao convívio social, atributo negativo exposto de maneira audaciosa em meio à via pública, previamente dispostos à prática de crimes em série e, não por outra motivação, senão, serem detentores do domínio e inserção em cadeia delitiva receptadora de aparelhos, ao custo da grave ameaça a transeuntes, ações concretas que reforçam o caos vivenciado nesta capital, retirando-se a tranquilidade ao homem de bem para o exercício de atividade do cotidiano, como a simples caminhada em

via pública dispondo de seus pertences, impondo-se o sobressalto às pessoas diante da normalidade em que condutas criminosas como aqui apuradas estão inseridas com normalidade no cotidiano social”

Quando mostrei tal sentença para Luciana e Aurora, a primeira abriu um riso nervoso e a segunda ficou perplexa. Era uma descrição totalmente incompatível com o jovem que constituía parte fundamental de suas vidas: “o Caio perigoso? Imagina!”. Desse modo, considerando apenas estes dois elementos dos autos do processo, é possível identificar um esforço na produção de criminosos, isto é, jovens negros considerados como uma ameaça aos *homens de bem*, brancos, e assim justificar uma punição rigorosa.

Mãe e filha sabiam do sofrimento de Caio e de sua vulnerabilidade às drogas. Conheciam também os riscos que a rua oferecia. O *envolvimento* com os jovens que faziam *coisas erradas* poderia levar seu neto ao delito, como levou. Isso era inevitável, Caio estava crescendo, era um homem e assim suscetível às masculinidades que se forjam nestes territórios onde guerras constituem o cotidiano (MOUTINHO, 2002). Elas sabiam também das poucas possibilidades de trabalho formal para Caio e para seus amigos: “não tem nada para eles aqui”. O crime acaba se oferecendo como única possibilidade para alguns. Elas conhecem as necessidades dos filhos, netos e sobrinhos e fazem o possível para atendê-las, mas não conseguem fazer tudo: “vou amarrar dentro de casa?”.

Desse modo, quando Aurora e Luciana leem a sentença da juíza, sentem-se humilhadas, indignadas e impotentes. Essa indignação encontra pouco espaço para ser vocalizada, até mesmo para ser sentida e elaborada. Os mecanismos de humilhação e culpabilização das mulheres dessas famílias é muito poderoso, como tratei no capítulo anterior. Assim, a vergonha e a resignação acabam silenciando a revolta e a dor: “fazer o que? Foi fazer coisa errada...”.

A prisão leva a família a conhecer um outro tipo sobrecarga e de sofrimento gerados especificamente pela perversidade desse sistema prisional. A aflição causada pela espera de notícias que chegam sempre confusas, as incertezas sobre o bem estar do familiar, as manobras hercúleas para *dar conta do jumbo* e das visitas, as humilhações sofridas na *porta da cadeia*, a dor em vir para casa no dia da visita e *deixar o filho lá*, foram algumas das dolorosas situações de criminalização e racialização que Luciana e Aurora passaram, juntamente com Caio, a experimentar quando atravessaram os muros do sistema prisional e foram atravessadas por ele.

2.2 “A vida de meu filho não vale nada?”

O processo de Caio estava na Defensoria Pública de São Paulo⁷¹. Como disse anteriormente, a família não tinha condições de arcar com os custos de um advogado particular, normalmente contratado por quem tem um pouco mais de recursos, com a esperança de acelerar o processo e assim garantir a saída do parente o mais rápido possível da prisão. Contudo, ativistas que atuam contra o encarceramento em massa frequentemente orientam as famílias a seguir com a defesa pela Defensoria, pois existem muitos *advogados de porta de cadeia* que lucram com o prolongamento do processo. Integrantes da Amparar⁷², por exemplo, aconselham que o processo fique na Defensoria e que a família faça pressão para o seu andamento: *é um direito*, defendem.

Aurora seguiu então com a defesa de Caio pela Defensoria, orientada por Railda⁷³, fundadora da Amparar e mãe de um filho que no momento em que escrevia esta tese, também encontrava-se preso. Acompanhei Aurora algumas vezes até a Defensoria para obter informações sobre o andamento do processo. Descrevo aqui uma dessas ocasiões com o objetivo de demonstrar como o discurso produzido pelo sistema de justiça frente à prisão de Caio obedece a uma racionalidade institucional que se sustenta na moralidade punitivista e que enquadra jovens periféricos, a partir do racismo, como bandidos. Tal racionalidade está entranhada nos ambientes e nas práticas cotidianas das instituições de justiça e penais, racializando e criminalizando jovens e seus familiares pobres e moradores das periferias do país.

É possível verificar essa operação na narrativa produzida pela juíza para justificar os nove anos de condenação pelo roubo de um carro e de três celulares que organiza o processo criminal de Caio. Não há nenhuma outra voz que enquadre os jovens de outra forma que não a reafirmação

⁷¹ A Defensoria Pública é uma instituição autônoma que tem por fim oferecer acesso à Justiça de forma gratuita para população de baixa renda. Conforme descrito no site da Defensoria do Estado de São Paulo: “...é uma instituição permanente cuja função, como expressão e instrumento do regime democrático, é oferecer, às pessoas necessitadas, de forma integral e gratuita, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos.” <https://www.defensoria.sp.def.br/institucional/organograma> (acesso em 20 de maio de 2022)

⁷² Associação de Amigos e Familiares de Pessoas presas

⁷³ Por Maria Railda da Silva ser uma importante liderança vinculada às lutas contra o encarceramento em massa e contra o genocídio, não apenas na cidade de São Paulo, como no país, ela será mencionada em algumas passagens no decorrer desta tese, principalmente pela relação que constrói com familiares de pessoas presas. Além disso, seu nome, diferente das outras mulheres desta tese, não ficará no anonimato extamente por ser uma escolha política desta ativista, assim como de outras que atuam nas lutas contra a violência do Estado. Esta é uma escolha política da exposição pública como mecanismo de segurança. Railda, juntamente com outros integrantes da Amparar, foram algumas vezes à casa de Aurora, assim como Aurora participou de diversos eventos com a Amparar.

deles como *bandidos*. O processo criminal é completamente impermeável a outros enquadramentos dos rapazes do que a criminalização. Desse modo, o funcionamento da burocracia se dá no sentido de gerir corpos – jovens, negros e pobres –, por mecanismos punitivos, previamente definidos como perigosos.

A Defensoria Pública fica no Complexo Judiciário Ministro Mário Guimarães - Fórum Criminal da Barra Funda, localizado no distrito de mesmo nome na região central da cidade de São Paulo. Trata-se de um prédio monumental de três pavimentos que foi inicialmente projetado para ser um hospital. Em seu *site*, a informação é de que se trata do maior Fórum Criminal da América Latina atendendo a mais de 5 mil pessoas diariamente. Os grandes portões que dão acesso ao prédio se abrem ao meio-dia durante a semana. Até este horário, enormes filas são formadas na calçada da Av. Dr. Abrãao Ribeiro, onde pessoas vindas de toda cidade, grande parte delas familiares de pessoas presas ou egressas do sistema prisional, aguardam por horas a fio sob chuva ou sol. Se conversarmos com as pessoas nestas filas, ou mesmo pararmos para escutar conversas a nossa volta, ouviremos experiências de pessoas que já foram presas, assim como informações valiosas sobre o sistema de justiça e penal. As filas são lugares importantes para se informar sobre como lidar com a burocracia. Elas são tão relevantes que se tornaram lugares privilegiados de atuação dos movimentos sociais pelo *desencarceramento em massa*.

Neste dia em que acompanhei Aurora, ficamos em uma dessas filas por cerca de uma hora até a abertura dos portões. Uma vez ultrapassados, subimos uma rampa que dá acesso ao prédio e ficamos aguardando por mais meia hora em outra fila para só então passarmos pela porta que detecta metais e termos acesso ao prédio. Aurora pegou, por conta da idade, a fila menor de atendimento prioritário e ficou me aguardando em um banco já no interior do fórum.

É possível notar a escandalosa clivagem racial e de classe que diferenciava as pessoas enfileiradas daquelas que possuíam acesso livre por outra portaria. Por uma porta exclusiva entravam advogados e outros profissionais do Fórum, normalmente pessoas brancas e vestidas com roupas formais. Já as filas eram compostas por uma maioria de pessoas negras, principalmente homens, que vinham assinar sua condicional⁷⁴. Em minha frente, um homem negro com mais de 50 anos, conversava com um jovem, também negro. Os dois tinham acabado de se conhecer

⁷⁴ Pessoas condenadas que receberam *livramento condicional* têm o dever de assinar em juízo para manter essa condição.

naquela fila e o homem mais velho contava a ele sobre os anos que *viveu no inferno*, referindo-se ao Carandiru, na época do massacre no início dos anos de 1990.

Ao entrar no prédio, eu e Aurora nos dirigimos à Defensoria. Aurora estava um pouco atordoada. Fazia tempo que não saía de casa *por conta das meninas*. *Antes eu era mais esperta e conseguia resolver tudo, agora estou com medo de sair de casa*, disse-me incomodada. Ali no Fórum, se sentia um *pouco perdida*, comentou. Atravessamos um grande corredor nos direcionando a uma segurança negra sentada em uma pequena mesa. Precisávamos de informações sobre onde encontraríamos a vara que seria nosso destino. De repente, fomos surpreendidas por um grupo de cerca de cerca de 40 jovens conduzidos por um segurança também negro. Foi tudo muito rápido, mal consegui me dar conta da cena, só me lembro que se tratava de uma massa de jovens quase todos negros, enlaçados uns aos outros pelos próprios braços e algemados com as mãos para trás. Todos vestiam roupas cáqui, cabelos raspados, cabeças baixas e uma feição indescritivelmente desoladora, muito diferente do entusiasmo comum quando vários jovens estão reunidos.

Atordoada com aquela situação, dei uma leve corrida para alcançar o outro lado do corredor e não ser *atropelada*. Aurora não teve o mesmo impulso e ficou do lado oposto esperando o grupo passar. Quando eu me aproximei da segurança, a mesma comentou em tom jocoso com o colega, o segurança que escoltava o grupo: “o bonde está grande hoje!”. Referindo-se à quantidade de jovens. Perguntei a ela a localização da vara e quando voltei os olhos para Aurora ela estava paralisada, em estado de choque, com os olhos marejados. Ao me aproximar, ela comentou: “nunca vi coisa tão horrível, Milena! Nossa... E olha que eu já vi gente morta, vi coisas terríveis, mas igual a isso, nada! Tanto menino bonito... Nossa, gente...”. Tivemos que parar por alguns minutos para que ela pudesse recobrar os sentidos.

Não apenas esse episódio da condução de pessoas de forma degradante, como toda a disposição do prédio, conformam a circulação diferenciada em linhas de raça, gênero e classe. É uma experiência que impõe a definição hierarquizada de lugares sociais em que a humilhação é efeito que contribuiu para reprodução dessas hierarquias. Ficar na fila durante horas em pé e à exposição de frio, sol e chuva, sem banheiro ou água, para quem mal tem dinheiro para pagar passagem para chegar até lá, são torturas sutis que reafirmam que o bem estar de corpos racializados e pobres realmente não têm importância nenhuma. E não é necessário nenhuma palavra para que isso seja dito. São os *check points* forjados institucionalmente nos quais violações produzem corpos

generificados, racializados e criminalizados em torno das prisões (PADOVANI, 2017), isto é, a produção de corpos que não importam.

Este episódio remete a outras produções antropológicas que observam as portarias de presídios, assim como balcões de atendimento do sistema de justiça, como fronteiras nas quais ocorrem contato, tensão e produção de corpos (LAGO, 2019; PADOVANI, 2017). No caso das portarias de presídios, familiares, em sua grande maioria mulheres, são compreendidas como extensão do corpo do condenado. Afirma Padovani:

Entrar em uma penitenciária por meio do rol de visitas familiares significava carregar no corpo um vínculo de comprometimento com aqueles que esperam no pátio, para os quais se levam as comidas, com quem são trocados afetos. Ser mãe, avó, esposo, pai, irmã, amiga significa ser a extensão do corpo condenado e não alguém que o defende, como um advogado, ou alguém que o investiga, como o antropólogo. (2017; p.9)

Assim, por mais que eu e Aurora não estivéssemos na fila de um presídio, mas sim no Fórum, sentimos não apenas o desconforto de ficar em pé por horas, sede ou vontade de ir ao banheiro, mas também o peso da vinculação com o crime que é quase tangível.

Chegamos então à antessala da vara da Defensoria onde estava o processo de Caio. Escolhemos aquele dia, pois tínhamos sido informadas por um advogado da rede de ativistas que, às sextas-feiras, haveria alguma chance de conversarmos diretamente com a defensora do caso e não apenas por estagiários. O objetivo era compreender como andava o processo, pois a Defensoria havia entrado com um recurso para diminuição da pena do jovem. Contudo, como era de se esperar, não tivemos sucesso. Para nos atender veio a estagiária, uma jovem branca, muito educada que ouviu pacientemente Aurora. A Defensoria teria um atendimento mais atento às necessidades dos familiares. Contudo, essa atenção tinha um risco de se limitar à polidez. As demandas de Aurora não tinham nenhum espaço ali. Sobretudo porque ela estava conversando com uma estagiária que não poderia fazer muita coisa além de nos fornecer informações técnicas. Tudo que a avó de Caio dissesse ali, seria em vão, reforçando assim a sensação de impotência.

A jovem nos informou que seria impossível conversar com a defensora e nos deu informações gerais sobre o caso. Aurora então começou a falar sobre Caio: que ele tinha família, que era um menino de bom coração e que agiu daquela forma porque o pai fora assassinado. Era a segunda vez que eu presenciava Aurora se esforçando em demonstrar que seu neto era diferente daquela descrição da sentença, buscando justificar seus delitos. *Ele não era um bandido, ele tinha família.*

Apesar do acolhimento por parte da estagiária, as palavras de Aurora não encontravam escuta e nem sentido naquele lugar. Toda sua justificativa não tinha espaço nos autos do processo. Era a narrativa da juíza, que enquadrava Caio como perigoso, que estava em jogo. Era a partir dela que a defesa se desenrolaria seguindo seu curso, a partir da lógica burocrática interna ao sistema de justiça que, por sua vez, era impermeável aos lamentos de Aurora.

Recorro novamente à ideia de Luciane Rocha (2014) sobre atos de *de-killing* para compreender a tentativa de Aurora em humanizar o neto. Assim como outras mulheres na mesma situação, elas buscam *desmatar*, também simbolicamente, seus familiares. Trata-se de uma busca constante de humanidade e dignidade. Juliana Farias (2014), referindo-se às famílias que lutam por justiça nos casos de parentes assassinados, fala desta busca inclusive para familiares que já foram mortos:

(...) não há como não estabelecer uma conexão direta entre o percurso desta família em sua busca por justiça com o esforço que marca o cotidiano dos moradores de favelas (as cariocas, pelo menos, mas nada impede que alarguemos o raciocínio para as demais favelas e periferias de outras cidades brasileiras) em realizar o que Machado da Silva e Leite (2008) chama de “limpeza moral”. Diante deste quadro, a ida da família de Emanuel ao NUDEDH, para além de instituir a possibilidade do acesso de toda a comunidade do Russo àquele segmento de Estado (e aqui me refiro à Defensoria Pública Geral, e não só a um de seus núcleos temáticos), corresponde a um esforço pela descriminalização da própria vítima já morta que está atrelado a este movimento cotidiano que busca a restituição da dignidade não só do morto, mas da sua família e, por extensão, da sua comunidade e das populações faveladas em geral. (FARIAS, 2014, p. 123)

Voltando então à cena, Aurora, ao perceber que seus lamentos eram em vão e que ela nada poderia fazer, já muito abalada e perplexa, em voz baixa, perguntou: “por que o assassino de meu filho não foi nem preso e meu neto, que roubou três celulares, foi condenado a nove anos de cadeia?”. Num tom evasivo, a estagiária respondeu: “É, às vezes, a justiça falha”.

Ao lembrar a cena, que assistia sentada em frente à Aurora, sinto uma indignação e uma sensação de impotência ainda maiores do que aquelas que me tomaram no momento, justamente porque o tempo nos permite compreender melhor situações que provocam choque e confusão. Os esforços de Aurora naquela sala de recepção em tentar humanizar seu neto, assim como em denunciar a injustiça do Estado, eram absolutamente inúteis. A estagiária, apesar de gentil, interrompia com indiferença Aurora, dando a entender que a fala da mulher era inadequada para o contexto.

Obviamente Aurora desconhecia os labirintos burocráticos da justiça. Mas ela sabia, a partir de um *conhecimento venenoso*, como a polícia havia executado seu primeiro filho, invadido sua

casa e ameaçado a sua família. Sabia também que não houve *justiça* com relação a nenhuma das mortes de seus dois filhos. E sabia, acima de tudo, que Caio fora conduzido àquela situação devido a essas sobreposições de violências e a outras violações de direitos que experimentam rapazes racializados moradores das periferias todos os dias. Mas ela não poderia falar sobre esse conhecimento porque na burocracia não havia nenhuma possibilidade de escuta desta *verdade dura demais* para ser ouvida. Verdade essa que expõe não a *falha* da justiça, como disse a estagiária, mas seu crime, isto é, o crime inerente ao próprio Estado (DAS, 2020; SILVA, 2017).

A vida de meu filho não vale nada, me disse ao sairmos do prédio. Ficamos algum tempo ao lado de fora do Fórum trocando poucas palavras e tentando elaborar o que havia ocorrido. Aurora saiu ainda mais atordoada do que entrou. Disse-me que iria à casa da irmã, em Interlagos, distrito também da zona sul. Voltar para casa, naquele momento, seria *difícil demais*.

2.3 Fraqueza, foco e desespero: homens negros nas periferias da cidade

“...não vou reclamar, agradeço por tá vivo até hoje porque eu passei por várias! Mas, sabe como é que é, a gente não trabalha, não tem esperança de dar um trampo...é complicado! Mas no restante assim, só tenho agradecer... Acho que cada um tem uma criação e não é fácil pra ninguém. Todo mundo tem que procurar sua melhora, apesar de não ter esperança, muitas vezes de nada, mas não pode deixar se levar assim. Mas sei que as pessoas que eu falo que hoje não se encontra aí com nós, é tudo menino como eu também, mas que se deixou levar pelo momento, entendeu? Uma dificuldade muitas vezes que tava passando em casa, queria suprir aquela necessidade e o crime aí aonde que...é fogo! É complicado falar essas coisas porque é só quem passa, mesmo... Ninguém quer fazer uma loucura assim, mas não é o certo, esse não é o caminho, né? É complicado... Aqui, mano, a única coisa que tem aqui ó, todos os meus amigos, vou falar pra você, todos, é difícil você ver um que não usa droga, cê acredita? A maioria aqui é envolvido com passagem. Vamos supor, assim que eu falo, até uns vinte cinco anos, a maioria tem passagem. Eu, graças a Deus, nunca tive passagem! Mas eu me vejo como um sobrevivente, assim entre ou tá vivo ou ter passagem ou tá envolvido... Graças a Deus eu sempre trabalhei, sempre procurei pelo menos ter um trampo, alguma coisa, né? Eu também muitas vezes eu falo, ‘caramba, será que eu tô muito na fraqueza?’. Mas aí eu falo: ‘Ah não, é assim mesmo’. Mas tipo tem muita gente que usa a fraqueza mesmo: ‘Ih mano, nós é preto mesmo, não é pra nós não, tal. Nosso bagulho é outro, tal’. Como eu já ouvi vários diabinho falando pra mim, sabe?

‘Nosso bagulho é sair pras pistas mesmo, aí. Larga essa coisa aí, vamo arrumar trampo aonde?’. Isso aí a gente coloca como diabinho falando pra nós”. (Jorge)

Até aqui na tese, trouxe trajetórias e falas de mulheres sobre como elas vivenciam contextos atravessados por eixos de força – Estado e crime – que têm gerido parte significativa do cotidiano de territórios periféricos. Suas vozes vinham da casa, da tarefa do cuidado, da dor da perda, do medo da repetição da violência, do esforço cotidiano de fortalecer relações para reconstruir mundos arruinados e do ativismo que denunciava a violência do Estado. A escolha por mulheres se deu, como argumento na introdução, devido justamente a essa presença majoritariamente feminina em espaços de ativismo, nos equipamentos públicos de atendimento a jovens em medida socioeducativa, nas filas em dias de visita nos presídios, dentre outros lugares que representavam algum tipo de apoio para a manutenção e para o bem estar da família. Por isso, ao acompanhar essas familiares, fui seguindo seus percursos em tarefas cotidianas, nas quais pouco encontrava os homens. No trabalho de campo, eles apareciam nas preocupações de mulheres com suas prisões e nas lembranças dolorosas de assassinatos. Alguns homens estavam mais presentes nas vidas dessas mulheres, mas passavam maior parte do tempo fora de casa, seja trabalhando, seja na rua *fazendo sabe lá Deus o quê*, como me diziam elas. Eles emergiam também nas recordações ressentidas de episódios de abuso e violência. Desse modo, não que eu tenha os evitado na pesquisa, mas sim adotei a ótica das mulheres para observar como as relações de gênero eram afetadas e remodeladas nos territórios onde corpos masculinos racializados eram criminalizados sendo alvos privilegiados da força violenta do Estado e consumidos em guerras locais.

Não pretendo me aprofundar aqui na perspectiva dos homens a respeito da tensão entre os *governantes da política e os governantes do gueto*, como me Jorge. Várias produções acadêmicas já fizeram isso de forma muito mais competente (MALVAZI, 2013; BIONDI, 2015; 2018; FELTRAN, 2018; HIRATA; GRILLO, 2019). Contudo, considero importante trazer algumas vozes masculinas que ouvi em meu campo para que estigmas que rondam corpos negros de homens pobres, moradores das periferias, não sejam reforçados. Tais vozes trazem dores, dilemas e aflições presentes no cotidiano de quem vive no limiar da vida e morte, demonstrando os efeitos e agenciamentos generificados neste contexto.

Jorge é um jovem negro que, na época de nossa conversa, setembro de 2018, tinha 28 anos. Ele morava com a mãe e com o pai em uma casa nos fundos da residência da família materna, no

Morro do Índio, Jardim Ângela. Por morar com os pais e não ter filhos, como ele mesmo me disse, estava em uma situação mais confortável do que seus amigos que tinham que *sustentar família*. Cheguei até o jovem por intermédio de uma amiga minha, que é sua tia. Na ocasião, Jorge estava bem abatido. Vivíamos já uma crise econômica que se arrastava e se intensificava desde 2015, como já dito anteriormente. Jorge preenchia um dos números que avolumavam as taxas de desemprego da época. O rapaz, há mais de 6 meses, mal conseguia fazer *bicos*. Ele se enquadrava no segmento populacional mais afetado com a crise: jovem, negro, pobre, morador da periferia e com pouca escolaridade. Sua fala sobre o esforço em manter as esperanças, mostravam sua situação desoladora. E, neste contexto de poucas esperanças e perspectivas de trabalho – tanto formal como informal –, o crime, que está sempre à porta, pode ser uma alternativa em momentos de *desespero*.

O jovem sempre viveu ali no bairro onde cursou até o ensino fundamental. Possuía uma rede de sociabilidade bem sólida na vizinhança frequentando ocasionalmente a igreja evangélica Assembleia de Deus, jogando bola aos finais de semana e se reunindo diariamente na rua com os amigos. *Porque aqui não tem nada pra se fazer*, disse ao se referir às possibilidades de lazer para jovens no bairro. Na conversa dizia que seu foco para o futuro era arrumar *um dinheiro* para tirar a *habilita* (carteira de habilitação) e trabalhar como motoboy. Embora Jorge não seja de nenhuma das famílias apresentadas anteriormente, tampouco estivesse envolvido diretamente com atividades criminosas ou uso de drogas, nota-se em sua fala fragmentos que remetem às narrativas das mulheres que apareceram até aqui.

O desemprego, o desalento frente às poucas oportunidades de trabalho, o desespero provocado pela falta de dinheiro, são fatores que produzem o que ele chama de *fraqueza*. Isto é, deixar-se conduzir pelo *diabinho* que sopra ao ouvido e ir *para a pista* praticar alguma atividade ilícita. Essa possibilidade está mais disponível para os rapazes devido à sociabilidade masculina na rua. Garotos que cresceram juntos no bairro, que estudaram na mesma escola e que mesmo tendo seguido caminhos diferentes na vida, compartilham *das mesmas fitas*, ou seja, dos códigos e possibilidades que o mundo do crime oferece (FELTRAN, 2011). Trata-se de um mundo masculino forjado desde cedo. Por esta razão, muitas mães buscam inúmeras estratégias para evitar este *envolvimento* de seus filhos.

Tanto Jorge, como Caio, Valentim, Vitor, Vinícius e Vicente tratados nos capítulos anteriores e Dênis, do qual tratarei no próximo capítulo, cresceram em contextos nos quais o crime estava na *porta de casa*, como nos disse Dona Joana. Por esta razão, como venho argumentando,

as mães não poupam estratégias e esforços para evitar ou gerir o *envolvimento* dos familiares, evitando o *pior*. Porém impedir este envolvimento é tarefa quase impossível, já que se trata de uma sociabilidade masculina que se dá na rua, desde muito pequeno. Talvez seja possível afirmar que o *mundo do crime* seja um mundo de homens, desse modo, mesmo aqueles que não praticam atividades criminosas, compartilham, de alguma forma, os mesmos espaços com os *homens do crime*. Lugares como campos de futebol e botecos, são onde códigos, rumores, acontecimentos, segredos são mais compartilhados do que em lugares em que mulheres estão mais presentes, embora elas também estejam nesses lugares. Não estou afirmando aqui que mulheres não estão no mundo do crime e que homens não possam ser completamente alheios a esta masculinidade. Seguindo as pistas de Laura Moutinho (2002), meu argumento é que há espaços de produção de masculinidades a partir do reconhecimento entre iguais nas periferias, nos quais o crime se tornou elemento constitutivo. Assim a expansão do *mundo do crime* (FELTRAN, 2011) se realiza também de forma generificada, assim como são reproduzidos seus efeitos.

Além da dimensão da sociabilidade na rua, estes jovens normalmente estabelecem um frágil laço com a educação formal, que vai se tornando cada vez mais debilitado até chegar à evasão, o que normalmente ocorre quando adquirem um pouco mais de autonomia com relação à família⁷⁵. A necessidade de renda empurra jovens pobres para atividades remuneradas – normalmente precárias e algumas vezes ilícitas – que se movimentam nas porosas fronteiras entre legal, ilegal e ilícito (TELLES, 2011). Implicados nestas atividades, a educação formal vai cada vez mais perdendo o sentido. Dessa forma, frente à uma escola já precária e pouco ajustadas às necessidades de jovens moradores das periferias, não demora muito para a evasão escolar acontecer. Esses jovens sentem-se inadequados para o espaço educacional. Muitos deles já são trabalhadores e, não raras as vezes, estão cansados demais para enfrentar a dupla jornada – trabalho e escola.

Em nossa conversa, Jorge chamava a atenção para a dificuldade de conseguir trabalho não só devido a sua pouca escolaridade, como também a sua condição racial:

“Sabe quando você sente fraqueza? Sinceramente sentia fraqueza! Porque não tinha terminado a escolaridade, aí eu ia fazer uma entrevista lá pro lado do Morumbi, alguns lugar lá... Com todo respeito, a gente vive num mundo onde a gente vale o que tem, aí eu senta pra fazer entrevista, primeiro eu cai numa salinha, eu vê todo mundo lá que tá

⁷⁵ De acordo com dados do IBGE divulgados em matéria da Rede Brasil Atual, jovens negros são os que mais evadem, tem maior taxa de reprovação e maior defasagem escolar idade-série. Ver <https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2019/09/evasao-escolar-e-maior-entre-jovens-negros-e-a-violencia-do-racismo/> (Acesso em 25 de maio de 2022).

querendo fazer aquela ficha. Aí cê vê, ninguém é da sua cor! Pelo menos ali o pessoal já tem cara de ser formado...aí eu já caio na realidade, já falei: 'Ichi, não vou arrumar nada!'. Já levantei várias vezes assim, falei 'ah, vou levantar!'.

Em nossa conversa, Jorge oscilava entre a *fraqueza* e o *foco* frente aos enormes obstáculos que se impunham. Poucas eram as possibilidades de *sída*. Situação essa que ele caracteriza como *desesperadora*. É necessário *manter o foco*, se submeter a trabalhos mais precários, considerados por alguns como degradantes ao ponto de não se *ter coragem de fazer*. Essa situação de desespero, de falta de perspectiva e desalento faz com que a vida perca o sentido antes mesmo de ser colocada em risco:

“É, então mano! Tipo, aqui ninguém tem condição assim, vai tirar da onde? A maioria dos moleques que eu conheço aí não tem coragem de sair aí vendendo água no farol. Não tem! Não tem condição aí de fazer um corre... Eu sei que eu sempre procurei fazer alguma coisa. No tempo que eu fiquei aí desempregado mesmo, até agora, eu tô tirando minha habilita, eu já tô focado! Mas eu mesmo tinha o meu lava-rápido aí na rua, lavava meus carro... Sempre fui, nunca gostei de ficar parado porque, mano, parado quando fica... Eu aqui agora tô parado, mas sabe quando cê tá tranquilo, você fala 'mano, tô no meu foco, tô aqui parado, mas sei qual é o meu objetivo'. Agora quando cê tá parado aqui 'caramba, o que eu vou fazer? Tinha que arrumar um dinheiro e tal...'. É isso que deixa o cara doido, sabia? Cê não tem o que fazer, mano! É isso que zoa o ser humano, não ter o que fazer! A gente...tem muita coisa aí pra dar aí, muito trampo, muita gente boa de trampo aí...Conheço neguinho aí que odiava cheiro maconha, sabe? Essas coisas de droga, não falava pra mim de roubar, essas coisas, não falava pra mim! Hoje pergunta onde tá os cara? Preso! Conheço muitos! Dá uma pirada, fala: 'Quer dar uma estourada ali?'. Do nada estoura uma vez aí pensa que é gostozinho... Ou então vai dar uma estourada, é estourado... é complicado! Sei que tem muita gente que não tá aí não, tá suave... morrer vai pro céu... Morrer? Vai! Eu que não quero! Entendeu? Eu conheço uns assim, tipo: 'mano, seu eu morrer tá suave, vou pro céu!'. Vai besta, nunca mais vai ver fulano! Sei que é complicado moça, cê é doido! Muitos eu vi...”

Jorge fala a partir de um contexto no qual corpos de homens jovens e negros são, desde muito cedo, produzidos como perigosos e descartáveis (SILVA, 2017). Em sua narrativa é possível identificar como processos de racialização se sobrepõem. Isto é, sua condição racial, que se articula com classe – que, neste caso se manifesta por uma escolarização incompleta, pois Jorge não tinha concluído a educação básica – é um fator que restringe suas possibilidades de acesso ao trabalho. Dessa forma, uma trajetória de vida por caminhos formais e legais se torna muito difícil de ser construída. Resta a ele agenciar o cotidiano nas fronteiras da ilegalidade onde a violência é a prática mediadora por excelência. Ele diz nunca ter cometido nenhuma atividade criminosa, mas, ainda assim, agradece por estar vivo. O jovem está desempregado, mas mantém o foco para não sentir

fraqueza. Trata-se de um grande esforço para não ser sugado pelo o que Gabriel Feltran (2011) chama de força centrípeta do crime.

Ao racismo reproduzido nessas fronteiras entre legal/ilegal, formal/informal que faz com que jovens negros sejam empurrados sempre para o pólo da ilegalidade e informalidade, se sobrepõe os processos de racialização vivenciados a partir da interação cotidiana com agentes e órgãos estatais, como fica evidente no processo de Caio, trabalhado anteriormente, e também como Jorge identifica na abordagem cotidiana da polícia. Ao se referir aos vizinhos que tem a pele mais clara e que se consideram brancos ou pardos, reproduzindo, ainda, falas racistas dirigida a amigos de pele mais escura, o jovem fala:

“É, mais coisa de amizade assim, “vai seu macaco!”, não sei o que e tal...um xinga o outro de macaco. Tem uns amigos aí mano, que é água suja, é um xingando o outro, mas é normal, entendeu? Porque nós nem leva adiante. Então, eu já falo logo, já decido: ‘ó, cê é negro mano, não é por nada não! Não vem falar que cê é pardo não que cê é negro! Cê nasceu em um lugar que a polícia quer matar tudo que é neguinho, cê vai ver sim! Vai lá falar com ela lá, conversar com o polícia! Vai ver se você é branco””.

Analisando esta fala, juntamente com o outro texto citado anteriormente em que Jorge relata a dificuldade de conseguir emprego, talvez seja possível afirmar que ele organiza uma gradação de experiências racistas vivenciadas nas interações cotidianas por jovens como ele: aquele do mundo formal que restringe suas possibilidades de acesso; aquele vivido entre amigos que ele *nem leva adiante* porque trata-se de jovens como ele – rapazes pobres, moradores das periferias – que, apesar da pele clara, também são racializados; e, por fim, a polícia, que é o agente racializador por excelência cuja a prática racista é a violência, no limite, o extermínio.

Também, na narrativa de Jorge, embora exista o desespero e a desolação, ele ainda mantém a esperança em projetos de futuro, permanecendo em uma zona em que a morte não seja um risco ainda mais iminente, embora ele esteja em sua sombra. Mesmo que não tenha ido *pra pista*, o rapaz compartilha com aqueles que foram o desespero por não ter nenhuma perspectiva de futuro; por ter a capacidade de trabalho completamente desprezada; por ser constantemente enquadrado como *bandido*. É neste lugar que o limite é rompido, a decisão é tomada e entra-se em um outro regime onde a morte não é mais temida, como Jorge fala sobre o cálculo feito por seus amigos: “mano, seu eu morrer tá suave, vou pro céu!”.

Essa proximidade com a morte foi um dos aspectos que mais me chamou a atenção na conversa com o jovem. Dos amigos da escola de Jorge, *apenas uns dois estão vivos*, como ele me

disse. O jovem falou ainda que conhece uns *20 que estão presos* e, entre amigos e conhecidos, quase todos *tem passagem*, ou seja, foram condenados pela justiça em algum momento da vida. E, durante a nossa conversa, relatou diversos episódios de brutais assassinatos de jovens, como ele, que presenciou desde criança.

Desse modo, se as mulheres falam a partir de assassinatos em suas famílias, de seus mundos destruídos por perdas, da sobrecarga da tarefa do cuidado que prisões e mortes acarretaram para elas, dos esforços cotidianos para que a tragédia não ocorra novamente; os homens, sobretudo jovens, falam de outro lugar. Suas vozes partem de um mundo que os empurra para morte. Seus corpos são rejeitados continuamente nos espaços legais, majoritariamente brancos, de forma a serem enquadrados como perigosos, como vidas que não importam (BUTLER, 2015). Assim, colocar-se em risco, aproximar-se um pouco mais da morte possível, é um passo, que embora produza muita angústia e sofrimento, é compreensível para quem compartilha da mesma condição.

Daniel Hirata e Carolina Grillo argumentam que aqueles que percorrem este caminho em direção à morte não o fazem *por pouco apreço pela vida ou baixo autocontrole, mas porque buscam uma forma de vida valiosa* (HIRATA e GRILLO, 2019; p. 557). Para estes autores, trata-se não só de perseguir honra e glória, mas também uma forma de luta pela sobrevivência em uma zona de vida e morte, num ato de resistência e de auto-destruição:

Trata-se, sobretudo, de evitar a morte, evidentemente não pelo medo que faz furtar ao conflito, mas pelo valor da vida. A vida é o valor que coloca a morte como o centro da reflexão de uma conduta que é o proceder, talvez uma contraconduta, uma oposição à condução das condutas em direção à morte (2019; p. 567).

Uma *ética do guerreiro* marcada pela coragem da exposição pública e pela responsabilização com a palavra, conduta essa que exerce fascínio entre os mais jovens, argumentam Hirata e Grillo.

Jorge, mesmo não tendo dado este passo em direção ao crime, compreende seus amigos. Eles compartilham dos mesmos dilemas, dificuldades, a mesma sociabilidade, assim como os amigos do bar, do campo de futebol, do trabalho entre motoboys. Aurora, Joana, Consolação e Luciana também compreendem, embora com mais resistência, os motivos pelos quais seus parentes se envolveram. Elas sabem dos riscos cotidianos, da proximidade com a morte, por este motivo persistem nas estratégias cotidianas de cuidar para evitar o *pior*.

Ainda sobre os dilemas marcados por gênero, de habitar o limiar da vida e da morte, considero interessante a fala de Rogério, um homem negro, policial militar, de 45 anos, que nasceu no Jardim Ângela, mas teve que mudar para o Grajáú devido a seu trabalho: “Polícia não pode morar no mesmo bairro em que trabalha”. Rogério atua no Capão Redondo, em uma das delegacias mais temidas e com os maiores índices de homicídios da cidade. A entrevista não foi conduzida por mim, ela fez parte de uma pesquisa que integrei durante o doutorado⁷⁶. Contudo, considero oportuno trazer um trecho específico dela para a discussão aqui. Eu fazia a transcrição do áudio da entrevista para o projeto em questão e acompanhava com interesse a conversa que envolvia perguntas sobre o trabalho e opiniões políticas de Rogério. O áudio transcorria sem nada de incomum até que Rogério tem sua fala interrompida pelo próprio choro frente a pergunta da entrevistadora sobre os motivos pelos quais ele se tornou policial. Rogério, com a voz embargada, respondeu:

Polícia foi porque...por causa da raça. Procurei estabilidade, né? É, eu via a violência na época, né? Não comigo. Não queria passar por aquilo. Falei: “Não!”. E também tinha uma outra consciência, lia muito assim... Eu tenho simpatia assim pelo...espiritismo, né? Li muitas coisas, eu falei: “Tenho que estudar, tenho que sair disso aqui!”. Ai tinha aquelas histórias, preconceito... Falei: “não, vou procurar um emprego público pra mim ter estabilidade”. Ai eu primeiro, eu nem entrei...eu não visava a polícia, eu comecei estudar bastante pra oficial de polícia. Fiz concurso, fiz cursinhos, né? É difícil! Ai abriu a polícia. Ai abriu pra investigador, ai eu falei: “vou tentar, vou prestar, né?”. Ai eu falei, ai é uma coisa a mais, eu tô lá dentro, não vou ter essa violência policial contra a população negra ou do Estado... Vou tá lá, qualquer coisa eu sou de lá, os caras não vão criar caso pra cima de mim, né mano? É, o preconceito, tipo, aquele negócio, e também às vezes funciona e é verdade às vezes mesmo. Tipo, se tem um branco e o negro, a polícia vai achar que o preto que tá...que é o ladrão nessas coisas. É, eu falei, eu vou mudar... eu falei, ah por um lado também vai ser bom, se eu entrar na polícia ali, a princípio é proteção. Se eu entrar na polícia vai ser legal pra mim. Vou ter uma carteira, vou ter a funcional, vou ter uma carteira funcional, né? Policial mais porte de arma, os cara não vai embaçar na minha!

Uvanderon Vitor da Silva (2017) destaca como ingressar nas forças militares é historicamente um meio de ascensão da população negra. O autor demonstra como a carreira militar se mostra como alternativa que garantiria respeito e segurança para pessoas negras, sobretudo homens. Contudo, a presença de policiais negros na corporação não significa que existam

⁷⁶ Durante meu doutorado integrei a equipe do projeto de pesquisa “Social Mobility, Poverty Reduction, and Democracy in an Emerging Middle Class” conduzido pelo Prof. Dr. Charles Klein da Portland State University. O objetivo da pesquisa era investigar o que teria ocorrido com a chamada *nova classe média*, a classe C, que ascendeu durante o governo Lula. Foram realizadas mais de 40 entrevistas em profundidade com famílias moradoras da periferia da zona sul da cidade de São Paulo, região onde desenvolvi a pesquisa de doutorado.

possibilidades igualitárias de progressão na carreira entre negros e brancos de modo que dificilmente um negro se torne general. Silva afirma ainda que é comum ouvir que policiais negros são mais violentos com cidadãos negros, isto porque, explica, seria um esforço em *desfazer a ideia de que haveria uma suposta aliança racial/moral com os suspeitos/bandidos* (2017, p.99).

Rogério é 17 anos mais velho do que Jorge. Viveu sua juventude na década de 1990, período de intensificação da violência nas periferias, como tratado no capítulo anterior, enquanto o jovem Jorge cresceu em um contexto onde o mundo do crime não apenas se expandiu, como também se constituiu como dispositivo de gestão local. Contudo os dois homens falam de um lugar específico, de uma experiência marcada por raça, gênero, classe e território que os coloca em um lugar social de risco de morte intensificado nas periferias.

Ambos agenciam o cotidiano, assim como elaboram projetos de futuro buscando escapar da violência e da morte. Rogério encontrou uma possibilidade de saída de sua condição vulnerável à violência e ao racismo no concurso público. Viu na polícia militar uma forma de fugir da violência policial racista. Já Jorge se mantém no *foco* para comprar sua moto e trabalhar como motoboy, pois sabe que as chances de emprego são muito escassas para jovens como ele. Ele busca não cair *na fraqueza* frente ao desespero desse lugar social de um corpo descartável.

2.4 “Ainda estou presa naquele mundo”

Trauma evacuates memory in that it perpetually disturbs one’s sense of being settled. Memory is poised to take flight whenever it is threatened, when there is a sense of a trauma returning or of a new trauma that is about to happen. This sense of impending catastrophe is an illusion, however, because the trauma never quite arrives. It never arrives because it has already happened; it is already in the present as an effect of some persistent past. The traumatized subject is continually uprooted. She might seem to be in a familiar place, in the sense that she has been there before, and she will most likely return there again and again through the force of repetition. Yet this place is neither an origin nor a final destination, keeping her suspended between a failed remembering and an incomplete forgetting. If trauma is understood as that which is in excess of frames of understanding, it is often impossible to positively speak one’s memory of a traumatic event or to know what really happened. Yet memory is also not bound by the subject who forgets. It materializes in the most unlikely places or fixes itself to things with no logical connection to the traumatic event. It yields an overvaluation of objects, as Freud called it, the condition in which something becomes so full of desire and longing and fear that it is hardly recognizable⁷⁷. (Cho, 2008, p. 79)

⁷⁷ O trauma evacua a memória na medida em que perturba perpetuamente a sensação de estar estabelecido. A memória está pronta para voar sempre que for ameaçada, quando houver uma sensação de retorno de um trauma ou de um novo trauma que está prestes a acontecer. Essa sensação de catástrofe iminente é uma ilusão, no entanto, porque o trauma

Mergulhar no cotidiano das famílias que estão no vórtice da produção violenta das margens é encontrar efeitos duradouros desta condição que se infiltram nas relações e nos corpos não apenas daqueles que vivenciaram diretamente a brutalidade, como também de suas famílias, como já argumentei nesta tese. Para refletir sobre o lento e penoso trabalho de reconstruir relações, elaborar lutos e lidar com traumas, trago aqui uma conversa que tive com Sandra, outra vizinha de Aurora, que teve um filho encarcerado por quase dois anos.

Fui apresentada a Sandra em uma tarde quando me despedia de Aurora em frente a sua casa. Luciana e Aurora já haviam comentado a respeito dela algumas vezes, diziam que eu *precisava* conhecê-la, que era uma *guerreira* e que *fez tudo para tirar o filho da cadeia*. Tratava-se de mais uma das mulheres que não era propriamente uma amiga por afinidade das duas, mas conectava-se a elas pelo *conhecimento venenoso* provocado pela experiência de violências envolvendo familiares, no caso, a prisão. Quando conheci Sandra, seu filho já estava em casa cumprindo regime aberto e trabalhando como motorista da *Uber*. O rapaz aparentemente estava fora de riscos em *reincidir* no crime. Inclusive era ele quem fazia as viagens de Luciana para o presídio de Francisco Morato nas visitas a Caio, como também mencionado anteriormente. Contudo, as feridas deixadas em sua mãe durante o período em que o jovem estava encarcerado ainda eram pareciam muito vivas quando conversamos, como se o rapaz ainda estivesse preso.

De nossa conversa rápida na rua, agendamos uma entrevista para algumas semanas depois. Era fevereiro de 2019. Sandra é uma mulher alta, cerca de metro e setenta, com cabelos cacheados na altura dos ombros. Na época tinha 50 anos de idade, autodeclarou-se parda e havia concluído Ensino Superior – diferente de outras mulheres com quem conversei nestas situações que mal possuíam o Ensino Fundamental. Ela era professora da rede pública de ensino em uma escola ali do bairro. A formação de Sandra era motivo de admiração tanto para Luciana, como para Aurora. Ambas reconheciam os esforços da vizinha por ter conseguido cursar o Ensino Superior,

nunca chega. Nunca chega porque já aconteceu; já está no presente como efeito de algum passado persistente. O sujeito traumatizado é continuamente desenraizado. Ela pode parecer estar em um lugar familiar, no sentido de que já esteve lá antes, e provavelmente voltará para lá várias vezes pela força da repetição. No entanto, este lugar não é uma origem nem um destino final, mantendo-a suspensa entre uma lembrança falhada e um esquecimento incompleto. Se o trauma é entendido como aquilo que excede os quadros de compreensão, muitas vezes é impossível falar positivamente sobre a memória de um evento traumático ou saber o que realmente aconteceu. Mas a memória também não está presa ao sujeito que esquece. Ela se materializa nos lugares mais improváveis ou se fixa em coisas sem conexão lógica com o evento traumático. Ela produz uma supervalorização dos objetos, como Freud a chamava, a condição na qual algo se torna tão cheio de desejo, anseio e medo que dificilmente é reconhecível (tradução minha).

principalmente por ter passado por tantas dificuldades com o filho. *Ela é uma guerreira*, diziam. Em si essa admiração já demonstra como as sobrecargas emocionais e financeiras geradas pelo envolvimento de jovens da família dificultam planos de futuro dessas mulheres, tanto individuais, como familiares.

Mesmo que na vizinhança existam o julgamento e a culpabilização maiores dirigidas às mães cujos filhos têm algum *envolvimento com o mundo do crime*, entre as mulheres com quem conversei que passaram por essas experiências, a tendência é haver maior compreensão e empatia, como tratei no capítulo anterior. Não quero afirmar aqui que tais experiências de violências levem necessariamente à construção de relações de solidariedade, como notou Camila Pierobon (2018), não se trata de:

“... uma regra geral para pensar os processos de formação de solidariedades femininas, pois, como destacou Das (2010), sabemos que compartilhar experiências e, no caso, experiências da tortura e da morte, não são garantias para que se crie solidariedade seja ela política, de gênero, entre outras possíveis.” (2018; p.44).

O que observei entre as mulheres que acompanhei ao longo desses anos e que passaram por tais experiências é que, mesmo em meio às tensões, julgamentos, rumores, existia um espaço para solidariedade e para o reconhecimento das dores que eram familiares à todas.

Sandra morava em uma rua atrás da casa de Aurora, em um prédio de um conjunto habitacional. Não fui até sua casa, pois ela preferiu conversar comigo em outro lugar. Marcamos então na casa de Dona Aurora. Apesar de aceitar a entrevista, Sandra parecia estar com medo e desconfiada sobre quem eu era e quais os propósitos da pesquisa. Tive a sensação de que no dia em que a conheci ela estava mais disponível do que no momento da conversa. Conversei com ela para tentar tranquilizá-la e percebi que ela chegou a suspeitar de uma possível relação que eu poderia ter com a polícia ou imprensa, que logo busquei desfazer. Contudo, não demorou para eu entender o porquê de seu receio.

Aurora ofereceu seu quarto para conversarmos, assim ficaríamos distantes do fluxo das pessoas que entravam e saíam da casa a todo momento. Nem cogitei a possibilidade de ligar o gravador, devido ao estado de Sandra. Assim, tentei anotar o que eu pude, mas num determinado momento da conversa, tive que largar o caderno, pois a única atitude possível de minha parte era ouvi-la com todo o meu corpo.

Sandra começou falando um pouco sobre sua história. Contou-me que sofreu muito na infância, que teve um relacionamento muito difícil durante toda a vida com a mãe, pois disse ter

sido rejeitada por ela por ser a filha *mais morena* de seus outros irmãos que, como disse, tinham olhos claros. Dizia que a diferença de tratamento era cotidiana, achava até que era adotada. Essa percepção de tensões e maus-tratos motivados por diferenças raciais no interior de famílias interracialis (MOUTINHO, 2004; SCHUCMAN, 2018), bem como em relações mais próximas de amizade e vizinhança, apareceu em algumas falas de mulheres com quem conversei. Tais narrativas demonstravam interações mais íntimas no cotidiano que reproduziam racismo e racialização que se sobrepunham à racialização derivada da violência estatal.

Voltando à conversa com Sandra, ela disse ter casado cedo, como uma estratégia para sair daquele ambiente hostil que era sua família de origem. Contudo não foi bem sucedida no casamento, pois o marido, Amarildo, a *espancou* durante os 25 anos em que viveu com ele. Tentou se separar por diversas vezes, mas não tinha a quem recorrer, já que a mãe a obrigava a voltar para a casa em cada tentativa de fuga. Desse casamento, teve dois filhos: Dênis, que em 2019 estava com 32 anos e Vanessa, de 28 anos. Disse que os filhos também eram agredidos pelo pai. Teve ainda outra gravidez que foi interrompida devido à violência do marido.

Contou que desde o início do casamento *tinha na cabeça que precisava estudar*. Via como a única chance de autonomia frente à dependência econômica que tinha em relação ao marido, mas só conseguiu entrar na faculdade depois de se separar. Esse breve resumo dos acontecimentos que Sandra considerou importantes para me contar sobre sua vida é bem semelhante aos relatos de das mulheres com quem conversei durante o trabalho de campo: casamento como uma possibilidade de autonomia em relação às famílias de origem; frustração com o matrimônio, principalmente devido à situações de violência doméstica, traição, alcoolismo; tentativa de reconstruir suas vidas a partir da (re)construção de si, de suas famílias e de seus mundos; e, no caso de Sandra, e de outras mulheres tratadas neste capítulo, as consequências do *envolvimento* de seus familiares nas *guerras de homens* como experiência devastadora que colapsa essas trajetórias.

Com a separação, o novo núcleo familiar formado por mãe, filha e filho, passou por grandes dificuldades financeiras, pois o ex-marido *não ajudava em nada*, negando-se a pagar pensão. Por esta razão, disse ter começado a cobrar demais dos filhos para que *fossem alguém na vida*. Com relação a Vanessa, afirmou que a jovem trabalha desde os 14 anos, é hoje enfermeira: “ela sim é gente!”. Afirma que a filha não dá *nenhum problema*, pelo contrário, *ajuda em tudo*. Contudo, quando se refere a Dênis, sente-se culpada, pois considera que foram suas cobranças em excesso

que levaram ao *envolvimento* do filho com o crime. Ele sim é a fonte de suas preocupações e atenção. *Às vezes esqueço que tenho minha filha.*

Vi Dênis apenas uma vez quando ele parou em frente à casa de Aurora para conversar com Luciana. É um rapaz alto, como ela me disse, *moreno* e com uma tatuagem de um grande dragão na panturrilha. Sandra disse que esta tatuagem, assim como a cor do rapaz, são os motivos pelos quais ele é constantemente *parado pela polícia.*

Sandra começou a falar sobre a prisão do filho e não demorou para que lágrimas começassem a cair sobre seu rosto. Ela chorou muito durante toda a entrevista. A todo momento eu perguntava se ela queria mesmo continuar e ela me respondia que sim, que era bom desabafar. Dênis foi pego pela polícia, no dia 23 de março de 2013, *traficando* no distrito do Grajaú, também na zona sul de São Paulo. Foi levado à delegacia de Embu das Artes, município vizinho de São Paulo, que faz divisa com o Capão Redondo. Quando Sandra chegou do trabalho em casa, um grupo de jovens a esperava para dar a notícia, eram os amigos de Dênis. Seu filho havia sido preso. Ela não conseguia acreditar, pois ele *tinha tudo e mesmo assim caiu nessa vida!*. Foi então que seu *sofrimento começou.*

O rapaz foi condenado por tráfico de drogas a 5 anos e quatro meses de prisão, mas ficou encarcerado por 1 ano, 10 meses e 23 dias, pois logo obteve a progressão de pena para o regime aberto por bom comportamento. Sandra disse que esse período foi uma *eternidade*, na verdade uma experiência da qual ela ainda não tinha conseguido sair, afirma.

O filho cumpriu o regime fechado em dois presídios: o primeiro foi em Osasco, cidade da região metropolitana de São Paulo, onde ela conseguia visitar o filho em todos os finais de semana; e o outro no município de Avanhandava, há quase 500 quilômetros da capital, tornando quase impossível cumprir a rotina de visitas. *Era um sufoco*, afirmou. Ela e Vanessa, chegaram a passar fome com os gastos de viagens, *jumbos* e com as comidas jogadas fora na inspeção do presídio. *Perdi muita comida*, disse, além do dinheiro que tinha que mandar periodicamente para o filho. Mãe e filha enfrentaram sozinhas esse período, o pai de Dênis *não ajudava em nada*. Sandra contou que, para justificar sua ausência no cuidado com o filho, o ex-marido dizia: “já que decidi conhecer o mundo, deixa ele ver o mundo”. Muitas mulheres com quem conversei falavam sobre expressões parecidas proferidas pelos pais de seus filhos presos, com as quais eles justificam sua desresponsabilização com visitas, gastos de dinheiro, acompanhamento de processos na justiça, etc.

Na conversa, Sandra recordou de como chorava com cada peça de roupa que colocava na mala para levar ao filho. Lembrou de como se *desesperava ao ouvir as grades se fechando atrás de você e você não poder tirar seu filho daquele lugar horrível*. Falou também de como o filho chorava em seu colo em todos os dias em que o visitava. *Foi muito sofrimento*, disse. Sofrimento seu e de outras mães que conheceu durante esse período de ida aos presídios, cujo papel ela ressalta, distinguindo o comprometimento das mães com as namoradas ou esposas de homens presos:

“A mulher quando é mãe, quer tirar o filho dessa vida. Já tem outras mulheres que ajudam a fazer coisas erradas, mas abandonam o marido quando ele vai preso. As mães nunca abandonam seus filhos. Vi uma senhora morrendo dentro do ônibus indo visitar o filho”.

Nesta fala, embora Sandra não esteja reforçando a culpabilização que normalmente recai sobre as mães, ela exalta o papel que elas assumem no cuidado com os filhos presos. Ao contrário do que seriam as namoradas e esposas, que contribuiriam com o *envolvimento*, mas abandonariam os homens no momento em que eles mais precisavam, isto é, na prisão. Neste sentido, ela traz alguns elementos de um campo moral produzido em torno da prisão, como afirma Natália Lago (2019), no qual há um ideal de mulher que deve ser perseguido a partir da relação de cuidado e de sofrimento que mantêm com o preso.

Sandra disse ter muita *dó* de jovens como seu filho. *Claro que não justifica ir para o crime*, afirmou, mas completou: “muito é por causa do governo que esses menores não conseguem trabalho. Pior ainda para quem é escuro, a polícia pega e não quer nem saber, meu filho é tatuado e escuro”. Dênis conseguiu o regime aberto no início do ano de 2015. Começou a trabalhar como motorista de *Uber*, tem uma namorada e vai todo final de semana para igreja Assembleia de Deus com ela e com a mãe. Ela elencou o trabalho, a namorada e a igreja como garantias de estabilidade que e segurança para Dênis.

Como discutido no capítulo anterior, o *envolvimento* de jovens com atividades criminosas impõe às mulheres de suas famílias – mães, avós, tias e irmãs – uma sobrecarga da tarefa do cuidado tanto no que se refere às estratégias para evitar o *envolvimento* de familiares, como para minimizar as consequências, caso ele ocorra. Sobrecarga também emocional gerada por mortes e prisões que provocam o sofrimento da perda ou o medo de que a violência novamente ocorra. No caso, o sistema prisional – com sua lógica de funcionamento que demanda a mobilização de recursos financeiros, tempos e afetos por parte das famílias – impõe para as mulheres um fardo difícil demais

de ser suportado. As demandas da prisão se somam à outras camadas de violências, traumas e lutos presentes em um território em que a guerra é parte de sua produção. Esse sobrepeso no cotidiano gera paralisação, sofrimento e doenças.

Sandra disse que pouco tempo depois da saída de Dênis da prisão, ela teve um AVC, ficando com o lado direito de seu corpo totalmente paralisado e também sem memória por dois meses. Hoje, apesar de recuperada e sem sequelas, ela ainda tem pressão alta e ansiedade, doenças que afirmou ter adquirido depois da prisão do filho: “você vai guardando, vai guardando...”. Foi sua filha quem a *salvou*, disse. *Foi só depois do AVC que lembrei que também tinha uma filha, confidenciou.*

O que mais me chamou a atenção na conversa com Sandra não foi necessariamente sua narrativa sobre o período em que Dênis esteve na prisão, experiência essa marcada, sem dúvida alguma, por humilhações, sobrecargas e violências múltiplas. O que quero ressaltar neste ponto, é a forma como ela ainda vive esta experiência mesmo depois de seu filho estar em liberdade. Dito de outra forma, gostaria de sublinhar os rastros que a prisão pode deixar nos corpos de mulheres que a atravessam, pois, como Sandra me mostrou, eles continuam ativos em seu cotidiano. Sandra disse que *ainda não está resolvida* com a prisão do filho:

“Cada vez que assisto ao jornal, me pego obcecada para ver o que aconteceu, quem foi preso ou morto. Tenho vontade de estar ali para bater no policial. Hoje é melhor chamar o bandido do que a polícia. Eu tenho que me controlar. Vivo fechada ainda nesse mundo. Ainda tô presa lá com meu filho”.

O choro de Sandra durante a entrevista não se deu apenas pelo contato com lembranças doloridas de um passado recente, mas se refere a um sofrimento ainda vivo de um trauma provocado pela experiência do horror cuja tortura atravessa os corpos tanto de pessoas presas, como de suas famílias. Natália Lago (2019) chama a atenção para como as mulheres que atravessam as prisões – assim como são atravessadas por elas – nas visitas, portarias e filas, são absorvidas por uma cultura do terror, que envolve as fronteiras porosas da prisão. As incertezas, lacunas de informações, riscos de punições que envolvem tanto seus parentes, como elas mesmas, produz um clima de desconfianças e medos, afirma a autora. A desconfiança de Sandra partia deste contexto de terror.

Como afirma Grace Cho (2008) na citação que abre esta seção, a sensação de catástrofe iminente para o traumatizado é uma fantasia, pois a catástrofe já aconteceu. Contudo, na condição

de Sandra, assim como de outras mulheres também traumatizadas por estes eventos violentos, o sofrimento causado pela fantasia de catástrofe, desencadeado pelo trauma, é intensificado pelo risco real de que a catástrofe, de fato, aconteça novamente, como no caso de Aurora. Sandra liga a televisão e vê jovens, como seu filho, sendo presos ou mortos. Na vizinhança, amigos de Dênis continuam sendo alvo e protagonistas destas violências. O que garante que a catástrofe não ocorra novamente? A ameaça constante pode provocar um enclausuramento das mulheres no trauma, como Sandra.

Sandra contou que todos os dias, ao acordar, já ligava a televisão em programas sensacionalistas que acompanhavam operações policiais cotidianas para ver se *alguém conhecido* havia sido preso ou assassinado pela polícia. Embora seu filho, diferente de Caio ou dos filhos de Dona Joana, dos quais tratei no capítulo anterior, estivesse em condições aparentemente mais estáveis, tanto emocionais quanto financeiras, a preocupação e sofrimento demonstrados por Sandra era como se ele ainda estivesse preso. Grace Cho (2008) argumenta que devido à desintegração do tempo e à dificuldade de localizar o conteúdo da memória provocadas pelo trauma, a narrativa do que realmente aconteceu é menos importante do que os efeitos traumáticos comunicados pelas próprias palavras.

Vivo fechada ainda nesse mundo, disse Sandra. Argumento que essa expressão pode ser entendida de duas maneiras complementares. Uma delas é aquela que representa seu *mergulho no mundo da guerra* que envolve jovens: tanto os jovens moradores das periferias, como a polícia e outros agentes do Estado. Sandra fala deste mundo a partir de uma experiência específica, a de ser familiar de um jovem negro, pobre e morador da periferia que se envolveu com o crime e foi preso. Neste mundo, ela assume o lugar de *mãe de bandido* sobre quem recai a culpabilização do envolvimento do filho e quem será sobrecarregada por tarefas de cuidado mais complexas: *busca por justiça* para o jovem através da circulação interminável entre setores do Estado; arranjos cotidianos para conseguir os provimentos necessários para enviar mensalmente para o filho preso; visitas às penitenciárias, passando por *humilhação em porta de cadeia*. *Uma vez dentro, é difícil sair*, disse-me uma mãe no serviço de medida socioeducativa quando acompanhava o filho em liberdade assistida.

A outra forma de se compreender a expressão acima é a partir do aparente congelamento na experiência traumática da prisão. *Ainda estou presa lá com meu filho* quer dizer o que Grace Cho (2008) chama de exílio psíquico e físico que perturba a sensação de estar enraizado em um

lugar e em um tempo. Assim, mesmo com seu filho em casa, trabalhando, indo para igreja e namorando, atividades do mundo legal que garantiriam sua distância do mundo do crime, Sandra não consegue habitar este presente. Nas palavras de Cho:

A temporality in which past and future collide is the temporality both of an unconscious haunted by trauma and of the affective experience of a traumatic event, in which the past opens directly onto the future because the present moment happens too quickly to be perceived. Events and their contexts are folded into the body as potentialities, and the present moment is accessible to conscious experience only through its traces.⁷⁸ (2008; p. 58)

Essa conexão direta entre passado e futuro, onde o presente não é percebido – nem habitado – produz uma ilusão de uma catástrofe iminente, afirma Cho. Um medo permanente de que o evento traumático aconteça novamente, mas não pautado em condições factíveis do presente, mas sim no trauma que já ocorreu. Sandra busca nos programas sensacionalistas de televisão o momento que a violência vai atingir novamente seu filho, pois tem certeza que irá novamente acontecer. Entendo que esta certeza deriva não apenas do trauma, por ela estar ainda presa no passado, mas também porque seu contexto ainda não é um lugar seguro.

Diferente das outras mulheres com quem conversei, o efeito traumático da prisão do filho em Sandra apareceu com mais força, mas isso não quer dizer que Aurora, Dona Joana, Luciana, Consolação, também não tenham sido traumatizadas pelas perdas e outras violências envolvendo seus familiares. Dona Joana não sai do bairro, assombrada com o medo de acontecer algo com os filhos. Dona Aurora recentemente *paralisou* quando passava a roupa de Luciana e sentiu o cheiro de cocaína. Núbia, filha de Consolação, não quer mais ter filhos devido às mortes dos irmãos. Contudo, nas experiências dessas mulheres, pelo menos no momento em que conversei com elas, o trabalho de reconstrução do cotidiano e das relações apareceram como formas de (re)habitar o mundo no presente. Mesmo com sofrimento, via-se o enraizamento no presente e uma esperança de futuro. Já para Sandra, seu presente ainda não era habitado e seu futuro parecia ser um reflexo do passado.

⁷⁸ Uma temporalidade em que passado e futuro colidem é a temporalidade tanto de um inconsciente assombrado pelo trauma quanto da experiência afetiva de um evento traumático, em que o passado se abre diretamente para o futuro porque o momento presente acontece rápido demais para ser percebido. Os eventos e seus contextos são dobrados no corpo como potencialidades, e o momento presente é acessível à experiência consciente apenas por meio de seus traços. (tradução minha)

Desse modo, os efeitos da experiência traumática alinhados aos riscos reais que familiares continuam correndo em um contexto de políticas de morte onde homens são engolidos por guerras produzem sobrecargas nos corpos de mulheres difíceis de suportar. Sandra, como já dito, teve um AVC e hoje controla a pressão alta. Aurora tem diabetes e pressão alta. Luciana tem bebido demais e sofre de uma depressão. Consolação tem pressão alta e está deprimida. Luana sofre com uma depressão crônica e queda de cabelos. Dona Joana tem pressão alta e está com pedra na vesícula.

Neste ponto, gostaria de sublinhar como os episódios de piora dessas doenças são narrados por mulheres sempre quando associados ao evento crítico envolvendo seus parentes. O caso de Sandra me mostrou de forma mais contundente os efeitos duradouros da prisão no corpo e, neste sentido, como o sistema prisional continua sendo produtivo em gerar sofrimento, controle e destruição na vida de famílias racializadas, pobres e moradoras das periferias. Por se pautar em uma ideia de justiça, a prisão é justificada e naturalizada a partir de uma moral positivista de que *fez tem que pagar*. Ouvi de muitas pessoas que passaram pelo sistema a frase: “já paguei pelo que fiz”. Essa naturalização da prisão e do punitivismo silencia a expressão do sofrimento que ela provoca nas pessoas encarceradas e em suas famílias, capturando todos para o interior de suas grades, mesmo quando fisicamente não estão mais lá. *Uma vez dentro, é difícil sair.*

2.5 Fazendo por todas nós mulheres e por nossas famílias

“Eu nunca nem sonhei em andar de avião, eu pensei um dia limpar o avião, não sonhei que eu ia andar de avião! Por isso que eu falo pra vocês: ‘gente, fê!’”. Nós temos que ter muita esperança, eu falo pra minha filha. Às vezes a gente pensa que nunca a gente vai fazer uma coisa boa e a gente tá fazendo por todas nós mulheres, por toda nossa família, né?” (Aurora)

Recebi essa mensagem de Aurora na tarde do dia 28 de novembro de 2019 enviada do aeroporto de Fortaleza. Emocionada, ela tinha acabado de desembarcar. Viajara, juntamente com integrantes da Amparar para participar do encontro com familiares vítimas da violência do Estado. Num tom bem-humorado, contava-me da emoção do voo e do *escândalo* que ela e outra participante do encontro – que assim como ela voava pela primeira vez – fizeram ao passarem por uma turbulência na aeronave. Gargalhando, Aurora me dizia que elas gritavam: “Jesus, a gente vai morrer!”. Aurora estava muito feliz e muito grata pelo tratamento de respeito e reconhecimento que estava recebendo do *peçoal da Amparar* e das e dos participantes do encontro.

A medida socioeducativa em meio aberto cumprida por Caio, foi o vetor que colocou Aurora em contato com uma rede mais ampla de ativismos que estava se tecendo na zona sul desde 2012 (CARMO, 2016). Rede esta composta por ativistas e coletivos, formados principalmente por mulheres, que pautavam gênero, raça e sexualidade no contexto de periferia e enquadravam o Estado como responsável pelo genocídio da população negra, pobre e periférica, como tratei na introdução. Aurora se aproximou das mulheres desses coletivos, assim como essas mulheres se aproximaram dela. Sendo assim, entendo a emoção de Aurora frente à experiência de andar de avião, e não de *limpá-lo*, como disse na mensagem, pois representava a culminação de um percurso no qual ela era ouvida, apoiada e respeitada, tratamento este diferente dos estigmas, culpas e humilhações vivenciadas em diversas circunstâncias em que era criminalizada como *mãe de bandido*.

As *guerras* que buscam controlar os territórios periféricos, produzem e são produzidas sobretudo por homens, como já repetido diversas vezes aqui, consumindo corpos, sobretudo masculinos, mas também abrindo frestas a partir das quais mulheres tem forjado agenciamentos cotidianos, resistências e *lutas* buscando manter a vida. Tais ações vão desde estratégias cotidianas para evitar ou minimizar o envolvimento de familiares com o crime, até articulações políticas mais amplas, como acompanhamos no caso de Aurora. Se no cotidiano o silêncio é agenciado como forma de (re)habitar o mundo e reconstruir relações, no espaço público as vozes dessas mulheres têm emergido trazendo a *dor doméstica* (VIANNA e FARIAS 2011; VIANNA, 2014; LAGO, 2019) da perda, do trauma, do adoecimento, da sobrecarga do cuidado, enfim, da dificuldade de (re)construir suas famílias e seus futuros em meio a um mundo devastado. As *lutas* produzidas por mulheres, como vários trabalhos têm demonstrado (FARIAS e VIANNA, 2011; LAGO, 2019), trazem à tona os efeitos duradouros dessas guerras que permanecem nos corpos das pessoas que ficam, arruinando famílias, relações e lugares.

Entretanto, é preciso ressaltar, tais lutas não são apenas resistências aos eixos de força que se impõem, elas são produzidas a partir de uma experiência modelada em termos de gênero, na qual o cuidado é uma dimensão incontornável.

Voltemos à cena descrita na abertura do primeiro capítulo na qual mulheres, sentadas em círculos na sala do serviço de medida socioeducativa do Capão Redondo, partilhavam casos de violência, perdas, preocupações e sofrimentos gerados pelo *envolvimento* de familiares com crime, prisões e mortes. Elas narravam episódios tais como ter que *sair correndo de casa*, pois os vizinhos

avisaram que a polícia estava batendo no filho; ou pagar dívidas para os traficantes do bairro para *não acontecer o pior com o neto*; enfrentar a vergonha de ter a casa invadida na frente dos vizinhos; ou das *humilhações vividas em porta de cadeia*. Raiva, vergonha, medo, saudade e culpa foram sentimentos frequentemente mencionados e que as acompanhavam no cotidiano. Como busquei demonstrar, essas tensões recaem sobre o corpo que adocece: pressão alta, diabetes, infarto, depressão. *O que vou fazer, vou prender em casa? Bater já bati, várias vezes, mas não adiantou*, disse Joana. Falavam também sobre as estratégias encontradas no cotidiano para lidar com tais situações: Mara disse estar cozinhando à lenha há meses porque cansou de comprar botijões de gás e o filho trocar por drogas; Edith disse *ter passado o cadeado na geladeira pelo mesmo motivo, ele não pode ver uma mistura que já leva!*; Sueli falou do grupo de whatsapp que mantém com outras amigas do bairro, *se acontecer algo com algum menino a gente se comunica e alguém cai lá*. São estratégias adotadas por mulheres em seus cotidianos não apenas para minimizar a sobrecarga gerada por esse *envolvimento* com práticas criminosas ou com o uso abusivo de drogas, mas também como tentativa de mitigar seus efeitos, como vimos no caso de Dona Joana.

Ainda na cena da partilha de relatos no MSE, entre uma e outra fala das familiares sobre o comportamento dos filhos, as ativistas completavam comentando que o envolvimento dos jovens não se dava por uma questão de caráter – interpretação que as mulheres compartilhavam, pois conhecem seus familiares na intimidade, seus segredos e *sofrimentos* como argumentei anteriormente. As ativistas diziam que jovens pobres e negros recorriam às práticas criminosas devido à falta *de tudo* nas periferias da cidade. O *Estado*, como responsável, passava a ser personagem ativo (VIANNA e FARIAS, 2011) na produção não apenas de mortes, mas também da criminalidade. Elas reforçavam também que prender, matar e torturar são práticas que não poderiam mais ser naturalizadas, pois eram mecanismos *de genocídio por parte do Estado contra as pessoas negras e pobres moradoras periferias*, principalmente *contra os jovens* que, neste contexto, eram vistos como *bandidos*. As ativistas reiteravam ainda que, por esta razão, as mulheres não deveriam se sentir culpadas e aquele espaço seria *onde elas poderiam chorar por suas perdas sem julgamentos*.

É importante ressaltar que os coletivos que compunham a rede de ativismos da zona sul naquele momento estava profundamente conectada às pautas que se fortaleciam no final dos anos 2000, início de 2010, sobretudo aquelas relacionadas à *Luta contra o Genocídio da População Negra*, como também tratado na introdução desta tese. A ideia de genocídio negro passou a ganhar

força a partir de 2007 (SILVA, 2017; RAMOS, 2021), alimentando e sendo alimentada por múltiplas formas de mobilizações, tais como os coletivos periféricos. Tais coletivos são protagonizados sobretudo por jovens moradoras das periferias, principalmente mulheres negras que têm produzido, a partir dos marcadores sociais da diferença de raça, classe, gênero, sexualidade e território, novas identidades subjetivas e específicas redes de sociabilidade, como afirma Laura Moutinho (2014). Da mesma forma, várias articulações de familiares das *vítimas do Estado*, nas quais as *familiares das vítimas*, principalmente as *mães*, emergiram também como novos sujeitos políticos (VIANNA e FARIAS, 2011).

Os coletivos na zona sul estavam então imersos nestas pautas, tanto do genocídio, como também refletindo sobre o lugar social das mulheres periféricas e racializadas, com os coletivos de feministas periféricas. Este era o contexto de luta que vinha sendo forjado em 2016 quando Aurora passou a fazer parte desta rede. Acompanhei este envolvimento de Aurora desde então e pude testemunhar como essas relações foram fundamentais não apenas para o processo de reconstrução de si e do seu mundo, como também contribuía para sua constituição como sujeito político. Aurora passava a se ver integrando um *nós* (MOUTINHO, 2014) para além da família. Uma coletividade de mulheres marcadas não apenas por experiências de gênero, território e violência vivida em suas famílias, mas também identificadas pela *luta* (VIANNA e FARIAS, 2011).

O grupo de mulheres que se reunia no MSE foi fundamental para remodelar a compreensão sobre o lugar *do Estado* na reprodução da violência cotidiana. O Tribunal Popular, que descrevo a cena na introdução, foi um espaço público decisivo para colocar em xeque as múltiplas visões sobre as causas das violências e as reivindicações que deveriam ser postas às instâncias de governo. Parte das instituições sociais locais e o próprio Fórum em Defesa da Vida ainda estavam ligados à matriz discursiva dos direitos humanos, oriunda dos anos de 1990, que via na formação de policiais e agentes prisionais uma alternativa de políticas públicas renovadas como argumenta Gabriel Feltran (2014). Dessa forma, o Fórum reivindicava uma polícia comunitária, menos violenta e alinhada aos direitos humanos. Já os coletivos e familiares, que se legitimavam por se constituírem como as vozes de quem carregava no corpo a experiência da violência, levantavam as bandeiras da *desmilitarização*, do *desencarceramento* e da *luta contra o genocídio*. Nesta tensão entre posicionamentos e políticas, as *dores domésticas* trazidas pelas mulheres foram fundamentais para recomposição de pautas e sujeitos políticos neste espaço público. Adriana Vianna e Juliana Farias,

referindo-se às lutas por justiça de mulheres familiares de jovens assassinados por policiais no Rio de Janeiro, afirmam:

Ao falarem em nome de uma ordem doméstica que foi desfeita brutalmente pelo assassinato dos filhos, elas (e eles, no caso de demais familiares) trazem o feminino não em seus corpos individuais, mas como marca de significação das relações que se romperam, bem como da violência ilegítima que as destruiu. Levam, assim, a “casa” para a cena de protesto, através do que seria o seu “centro exemplar” simbólico: a própria maternidade. Ao levar sua destruição doméstica para as arenas públicas, as mães e familiares enfrentam essa outra verdade crucial da política e do gênero, por contestarem a justiça da guerra que colocaria seus filhos e parentes no lugar do inimigo a ser morto. (VIANNA e FARIAS, 2011, p.93)

Os encontros, que ocorriam quinzenalmente no MSE entre ativistas e familiares, se constituíram como importantes espaços de formação política e também de apoio mútuo e de cuidado entre mulheres. *As mulheres maravilhosas*, como dizia Aurora. A presença de coletivos de feministas periféricas contribuía também para trazer pautas sobre a condição feminina nas margens, sobre o machismo vivido no cotidiano e sobre a importância de recuperar trajetórias, projetos de vida e sonhos solapados pela violência. Tal espaço foi fundamental para (re)construção individual e coletiva para todas as mulheres que deles participaram, conforme elas mesmas testemunharam. Assim como significou um lugar de apoio para situações de crise. Os trabalhos que cito na introdução a respeito das ações de coletivos de mulheres nas periferias destacam o cuidado como prática e gramática fundamental dessas relações. Uma ação política modelada a partir da experiência em termos de gênero (OLIVEIRA, 2019; OLIVEIRA-MACEDO, 2021; OLIVEIRA, 2022) e não apenas uma reação à dominação e opressão (TOSOLD, 2018; DAS, 2020).

Contudo, a partir de 2018 os encontros de mulheres foram se tornando mais raros até serem suspensos temporariamente. O MSE foi encerrado em decorrência do sucateamento das políticas de assistência social que vinha se intensificando naqueles anos. Isso fragilizou o grupo de mulheres não apenas por perder o espaço e os poucos recursos que contavam para sua articulação, como também as ativistas, que ficaram sem empregos e tiveram que *correr atrás* de dinheiro para garantir suas vidas. Cansadas, contavam com pouco tempo e recursos para as ações de militância. Alguns encontros esporádicos foram organizados, até mesmo por pesquisadoras envolvidas com a temática, como de Juliana Farias⁷⁹. Contudo, estes encontros não contavam com o mesmo impulso

⁷⁹ A pesquisadora Juliana Farias desenvolveu encontros mensais com o grupo de mulheres que inicialmente se encontrava no MSE. Tais encontros tiveram início em 2019 e estavam conectados a seu projeto de pós-doutorado *Violências de gênero, violações de estado: um estudo sobre formas de governar territórios e corpos* (Bolsa FAPESP

político de antes, justamente porque não estavam ligados a processos mais amplos como a construção do Tribunal Popular. De meados de 2018 ao início de 2020 (até o início da pandemia Covid-19), as relações prosseguiram por *Whatsapp* e com algumas visitas das mulheres umas às casas das outras. Contudo, mortes e prisões continuaram a ocorrer. Das mulheres que participavam das reuniões, alguns casos se destacaram: Marta teve um filho preso e outro assassinado; Edilza um filho preso; e Aurora, como sabemos, passou pela prisão de Caio.

A prisão de Caio impôs novas demandas à família de Aurora, como vimos anteriormente. Ela então começou a mobilizar sujeitos estratégicos de sua rede, eu era uma delas, e se inseriu em novas relações para além da vizinhança e do grupo de mulheres. Naquele momento, fui eu quem disse a Aurora que ela deveria conhecer outras mulheres: Maria Railda da Silva e Miriam Duarte⁸⁰, fundadoras da Amparar.

A Amparar é uma instituição que ao longo dos anos foi agregando em torno de si uma rede diversificada, com extensão nacional e internacional, de instituições, ativistas, familiares de pessoas presas, *sobreviventes do cárcere*, profissionais da justiça, representantes do legislativo, pesquisadoras e pesquisadores dentre outros agentes que se articulam em torno da defesa de direitos humanos nas prisões e, mais especificamente, atuam na *luta pelo desencarceramento*. Miriam e Railda atuam juntas desde o final da década de 1990, quando seus filhos estavam internados ainda na antiga Febem Imigrantes e as duas se engajaram nas mobilizações de mães contra as torturas que ocorriam naquela instituição.

Conheci Railda e Miriam em 2019 quando me aproximei da Pastoral Carcerária Nacional⁸¹. Railda tinha 53 anos, mulher altiva, autodeclarada negra, com os cabelos lisos na altura dos ombros, com cerca de um metro e setenta e muito comunicativa. Miriam tinha 57, também autodeclarada negra, um pouco mais baixa que Railda, muito doce e bem humorada. Miriam e Railda são as mulheres que assumem a linha de frente da Amparar, comunicando-se com familiares, denunciando violações, realizando reuniões nacionais e internacionais para pautar o desencarceramento,

de Pós-doutorado/ Núcleo de estudos de gênero Pagu). Em 2020, com a Pandemia, a pesquisadora teve que suspender os encontros presenciais, mas as atividades que foram realizadas até então foram fundamentais para que o grupo permanecesse conectado.

⁸⁰ Os nomes de Railda e de Miriam não ficarão homônimos não apenas porque são pessoas públicas, como também é uma opção política por parte destas ativistas em se expor publicamente como forma de manter sua segurança.

⁸¹ A Pastoral Carcerária visa proporcionar atendimento religioso e defesa dos direitos humanos a partir de visitas aos presídios por meio de seus agentes. A Pastoral tornou-se ao longo dos anos um importante ator político na denúncia das violações de direitos humanos nos presídios de todo o país, bem como na luta pelo desencarceramento e pelo abolicionismo penal.

sobretudo a partir da perspectiva das mães. Em sua bela tese de doutorado, Natália Lago (2019) percorre a trajetória de Railda e Miriam e da própria constituição da Amparar, demonstrando como a prisão de um familiar pode ser ponto de partida para um tipo de engajamento que mobiliza a linguagem de gênero, onde a figura da mãe é central.

A prisão dos filhos das mulheres que atuam na Amparar inaugurou uma trincheira de luta em suas vidas, o que é perceptível nas narrativas de Railda. “Você ser militante é porque algo aconteceu na sua vida e você teve que aprender a lutar”, ela me disse em uma de nossas conversas. Luta é, portanto, aprendizado. É, ainda, aprendizado que transpõe a vida. Mais do que escolha, é imposição. Mas mesmo imposições acabam por abrir caminhos que são rememorados. (LAGO, 2019, p. 128)

Aprendizado que se compartilha. Railda e Miriam chegaram a visitar Aurora, deslocando-se do extremo leste para o extremo sul da cidade, *quase duas horas* de transporte público. Foi muito importante para Aurora conversar com Miriam, pois ambas as mulheres perderam dois filhos por mortes violentas. Quando soube que Miriam tinha passado por experiências semelhantes a sua, Aurora sentiu-se *aliviada*, pois Miriam *conhecia sua dor*. Isto é, por mais que com outras mulheres ela compartilhasse a experiência de ter filhos presos ou envolvidos com o crime, apenas algumas *sabiam*, exatamente como ela, o que significava ter perdido dois filhos.

A princípio as mulheres se reuniram para conversar sobre o caso de Caio: para obter informações sobre o processo, decidir sobre a melhor forma de proceder, trocar informações sobre os labirintos do sistema de justiça e sobre como lidar com os caprichos perversos dos presídios. Conforme aconteciam outros encontros, mais vizinhas apareciam para obter informações sobre familiares. Contudo não foram raras as vezes em que algumas mulheres confirmaram presença, mas acabaram não comparecendo. Uma dessas mulheres foi Dona Joana. Em outra ocasião, perguntei o motivo e ela me disse que não *aguentava mais lidar com isso, já tinha até ficado doente*. Falas como essas ouvi diversas vezes em que mulheres expressam seu esgotamento com as sobrecargas geradas não só pelo sistema prisional, mas também por desgastes gerados antes mesmo da prisão com o *envolvimento* de familiares. *Melhor ele lá, se tivesse aqui fora, já teria morrido*, disse-me Consolação, de quem falei no capítulo anterior, sobre o filho preso.

Voltando ao caso de Aurora, conforme o tempo ia passando, ela foi se *envolvendo* cada vez mais com a luta pelo desencarceramento. O que redundou em sua ida para Fortaleza. Ao ouvir a mensagem de Aurora, que abre essa seção, penso que da mesma forma que o sistema prisional controla e viola corpos, é no seu espectro que *lutas* são forjadas. E, a partir das redes de mulheres

que acompanho, argumento que tais *lutas* são produzidas a partir da experiência racializada de gênero na interação com essas margens do Estado. Lutas essas que representam não apenas um novo vocabulário para o ativismo sustentado na experiência dessas mulheres – na qual casa, família, cuidado, assumem papel central –, mas também como a partir dessa experiência são forjados novos espaços e sujeitos políticos. É por essa razão que Aurora vincula a experiência individual de andar de avião a algo importante, algo que fazia por todas as mulheres e por todas *as nossas famílias*.

Quando Aurora voltou da viagem, fui visitá-la para ouvir as notícias do encontro. Depois de me contar entusiasmada o que tinha vivido, ela tirou da bolsa um papel com tudo que anotou. Ela esperava ansiosa o momento em que poderia compartilhar aquele conteúdo com as *mulheres maravilhosas* e me disse: *isso tudo eu faço por nós e por nossas famílias*.

• • •

No primeiro capítulo, busquei demonstrar, a partir da experiência localizada de algumas mulheres, como relações e mundos eram arruinados por mortes provocadas por *guerras* envolvendo homens do Estado e homens do crime. *Guerras* entendidas aqui não como embates entre dois lados que se opõem em condições proporcionais de poder, mas sim como tensões e conflitos violentos em um contexto marcado, por uma lado, pela intensificação de ações punitivas e repressivas por parte do Estado cujo principal alvo são corpos de homens negros moradores das periferias; por outro, mas relacionado ao anterior, a ampliação do envolvimento de homens jovens em práticas e redes do crime. Argumentei que enquanto os homens faziam e eram consumidos por essas *guerras*, as mulheres teciam relações e criavam estratégias cotidianas tendo por fim minimizar os efeitos das violências e evitar que mortes novamente ocorressem. Se a necropolítica nas margens da cidade produz territórios violáveis, bem como corpos matáveis, no cotidiano essa violência é reproduzida e suportada em termos de gênero. São as mulheres que carregam em seus corpos o luto, os traumas, as culpas, as doenças e a sobrecarga do cuidado que se torna ainda mais pesada nestes contextos. Contudo, é também pela múltipla e ambígua tarefa do cuidado, que se realiza na vida ordinária (DAS, 2020), que elas reconstróem e recriam mundos, relações, territórios e a si mesmas.

Não pretendo estabelecer aqui uma polarização entre homens e mulheres. Não são todos os homens que estão envolvidos com tais *guerras* – na verdade trata-se de uma minoria – bem como nem todas as mulheres se engajam no cuidado de familiares presos ou na tarefa de reconstruir suas famílias depois de perdas. Além disso, existem muitas mulheres implicadas em atividades criminosas, assim como há alguns homens comprometidos com o trabalho do cuidado em suas famílias e territórios. O que argumento é que a articulação entre gênero, raça, território, Estado e crime tem sido produtora de masculinidades e feminilidades nas margens da cidade.

Neste segundo capítulo, que também fecha a primeira parte da tese, meu objetivo foi o de focar no impacto causado pela expansão do sistema penal sobre famílias e territórios. Os efeitos da prisão transbordam para muito além de seus muros, criminalizando e racializando famílias e redes que, devido a relações de afeto com as pessoas presas, são engolfadas pelo sistema no sentido de fazer a sua manutenção. A questão prisional se impôs a mim durante o trabalho de campo. Quase todas as mulheres com quem conversei tinham alguma experiência com o sistema prisional devido à elevação do encarceramento em curso principalmente depois dos anos 2000. Não é à toa que o serviço de medida socioeducativa tenha sido um dos pontos de onde partiu esta pesquisa. Desse modo, nestes dois capítulos, tomo como perspectiva as experiências das mulheres com quem tive contato neste percurso para refletir sobre o impacto das mortes e prisões sobre subjetividades, relações e mundos, bem como os agenciamentos e resistências produzidos em termos de gênero, raça e território.

Acompanhando a prisão de Caio, foi possível identificar as camadas de diversos tipos de violências que se impuseram a sua família. A justificativa de sua condenação que o enquadrava como *bandido*, bem como os labirintos burocráticos da justiça – que além de indecifráveis, não ofereciam brechas para nenhuma outra narrativa sobre o jovem –, demonstraram como as margens do *Estado* são produtivas, no sentido de definir corpos que não importam (BUTLER, 2015). Ao atravessar os balcões, portarias ou portões estatais, os *checkpoints* (PADOVANI, 2017), as mulheres são também atravessadas por elas. Humilhações, estereótipos, traumas, medo remodelam corpos que são produzidos como continuidade dos familiares presos, sendo vistos também como ameaça e, assim, como corpos violáveis e sem importância. Contudo, se diferenciam deles por gênero. As mulheres com quem conversei carregavam a vergonha e a culpa pelo *envolvimento* de seus parentes, assim como eram elas que suportavam os sofrimentos gerados por perdas e sobrecargas das prisões, bem como a tarefa de reconstruir suas famílias e seus cotidianos. *Ainda*

vivo naquele mundo, disse Sandra. Essa fala expõe as marcas duradouras de quem circula pelas margens porosas do sistema prisional. Marcas estas que estabelecem limites entre aqueles que representam o projeto de nação (DAS, 2020; FELTRAN, 2019; MOUTINHO, 2004), os brancos *homens de bem*, e os representantes racializados do *perigo social*, conforme diferencia a juíza do caso de Caio.

Desse modo é possível identificar distintos, mas interligados, processos de racialização vividos no cotidiano por moradoras e moradores das periferias da cidade. A conversa com Jorge é expressiva neste sentido. Em sua fala, ele demonstra como o racismo, articulado com classe social, é um limitador para o acesso ao trabalho formal, fazendo com que jovens, como ele, contem com poucas alternativas que não o crime. O jovem também demonstra como raça não é um marcador inoperante em seu território, sendo acionado para marcar diferenças e também para produzir hierarquias entre jovens de pele mais clara e mais escura. Contudo, Jorge identifica a polícia como o agente racializador por excelência, aquele que define quem é negro e quem não é a partir da violência. Em outras palavras, uma forma específica de racismo institucionalizado que se manifesta a partir da violência, da humilhação, da subjulgação, do extermínio e do desprezo e que se realiza de modo generificado: homens negros como a representação do perigo e as mulheres como extensão deles, figurando como *mães de bandido*, detentoras de uma *sexualidade descontrolada que fazem filhos demais* (FERNANDES, 2017).

Segundo Rafael Godoi (2015), o sistema prisional se sustenta e se expande a partir da mobilização de pessoas, recursos e afetos. Quando uma pessoa é condenada, *toda a família vai presa junto*, dizem as ativistas dos movimentos sociais pelo desencarceramento (LAGO, 2020). A aflição da espera e da falta de informações, a peregrinação burocrática pelo sistema de justiça, as *humilhações nas portas da cadeia*, as dificuldades econômicas geradas por demandas do sistema, lançam famílias inteiras para uma zona de emergência e de congelamento no presente que torna difícil olhar para o futuro. Para Aurora e Luciana, a prisão de Caio, além desses efeitos, mobilizou antigas dores nunca curadas. Se cuidar de Caio foi uma das bases sobre as quais Aurora se firmou para reconstruir sua vida, a prisão do jovem representou a ruína desta reconstrução, justamente porque colocou Caio ainda mais perto da morte.

Já para Sandra, o trauma da prisão não lhe permitia habitar o presente. Ela ainda se sente presa naquele espaço-tempo vivendo a ansiedade constante de que a qualquer momento a tragédia

novamente aconteça. Fantasia gerada pelo trauma e risco real de repetição do evento crítico são fatores que se sobrepõem nestes contextos de *guerras*.

A relação entre presente, passado e futuro é complexa e ambígua nestes contextos. O tempo faz seu trabalho no sentido de reconstruir mundos devastados (DAS, 2020), mas também pode se movimentar de modo circular (VIANNA, 2015) em situações de iminente repetição da violência ou de traumas. Desse modo, o passado ora é lembrado com saudade por representar um tempo melhor ou mesmo carregar acontecimentos que produzem histórias de vida, ora é um fantasma que assombra tanto o presente, como contamina o futuro. Conseguir mergulhar na vida cotidiana do presente é a forma como muitas dessas mulheres reconstruíram suas vidas dedicando-se a pesada e complexa tarefa do cuidado. Contudo, quando as demandas desse presente tornam-se pesadas e dolorosas demais, as mulheres ficam congeladas nestas tarefas emergenciais e não conseguem projetar planos e sonhos para seus futuros.

A prisão, mesmo para pessoas e famílias que atravessaram e atravessam o sistema, ainda conta com uma legitimação moral. *Melhor estar preso do que aqui fora morto; fez coisa errada e agora tá pagando; já paguei pelo que fiz*, são algumas expressões que ouvi em meu campo. A moralidade punitivista dá sustentação à perpetuação de um sistema de tortura. Contudo, é também no espectro da prisão que novas relações vão sendo tecidas entre mulheres. Seja para lidar com as perversidades do sistema através do compartilhamento de um conhecimento adquirido a partir do atravessamento constante das fronteiras porosas da prisão (LAGO, 2020), seja para produzir resistências contra o próprio sistema, como a *Luta pelo desencarceramento* (TELLES et al, 2020).

Nem todas as famílias que moram nas periferias da cidade estão diretamente envolvidas com essas *guerras*, contudo, os eixos de forças que produzem estes territórios – pobreza, desigualdade, racialização, violência estatal, *mundo do crime* – coloca moradoras e moradores em permanente situação de risco: envolvimento de filhos com atividades criminosas; assassinatos; prisões; violência arbitrária da polícia podem acontecer do dia para noite. Por isso, as mulheres ficam sempre alertas e buscam estratégias cotidianas para evitar o *pior*.

Por fim, argumento que os agenciamentos e estratégias realizadas por mulheres para manter a vida são também dimensões de produção desses territórios. Atuação esta que não significa apenas oposições meramente reativas (TOSOLD, 2020) ou mitigadoras da violência masculina. Ela está relacionada à experiência generificada do cuidado que, apesar de naturalizado e invisível, se constitui como elemento fundamental para criar e preservar famílias, relações, lutas e vidas.

Com estes dois capítulos, finalizo a discussão sobre tais *guerras* a partir das vozes femininas, como nos ensina Svetlana Alexijevich (2016). Vozes essas situadas especificamente em termos de raça, classe e território. Nos próximos, faço o esforço de focar no mundo produzido por mulheres a partir do cuidado e das lutas que vêm sendo forjadas nas margens da cidade.

PARTE II | Tramas do cuidado

CAPÍTULO 3 | Autonomia, casa e gênero: aprendizados de gerações

“Meu sonho é ver minhas filhas encaminhadas na vida. Formada, trabalhando...esse é meu maior sonho. Porque pra mim mesmo acho que eu não tenho mais sonhos não. Acho que já deu tudo o que tinha que dar. Sonhei em ter uma vida melhor, mas ainda não foi possível...”. (IRACI, 58 ANOS)

“Foram essas mulheres que transmitiram para suas descendentes do sexo feminino, nominalmente livres, um legado de trabalho duro, perseverança e autossuficiência, um legado de tenacidade, resistência e insistência na igualdade sexual – em resumo, um legado que explicita os parâmetros para uma nova condição da mulher”. (DAVIS, 2016; P.44)

Mês de outubro de 2017, sábado ensolarado. Era manhã e eu chegava, juntamente com outras mulheres, à sede da instituição CDHEP (Centro de Direitos Humanos e Educação Popular) no Capão Redondo, que cedia seu espaço para o *Fala Guerreira*⁸², coletivo formado por *feministas periféricas* com intensa atuação na zona sul naquele época. Seria realizado ali um encontro entre mulheres. O chamado para o dia dizia: “Encontro imperdível da mulherada! Troca de saberes femininos, gravação do documentário *Mulheres Periféricas – apoiadas por mais de 500 mil manas*⁸³ e muito amor. Sua presença é fundamental”. Tratava-se de uma atividade cujo objetivo era *celebrar e homenagear a vida* de mulheres importantes para as jovens daquele coletivo. O convite se dirigia às amigas e familiares, principalmente mães, das ativistas daquele coletivo. Fui como amiga e não como pesquisadora, por isso o relato que trago aqui não é um registro sistematizado de meu caderno de campo, mas alguns fragmentos de minha memória, que apenas posteriormente considere relevantes para esta pesquisa. Isso porque, inicialmente, via tais experiências e mobilizações de mulheres como dois campos distintos: de um lado jovens ativistas, principalmente intelectuais e artistas, que vinham construindo a pauta do *feminismo periférico*; e, de outro, mulheres cujas famílias eram afetadas diretamente pela guerra protagonizada por homens nestes territórios e que orbitavam em torno da *luta contra o genocídio da população negra, pobre e periférica*. Contudo, conforme avançava na pesquisa, bem como os engajamentos de mulheres

⁸² Para uma discussão mais aprofundada sobre as ações deste coletivo que teve grande impacto na cena cultural e política nas periferias ver seguinte dissertações de mestrado: SILVA, Dayane K. F. da. (2019) *Fala guerreira: imagens e narrativas de mulheres periféricas na cidade de São Paulo*; e OLIVEIRA, Danielle R. de. (2019) *Encruzilhada das guerreiras da periferia sul de São Paulo: feminismo periférico e fronteiras políticas*; OLIVEIRA, A. K. T. (2022) *Gritos e silêncios: um mergulho no cotidiano e na intimidade de mulheres negras ativistas da periferia sul de São Paulo*.

⁸³ Vídeo disponível no endereço <https://www.youtube.com/watch?v=xLIeLwgfnRc> (acesso em 30 de abril de 2022).

eram fortalecidos na região, ficou explícito que tais *mundos* eram indissociáveis no que se refere à experiência cotidiana e à produção de vozes de *mulheres periféricas* no espaço público.

Reuniram-se no amplo salão da entidade cerca de 40 mulheres, em sua maioria negras e com idades diversas. Grande parte das presentes já se conheciam, seja por amizade, seja pelo ativismo – tipo de relações sempre conectadas⁸⁴. Desse modo, os momentos que antecederam o encontro foram marcados por muitos abraços, risadas e conversas sobre a vida. A presença de mulheres com mais de 50 anos mudava um pouco o cenário dos círculos⁸⁵ que eu estava acostumada a participar na zona sul, que contava principalmente com mulheres mais jovens, em torno dos 30 anos, poucas com mais de 40⁸⁶. Tais círculos tinham por objetivo proporcionar um ambiente no qual as participantes pudessem compartilhar experiências, especialmente aquelas relacionadas às violências e sofrimentos gerados pelos efeitos do racismo, por condições precárias de vida e pelas violências de gênero e do Estado, que se imbricavam na vida cotidiana. Por esta razão, relacionamentos afetivos, amizades e famílias sempre eram mencionados como lugares privilegiados da produção dessas dores compartilhadas neste tipo de atividade.

A prática desses círculos havia se difundido entre esses coletivos de mulheres desde meados de 2010, como tratei na introdução. A intenção das organizadoras ao realizá-los era de criar um lugar para elaboração coletiva de dores. Buscava-se não só uma *cura* individual, mas também a construção de um *nós* articulando gênero, raça, classe social e território (MOUTINHO, 2014; MOUTINHO, ALVES, CARMO, 2016; OLIVEIRA, 2019; OLIVEIRA, 2022). Naquele dia, as mulheres do coletivo *Fala Guerreira* tinham a intenção de proporcionar esta experiência com amigas, muitas das quais já conheciam a prática, mas principalmente com mães, irmãs e avós, que frequentemente eram mencionadas nos círculos que anteriormente já havia participado. Havia um

⁸⁴ Para aprofundamento sobre rede de mulheres constituídas a partir de laços de amizade e militância que articulam raça, classe, gênero e sexualidade ver: Oliveira (2022); Oliveira (2019).

⁸⁵ A partir de 2011 começou-se a difundir a metodologia de círculos como forma de diálogo sobretudo nos coletivos de mulheres na zona sul. Esta prática foi influenciada por projetos e cursos de formação oferecidos pela ONG CDHEP, (Centro de Direitos Humanos e Educação Popular) do Campo Limpo, que tinha como principal influência metodologia a Justiça Restaurativa. Esta, por sua vez, tem por fim se constituir como alternativa à punição frente a conflitos e, por esta razão, busca construir espaços de partilha sobre efeitos da violência onde afetos e emoções assumem um lugar de relevância para pensar nas restaurações subjetivas, interpessoais e do tecido social. Para uma discussão mais aprofundada sobre como tal metodologia foi sendo apropriada por coletivos de feministas periféricas ver: Moutinho, Alves, Carmo (2016); Oliveira (2019); Oliveira (2022).

⁸⁶ Os círculos eram realizados principalmente entre as ativistas destes coletivos de mulheres. Com o tempo, essa metodologia começou a ser empregada em reuniões com mulheres que eram familiares de jovens em medida socioeducativa, presos ou assassinados. Assim como o que abre o capítulo 1, onde conheci Aurora, nos quais também participavam mulheres com mais de 50 anos.

desejo profundo em reconhecer e valorizar as trajetórias de mulheres de suas famílias, bem como *curar* e restabelecer laços deteriorados ou rompidos a partir do *envenenamento* das relações ao longo do tempo. O desejo dessa *cura*, em si, já era o indício de que havia feridas, demonstrando como as relações familiares abrigavam violências que eram reproduzidas, conforme a elaboração daquelas feministas periféricas, em termos de gênero, raça, sexualidade e também território.

Além disso, o foco na relação com a mãe revelava o papel central – afetivo, moral e econômico – que elas assumiam nas famílias. Centralidade essa gerada pela responsabilização do trabalho do cuidado, que recai quase que exclusivamente para as mulheres, sobretudo para as mães. No contexto das margens, tal responsabilidade torna-se ainda mais pesada devido: à ausência ou violência paterna; à precariedade econômica; à insuficiência do Estado em políticas de cuidado; às prisões ou mortes na família; e ao risco de *envolvimento* com o crime. Assim, as atividades realizadas naquele sábado, bem como as falas vocalizadas pelas participantes, explicitaram dimensões muito importantes não apenas sobre como se dava a produção de famílias nos territórios periféricos da cidade, como também demonstravam os caminhos e elementos a partir dos quais estava se constituindo o *feminismo periférico*.

Passamos o dia participando de atividades que focavam na partilha de histórias de vida e de cuidado mútuo: danças, massagens, escalda-pés com ervas, dentre outras experiências envolvendo cuidado e uma atenção ao corpo. A ideia era criar um espaço dissociado do cotidiano que, por sua vez, era visto como o lugar do tempo insuficiente e de sobrecargas emocionais e financeiras: *correr atrás de dinheiro*, cuidar de outras pessoas, participar de espaços de ativismo, dentre outras atividades consideradas exaustivas para mulheres. Partia-se de um consenso de que elas *trabalhavam demais* e não tinham *tempo para si* (FERNANDES, 2018), estavam então cansadas e precisavam de um outro ambiente com um ritmo mais tranquilo, em que as urgências da vida e dos outros, pudessem esperar. Era preciso criar um tempo para o auto-cuidado em que as mulheres pudessem cuidar umas das outras e de si mesmas (MOUTINHO, ALVES e CARMO, 2016).

Em texto sobre novas subjetividades e ativismos articulados aos marcadores sociais da diferença nos contextos das periferias de São Paulo dos anos de 2010, escrito por Laura Moutinho, Valéria Alves e por mim a partir de etnografias específicas realizadas por cada autora, Moutinho nota que o ativismo feminista, sobretudo protagonizado por mulheres negras, estava se constituído a partir de uma profunda reflexividade que articulava os efeitos subjetivos de opressões com a

produção de possíveis *curas*. Neste processo, afetividade e sofrimento assumiriam um papel central:

Parece-me, deste modo, que vem sendo gestado um tipo de militância na periferia que se difere de modo significativo de outros processos que já pesquisei e vivi, com ênfase na sororidade, sem dúvida, mas igualmente na reconstrução de si. Nos termos de Veena Das (2007) esta talvez seja uma forma de se conter aquilo que a autora chamou de “conhecimento venenoso”, ressignificando e renomeando a violência e a exclusão cotidianas e suas zonas de silêncio e cristalização da dor, através de uma fala e do corpo continuamente reescritos no mapa de relações sociais. (MOUTINHO, ALVES, CARMO; 2016)

O encontro naquele sábado tinha por fim produzir este ambiente de pausa e de valorização da escuta mútua, sobretudo entre aquelas que partilhavam esse cotidiano conturbado e conflituoso. Desse modo, a relação entre mães e filhas foi a que, naquele encontro, ganhou maior destaque, demonstrando não apenas a conflituosidade dessa relação no cotidiano, como também o interesse destas feministas em se constituírem a partir de uma perspectiva geracional. Argumento que a intenção dessas feministas era produzir uma especificidade das *mulheres periféricas* que estaria relacionada à própria constituição desses territórios em termos raciais e generificados.

Neste processo de produção de identidade de um feminismo periférico, tais ativistas pensavam-se a si mesmas a partir das experiências de suas mães e avós com as quais partilhavam não apenas a condição de gênero, como também a experiência da racialização e a condição de subalternidade de classe social. Como descrito na revista de mesmo nome, produzida pelo coletivo: “a construção de nosso feminismo se dá reconhecendo a trajetória de nossas mães, tias, avós, irmãs e nossa própria realidade” (FALA GUERREIRA, 2016). A intenção do encontro era a de partilhar a construção deste feminismo com aquelas *que vieram antes*.

Como anunciado no convite, a reunião também serviria para captação de imagens que comporia o documentário do coletivo. Na versão já editada deste vídeo, foi possível notar o esforço em reconhecer que, mesmo que as mulheres mais velhas não soubessem exatamente o que era feminismo, seus agenciamentos, resistências e lutas ao longo das trajetórias eram inegavelmente ações feministas, pois essas mulheres lutavam constantemente em busca de autonomia e melhores condições de vida para si e para suas famílias. Tal reconhecimento era também uma forma de encontrar uma *cura* para relações machucadas pelos efeitos das sobrecargas financeiras e emocionais que se impunham não somente sobre as mulheres mais velhas responsáveis pelo cuidado de suas famílias, como também sobre suas filhas em um contexto de precariedade e violências. Danielle Regina de Oliveira (2019), uma das integrantes da *Fala Guerreira*, em sua

dissertação de mestrado argumenta que a produção acadêmica sobre movimentos sociais tem negligenciado a atuação de mulheres moradoras das periferias, bem como a bibliografia feminista. O feminismo brasileiro, afirma a autora, por dar ênfase a uma *consciência feminista* e à elaboração intelectual, desconsiderou a prática cotidiana de mulheres periféricas enquadrando suas atuações políticas como movimentos de mulheres e não feministas, ambos em posições hierarquicamente desiguais (OLIVEIRA, 2019).

A definição de quem era feminista no Brasil, nos anos 70 e 80, e ainda hoje conforme pudemos observar, se vale mais em priorizar a prática discursiva em se reconhecer “feminista” do que ações ou atitudes que enfrentam assimetrias de gênero. Esses enfrentamentos acontecem muitas vezes na vida cotidiana das mulheres, resistências subterrâneas, difíceis de mapear, mas que existem, mesmo longe das narrativas mais procuradas para afirmação de teorias. São fragmentos diários que em conjunto representam movimentações nas relações sociais. (OLIVEIRA, 2019, p. 226)

Durante todo o encontro naquele sábado, foram realizados momentos nos quais as mulheres mais jovens falaram sobre o reconhecimento dos esforços de suas mães, sobre como o tempo foi um agente importante para compreenderem o comportamento e a relação que estabeleciam com elas. Ressaltavam também como o feminismo periférico, justamente por focar nas especificidades das experiências femininas desses territórios, as ajudou a valorizar as trajetórias das mulheres mais velhas de suas famílias. Já as mulheres mais velhas falaram sobre o aprendizado, não sem tensões, que adquiriram com as mais jovens a partir dos quais ajudaram-nas a *se libertar*. Os aprendizados aos quais se referiam, estavam relacionados às pautas e comportamentos oriundos de outros registros morais e também de mundos acessados pelas filhas: universidades, ativismos, redes sociais, etc. As filhas ou mulheres mais jovens, comportavam-se, assim, reproduzindo um vocabulário modulado pelo feminismo, anti-racismo, igualdade sexual e luta contra o genocídio.

Aurora, uma das personagens principais da primeira parte desta tese, estava presente neste encontro. Ela foi convidada como amiga, por ser considerada pelas jovens do *Fala Guerreira*, como uma mulher importante nessa articulação. Aurora, aos poucos, tem incorporado o vocabulário dessas lutas. Porém, mais que o vocabulário ou uma constituição de si a partir do ativismo, busco ressaltar como ela, assim como outras mulheres com quem conversei, tem se apoiado em relações femininas e feministas, para se reconstruir a si mesmas e a seus mundos.

Dessa maneira, apesar de utilizar uma cena de um evento do *feminismo periférico*, minha intenção neste capítulo não é discutir sobre ele. Valho-me deste episódio não pelo que ele mostra,

mas sim pelo que ele sugere. Buscando ressignificar e/ou curar relações a partir de um momento que se desloca do cotidiano, as integrantes do Fala Guerreira estão partindo do pressuposto de que a vida ordinária de mulheres – suas familiares e amigas também moradoras das periferias – é repleta de sobrecargas e de conflitos. Tais pesos e tensões afetam e envolvem mulheres, sobretudo aquelas que compartilham a intimidade da casa e da família, pois é sobre elas que recaem a tarefa do cuidado. No encontro daquele sábado, o intercâmbio de experiências entre mulheres de duas gerações, que ora as aproximava, ora as afastava, trouxe elementos relevantes para pensar no contínuo processo de produção de família, constituído em termos de gênero que, em territórios periféricos e racializados, assume contornos específicos.

Família era uma palavra muito presente e que assumia múltiplos sentidos em meu campo. Eram as *familiares* de pessoas presas ou de jovens assassinados as principais *vítimas do Estado* e, assim, as protagonistas mais importantes das *luta*. É a família também o principal alvo das políticas de assistência social, sobretudo aquelas chefiadas por mulheres pobres e negras, pois estão situadas no limiar entre vulnerabilidade e perigo. Tais famílias figuram como vulneráveis e inaptas em garantir a *inserção social* de seus membros, sendo estigmatizadas e criminalizadas. Tal vulnerabilidade pode facilmente se deslocar ou estar misturada a uma ideia de *fábricas de marginais* ou *família de bandidos*, estigmas estes dos quais tais famílias tentam se defender, como discutido nos capítulos anteriores. Por fim, *família* é também empregada para designar relações de afinidade construídas por amizades e ativismos nas periferias.

A partir de minha inserção em uma ampla rede tecida por relações entre mulheres – profissionais das políticas sociais, ativistas, familiares de pessoas presas ou assassinadas ou ainda moradoras não necessariamente engajadas nas lutas daquele contexto – fui me aproximando de diversas famílias, muitas delas afetadas pela violência do Estado ou pelo mundo do crime, como descrevo ao longo da tese. Outras não experimentaram diretamente a repressão por parte do Estado ou as consequências do envolvimento de filhos, netos, sobrinhos ou maridos com atividades criminosas, mas a possibilidade de que tais situações ocorressem sempre assombrava e modificava o cotidiano das mulheres com quem conversei. Buscavam constantemente encontrar estratégias para que os membros de suas famílias não se colocassem em risco, sobretudo homens jovens. Mesmo quando existiam homens responsáveis pelas famílias – pais, avós ou tios – o engajamento para a manutenção das mesmas – seja em termos econômicos, seja com relação ao cuidado – era realizado por mulheres: mães, avós, tias, irmãs, filhas, vizinhas, amigas.

Neste capítulo trago a ação das mulheres neste cotidiano pesado e conturbado. Argumento que apesar de sobrecarregadas e esgotadas, é na vida diária que elas produzem não apenas suas famílias, como também lutas e o próprio território, em um processo no qual elas mesmas são constituídas. Trago aqui a narrativa de três mulheres sobre suas trajetórias dando ênfase às transformações ocorridas ao longo do tempo. Ao ouvir suas narrativas, percebe-se que, apesar dos agenciamentos singulares, há uma história sendo contada pelas mulheres moradoras das periferias sobre elas mesmas que articula gênero, raça, classe, território e geração, como demonstro nas próximas páginas.

Vanusa, Verônica e Helena, são moradoras da zona sul. Vanusa mora com o filho no Campo Limpo e Helena e Verônica são mãe e filha moradoras do Capão Redondo. Suas narrativas demarcam como geração, assim como raça e classe, são fundamentais para compreender a condição das mulheres nessas margens. Vanusa e Verônica, assim como todas as mulheres com mais de 50 anos com quem conversei ao longo da tese, são migrantes de estados do nordeste do país ou de Minas Gerais. Assim, enfrentaram um contexto social, político e econômico bastante distinto daquele que suas filhas, já nascidas na capital, encontraram. Ambas as gerações são de mulheres trabalhadoras. As primeiras, majoritariamente com baixa ou sem nenhuma escolaridade, tiveram como possibilidade apenas trabalhos precários e informais, principalmente o emprego doméstico, enquanto as mais jovens tiveram maiores possibilidades de construir outros percursos ascencionais. Algumas até alcançaram o Ensino Superior, tendo acesso a trabalhos mais qualificados, embora também enfrentassem o desemprego, instabilidade econômica, baixos salários, discriminações raciais e de gênero.

Se na primeira parte da tese busquei demonstrar como as mulheres eram afetadas de forma específica pelas *guerras* em torno da produção e gestão das periferias da cidade de São Paulo, bem como destaquei seus agenciamentos no cotidiano e lutas, neste capítulo busco demonstrar o árduo e incessante processo de produção de si, de família, de luta e de território protagonizado por mulheres.

3.1 “Se eu pudesse voltar lá atrás, eu não teria casado”

“Quando eu vim pra cá, eu era criança. Vim com meus pais. Meu pai, quando eu era muito jovem, menina ainda, já me colocou pra trabalhar em casa de família. Eu trabalhei muito em casa de família. Inclusive hoje eu sou até enferma por causa disso, por causa de trabalhar muito nova. Quando eu comecei a trabalhar eu tinha oito anos de idade. Meus pais, principalmente meu pai, na época dele, filha era pra trabalhar, pra ajudar e casar. Largasse do marido já era vagabunda, né? Meu pai nunca foi aquele tipo de homem carinhoso, principalmente pra filha mulher. Inclusive que nem estudo eu tenho até hoje. Eu questiono isso, porque foi o maior erro... Porque não é justo filha mulher não estudar! Onde já se viu? Ignorância, né? Mas tudo bem, fazer o quê? Já passou. Mas eu vim pra cá. Quando eu me dei por gente, eu já estava trabalhando em casa de família. Trabalhei até quinze anos. Com quinze anos eu casei. Foi meu primeiro casamento, casei muito jovem. Como eu era do interior, não sabia nem o que que era casamento. Aí casei com um homem muito mais velho do que eu. Na época eu tinha quinze anos e ele tinha trinta e dois anos. Dona Catarina, dona da casa que trabalhei, foi até madrinha do meu casamento... Trabalhei lá desde criança, até quinze anos! Foi o esposo dela que me levou ao altar pra casar. E tive dois filhos do meu primeiro casamento. Meu primeiro marido nunca me bateu, mas ele me maltratava com palavras, sabe? Quando eu era mais nova eu gostava muito de cantar! Lembra da época da Jovem Guarda? E não tem a Vanderleia? Aí meu marido me chamava de “Vandeca dos pobres” para me humilhar. Como eu era muito jovem, hoje eu vejo que eu via ele mais como pai do que como marido. Então, eu acho que foi mais pra fugir de casa de família que eu casei. A gente, na época, a gente não tinha orientação de nada, não sabia o que que era casamento. Pensava que casamento era mar de rosa, né? É o que eu pensava. Mas não é nada disso.

Então o casamento não deu certo. Eu fugi de casa por maus tratos. Vivi cinco anos com meu primeiro marido, depois eu não aguentei e fugi de casa. Eu deixei as crianças com a sogra porque eu não tinha condições de ficar com as crianças, com os meninos. Mas eu ia todo final de semana, eu ia visitá-los. Hoje tão tudo homem, né? Casado também. Aí eu fui trabalhar de novo em casa de família, porque eu não tinha pra onde ir. Porque meu pai e minha mãe me abandonaram. Aí eu fui trabalhar em outras casas. Até fugi do meu pai porque ele queria me matar! Filha mulher, largou do marido é vagabunda! O meu pai, depois que eu separei do marido eu nunca mais vi. Nem pai, nem mãe... Eu sei que eu tenho irmão, mas aonde é que anda, eu não sei! Então, na época que eu separei do meu primeiro marido, eu trabalhei na casa de um policial. E esse policial, ele e a esposa dele. Aí eu cheguei e expliquei e falei: “Olha, eu sou separada do marido. Eu sou nova, mas eu sou separada do marido. E se o marido descobrir que eu tô trabalhando aqui, ele vem fazer um escândalo”. Aí meu patrão assumiu a responsabilidade. Falou: “Olha, de hoje em diante, se ele passar procurando seu nome aqui, ele não vai achar!”.

Depois, foi numa viagem indo visitar meus filhos, meus primeiros filhos, que eu conheci meu segundo marido. Que hoje ele é falecido, que é o pai do Felipe e do Alan. Eu vivi com ele vinte e um ano, tive mais esses dois filhos. Nossa primeira casa foi na zona leste com ele, né? Depois a gente veio pra cá. Aqui era pacato. Hoje tá mais evoluído, né? Não tinha ônibus, não tinha perua...Tinha muita violência. Não era tanto que nem hoje, mas tinha. Tinha

violência que eu tinha até medo pelos menino, né? Na época eles falavam muito naqueles pé de pato⁸⁷. Justiceiro na época. Por aqui tinha muito, acho que ainda tem escondido por aí. Deve ter. Graças a Deus nunca nenhum deles partiu por caminhos ruins. Com a graça de Deus nunca tive esse tipo de problema. Nem esses dois e nem os dois de lá.

Aí também chegou um certo ponto que não deu certo esse segundo casamento. Aí eu pedi a separação, ele aceitou. Porque ele também nunca me tratou como tal. Eu não tive sorte no casamento. Aí me separei dele e continuei trabalhando. Como eu vi que os meninos já estavam grande, aí eu pedi a separação dele. Pra falar a verdade, lembranças boas eu não tenho. Nem do meu primeiro casamento e nem do segundo. Não tenho! Se eu for falar, eu tô mentindo. As únicas lembrança boas que eu tenho é o nascimento dos filhos.

Depois que eu separei do marido, que eu fiquei com os meninos, não vou dizer que minha vida foi um mar de rosa, porque mar de rosa não tem, mas depois que passei a viver com os filhos, a minha vida mudou. Porque aí não tenho mais aquele, como é que se diz? Aquele sofrimento que eu tinha com o marido. Porque os filhos é uma coisa, o marido é outra.

O homem, eles acham que eles sendo homem eles podem tudo! Eu tiro pela minha infância, porque o homem, ele acha que ele sendo homem e ele sendo estudado, ele acha que ele pode tudo e não é por aí. Inclusive nos meus dois casamentos, né? Meus dois casamentos foi mais desfeitos por causa disso. Meus dois maridos. Porque nós que somos mulheres, até hoje ainda tem que o homem quer ser melhor que a mulher. Porque ele tem estudo, porque ele tem um carro, porque ele tem isso, tem aquilo... Porque ele se acha melhor. Às vezes eu vejo essas meninas, eu falo pra elas: “Estuda, seja alguém na vida pra mais tarde vocês vier casar, não sofrer na mão de homem!”. Eu falo pras meninas! Eu não tenho filha mulher! Tenho quatro filho homem! Mas eu vejo essas meninas, quando elas vem conversar comigo, eu falo com elas. Se eu pudesse voltar atrás na minha vida, ter o juízo e a cabeça que eu tenho hoje, não teria casado! Se eu pudesse voltar lá atrás, eu não teria casado. Nem de um lado, nem do outro. Estaria solteira.”

Vanusa é uma mulher branca que na época em que conversamos tinha 65 anos. Rosto amável com um ar um pouco triste. Lembrava minha mãe, talvez por isso seja a primeira mulher que eu trago neste capítulo. Conversei com Vanusa em novembro de 2017, momento em que as crises políticas e econômicas tinham se instalado no país e se intensificavam progressivamente. Os efeitos delas começavam a ser sentidos no cotidiano, como o aumento dos preços e a experiência do desemprego, principalmente por parte de pessoas moradoras das periferias, como Vanusa e seu filho de 35 anos, Felipe, com quem morava e dividia as despesas da casa. Vanusa é aposentada e, como disse, trabalhou como empregada doméstica durante a vida toda. Felipe, também branco, tinha um emprego de auxiliar de informática na faculdade privada da região onde cursava

⁸⁷ Pessoas que eram identificadas como matadores de aluguel na região. Certos bairros do distrito do Campo Limpo são conhecidas até hoje pela presença de pés-de-mato, também associados à figura da milícia.

Tecnologia da Informação. A renda da mãe e do filho, somadas, era de R\$3.000,00, menor do que a renda média familiar mensal do distrito de Campo Limpo, onde moravam, que era de R\$3.700,00⁸⁸.

Vanusa e Felipe residiam em um apartamento de quatro cômodos no conjunto habitacional da CDHU⁸⁹ no Jardim Olinda. Os prédios foram fruto de uma política estadual de meados dos anos 2000, conquistada através da mobilização de moradoras e moradores de uma favela que anteriormente ocupava aquela área. Vanusa falou sobre o processo com bastante orgulho. Ela era moradora da favela e participou ativamente de todas as reuniões realizadas pela mobilização. Lutas populares por moradia e políticas habitacionais foram particularmente intensas ao longo das décadas de 1980, 1990 e ainda nos anos 2000. Tal experiência foi fundamental na vida da família de Vanusa, assim como na de outras mulheres com quem conversei, por representar a realização de um sonho, a *casa própria*, e da conquista de um mínimo de segurança para sua família. A casa oferecia as bases para se pensar em possibilidades de futuro. Além de que o bairro propiciava, assim como o próprio processo de mobilização em torno da política habitacional, fecundas possibilidades para tecer relações de amizade, vizinhança e ativismo. *Um aprendizado político*, como me disse outra entrevistada, Verônica, que aparecerá ainda neste capítulo.

Vanusa era evangélica e frequentava uma pequena igreja pentecostal em seu bairro. Lá estava envolvida com as ações de *assistência social* desenvolvidas pela e na comunidade religiosa. Ela me disse que frequentemente arrecadam doações de alimentos e roupas para distribuir entre as famílias da congregação que se encontrassem em situações mais difíceis. Assim, afirma, sua circulação era mais restrita ao bairro a partir de atividades com a igreja, visitas à casa do outro filho casado e a casas das amigas no condomínio, principalmente de Lourdes, que mora no mesmo andar e com quem pude também conversar.

Durante toda nossa conversa, Vanusa falou diversas vezes sobre a vontade que sente de voltar a trabalhar, mesmo com uma doença crônica em uma das pernas, sobre a qual não quis comentar, além de diabetes e pressão alta. A frustração com sua condição atual ficou evidente durante a entrevista, principalmente no que se refere a sua falta de autonomia financeira e à aparentemente difícil relação com os filhos. Saí da casa de Vanusa muito sensibilizada com sua

⁸⁸ Dado de 2020 extraído do Mapa da Desigualdade produzido todos os anos pela Rede Nossa São Paulo <https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2020/10/Mapa-da-Desigualdade-2020-TABELAS-1.pdf> (acesso em 30 de abril de 2022)

⁸⁹ CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano) do Estado de São Paulo vinculada a Secretaria de Habitação tem por objetivo executar programas habitacionais para população de baixa renda do Estado de São Paulo.

trajetória marcada por tantos esforços na busca por autonomia e narrada em um presente repleto de frustrações com poucas esperanças de futuro. Considero sua história importante porque ela traz algumas experiências muito comuns nos percursos de diversas mulheres de uma geração específica de moradoras das periferias. Isto é, mulheres que chegaram ainda crianças na capital paulista com suas famílias e aqui construíram suas vidas, enfrentando, hoje, os dilemas de seu tempo nestes territórios. Algumas dessas experiências, tratadas ao longo da tese, são: relações hierarquizadas e marcadas por pouco afeto em suas famílias de origem; a especificidade de sua condição de filha nessa família trabalhadora e migrante; casamentos como forma de *fugir* das famílias de origem e uma esperança em construir suas próprias famílias a partir de outras bases, sobretudo afeto; frustrações com maridos violentos e separações; esforços para reconstruir suas famílias sem os maridos; trabalho como empregada doméstica como forma de alcançar autonomia financeira; frustração por não ter conseguido estudar; racismo de múltiplas formas; ter que lidar com um novo tipo de violência envolvendo crime e forças do Estado.

Além disso, considero também relevante pensar na forma como Vanusa contou sobre sua trajetória. Argumento que ela organizou sua narrativa sobrepondo quatro temporalidades. A primeira é de um passado que ela lembra com pesar, retomando eventos que viveu a partir de muita subordinação e pouca possibilidade de agenciamento, principalmente por ser ainda criança ou dependente da família de origem e do primeiro marido. A segunda, o momento no qual ela *foge* desse primeiro marido conquistando assim sua autonomia, mesmo que voltando a trabalhar em casa de família e se casando novamente. A terceira, que é o momento atual no qual ela embora tenha conquistado o sonho da casa própria, a falta de trabalho e a relação *envenenada* com os filhos do primeiro casamento são fatores que causam frustração, que fazem com que os efeitos do passado sejam sentidos de forma dolorosa no presente. Por fim, a quarta temporalidade que é o futuro que, contaminado pelo presente, é visto sem expectativas para si mesma, o que lhe resta como esperança é projetado nas mulheres mais jovens, mesmo que essas não sejam de sua família.

Neste sentido, argumento que para Vanusa, assim como para outras mulheres que narraram suas vidas no decorrer de meu trabalho de campo, memória foi elemento constitutivo da produção de si como sujeito. Dando ênfase às rupturas, às transformações, aos mundos arruinados e reconstruídos, elas vão falando não apenas sobre quem são hoje, mas também sobre quem não são mais: *eu era boba; aquele tempo a gente não sabia de nada; eu era cega e apaixonada*. Memórias

estas que são também mobilizadas para a produção do *feminismo periférico*, sendo também (re)construídas por ele.

Mas se memória, para as ativistas do coletivo *Fala Guerreira*, era mobilizada e também produzida tendo em vista delimitar um *nós*, isto é, construir uma identidade de *mulheres periféricas*, na narrativa de Vanusa, assim como na de outras mulheres que falaram sobre suas trajetórias de vida, a memória era acionada para se referir a um complexo processo de produção de si a partir de rupturas e transformações em suas vidas. Michael Lambek e Paul Antze (1996) na introdução ao livro *Tense past: cultural essays in trauma and memory*, fazendo referência à Pierre Nora⁹⁰, trazem a ideia de memória-distância, isto é, a memória não como uma continuidade retrospectiva, mas como a iluminação da descontinuidade. Neste sentido, não se trata de narrar uma gênese, mas sim buscar “a decifração do que somos à luz do que não somos mais” (NORA, 1989, p. 16 apud LAMBEK; ANTZE, 1996, p. 34). Assim, ao falar de como eram *bobas, ingênuas, apaixonadas*, elas estão afirmando que não são mais nada disso.

Considero que a narrativa que Vanusa produziu de si, sobre a qual me deterei nas duas próximas seções, sobrepõe eventos significativos para sua constituição como sujeito, que marcam também experiências de mulheres pobres e periféricas de um mesmo período. Essas memórias são elaboradas e mobilizadas por uma mulher que se vê diferente do que era, que carrega as marcas das opressões vividas, mas também dos esforços em um processo constante de (re)criação. Vanusa modela sua memória a partir do contexto que vive hoje, marcado por um presente que embora ofereça um contexto moral mais favorável para mulheres como um todo, para ela, com uma condição de classe e geracional particular, o futuro é mais difícil de ser imaginado. Sua esperança, repito, é projetada nas mulheres mais jovens.

3.2 “Filha era pra trabalhar, pra ajudar e casar. Largasse do marido já era vagabunda”

Detenho-me aqui na narrativa de Vanusa sobre a primeira fase de sua vida. Ela, assim como todas as mulheres com mais de 50 anos com quem conversei, não nasceu na cidade de São Paulo. A maioria chegou ainda criança junto a suas famílias de origem rural. Ela nasceu em Minas Gerais. O deslocamento não causou grande impacto na vida de Vanusa, já que mal se lembrava de sua

⁹⁰ Nora, Pierre. “Between Memory and History: Les Lieux de Mémoire.” *Representations*. 26: 7–25. 1989

cidade natal. Foram as condições de vida nada fáceis enfrentadas por sua família, assim como por outras milhares, que chegavam à capital durante as décadas de 1960, 1970 e 1980 que deixaram suas marcas em seu corpo e em sua subjetividade, se tal separação for possível. Classe, raça, gênero e território modelariam o contexto no qual sua família, e ela própria, construía seu mundo. Vanusa narra sua história sobre este período específico de seu passado a partir de seu lugar que ela, como filha, ocupava, ou seja, uma condição em que ela se sentia sujeitada à família, forjando algumas tentativas de agenciamento.

Muita tinta já foi gasta na análise dos processos de urbanização e industrialização do país por meio dos quais São Paulo se constituiu como pólo dinamizador das atividades econômicas de hoje. Se na primeira metade do século XX a cidade era conhecida como aberta aos imigrantes, diga-se, brancos e europeus – sobretudo italianos –, como capital do café e berço da indústria, já a partir dos anos de 1970, passou a ser vista como a metrópole de crescimento desgovernado e da concentração desordenada de volumosos fluxos migratórios da pobreza (BAENINGER, 2011). Fluxos esses compostos por indesejáveis migrantes rurais, principalmente da região nordeste, que na metrópole passaram a ser racializados e vistos como ameaça. Segundo Marina Chaves de Macedo Rego (2018), enquanto São Paulo ascendia sob o mote de locomotiva do país, cujas elites se orgulhavam de sua brancura, o norte passava a ser considerado um passado a ser esquecido, que carregava os estigmas da pobreza, negritude, indianidade e ruralidade. Chegando à cidade, além das duras condições de vida, as e os migrantes eram rotulados com este estigma do atraso. Rótulo esse que perdura no tempo atravessando relações e marcando os locais de moradia dessas pessoas, ou seja, as periferias⁹¹.

A dinâmica de crescimento urbano fez com que essas populações ficassem cada vez mais isoladas em regiões distantes dos centros urbanos e totalmente desassistidas em termos de infraestrutura urbana, como já tratado na introdução. Falas tais como, *aqui não tinha nada, era só barro* ou *para pegar ônibus a gente tinha que andar vinte minutos*, dentre outras, são comuns para se referir aos anos de 1970 e 1980. Dá-se início, assim, ao crescimento periférico da metrópole. Por isso, observa Baeninger, mesmo depois da estagnação do crescimento da cidade de São Paulo,

⁹¹ A concentração industrial na região metropolitana de São Paulo até os anos de 1970 correspondia a 43,6% do valor da produção industrial brasileira e metade da população do Estado de São Paulo se encontrava na região metropolitana

suas periferias – as cidades da região metropolitana e as bordas da capital – continuaram crescendo, justamente porque foram nessas áreas em que se instalaram os migrantes⁹².

Trabalhadoras e trabalhadores migrantes não foram apenas lançados para as margens territoriais da cidade, o foram também para as fronteiras do trabalho formal. Uma pequena porcentagem foi absorvida pela indústria emergente, pois a grande maioria só encontrava lugar em setores da economia cuja classificação era de *outras ocupações, mal definidas ou não declaradas* (BAENINGER, 2011). Limpeza, construção civil, serviços domésticos, eram as alternativas ao desemprego. No caso das mulheres com quem conversei, poucas ingressaram no mercado formal com carteira assinada. A maioria trabalhou como empregada doméstica e a fonte principal de renda familiar, no início, era masculina. Poucos dos maridos trabalharam na indústria e até aqueles que trabalharam, acabaram sofrendo com a crise do emprego formal, sendo lançados para a informalidade. Outros, assim como muitas mulheres, nunca conseguiram alcançar nenhuma estabilidade profissional.

Essa diferença de acesso ao trabalho entre homens e mulheres – tanto no caso de Vanusa, como de outras mulheres, sobre as quais tratarei mais adiante – fazia com que ter um salário mensal, estável e suficiente para a família fosse uma forma de controle do homem sobre a esposa e filhos, além de favorecer também a manutenção de relações violentas devido à dependência econômica das mulheres. Nancy Fraser (2019) chama a atenção para o *androcentristo* que caracterizava este período em que o capitalismo era organizado pelo Estado. Tratava-se do momento pós-guerra em que os Estados se engajavam na condução das economias nacionais, o que em países do *primeiro mundo* ficou conhecido como *Estado de bem-estar social*, ao passo que em países subdesenvolvidos se tratava da chamada *era desenvolvimentista* (FRASER, 2019), vivida por aqui após 1930. Afirma Fraser que *androcentrismo* é o ideal social ligado a esse período em que a noção de cidadão estava ligada ao homem trabalhador, chefe de família e, via de regra, branco. Desse modo, o capitalismo organizado pelo Estado era étnico-racial e articulado à lógica de gênero. Era o homem que deveria garantir o sustento da família, sendo os ganhos da mulher meramente suplementares. Como afirma a autora:

⁹² O crescimento da cidade diminui no final da década de 1980, início de 1990, mas a periferia continuou crescendo 2,8% ao ano de 1991 a 2000 (BAENINGER, 2011).

(...) o salário familiar serviu para definir normas de gênero e para disciplinar aqueles que as infringiam, reforçando a autoridade dos homens em assuntos domésticos e canalizando aspirações ao consumo doméstico privatizado. (FRASER, 2019, p.30)

Contudo, no caso de famílias pobres dos grandes centros urbanos brasileiros, embora o ideal do provedor masculino fosse almejado, na realidade a força de trabalho não apenas de mulheres como também de crianças, era fundamental para a manutenção das famílias. Ainda assim, de fato, tal trabalho era reconhecido como suplementar e provisório, pois conforme, a renda masculina principal fosse estabelecida, as mulheres deixariam seus postos de trabalho para assumir as tarefas do cuidado invisíveis e naturalizadas, tanto as esposas, como também as filhas.

Na família de Vanusa, ao chegaram à cidade, todos tiveram que trabalhar. Ela, aos 8 anos de idade foi morar em *casa de família*, trabalhando como empregada doméstica. Ocupação essa delegada a muitas meninas de famílias migrantes na cidade. Se a renda não fosse suficiente para ajudar a família, ao menos seria uma pessoa a menos para gerar despesas.

Alexandre Barbosa Fraga (2010), em seu trabalho sobre trabalhadoras domésticas, afirma que enviar meninas, ainda crianças, para casas de parentes mais abastados ou para outros empregadores para *ajudar* nos serviços domésticos em troca de comida, roupas, ou pequenos pagamentos era uma prática comum entre famílias mais numerosas e empobrecidas, sobretudo aquelas que viviam em cidades do interior e migravam para as capitais. Através de entrevistas com mais de 15 mulheres, Fraga demonstra a recorrência dessa experiência entre mulheres que em 2010 tinham 30 a 40, ou seja, que hoje teriam a mesma idade de minhas interlocutoras, de 40 a 50 anos. Fraga situa tal experiência em um ciclo de vida no qual observa 3 marcos: as ajudas que meninas realizam nas casas de sua própria família de origem; morar, trabalhar e ser criada na casa de terceiros ainda criança; e seguir na vida adulta na ocupação como empregada doméstica.

Fraga argumenta que o emprego doméstico seria não apenas uma das poucas possibilidades de inserção no mercado de trabalho por parte de meninas, sobretudo negras, de famílias pobres, mas também se constituiria uma experiência limitadora da ampliação de possibilidades de futuro. O autor ressalta ainda como tal ciclo produz efeitos permanentes e limitadores na vida dessas mulheres, que impactam seus processos de socialização para o mercado de trabalho, pois, afirma, nas casas de família onde essas crianças e jovens trabalhavam, poucos esforços eram feitos para que as meninas pudessem estudar. Pelo contrário, empecilhos eram criados. Fraga também se refere às explorações e violências a que garotas estavam submetidas. Elas não apenas ficavam afastadas

da família de origem, como estavam vulneráveis às punições das famílias que as recebiam. Nos relatos das mulheres com quem o autor conversou, assim como nos daquelas com quem eu mesma conversei, era comum que crianças de 6 anos trabalhassem no cuidado da casa e de bebês de outras famílias.

Vanusa começou a trabalhar aos 8 anos de idade. Diz ter ficado *enferma* por isso. Ela responsabiliza o pai por ter sido obrigada a trabalhar tão cedo e também por não ter estudado. Desde então, o emprego doméstico a acompanhou por toda a sua vida. Ela comentou sobre diversas situações em que se sentiu explorada e humilhada. Contudo, em sua narrativa, é apenas nessa fase da infância que ela experimenta o trabalho a partir de uma condição de completo assujeitamento, no qual ela não conseguia ser dona de suas próprias decisões. Quando Vanusa fala que é enferma até hoje, se refere às feridas que ficaram desse período, não apenas físicas, mas também as marcas emocionais da humilhação, do abandono, da exploração, dos castigos e da falta de oportunidades. Voltando aos argumentos de Fraga (2008), o autor fala da *desestruturação psicológica e internalização de relações de subalternidade* provocadas pela experiência do emprego doméstico na infância, dimensões subjetivas e emocionais que devem ser consideradas ao se analisar este tipo de experiência de intensa subordinação por um período prolongado de tempo.

Por mais que Vanusa seja uma mulher branca, pobreza e territorialidade fizeram com que ela experimentasse processos de racialização não relacionados diretamente a cor, sobretudo através de seu emprego como empregada doméstica. Os filhos de Vanusa não se envolveram com o crime, nem foram presos ou assassinados. Embora o medo de que esse envolvimento se concretizasse fosse sempre uma ameaça que levava Vanusa, assim como muitas mulheres moradoras das periferias, a criar estratégias cotidianas de evitá-lo. Talvez porque os filhos conseguiram completar a educação básica e também porque eram reconhecidos socialmente como brancos, tiveram maiores possibilidades de inserção no mundo formal, não enfrentando situações de racismo em processos seletivos ou em suas trajetórias escolares, como tratado no capítulo anterior. Assim, Vanusa não vivenciou de forma mais contundente, como parte das mulheres dessa tese, a racialização e criminalização produzidas na interação com agentes do Estado. Contudo, por ser pobre e moradora das periferias, Vanusa experimentou o racismo baseado em classe que, segundo Achille Mbembe, deriva de como classes trabalhadoras, no mundo industrial, são comparadas aos *selvagens* do mundo colonial (MBEMBE, 2016). Ainda, de acordo com Laura Moutinho, classe é o modo como raça é vivida no Brasil (MOUTINHO, 2004).

Contudo, é importante ressaltar os agenciamentos e ressignificações que muitas mulheres, assim como Vanusa, elaboram frente ao sofrimento e à exploração causada pelo trabalho doméstico. Ao acompanhar mulheres moradoras das periferias da cidade de São Paulo, Shisleni de Oliveira-Macedo afirma:

Por mais que o trabalho doméstico tenha esse lugar subalternizado e seja um retrato das desigualdades, é a partir da renda conseguida através destes empregos que as mulheres conseguem abandonar casamentos violentos e juntar dinheiro para formar suas Jéssicas (com ou sem aspas). Foi através do trabalho doméstico remunerado que as mulheres conquistam alguma independência e criam importantes espaços de circulação. (OLIVEIRA-MACEDO, 2019, p. 83)

Essa ambiguidade do trabalho doméstico pode ser observada na narrativa da maioria das mulheres com quem conversei. Um lugar subalternizado que produz possibilidades de construção de vida e também uma perspectiva de conhecimento, de uma visão construída a partir de um lugar social específico no qual raça, classe e gênero estão articuladas (BAIROS, 1995; MOUTINHO, 2014).

Vanusa não se ressentia apenas da família com quem trabalhou. *Filha mulher era para trabalhar, ajudar e casar*, recordava. Na conversa com ela, diversas vezes a mágoa com a família de origem, principalmente com o pai, ficava evidente, revelando a uma moralidade que conformava as relações de gênero de uma época específica e os efeitos dessa moralidade sobre ela que ocupava um o lugar de filha.

Os valores das famílias camponesas também já foram foco de diversos estudos, principalmente no que se refere às mudanças ocorridas a *caminho para a cidade* (DURHAM, 1973; WOORTMAN, 1981), como também sua influência na conformação de uma moralidade de famílias trabalhadoras das periferias da cidade (WOORTMANN, 1981; DURHAM, 1973, 2004; SARTI, 2011; FELTRAN, 2011).

Eunice Durham argumenta que a família camponesa se constituía como unidade socioeconômica estruturada a partir dos eixos: etário e de gênero. Os filhos, logo que possível, tornavam-se força de trabalho para a manutenção da família e entregavam o dinheiro sempre para o pai ou para mãe. Durham afirma que as famílias que migravam para a cidade viam o acesso dos filhos à educação como um grande atrativo, uma possibilidade de melhoria de vida. Contudo, nem todas as famílias conseguiam desaboná-los do trabalho, tendo em vista as difíceis condições de manutenção da família na cidade. Quando se trata de filhas mulheres, essa preocupação era ainda

menor, já que filha deveria ou trabalhar para ajudar no sustento da família de origem – na perspectiva de salário complementar – ou se casar. Da ótica das mulheres, como muitas me disseram, o casamento era idealizado como uma forma de *fugir* do poder paterno (Durham, 2004), de conquistar maior autonomia para construírem seus projetos de vida, como no caso de Vanusa.

A narrativa de Vanusa demonstra como essa moralidade orientava a dinâmica das relações de sua família em um contexto marcado por precariedade econômica e pela existência da discriminação racial e regional. No caso das crianças, eram submetidas ao trabalho e não tinham acesso à educação. Para as mulheres, a possibilidade de escapar dessa condição era o casamento precoce que, como na experiência de Vanusa, foi com um homem bem mais velho.

Ao lembrar das tramas de controle e opressão que a enredava na infância e juventude, Vanusa se ressentia com sua família de origem, principalmente o pai, com a sua primeira *patroa* e com seu primeiro marido. Esse passado distante é narrado como um momento em que tinha pouca autonomia para tomar suas decisões. Sua condição definida principalmente pela idade e pelo gênero não a permitia se ver como sujeito.

Na sala de sua casa, com os ombros encolhidos e olhar voltado para o chão, Vanusa lamentava falando sobre o pai: “Ignorância, né? Fazer o que? Já passou...”. Com essa frase ela trouxe o peso desses eventos para aquele momento. O ressentimento por não ter estudado, a humilhação que sofreu com o primeiro marido, a frustração com a família de origem que não a acolheu quando precisava, pareciam ainda ser sentidos. Por isso ela é *enferma*, por isso ela não estudou, por isso não conseguiu um trabalho que pudesse ganhar mais, por isso ela teve que depender de homens, por isso ela depende hoje do filho. Dessa forma, embora Vanusa organize sua narrativa a partir de uma memória-distância, daquilo que ela não é mais, essas experiências habitam seu corpo tornando difícil habitar o presente e produzir uma modelação de si que ressignifique este passado. Este presente, sobretudo porque oferece dificuldades reais de olhar para o futuro, é completamente contaminado por um passado de humilhação e abandono.

3.3 “Aí eu não aguentei e fugi”

Com esta expressão dita de forma mais resoluta, Vanusa falou sobre o momento em que rompeu com todas as suas relações – família de origem, patroa e marido – em busca de autonomia e *dignidade*. Em nossa conversa, ao falar do momento em que ocorreram esses rompimentos ela

também narrava a si mesma como sujeito. Não quero dizer com isso que ela não tivesse nenhuma agência nesse passado em que se via, conforme suas memórias, submetida a outras pessoas. Meu objetivo aqui é ressaltar como ela dá sentido às mudanças em sua vida e, principalmente a partir deste episódio, que é descrito como uma decisão sua e não de outras pessoas. Ela *foge* do marido, deixa os filhos com a sogra, rompe com a família de origem, consegue novo trabalho e até muda de nome; decisões complexas e dolorosas que tiveram como consequências a erosão do mundo até então conhecido. A utilização da palavra *fugir* e não *se separar* ou *se afastar* denota a pouca margem de negociação com as relações que constituíam seu mundo.

Conforme a narrativa que abriu a seção anterior, Vanusa morou na primeira *casa de família* em que trabalhou, cuja *patroa* era Dona Catarina, até seus 15 anos. Deixou o emprego para casar com um homem 17 anos mais velho. Foi o marido de sua *patroa*, inclusive, que *a levou ao altar*, isto é, o casal apadrinhou seu casamento. Na época, lembra, *nem sabia o que era casamento*. Com esse marido, com quem ficou até os 21 anos de idade, teve 2 filhos. Até essa altura da narrativa, Vanusa não se apresenta como protagonista de suas escolhas. *Não sabia; nem me entendia por gente; ele me colocou*, são expressões que ela repetiu diversas vezes demonstrando que os acontecimentos de sua vida eram definidos por outras pessoas, ou melhor, pelos homens: pai e marido. É a *fuga* que narra como uma decisão sua. É nela que Vanusa aparece como sujeito. Voltemos a um trecho de sua narrativa:

“ele nunca me bateu, mas ele me maltratava com palavras, sabe? Então como eu era muito jovem, hoje eu vejo que eu via ele mais como pai do que como marido. Eu era jovem, ele já era mais velho, né? Então eu acho pra fugir um pouco, do meu lado, foi mais fugir de casa de família... Na época, a gente não tinha orientação de nada, não sabia o que que era casamento, né? Casamento era mar de rosa, né? É o que eu pensava, né? Mas não é nada disso, né?”

Estudos das então chamadas *famílias pobres* foram abundantes a partir dos anos de 1980. Gabriel Feltran (2011), sintetizando os principais elementos presentes nesta literatura, argumenta que elas podem ser compreendidas como arranjos familiares estruturados em torno de um projeto de ascensão social pelo trabalho, com religiosidade popular cristã (católica e, por vezes, protestante) e código moral de coesão entre os membros. Fala também sobre os papéis delineados pelo gênero e pelo respeito aos mais velhos.

Cinthya Sarti (2011), observando os papéis de gênero no interior dessas famílias, profundamente vinculados à situação econômica, chama a atenção para como a autoridade

masculina ainda era a força simbólica que definiria *padrões patriarcais*. Pai e mãe seriam pares complementares, mas em uma relação hierarquicamente desigual, em que o primeiro seria o responsável pela família e a última pela casa, o que modelaria assim as relações entre mundo público e íntimo, interno e externo. Como afirma Sarti:

O homem corporifica a ideia de autoridade, como uma mediação da família com o mundo externo. Ele é a autoridade moral, responsável pela respeitabilidade familiar. Sua presença faz da família uma entidade moral positiva, na medida em que ele garante o *respeito*. Ele, portanto, responde pela família. Cabe à mulher outra importante dimensão da autoridade, manter a unidade do grupo. (2011, p.63)

No entanto, a autora observa que a pobreza dificulta a dinâmica desses papéis, fazendo com que o homem não seja capaz de realizar o papel do provedor, algo que leva à instabilidade familiar e a rompimentos conjugais.

Feltran (2011) ressalta que as mudanças no mundo do trabalho, operadas principalmente a partir dos anos de 1990, afetaram profundamente o projeto de família das periferias paulistanas. O projeto de ascensão social familiar pelo trabalho estável dos anos de 1980 é colapsado pela instabilidade e informalidade do emprego, quando não pelo desemprego. Em um contexto em que a estabilidade familiar é garantida pelo salário do trabalho masculino, a crise de escala mundial do trabalho operário provocou transformações profundas na organização da família operária colocando em xeque os papéis em termos de gênero e as relações que a sustentavam (BROWN, 2019; FRASER, 2019).

Olhando para outros contextos, observa-se como as expectativas de gênero são desestabilizadas por situações econômicas desfavoráveis. Jason Hickel (2015), em sua etnografia com famílias de trabalhadores zulus moradoras das *townships* sul-africanas, constatou que o desemprego e a desestabilização do papel dos homens como provedores e chefes de família desencadearam tensões no núcleo familiar, bem como traições conjugais e violências domésticas.

Sarti (2011) também nota como um contexto de instabilidade econômica provoca uma reação por parte dos homens que buscam reafirmar sua autoridade na convivência cotidiana, procurando reforçar as fronteiras entre masculino e feminino na família. Autoridade essa que ele não encontraria no *mundo da rua*, exatamente por sua condição subordinada:

As dificuldades encontradas para manter o padrão de desempenho que se espera do homem na família pobre, por sua condição de trabalhador e pobre, fazem com que a dimensão da pobreza no contexto familiar apareça mais explicitamente no discurso

masculino, já que os homens se sentem responsáveis pelos rendimentos familiares. É sobre ele que recai mais forte o peso do fracasso. É o homem quem falta com a sua obrigação quando o dinheiro não dá. Assim é que na tentativa de “conferir dignidade ao cotidiano sem relevo” destacam-se as qualidades morais que sustentam o homem que é homem nas situações de dificuldade, estruturais em suas vidas. (Sarti, 2011, p.61)

Esses estudos sobre famílias trabalhadoras nas décadas de 1980 e 1990 são fundamentais para compreender o ambiente moral que prevaleceu – e que ainda está longe de desaparecer, sobretudo com a ascensão da extrema direita bolsonarista – em diversos contextos sociais brasileiros. Trata-se de moralidades baseadas em ideais de gênero-classe-raça-sexualidade-religião-família que sustentam um projeto de nação e que são reafirmadas – e também contestadas – de múltiplas formas no cotidiano (Feltran, 2019). Neste sentido, considero que a narrativa de Vanusa sobre sua trajetória nos oferece uma perspectiva muito importante para observar este contexto desde seus efeitos sobre os corpos de mulheres em posições situadas especificamente – pobres, racializadas e moradoras das periferias – como também agenciamentos e resistências realizadas a partir desta posição. Neste sentido, argumento que a narrativa que ela produziu através de suas memórias, nos oferece uma história de esforços contínuos em busca de autonomia e de produção de um contexto familiar no qual esses papéis de gênero sustentados na autoridade masculina eram permanentemente contestados.

Retomando a fala de Vanusa, orgulho, tristeza, ressentimento e falta de esperanças se misturavam em sua voz ao contar sobre sua primeira separação que significou não apenas o rompimento com marido e filhos, como também com sua família de origem: “hoje sei que ainda tenho um irmão, mas nem sei onde ele está”. A utilização do termo *fugir*, utilizado diversas vezes por ela, expressa uma sensação de opressão na relação, mas também a possibilidade de se movimentar para fora dela. O orgulho vem da coragem que ela atribui a si mesma por ter conseguido escapar das humilhações causadas pelo primeiro marido. Ao falar sobre essa fuga, ela mudou sua expressão e postura corporal, tornando-se mais inteira. A tristeza e o ressentimento estariam relacionados às consequências de sua escolha ao enfrentar uma ordem moral que limitava seu papel no lugar social de filha, esposa e mãe. Por fim, a falta de esperanças estava relacionada a um presente que pouco oferecia a uma mulher pobre, moradora da periferia e idosa.

Do último ex-marido diz nem ter lembranças, *já morreu*, me disse. Mas o ressentimento e a tristeza, devido à falta de apoio da família na separação, que a fez voltar a trabalhar em *casa de família* como empregada doméstica, e as relações deterioradas com os filhos – *tenho uma neta*,

mas não conheço – se materializavam no momento em que conversávamos a partir da mudança de semblante e do tom de voz de Vanusa. *Fazer o que, já passou, né?*, me dizia resignada.

Para todas as mulheres com quem conversei, principalmente para as mais velhas, a falta de afeto por parte da família de origem, trabalho precoce e precário, violência por parte dos homens, principalmente pai e marido, representavam lembranças dolorosas que um ambiente sustentado na autoridade masculina provocava. Entretanto, em contraponto, eventos que significavam rupturas bruscas com essas situações, embora envolvessem dores e rompimentos de relações, emergiam nas falas com orgulho, como importantes transformações para constituição de si. Contar essas histórias é reconhecer os esforços descomunais realizados na busca por autonomia e dignidade. Vanusa, assim como outras mulheres, narravam esses episódios não como vítimas, mas como protagonistas destes processos. Momentos de recriação de mundos, de relações, de suas família, enfim, de si.

Analisando a *fuga* de Vanusa, pode-se dizer que ela rompe com o *script* definido por sua condição social de mulher pobre e migrante e com a autoridade masculina do pai e do marido: de filha obrigada a trabalhar em casa e que só pode se desvincular do poder paterno com o casamento; de esposa, cuja responsabilidade é obedecer o marido e cuidar da família; e de mãe que abre mão de seus desejos e projetos individuais para cuidar dos filhos. A *fuga* de relações violentas foi o que mais apareceu nas narrativas como uma ruptura fundamental para (re)criação de famílias. *Fuga* essa que muitas vezes significava um afastamento, às vezes temporário, outras permanente, dos filhos.

Da mesma forma, tal *fuga* representa também o desmoronamento do mundo de Vanusa, mas abre a possibilidade para a construção de outros em que ela pudesse se sentir mais autônoma, *respeitada* e segura. Neste movimento chamo a atenção para como o processo de constituição de si não está desvinculado da produção de relações, sobretudo de famílias – fazer, desfazer, refazer. Era explícito em sua narrativa, assim como na de tantas outras mulheres com quem conversei ao longo da pesquisa, seu desconforto com o lugar de filha, de esposa, de mãe, a partir dos papéis definidos pela autoridade masculina impostos a ela. Contudo, ela não abre mão deles, ela busca sua remodelação, sobretudo no esforço em constituir uma família em que as relações fossem produzidas a partir de outras bases morais.

Assim, seguindo sua narrativa, Vanusa, perto dos 30 anos, casa-se novamente. Neste casamento tem mais dois filhos e permanece com o marido por 27 anos. *Por conta dos meninos*,

disse-me. Contou que esse segundo casamento há muitos anos também não dava mais certo, mas não suportaria enfrentar novamente ter o afastamento dos filhos. Retomando novamente sua fala:

“Ah, eu pra falar a verdade, eu lembranças boas eu não tenho. Nem do meu primeiro casamento, e nem do segundo. Não tenho! Se eu for falar, eu tô mentindo. Eu não tenho lembrança boa... únicas lembranças boas que eu tenho é o nascimento dos filhos. Esse que é o caçula, que é do segundo casamento e do outro, né? É as únicas lembranças boas que eu tenho é dos meus filhos! O nascimento deles.”

O que ouço nas narrativas das mulheres que entrevistei é a existência de longos processos a partir do trabalho do tempo (DAS, 2020) de tecer novos projetos de vida e novos mundos. Processos esses que apenas desconstróem esse lugar central masculino, como também tensionam a própria divisão entre interno e externo, público e íntimo, cuidado e política. Os estudos de jovens pesquisadoras – dos quais tratei na introdução – sobre a ação das mulheres moradoras das periferias nos anos de 1980 revelam o papel essencial que elas tiveram nos reconhecidos movimentos sociais do período, sobretudo o chamado Clube de Mães.

As mulheres que entrevistei realmente se separaram de seus maridos por falta de condições do companheiro assumir o papel de provedor – a reclamação de que eles eram preguiçosos, ou que bebiam demais, era frequente. Entretanto, em suas narrativas, a violência, a traição e a falta de afeto foram os aspectos que se destacavam como os principais motivos. A separação, mesmo desencadeando sobrecargas financeiras e emocionais, representava maior autonomia e a conquista de uma nova condição para si e para toda a família. Todas as mulheres falaram da separação como alívio e não almejavam se casar novamente. As mulheres com mais de 50 anos do meu campo se referiam aos homens como um fardo e como fonte de sofrimento. E é a partir dessa experiência que *aconselhavam* as mulheres mais jovens para que *estudassem*, que *trabalhassem* para se tornarem *independentes de homens*. Embora isso não significasse abrir mão da sexualidade, afeto ou mesmo do papel do cuidado, mas sim recriá-los.

“Sofri, sofri, sofri. Porque nós que somos mulheres, a gente até hoje a gente ainda tem... Por exemplo, até hoje ainda tem que o homem querer ser melhor que a mulher. Porque ele tem estudo, porque ele tem um carro, porque ele tem isso, tem aquilo... Porque ele se acha melhor. As vezes eu vejo essas meninas, eu falo pra elas: “Estuda, seja alguém na vida pra mais tarde vocês vier casar, não sofrer na mão de homem!”. Eu falo pras meninas! Eu não tenho filha mulher! Tenho quatro filho homem! Mas eu vejo essas menina, quando elas vem conversar comigo, eu falo com elas. Eu tenho uma neta, mas eu não conheço. Então eu falo pra elas, pras meninas, né?: “Pra vocês não sofrer, estuda, seja umas meninas trabalhadeira, estuda, pra vocês mais tarde, não depende de homem! Eu dependi e sofri!”. Então é triste, né? Ver mulher depender de homem, né? Apesar de

hoje em dia tá muito mais, né? Elas não são mais boba não, viu? Mas tá difícil, tá difícil ainda...”

Fazer o que, já passou, né?. O peso dessas palavras indica a aceitação de que algo ocorreu e não existe a esperança de reparação. Vanusa casou, fugiu, casou-se novamente, separou-se do marido, conseguiu sua casa própria, conseguiu criar dois dos quatro filhos, não pode estudar, deixou de cantar, e hoje, a sua única possibilidade de olhar para o futuro é a esperança de encontrar um trabalho, mesmo com 64 anos e doente. As memórias que organiza em sua narrativa demonstram um constante processo de mobilização de forças para (re)criar a si e a seu mundo em que goze de mais autonomia, afeto e dignidade. Que questione e subverta os papéis delimitados por uma moralidade assentada na autoridade masculina. Contudo, a sobreposição de opressões que se impõem às mulheres pobres, moradoras das periferias e racializadas pode levar ao esgotamento no presente desta luta constante. Ainda assim, esses enormes esforços de recriação de seus mundos são transmitidos a partir de relações cotidianas com outras mulheres. Vanusa, mesmo não vendo esperanças de futuro para si mesma, ela as projeta para as *meninas*. Talvez seja por esta razão que as jovens feministas periféricas têm se voltado para as trajetórias de mulheres da geração anterior para construir o *feminismo periférico*. Memórias que eram compartilhadas no cotidiano, entre mãe e filha, sobrinha e tia, neta e avó, constituindo-se em elementos de um aprendizado de gênero, não sem tensões, são hoje remodeladas para produzir uma voz no espaço público de uma coletividade de *mulheres periféricas*.

3.4 “Carregava bloco, carregava cimento, o que precisasse a gente carregava”

Essa tarefa de construir um lar não era apenas uma questão de prestação de serviços por mulheres negras; tratava-se da construção de um lugar seguro, no qual as pessoas negras pudessem dar forças umas às outras, curando assim muitas das feridas infligidas pela cultura racista. Não tínhamos como aprender a nos amar ou nos respeitar na cultura da supremacia branca, do lado de fora; era do lado de dentro, naquele “lar”, na maioria das vezes criado e cuidado por mulheres negras, que tínhamos a oportunidade de crescer e nos desenvolver, de alimentar o espírito. Essa tarefa de constituir um lar, de fazer do lar uma comunidade de resistência, tem sido compartilhada por mulheres negras do mundo inteiro, especialmente por mulheres negras que vivem em sociedades de supremacia branca. (HOOKS, 2019, p.106)

Casa. Para todas as mulheres presentes nesta tese, conseguir uma casa para (re)organizar ou (re)criar suas famílias era uma etapa fundamental de suas vidas, principalmente depois de separações de casamentos, muitas vezes violentos. Esses processos demandavam, além de muito esforço de todos os membros da família – inclusive das crianças – múltiplas formas de *ajudas* de redes parentais e/ou comunitárias. Vanusa, como vimos anteriormente, engajou-se em um movimento de moradia para sair da favela e adquirir um apartamento; Rosa, de quem tratarei no capítulo seguinte, foi trabalhar como diarista para alugar uma casa na qual seus filhos pudessem morar com ela; e Helena, como veremos agora, integrou um mutirão para construir a própria casa onde pudesse morar com seus oito filhos e assim se afastar da convivência do pai das crianças que *bebia demais* e era violento. Para todas essas mulheres, conseguir uma casa era um processo que demandava esforço, tempo e muitas formas de apoio, sendo fundamental para produção de si, de suas famílias e de possibilidades de pensar no futuro.

Nesta seção, trago a conversa que tive com Helena, cuja trajetória demonstra o árduo processo de construção de uma casa onde pudesse garantir um lugar seguro para a reorganização de sua família. Minha intenção, como adverte bell hooks (2019), não é fazer elogios *às virtudes da abnegada mãe negra* exaltando seu auto-sacrifício, como se tais esforços estivessem relacionados ao *natural papel da mulher* e da domesticidade. Tão pouco pretendo reforçar e romantizar a ideia de que essas mulheres são *fortes e guerreiras*, pois são experiências marcadas por muita sobrecarga e que geram sofrimentos e adoecimentos. Ao contrário, ainda seguindo as recomendações de hooks, pretendo considerar a *possibilidade de escolha* e de *vontade própria*, interpretando os esforços de mulheres racializadas e moradoras das periferias como agenciamentos e resistências produzidas *conscientemente na prática* e que tiveram como efeito a *reformulação do papel da mulher e da ideia de lar* (hooks, 2019, p. 111). Um poderoso papel político de reconstrução de famílias, de territórios, de si mesmas e, como argumentei anteriormente, de produção de um legado de problematização das relações de gênero que atravessa gerações em um contexto marcado por intensificação da força repressiva do Estado e de crescente microrregulação por parte do crime no cotidiano.

Helena e Verônica são mãe e filha moradoras da COHAB Adventista, bairro do distrito do Capão Redondo. As conheci por serem vizinhas de uma amiga também moradora daquele bairro. Cheguei até elas, pois tinha interesse em conversar com alguma mulher que tivesse participado do mutirão que ergueu aquele bairro na década de 1980. Elaine, esta minha amiga, e seu marido,

Douglas, frequentemente contam, com muito orgulho, sobre a ativa participação de mulheres no mutirão, inclusive de suas mães. Ambos, ainda crianças, as acompanhavam nas obras, realizadas aos finais de semana. A memória que guardam deste período é de que tudo ali havia sido construído por mulheres.

Elaine e Douglas falam também das ações que até hoje são realizadas coletivamente por moradoras e moradores que cresceram juntos: o futebol, a praça e a festa das crianças. Como não poderia conversar com suas mães, pois a de Elaine havia falecido e a de Douglas estava na Bahia, perguntei se havia alguma mulher que tivesse participado do mutirão e ainda morasse ainda no bairro. Elaine me levou até Helena.

A COHAB Adventista é um bairro situado nas costas da UNASP (Centro Universitário Adventista) de São Paulo e às margens de uma das principais vias da Zona Sul, a estrada de Itapecerica, que dá acesso ao município de Itapecerica da Serra, não muito longe dali. A instituição Adventista acompanha a própria história da zona sul, mais especificamente do Capão Redondo. Em 1915 foi instalada, onde é hoje a UNASP, a Igreja Adventista do Sétimo Dia (IASD) devido a uma colônia de imigrantes alemães que implementada em Santo Amaro, distrito distante cerca de oito quilômetros dali (CARRIL, 2006). Ainda na primeira metade do século XX foi criado o colégio Adventista⁹³ que posteriormente se tornaria o Centro Universitário. Além de se constituir como uma das universidades privadas que forma anualmente um grande volume de estudantes da região, também possui uma OS (Organização da Sociedade Civil) que tem gerenciado alguns equipamentos públicos de saúde por meio de conveniamento com a prefeitura. A COHAB Adventista leva esse nome não apenas por estar em suas imediações, mas porque ela é fruto de um embate entre a instituição e movimentos de moradia protagonizados pelas gerações mais velhas das famílias que hoje moram ali.

Ao andar pelas ruas do bairro é possível perceber que existe uma paisagem um pouco distinta da maioria de outros da região. As ruas regulares demonstram um planejamento arquitetônico prévio que dispõe quarteirões, ruas e avenidas de modo mais ordenado, diferente das vielas ou ruas sinuosas, com casas distribuídas em terrenos de tamanhos desiguais que ocupam grande parte da paisagem das periferias paulistanas. As casas da COHAB são construídas em terrenos com tamanhos simétricos, mesmo que depois de mais de 30 anos as construções sejam

⁹³ Para um maior aprofundamento na história do Capão Redondo ver: CARRIL, Lourdes. (2006) *Quilombo, Favela e Periferia: A longa Busca da Cidadania*.

bastante diferentes entre si. Com o tempo, cada proprietária ou proprietário realizou diversas reformas, principalmente a construção de outras casas no mesmo terreno, geralmente para que filhas e filhos pudessem morar com suas famílias. Tal como a casa de Elaine, que fica no segundo andar da casa original onde morava sua mãe.

Douglas e Elaine lembram dos finais de semana quando, ainda crianças, acompanhavam as mães durante os dias de construção. Até hoje é possível notar um comprometimento com o entorno por parte de algumas pessoas que moram ali, inclusive por parte deles mesmos. Na rua de trás da casa do casal, há uma pracinha pequena e muito bem cuidada pela vizinhança. O casal se empenha com ações no bairro como a tradicional festa realizada no dia das crianças. Ambos se engajam durante meses para arrecadar fundos para sua realização.

A história de luta, narrada principalmente por filhas e filhos dessas famílias que deram origem ao bairro, continua na forma como zelam por ele, nas trajetórias profissionais e de ativismos que constroem e também pelo sentido coletivo de vizinhança. *Foram muitos anos lutando junto, quase tudo parente*, como disse Helena. Contudo, existe uma sensação permanente de ameaça que coloca esta coletividade ou esta *quase família* em risco seja com as assimetrias e desconfianças produzidas por *muros* e *grades*, seja pela ampliação do crime no bairro.

Helena e Verônica me receberam em sua casa em uma tarde de sábado. Tratava-se de um terreno do tamanho de um lote padrão, talvez um pouco mais de 100 metros quadrados de área. Nele, três casas foram construídas, a de Helena, a casa original, e outras duas acima onde moram duas de suas filhas com as respectivas famílias. Verônica me recebeu no portão e logo me conduziu por um pequeno corredor para que chegássemos a um quarto ao fundo da primeira casa onde teríamos mais privacidade para conversar, pois havia intensa circulação de pessoas na casa.

Mãe e filha moram juntas nesta primeira casa com Gabriel, filho de 3 anos de idade de Verônica, e com Lucas, de 18 anos, filho de outra filha de Helena que não teve condições de cuidar do garoto por ser dependente de drogas. Lucas havia saído recentemente da Fundação Casa e também cumpria medida socioeducativa. Conversei primeiro com Helena e depois com Verônica.

Helena é uma mulher negra, na ocasião com 72 anos, de estatura baixa e corpo magro, dona de uma fala tranquila e firme. Assim como outras mulheres com mais de cinquenta anos com quem conversei, Helena não nasceu em São Paulo. Veio de Salvador já adulta, aos 23 anos e, ao chegar à capital, logo se casou com Paulo, com quem teve oito filhos (sete mulheres e um homem). Na

chegada à cidade, Helena teve muita dificuldade em conseguir emprego. Ela afirma que por ser negra era preterida às pessoas brancas para as vagas às quais se candidatava. Disse:

“Quando eu cheguei aqui em São Paulo, eu tive que andar em muitas firmas e às vezes ficar o dia todo lá e aí fazia entrevista e tudo. Quando chegava a hora de escolher, escolhiam os brancos. Negro não tem muita vez, né? Se chegar um branco e um negro numa vaga de emprego eles dão pro branco, mesmo que o negro seja mais qualificado”.

A percepção de Helena é a mesma de Jorge, tratado no capítulo anterior, de que seriam preteridos em vagas de emprego por pessoas brancas. Entre as mulheres brancas e mais velhas com quem conversei, a dificuldade percebida para conseguir trabalho era a falta de escolaridade ou o fato de as fábricas da época empregarem poucas mulheres. Sendo assim, Helena acumularia não apenas a falta de escolaridade e o fato de ser mulher, com sua condição racial. Três características que a colocavam em um lugar social de difícil acesso ao mundo formal e, assim, de maior vulnerabilidade econômica e dependência financeira do marido.

É recorrente nas lembranças de pessoas das classes trabalhadoras durante os anos de 1960 e 1970 a peregrinação nas portas das fábricas onde ficavam fixadas as vagas disponíveis. Durante esses anos ainda se vivia o pleno emprego e era comum que uma pessoa saísse de casa atrás de emprego e no final do dia já estivesse trabalhando. Lembro dos relatos de minha mãe sobre esses dias de busca por trabalho nas indústrias do ABC paulista. Contudo, apesar da oferta de vagas, como atesta grande parte da literatura e também confirmado pela fala de muitas mulheres com quem conversei, o trabalho na indústria era principalmente masculino. Desse modo, Helena, sendo mulher e negra, não conseguiria o emprego em *firmas*, sendo obrigada, como outras mulheres, a trabalhar no serviço doméstico *em casa de família*. Helena começou a trabalhar como diarista, que foi, se tornando, conforme os filhos nasciam, a única ocupação possível. Como este trabalho, ela conseguia voltar para casa para fazer almoço para os filhos que, de início, ficavam sozinhos, pois o pai também trabalhava como motorista de ônibus. Mas, depois de um tempo, passaram a ficar com o pai que havia perdido o emprego devido ao alcoolismo.

A família morava em um *barraco*, como ela me disse, em um bairro próximo a casa em que mora hoje. Permaneceu nele, casada com Paulo, por 14 anos. Durante estes anos, o alcoolismo de Paulo piorou e ele passou a ficar agressivo com ela e com as crianças. Disse que quando Paulo

bebia batia em todo mundo. Quando era com ela, contou que revidava, *que não era tão grave*, mas o problema era quando ele batia nos filhos. Afirma:

“Ele não mudava, eu sempre conversava e ele continuava, bebia. Chegava do serviço, as crianças estava tudo do lado de fora, na rua, porque ele queria bater. Às vezes as crianças pulavam a janela e fugiam pra rua. Aí eu aluguei uma casa lá em um lugar que é aqui perto...e eu me mudei. De repente eu falei pra ele que eu ia mudar. Ele não acreditou porque ele achava... ‘ah, que você vai nada! Cê num sabe nem falar!’. E eu sempre fui tímida, né, falava pouco. Aí ele achava que eu não tinha coragem. Aí eu aluguei esse lugar e mudei com todo mundo. Enquanto não convencia os oito pra ir junto comigo eu não mudei. Deixei ele lá e mudei com os filhos.”

Assim como nos relatos anteriores, e muitos dos próximos que virão, a violência de gênero no interior da casa é o grande motivo da separação (SARTI, 2011; HICKEL, 2015). As mulheres narravam estratégias que construíram para fugir de situações de violência, sendo obrigadas a tomar difíceis e dolorosas decisões. Vanusa, no tópico anterior, deixou os filhos na casa da família de origem do marido; Rosa, como veremos mais adiante, num primeiro momento, deixou as filhas com o pai até conseguir uma casa onde pudesse morar com elas; Helena tentou convencer cada um dos filhos para que a acompanhassem: “enquanto não convencia os oito pra ir junto comigo, eu não mudei.”

Enquanto tentava convencer os filhos a saírem de casa, Helena passou em um concurso público no Hospital das Clínicas, como copeira. Com maior estabilidade no emprego, ela alcançou um pouco mais de condições para alugar uma casa. Importante destacar que, no caso de Helena, o emprego mais estável, que oferecia melhores condições de renda e também a garantia de direitos trabalhistas, foi fundamental para que ela pudesse sair de uma situação de violência. O emprego precário como diarista deixava Helena em uma condição de maior vulnerabilidade.

O trabalho no Hospital das Clínicas, mesmo tratando-se de uma ocupação mais subalternizada, garantia maior estabilidade financeira e acesso aos direitos trabalhistas, condição essa fundamental para segurança da família. Inclusive, quando a conheci, sua aposentadoria decorrente do seu emprego público era a renda principal da casa. Além da estabilidade, este trabalho também lhe abriu a possibilidade de envolvimento com o Sindicato, um aprendizado político muito significativo para sua vida, contou. As condições sociais oferecidas por um trabalho estável e formal, e também por outras políticas públicas, foram as bases a partir das quais ela começou um processo de reconstrução e manutenção de sua família até hoje em curso, pois Helena ainda é figura central no papel do cuidado de todas e todos.

Com a separação do marido, mesmo com os benefícios de um emprego público, ainda era muito difícil pagar o aluguel e sustentar seus oito filhos, que ficavam em casa sozinhos enquanto Helena ia trabalhar: “os mais velhos cuidavam dos mais novos”. Foi então que uma amiga de Helena falou sobre as reuniões que estavam sendo realizadas para ocupação de um terreno na região para construção de casas por meio dos mutirões. Helena passou a frequentar essas reuniões. Na realidade eram ações realizadas diretamente *no terreno* que viria a ser ocupado, uma grande área de propriedade do Colégio Adventista, que se negava em cedê-la. Durante dois anos aconteceram essas reuniões que, muitas vezes, redundavam em ações de dispersão por parte da polícia e também algumas prisões. Ela mesma chegou a ser presa algumas vezes:

“mas era assim, poucas horas. Prendia todo mundo depois soltava porque sabia que a causa era justa, né? Mas eles tinha que fazer o papel né, que eles falavam que era bademeiro que tava invadindo as terra... Depois a prefeitura negociou e conseguiu comprar o terreno. E nós começamos o mutirão”.

Dois anos de reuniões, mais dois anos de mutirão. Durante 4 anos, Helena manteve a rotina de trabalhar durante a semana no Hospital das Clínicas, região central da cidade, necessitando fazer um deslocamento exaustivo entre casa e trabalho, em um momento em que o transporte público era ainda mais escasso que hoje na região e, aos finais de semana, ir ao mutirão trabalhar como *servente de obras* levando consigo seus oito filhos. Ela até pleiteou, e conseguiu, uma liberação do trabalho para não fazer plantões aos finais de semana, podendo assim se dedicar às ações do movimento.

“Carregava bloco, carregava cimento, o que precisasse a gente carregava. Trabalhei de servente, né? A gente trabalhava de servente de pedreiro, carregando material pros pedreiro. Durante dois anos durou a nossa luta. Graças a Deus! Foi aqui, foi quarenta e seis, nosso grupo. Que foi dividido em grupo, né? Quem entrou primeiro pegou o grupo dos quarenta, como chama. Depois teve outro grupo, nós trabalhamos dois anos no grupo dos quarenta, depois demos uma mão para os outros grupos e acabou a nossa parte.”

Helena, assim como outras famílias, levava seus filhos para o mutirão. Essa lembrança é compartilhada com moradoras e moradores que eram ainda crianças naquele período, como Elaine e Douglas. *Essas casas foram feitas por mulheres*, dizem, dando destaque à presença e à atuação de mulheres muitas vezes negligenciadas pela bibliografia sobre tais movimentos sociais (OLIVEIRA, 2019; OLIVEIRA-MACEDO, 2021).

Após esses quatro anos, Helena finalmente recebeu sua casa. Sua família foi uma das primeiras a chegar ao bairro, devido a sua condição de maior vulnerabilidade, isto é, ser uma mãe cuidando sozinha de seus 8 filhos. Recebeu a casa sem portas, janelas ou piso, que foram sendo colocados, com muito esforço, também ao longo do tempo. Suas filhas e filho cresceram. A casa, como muitas na periferia, se multiplicou. Hoje são três ocupando o mesmo terreno. Três de suas filhas, juntamente com suas famílias, moram ali. As políticas habitacionais e os esforços de mulheres e homens que chegaram e construíram as periferias têm garantido a possibilidade de moradia para a geração seguinte, pois no contexto atual, conseguir a casa própria é algo bem mais difícil.

Chamo atenção, portanto, para este aspecto material da atuação das mulheres nas periferias normalmente invisibilizado. Helena, assim como outras mulheres mais velhas com quem conversei, foram as responsáveis em conquistar a casa própria. Isto foi possível em um momento de intensa atuação de movimentos sociais que lutavam por moradia e também, exatamente pela pressão popular, pela existência de diversos tipos de políticas na área da habitação: distribuição pela prefeitura de terrenos e materiais de construção⁹⁴; mutirões⁹⁵; prédios do CDHU e da COHAB⁹⁶; dentre outros. Esta geração de mulheres também contava com aposentadoria. Durante os anos de 2016 até o final desta pesquisa, a aposentadoria das mais velhas com quem conversei figurava, por diversas vezes, como a renda mais importante, até mesmo a única, da casa. Sobretudo durante os anos mais duros da pandemia Covid-19, 2020 e 2021, quando muitas pessoas que antes mesmos estavam em trabalhos informais, perderam seus empregos, como discutirei no capítulo 5 desta tese. Verônica, mesmo com a escolaridade muito superior a da mãe, estava desempregada

⁹⁴ Maria Ruth Amaral de Sampaio e Paulo Cesár Xavier Pereira (2003), chamam a atenção para como a cidade de São Paulo, sobretudo suas periferias, foram são ocupadas basicamente por casas autoconstruídas muitas delas em loteamentos irregulares e clandestinos. Durante a década de 1980, afirmam, a prefeitura de São Paulo desenvolveu programas habitacionais que tinham por objetivo regularizar estas moradias. Regularização de terrenos ocupados e auxílios para compra de materiais para reforma, ampliação ou construção de moradia foram concedidos. Diversas moradoras mais velhas com quem falei, falaram que moram em um terreno doado pela prefeitura ou lembram dos materiais de construção enviados pela prefeitura.

⁹⁵ Os mutirões foram políticas adotadas no contexto de democratização (principalmente nos anos de 1980) tendo por fim se firmarem como possibilidades emancipatórias para resolver o grave problema habitacional nos grandes centros urbanos após a ditadura. Segundo Miagusko (2011), a mitologia emancipatória que envolvia tal política ocultava a desresponsabilização do Estado, o sobretrabalho e a individualização do conflito implicados no mutirão.

⁹⁶ Conjuntos habitacionais construídos pelas políticas estaduais a partir de seu órgão responsável CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e municipais através da COHAB (Companhia de Habitação Popular).

quando conversamos. Helena era então responsável pelo sustento da casa e também por enviar cestas básicas mensais para o filho que, como o pai, sofria com o alcoolismo.

Retomo as palavras de hooks (2019) que nos orienta a ver os esforços de *mulheres negras* – aqui me refiro também às mulheres racializadas moradoras das periferias –, dispendidos na construção de seus lares e no cuidado de suas famílias, não como mera reprodução de papéis femininos, mas como *escolhas profundamente políticas* por entenderem a importância da casa como espaço de resistência, cura e construção de solidariedade, em contextos nos quais estruturas sociais e políticas destroem as possibilidades de produção e manutenção de suas famílias. Helena não se separou do marido até convencer cada um de seus filhos a ir com ela; trabalhou todos os dias da semana, durante quatro anos, para construção de um lugar mais seguro para todos; e empenhou-se para que seus filhos só começassem a trabalhar depois de terem concluído a educação básica. Obviamente que esse processo foi de enorme sobrecarga e sofrimento para ela e também para seus filhos, e principalmente para as filhas, que tiveram que se engajar na tarefa do cuidado muito precocemente. Contudo, é fundamental observar este processo não apenas na chave da opressão e da subjulgação. Helena se empenhou por anos para construir uma casa onde sua família se reconstituiria a partir de outras relações de gênero nas quais ela e suas filhas e filho não estivessem submetidas à violência masculina. Sendo assim, neste percurso por maior autonomia, Helena também se constituía como sujeito. A participação no movimento moradia e também no sindicato dos servidores públicos no Hospital das Clínicas, no qual atuou intensamente, permitiu que ela inclusive atuasse no espaço público, forjando uma dimensão política de sua subjetividade, como ela me disse: “se eu tivesse mais estudo, ia ser candidata a alguma coisa”.

No final de nossa conversa, Helena, com uma certa tristeza estampada no rosto, me surpreendeu com a frase: “mas, esse mutirão aqui não me trouxe muita sorte”. Depois de ter ouvido por mais de uma hora sua história de tanta luta e dedicação, recebi aquelas palavras com espanto e perguntei o porquê da má sorte, ao que ela me respondeu:

“ah, porque chegou aqui eles começaram a misturar com...Eles não, o Zé e essa outra (o filho e uma de suas filhas). Muita decepção. Eu acho que foi aqui. Porque eu já morei no Campo Limpo, também morei no Clementino e eu sempre fugia disso. Eu morei numa favela e quando eu vi que o lugar não era coisa boa, eu vendi o barraco e mudei. Aí aluguei uma casa pra fugir. Eu fugi tanto e acabei tendo pessoas envolvidas. Eu tinha o maior medo, maior desgosto também. Mas...a vida é assim né?”

Imediatamente me remeti às experiências de Aurora, Dona Joana e Sandra. Novamente episódios de violência contaminando longos processos de construção de mundos, de produção de família e de projetos de futuro. Helena ocupa um lugar distinto de Vanusa e de Aurora que embora racializadas pela pobreza, não experimentavam as mesmas situações de racismo vividas por Helena. Todas elas compartilham dos efeitos da criminalização de seus territórios e dos corpos de seus filhos, constantemente expostos ao risco do envolvimento com o crime e da vitimização pela força violenta do Estado. No entanto, Helena ocupava um lugar social que a fazia experimentar situações desconhecidas por mulheres brancas, mesmo aquelas pobres e periféricas.

Observar a maneira como as mulheres tecem suas vidas no cotidiano é compreender como casa e família são fundamentais para sua constituição como sujeito em um contexto em que as forças repressivas estatais e crime, racialmente produzidos, consomem homens e colocam as famílias em situação de risco permanente. Não que para os homens a casa não seja um lugar importante para produção de si, mas eles realizam esse processo, ao menos nas famílias que acompanhei, a partir de outros espaços além da casa, inclusive no crime. O lugar da casa é onde eles estão pouco implicados devido às dinâmicas de gênero no interior das famílias (não apenas moradoras das periferias) que levam a um frouxo engajamento de homens na manutenção cotidiana da vida coletiva, quando não estão ausentes ou são violentos.

Helena, assim como outras mulheres com quem conversei, ao (re)criar e manter suas famílias neste contexto de risco permanente, produziram um legado de luta e de reconfiguração dos papéis de gênero que, por um lado, contribuiu para reorganizar relações no interior da família e, por outro, rompeu com os artificiais limites entre o público e o privado transformando as demandas da vida doméstica em reivindicações públicas. Esse legado, transmitido de diversas formas entre gerações de mulheres, tem sustentado agenciamentos e ativismos femininos nas periferias.

3.5 “A gente estava sempre na parte afetada. Infelizmente a gente tá sempre na parte que tá lutando!”

“Então é isso, eu acho que o bairro hoje ele tem muito mais assim coisas tristes, ruins, do que bom. Bom é que a gente tem uma casa pra morar, né? Isso é até louvável e é fruto de uma luta. Mas eu acho que o bairro tá bem precarizado. Tende a piorar. Acho que tem bastante bandido, tem bastante nóia... O mundo das drogas aqui tá muito grande... Boca de fumo, de compra e venda de droga. Ali do lado da padaria tem um. Então você, se você

quiser comprar droga aqui... E eu me preocupo com isso porque meu filho tá crescendo e eu quero tirar meu filho desse meio. Porque eu sou pobre, eu sou negra, tô na parte ruim da sociedade, mas eu não quero isso pra minha vida, nem pro meu filho.”

Na época da entrevista, Verônica tinha 40 anos. Estava abatida e cansada devido à fase em que o filho de 3 anos se encontrava, *muito choroso* e extremamente *grudado* a ela, como me disse. Além disso, enfrentava uma situação de desemprego que se arrastava por dois anos, gerando muita frustração e angústia. Verônica, como dito anteriormente, morava com seu filho Gabriel, com sua mãe Helena e com um sobrinho Lucas. Naquele momento, todos na casa dependiam do dinheiro da aposentadoria de Helena, cerca de 2 mil reais mensais. Essa condição financeira gerava sobrecargas e tensões na família. Verônica tinha expectativas de melhores condições de vida e maior autonomia financeira, afinal, havia se formado, com muito esforço, para isso. Contudo, o contexto naquele momento, 2018, era de intensificação de uma crise econômica generalizada no país, desencadeada alguns anos antes e que era sentida nas periferias a partir do desemprego e pela queda na capacidade de consumo: o dinheiro que se tornava *curto demais* para chegar até o final do mês. Embora Verônica tivesse concluído Ensino Superior, sua rede de apoio ainda era formada majoritariamente por pessoas com baixa qualificação, cujos rendimentos também eram baixos. Ela foi a primeira e, até aquele momento, a única da família a fazer faculdade. A vulnerabilidade de Verônica, naquele momento, intensificava e era intensificada pela vulnerabilidade dessa rede de relações que compunham seu mundo (MARQUES, 2010). A estabilidade de vida alcançada por sua mãe, com a casa e com a aposentadoria, era o que mantinha a família naquele momento de emergência.

Verônica havia se separado do pai de seu filho fazia dois anos. Tratava-se de uma relação *sufocante* para ela que se considerava uma pessoa livre: “se eu fosse um bicho, eu seria um pássaro porque eu não gosto de nada que me prenda”. Em seu relato, havia esperança no futuro, mesmo que de certa forma inevitavelmente contaminada pela frustração com a situação atual. Trago aqui a conversa que tive com Verônica, pois ela nos permite compreender como as transformações sociais das últimas décadas impactaram as trajetórias de mulheres pobres moradoras das periferias da cidade, como essas mudanças são vividas em termos geracionais e como mulheres, dessas diferentes gerações, negociam e produzem estratégias para lidar com um cotidiano marcado por violência e precariedade econômica. Neste sentido, chamo a atenção para como geração é um marcador importante para compreender a produção de família, de território e de gênero, sobretudo

a partir da relação entre mulheres. Relações essas caracterizadas por tensões e pelo trabalho do cuidado.

Foi difícil começar a conversa com Verônica. Gabriel não queria sair de perto da mãe e, a cada tentativa de deixá-lo com a avó, a criança começava a chorar copiosamente. Verônica estava um pouco atordoada e constrangida com a situação. Logo que o menino conseguiu dormir, iniciamos a entrevista, sussurrando para que ele não acordasse. Pedi a Verônica que contasse um pouco de sua história e ela disse que lembrava pouca coisa da infância. Recordava apenas que foi um momento de muita pobreza, marcada por dificuldades que geraram frustrações e humilhações que ressoavam em um presente em que a pobreza, embora diferente do passado, ainda não havia sido superada.

“Então eu acho, na minha época, eu mesmo criança, eu me sentia bastante humilhada porque eu via aquela mala com dois patinhos e uma lousa, eu achava lindo! Eu sempre quis ter um estojo com lápis de cor, não tive. Cê entendeu? Terminei minha infância e não tive uma caixa de lápis de cor!”.

A família de Verônica era aquela que necessitava de *ajudas* de parentes e vizinhas. A mãe era a única responsável pelo sustento econômico dos filhos e pelo cuidado cotidiano da família. Nos casos trabalhados aqui, como já dito, grande parte dos pais das crianças eram violentos ou distantes. E, depois de deixados pelas esposas, abriram mão de qualquer tipo de responsabilidade pelos filhos, afetiva ou econômica. Todas as mulheres mais velhas com quem conversei, depois de separações, passaram a enfrentar situações econômicas ainda mais difíceis do que quando casadas. No entanto, não desistiam em buscar um lar mais seguro para as crianças e para elas mesmas. Sem uma rede de serviços públicos que garantisse o apoio no trabalho do cuidado para essas mulheres, elas contavam apenas com redes compostas majoritariamente por outras mulheres, parentes, vizinhas, amigas, que ofereciam ajudas de todos os tipos: roupas, cestas básicas, cuidado com os filhos, etc. Sarti chama a atenção para a importância de redes familiares que ultrapassam os limites da casa para grupos domésticos nos quais as mulheres são *chefes de família* (Sarti, 2011). Da mesma forma Nadya Araújo Guimarães e Priscila Pereira Faria Vieira (2020) destacam a importância das *ajudas* no trabalho do cuidado entre mulheres em contextos de pobreza.

A perspectiva de Verônica era construída a partir de sua posição como filha que, conforme crescia, passava a compreender melhor a sobrecarga de responsabilidades enfrentada pela mãe. E, por dela depender, tal sobrecarga recaía sobre ela e sobre suas irmãs e irmão, na forma

de um cuidado insuficiente e na obrigação de se engajarem tão precocemente em responsabilidades com a família:

“Assim...eu acho que quando a gente vai ficando mais velha, vai entrando na adolescência, vai entendendo mais, mas enquanto infância eu me divertia! Até com as dificuldades, né? Porque a gente não percebe, não tá nem aí...a gente só quer brincar...nem percebe as dificuldades, né? Então assim, era todo mundo amontoado, dormia amontoado... A gente nem percebia o quanto era difícil para minha mãe. Porque, por exemplo, eu saí da escola, ela nem percebeu porque ela trabalhava em dois empregos. Ela saía tipo cinco e meia e voltava às oito e pouca da noite... Os filhos dela, a maioria, se perdeu pro caminho das drogas...ela nem percebeu porque ela tava sempre trabalhando pra dar o de comer, o que vestir. Então ela teve uma vida bem sacrificada. A gente só começa a perceber isso a partir da adolescência, que a gente tá numa vida difícil, né?”

Verônica faz parte da primeira geração de pessoas nascidas nas periferias da cidade, cujos pais, de origem rural, migraram de estados do nordeste do país ou do estado de Minas Gerais. Ela, assim como outras crianças de sua geração, diferente de suas mães e pais, teve acesso à Educação Básica e a outros serviços públicos em seus locais de moradia devido às lutas empreendidas pela geração anterior (FELTRAN, 2011; OLIVEIRA, 2019; OLIVEIRA-MACEDO, 2021). As políticas de acesso ao Ensino Superior, implementadas principalmente durante os anos 2000 e intensificadas pelo então governo Lula⁹⁷, possibilitaram que uma quantidade considerável de pessoas das camadas populares pudesse ingressar nos bancos universitários. Contudo, mesmo frente a melhores condições de vida e de infraestrutura urbana, esta geração enfrentou, e ainda enfrenta, dificuldades impostas por um contexto de avanço do neoliberalismo marcado pelo desemprego, precarização crescente de serviços públicos e concomitante privatização de grande parte deles, aumento da criminalidade e intensificação da violência do Estado nas periferias – como discutido no capítulo 1 desta tese. Essas mulheres adultas nascida nos anos de 1980, são assombradas pela pobreza e violência experimentadas em sua juventude dos anos de 1990. Embora tenham vivenciado a ampliação de acessos a direitos e um pouco mais de prosperidade durante os anos 2000, a sucessão de crises desde 2015 – crise econômica, pandemia Covid-19, retrocessos durante o governo Bolsonaro – fazem com que fantasmas dos anos de 1990 voltem a rondar, de forma cada vez mais insistente, o presente. São as lembranças deste período que Verônica carrega com pesar e que fazem com que seus dias atuais sejam mais ameaçadores e sem saída. Isto é,

⁹⁷Ver nota 20.

mesmo com tanta luta para alcançar a faculdade, ela ainda, de fato, não encontrou melhores condições de vida.

Como dito anteriormente, duas das irmãs de Verônica e seu único irmão se *envolveram* com drogas e com práticas criminosas. E, de acordo com ela, sua mãe não percebeu, pois estava trabalhando muito. Helena também não se deu conta de que sua filha Verônica deixou de ir à escola assim que começou o Ensino Médio. Ainda menina, ficou um ano sem frequentar as aulas até a mãe perceber e obrigá-la a voltar. Helena priorizava os estudos, queria ver as filhas formadas para que não *dependessem de homens*. A mãe lamentava profundamente por não ter estudado e não queria que as filhas seguissem o mesmo caminho, contou a filha. Talvez a questão da escolaridade seja uma das mais significativas no que se refere à projeção de sonhos que as mulheres mais velhas dirigiam às mais jovens, como tratei no caso de Vanusa. As mais velhas viam nos estudos, aos quais não tiveram acesso, a possibilidade de autonomia financeira e de independência com relação aos homens de suas famílias, sobretudo de maridos. Por isso, reforçavam sua importância para as mais jovens: “estudar para não ser boba na mão de homem!”.

Atualmente, ao observarmos as taxas de matrícula na Educação Básica, a porcentagem entre a população de mulheres é maior que a de homens. De acordo com Observatório de Educação do Instituto Unibanco, a proporção não apenas de matrículas, mas também de desempenho, aprovação e de conclusão é maior entre as meninas⁹⁸.

Verônica retornou aos estudos após uma interrupção considerável para quem está no Ensino Médio. Tal parada provocou não apenas uma defasagem entre idade e série, como também alimentou seu desânimo em relação à escola. Para concluir de forma mais rápida as séries que lhe faltavam, ela ingressou no Ensino Supletivo, hoje denominado Educação de Jovens e Adultos, na rede pública. Um pouco antes de se formar, Verônica começou a trabalhar como balconista em uma lanchonete no bairro. Tipo de emprego esse muito comum para jovens das periferias durante a década de 1990, caracterizado por ser mal remunerado, subalternizado e que exige baixa

⁹⁸ De acordo com o Observatório, em 2015, 81% das meninas de 15 a 17 anos estavam matriculadas no Ensino Médio, enquanto a matrícula era de apenas 72% entre os meninos. A taxa de reprovação entre meninas é de 9,7%, enquanto na de meninos essa porcentagem chega a 15%. 34,5% de jovens homens de 15 a 29 anos concluíram o Ensino Fundamental, mas estão fora da escola. Essa taxa entre mulheres é de 25,1%. Por fim, entre jovens mulheres de 19 a 24 anos, 74,5% concluíram o Ensino Médio, enquanto entre homens da mesma idade a porcentagem é de 65,2%. Dados do Observatório de Educação, Instituto Unibanco <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/educacao-em-numeros>. (Acesso em 30 de abril de 2022).

qualificação, tal como caixas de supermercado, balconistas de padaria ou lanchonete, vendedoras de lojinhas, dentre outras.

O Ensino Superior estava muito longe dos planos de Verônica em sua juventude. A universidade pública era algo impensável, tão distante que nem mesmo sabia exatamente do que se tratava. Já as instituições privadas eram vistas como inacessíveis, pois nem Verônica com seus empregos precários, nem a mãe com o salário de copeira, teriam condições de pagar as mensalidades. Foi quando, em meados dos anos 2000, ela teve acesso ao Prouni. Verônica, então aos 25 anos, ingressou na faculdade, formando-se em enfermagem aos 31 anos. Estudou na Uni-Italo, instituição privada com fins lucrativos, localizada em Santo Amaro, região mais central da zona sul. Ela conseguiu uma bolsa através desta política que cobria 50% do valor da mensalidade. Os outros 50% foram financiados por um projeto da igreja que frequentava na época, a Igreja Mormón, Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, que por coincidência, era a mesma religião que minha família frequentava quando eu era criança.

É importante ressaltar que a realização do Ensino Superior para estudantes de famílias com baixa renda é geralmente um processo de muito sacrifício. Isso não apenas para o próprio estudante, que com frequência já é trabalhador, mas para a família como um todo. Se não é a família que custeia os estudos da ou do estudante, é ele mesmo que arca com os custos, deixando assim de contribuir com as despesas da casa. Dessa forma, embora o Ensino Superior seja uma conquista, é também motivo de tensões no cotidiano (MACEDO, 2019; OLIVEIRA-MACEDO, 2019; KLEIN, CARMO, 2019). Verônica falou sobre a dificuldade em concluir os estudos, conciliar trabalho e faculdade, bem como conseguir comprar livros e ter dinheiro suficiente para pagar o transporte todos os dias até Santo Amaro.

Ainda assim, *depois tanto sacrifício*, Verônica se encontrava desempregada. Trabalhou por 6 anos em sua profissão e, depois de demitida, não conseguia uma recolocação profissional. Tal situação acarretava pressões diversas para ela, inclusive emocionais que se agravavam com o cuidado demandado pelo filho que *a consumia*. A mãe, além do suporte financeiro, a ajudava com a criança, mas esta tinha seus limites devido a sua idade avançada⁹⁹. Neste sentido, mesmo com as

⁹⁹ Neste ponto, Thais Tiriba chamou minha atenção para o fato de que as limitações de Helena podem ser decorrentes não apenas da idade, mas também das sobrecargas físicas e emocionais de uma vida inteira. Importante ressaltar que Vanusa também fala do adoecimento devido ao trabalho.

ampliações de acessos e direitos das mulheres, Verônica, mulher pobre, negra e moradora da periferia, vivia no presente angustiada por um futuro almejado (e prometido) que nunca chegava:

“Porque eu me incomodo de estar na situação financeira que eu estou. Eu me incomodo da casa não estar terminada. Eu me incomodo de não ter carro. No meu antigo trabalho, acho que de funcionário que não tinha carro, era só eu e o pessoal da portaria e da cozinha. Eu me incomodava sim! Assim, claro que eu não expunha isso pra ninguém, mas você via, a maioria das pessoas estavam num nível melhor. Quase todas estavam num nível melhor, né? Praticamente todas as enfermeiras tinha carro. Eu quero fazer uma pós, quase todo mundo tinha uma pós. Eu não tinha uma pós, nem tenho condições de fazer. Isso me incomoda muito! Eu me incomodo de não poder reformar a casa, de trocar os móveis, viver uma vida tranquila sem contar as moedas, entendeu? Eu quero viajar, eu amo viajar. Quero viajar muito!... de não poder pagar um colégio para meu filho e ficar dependendo de governo, né? Porque ele não tá na escolinha e por mim nem estaria na escolinha do governo. Eu gostaria de pagar uma escola melhor, de dar uma condição melhor pra vida dele, né?” Quero comprar um apartamento que seja meu. Então os meus sonhos estão bem longe da realidade hoje.

Verônica, apesar de alguns anos mais velha do que as mulheres do coletivo Fala Guerreira, que trago na introdução deste capítulo, compartilha com elas a mesma condição: embora parte significativa delas tenha acessado o Ensino Superior, muitas ainda enfrentam obstáculos nada desprezíveis para ingresso no mercado de trabalho ou para ascender socialmente; vivem sua sexualidade e experiências afetivas de modo mais livre, mas ainda assim enfrentam problemas de relacionamento com homens, mesmo não se vendo em uma condição de dependência e subordinação econômica como as gerações anteriores. Contudo, como as mais velhas, são elas ainda as responsáveis pelo cuidado e, junto com suas mães ou com outras mulheres, tendem a gerir o cotidiano não apenas de suas famílias, como de redes e territórios.

...

Neste capítulo, procurei chamar a atenção para como classe social, raça, geração, memória e cuidado se articulam de forma complexa na produção de gênero nas periferias da cidade. As experiências de mulheres estão profundamente marcadas por processos de subordinação que, por sua vez, também as produzem como sujeitos (BUTLER, 2017; DAS, 2020). Busca por autonomia não está desvinculada do esforço de produzir novos modelos de famílias desprendidos de uma moralidade patriarcal em um contexto em que mulheres se encontram em uma situação de muita precariedade.

Nas histórias sobre si mesmas contadas pelas mulheres mais velhas, ficou evidente longos e dolorosos percursos na busca de autonomia, seja com relação a suas famílias de origem cuja moralidade se assentava em uma lógica tradicional e rural com papéis de gênero definidos, seja frente a casamentos frequentemente marcados pela dominação masculina e por violências de gênero. Argumento que ao longo de suas vidas essas mulheres procuraram *escapar* de situações de opressão, esforçando-se em garantir a integridade de si e de suas famílias. O verbo *fugir* foi frequentemente evocado. Separações foram comuns para todas as mulheres mais velhas com quem conversei. Todas elas envolviam decisões dolorosas e pesados julgamentos. Algumas vezes até separações temporárias ou mesmo permanente de filhos. Mas a busca para reconfigurar suas (ou criar novas) famílias e seus esforços para (re)construir mundos, demonstraram-se constantes.

Neste processo, as filhas passavam a ocupar um lugar específico. Desde muito cedo eram obrigadas a assumir a responsabilidade do cuidado da casa e de irmãos enquanto a mães trabalhavam. As sobrecargas que recaíam sobre as mulheres mais jovens eram também motivo de ressentimentos e conflitos no interior das famílias, levando à acomodações, tensões e até rompimentos. Os homens, nestas narrativas, aparecem como violentos, distantes ou vitimados por *guerras masculinas*. Desse modo, eram as mulheres, tanto mais jovens, como mais velhas, que gerenciavam e manejavam as relações para enfrentar condições precárias, como também se esforçavam para reestabeler a vida após eventos críticos.

Verônica e Helena experimentaram contextos muito distintos no que se refere às possibilidades sociais disponíveis para a produção de si. Diferenças similares que acompanhavam as relações das jovens do *Fala Guerreira* com suas mães e de Vanusa com as mulheres mais jovens às quais se refere em sua fala. Helena e Vanusa vieram para a periferia da capital ainda crianças, trabalharam cedo, passaram por casamentos violentos e não conseguiram estudar. Contudo, esforçaram-se para conquistar suas casas nas quais pudessem viver em segurança com sua família, buscaram autonomia, engajaram-se em lutas coletivas em busca de direitos, lutaram para que seus filhos e suas filhas pudessem estudar, para que não sucumbissem à violência. A condição de gênero e de classe aproximava essas duas mulheres, no entanto o lugar racial ocupado por elas, fazia com que Helena experimentasse situações de racismo muito mais profundas.

Essas mulheres, a partir desses lugares sociais forjado pela complexa articulação entre os marcadores sociais da diferença, deixaram um legado, através da prática cotidiana, de novas

relações de gênero que passaram a modificar profundamente as dinâmicas familiares, bem como contribuíram para o surgimento de novas pautas e novos sujeitos políticos no espaço público.

Já as mulheres mais jovens, assim como suas mães, também se engajaram cedo no trabalho do cuidado, mas em um contexto em que deveriam cuidar umas das outras. Em famílias onde as mulheres são as *chefes*, os filhos e principalmente as filhas, foram ainda mais convocadas para a tarefa do cuidado – o que será trabalho no próximo capítulo. Essas diferenças de experiências geracionais e raciais são negociadas no cotidiano entre mulheres que necessitam gerir e manter a vida de suas famílias e de seus territórios. Mães e filhas compartilham as demandas financeiras e de cuidado, não sem tensões, para manter suas redes de afeto vivas e seguras. São elas que tecem relações mais amplas em busca de apoio mútuo. Desta prática, que também é um aprendizado de gênero, têm emergido novas vozes, novos sujeitos políticos, como as *feministas periféricas* e como as mães que lutam contra o *encarceramento em massa* e contra o *genocídio dos jovens negros e pobres*.

Enfim, neste capítulo, busquei chamar a atenção para a ação produtiva de mulheres nestes territórios cujos efeitos são não apenas materiais – como renda, casa e cuidado – que garantem as possibilidades de produção e continuidade de suas famílias, como também simbólicos, isto é, um tensionamento constante de limites morais que oprimem as mulheres, projetando para as gerações posteriores seus sonhos de melhores condições de vida e de maior autonomia. Autonomia e cuidado são elementos de um duro e criativo aprendizado de gênero em um contexto no qual desigualdade, racismo e violência estatal continuam a limitar o presente e as possibilidades de futuro de mulheres moradoras das periferias da cidade. Como sugere Verônica, a condição de luta é passado, presente e futuro: “A gente estava sempre na parte afetada. Infelizmente a gente tá sempre na parte que tá lutando!”.

CAPÍTULO 4 | Cuidado e seus efeitos

Ao me debruçar sobre o material que reunido ao longo da pesquisa, sobretudo as narrativas elaboradas pelas mulheres a respeito de suas vidas, percebi que se repetia nas trajetórias um encadeamento de acontecimentos que envolvia múltiplas transformações, rupturas e recomeços. Mudanças de cidades, casamentos, nascimentos de filhos, trabalho, *fugas*, separações, estudos, conquista de suas casas, mortes e lutas. Esses eventos apareciam, mesmo que de forma diversa, em todas as narrativas das mulheres com quem conversava. Tinha a sensação que lidava com fragmentos de uma história mais ampla das mulheres que moram nas periferias da cidade. Contudo, algumas das narrativas vinham marcadas de modo mais contundente por uma experiência específica que era da morte violenta, da prisão, ou ainda do sofrimento gerado pelo *envolvimento* de familiares com atividades criminosas – como vimos nos capítulos 1 e 2. Nas falas das mulheres que foram afetadas diretamente por tais situações, os esforços empreendidos na busca de autonomia, de melhores condições de vida, de um futuro mais próspero, pareciam ser solapados pela destruição e pela urgência impostas pela violência da *guerra de homens*, conforme tentei sustentar nos capítulos iniciais. E, num lento, doloroso e diário trabalho, essas mulheres buscavam (re)construir suas vidas em um contexto transformado permanentemente pelo evento violento. Um tipo de violência que passava a se infiltrar nos corpos, memórias e relações.

Tinha então a impressão que lidava com duas pesquisas, uma das mulheres que vivenciaram diretamente os efeitos dessas *guerras* em suas famílias e outra daquelas que não tiveram diretamente esta experiência, embora também fossem atravessadas por uma miríade de outras violências geradas pela confluência de eixos de opressão de gênero, raça e classe social. Essa fragmentação perdurou por um tempo considerável da pesquisa, causando-me muita angústia, pois não conseguia fazer um encaixe adequado entre esses dois tipos de trajetórias, tão pouco não conseguia abrir mão de nenhuma delas para me aprofundar na outra. Se abandonasse qualquer uma dessas dimensões da vida das mulheres nestas margens, estaria desprezando aspectos significativos de suas experiências. Foi então que compreendi que a sensação de fragmentação da análise era ela mesma resultado do caráter aniquilador que é a experiência da violência que destrói, aniquila, fragmenta. Assim, mesmo que casos de mortes, prisões ou *envolvimentos* fossem, de certa forma próximos, por serem vividos por parentes mais distantes, vizinhos ou amigos – proximidade esta que causava medo e indicação – experimentá-los era algo completamente diferente. Tornar-se a

família de bandido na vizinhança, ter a casa invadida frequentemente por policiais, enfrentar *humilhações em porta de cadeia*, vivenciar o luto depois de perdas, viver com o trauma e com o medo de que o evento se repita são experiências conhecidas *só por quem vive*¹⁰⁰.

Expressões tais como *meu mundo caiu, uma vez dentro, não dá mais para sair, a gente vai presa junto, olha onde meu filho me meteu* demonstram como esse contexto mediado pela violência, crime e Estado produz efeitos que se infiltram, envenenam e sobrecarregam ainda mais o cotidiano de mulheres pobres, solapando experiências anteriores, isto é, os mundos até então conhecidos e duramente construídos: *nossa vida era diferente*, disse Aurora. Contudo, são nessas experiências anteriormente vividas – busca por autonomia, projetos de futuro, construção de famílias – que as mulheres se apoiam para reconstruir suas vidas. E o cuidado assume um lugar central neste processo.

Neste capítulo, minha intenção não é voltar a tratar dos efeitos das violências que vitimam homens das famílias dessas mulheres, mas sim continuar – como na capítulo anterior – compreender o mundo produzido por elas, no qual a experiência do cuidado, com toda sua complexidade e ambiguidade, é incontornável. Portanto, trago aqui trajetórias e situações onde tal experiência se evidencia – embora o cuidado atravesse toda esta tese. Neste capítulo trabalho novamente com narrativas de suas vidas de uma mãe e sua filha – Rosa e Mariana – e com a exibição de um filme, *Cheiro de Cândida*, produzido por mulheres ativistas da zona sul. Aqui reflito sobre a reprodução e os efeitos do cuidado como experiência inescapável para as mulheres, sobretudo pobres moradoras das periferias. Argumento que cuidado figura como elemento constitutivo de relações femininas, especialmente no interior de famílias, mas limitando-se a elas. Além de se consistir como uma tarefa infinita, invisível, exaustiva, angustiante e adoecedora que

¹⁰⁰ Na defesa desta tese, Adriana Vianna fez uma importante ponderação chamando a atenção para o risco de essencializar as violências a partir de uma linha divisória entre o que seria mais violento e traumático e o menos, sendo que qualquer violência que rompe o mundo da forma que o conhecemos é capaz de instaurar o seticismo mudando a forma como o presente é vivido (KLEINMAN, 2000; DAS, 2020; PIEROBON, 2018). Para não correr este risco, ressalto que meu argumento nesta tese é que as violências vividas neste contexto de guerra provocaria uma maior aproximação com as forças que a produzem tornando o processo de reconstrução de mundos ainda mais difíceis, um envenenamento constante das relações e do cotidiano. Assim, não se trata de mensurar ou comparar os efeitos e sofrimentos gerados por diferentes experiências, mas sim chamar a atenção para um tipo de violência que está atrelado à necropolítica. Tal evento violento inaugura um antes e um depois narrado pelas interlocutoras de modo distinto de outras experiências contadas por elas. E estes eventos violentos estão ligados a processos sociais mais amplos que tem ocorrido nas periferias de São Paulo, e também do restante do país, que é a ampliação do mundo do crime e também a intensificação da violência do Estado, como já tratado nesta tese.

gera sobrecargas, traumas e ressentimentos. Mas também representa possibilidades de agenciamentos, produção de si e de lutas.

4.1 Mãe e filha: a carga do cuidado e uma família encaminhada

Rosa e Mariana são mãe e filha. Conheci Rosa quando ainda trabalhava em uma ONG no Capão Redondo¹⁰¹ em meados de 2011. Mulher branca, na época com 48 anos, cursava a faculdade de Serviço Social em uma universidade privada localizada na região e ocupava o cargo de *articuladora social* na instituição, uma função muito comum em projetos sociais cujas tarefas incluem a mobilização de redes, instituições, movimentos sociais e sujeitos relacionados aos interesses das ações. Rosa é uma mulher extrovertida e gentil. É bem conhecida e querida naquela região da zona sul, principalmente por profissionais dos serviços públicos e por ativistas ligados às instituições locais. Naquela mesma época conheci muito rapidamente também sua filha, Mariana, uma jovem negra, então com 29 anos. Lembrava-me de Mariana bem abatida neste período, pois estava desempregada e sofria com uma profunda depressão. Quando a reencontrei, sete anos depois na ocasião da entrevista que discutirei a seguir, ela estava bem diferente.

Reencontro então ambas as mulheres no início de 2018. Rosa não trabalhava mais naquela ONG, havia concluído sua faculdade e ocupava o cargo de gestora em um equipamento público de serviço social voltado para crianças, o CCA (Centro para Crianças e Adolescentes)¹⁰². Quanto a Mariana, mal a reconheci quando a vi, ela estava bem disposta e revigorada. Havia saído da crise de depressão, tinha começado a trabalhar na rede de serviços de assistência social local, mais especificamente no SPVV (Serviço de Proteção à Criança e Adolescente Vítimas de Violência)¹⁰³, e havia se mudado para um apartamento próprio, adquirido com o marido – como explicarei com maiores detalhes a diante. Elas me receberam na casa de Rosa em um sábado à tarde no início de 2018.

¹⁰¹ Trabalhei no CDHEP (Centro de Direitos Humanos e Educação Popular), de 2011 a 2016. Foi a partir deste trabalho que me inseri nas redes de ativismos e de equipamentos públicos na região.

¹⁰² CCA é um serviço público voltado para atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social vinculado à política de Assistência Social. Trata-se de um serviço executado gerido pelo município e executado a partir de instituições da sociedade civil a partir de conveniamento com a prefeitura.

¹⁰³ O SPVV é, assim como CCA, um serviço municipal executado por organizações sociais por meio de convênio com a prefeitura e é voltado para crianças e adolescentes vítimas de violência. O atendimento é feito a partir de encaminhamentos feitos pelo CREAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

Na época da entrevista, Rosa morava com o filho – ao todo eram três filhos: Mariana de 36 anos, Lívia com 30 e Guilherme com 23 anos – em uma *casa de fundos* no Jardim Santo Antônio, distrito do Jardim São Luiz. Este distrito é conhecido há décadas pelas altas taxas de homicídio de jovens negros e também por estar localizado ali o cemitério São Luiz, cuja presença remete a tais mortes já que a maioria dos corpos, vítimas desses homicídios, foi, e continua sendo, enterrada naquele local. O bairro de Rosa é bem diverso, como toda a periferia de São Paulo. É comum existir um conjunto de ruas mais largas com casas maiores, algumas individuais, outras com mais de uma unidade no terreno, mas quase todas com bons acabamentos. São os conhecidos *lugares bons*. Outras ruas são mais estreitas, com casas menores, com pouco ou nenhum quintal e com mais de uma residência em um mesmo terreno.

Muito comum também, principalmente a partir das últimas 3 décadas, uma leve verticalização das periferias. Não tanto provocada pela construção de prédios, embora também os tenha, mas sobretudo pelo surgimento de casas assobradadas, onde o dono da residência constrói novas residências sobre a original, seja para garantir renda com o aluguel, seja para assegurar a casa própria para membros da família, normalmente filhas e filhos - como o fez Helena e a mãe de Elaine, das quais tratei no capítulo anterior. Se compararmos as fotos do início da década de 1980 com as de hoje dos bairros da zona sul, veremos essa verticalização, não apenas com a presença de prédios, dos quais muitos são de conjuntos habitacionais populares, como também dessas casas assobradadas. Favelas também continuam a ocupar a paisagem, algumas vezes intercaladas aos bairros, outras sendo a maior parte do cenário. Vale lembrar que, de acordo com o censo de 2010, o Jardim Santo Antônio tinha 25% de seu território ocupado por favelas.

Na rua onde mora Rosa não há nem favelas, nem predinhos de conjuntos habitacionais. Lá é um desses *lugares bons*. Além de sua rua ser ampla com casas maiores, fica próxima a um pequeno centro comercial onde também passam várias linhas de ônibus, inclusive aquelas com itinerários direto para o centro. O fácil acesso ao transporte público é indicador de qualidade de vida para qualquer pessoa que mora na cidade de São Paulo, mas para quem mora nas periferias, isso ainda é mais importante, tendo em vista os enormes deslocamentos que as pessoas fazem diariamente para seus empregos, normalmente para regiões centrais (GALICHO, 2021). No caso de Rosa e Mariana, ambas têm o *privilégio* de trabalhar perto de casa, embora também necessitem de transporte público. Rosa pega apenas um ônibus para chegar ao trabalho. Mariana também tinha acesso fácil ao trabalho até de se mudar da casa em que morava com a mãe, para seu novo

apartamento localizado em outro município da região metropolitana de São Paulo, Osasco. Com a mudança, tem ficado mais complicado o trajeto e precisa pegar carona com o marido até uma parte do percurso, para depois seguir de trem e metrô até chegar em seu trabalho, no Jardim São Luiz.

Quando conversei com as duas mulheres, elas estavam vivendo uma fase de transição em suas vidas. Nas narrativas de ambas havia um sentimento de superação das dificuldades e também de estabilidade financeira e familiar que lhes dava uma sensação de segurança. Mariana acabara de se mudar, estava finalizando o curso de Serviço Social na Uni-Ítalo (Centro Universitário Ítalo Brasileiro) ali próximo e tinha um trabalho estável que correspondia as suas expectativas profissionais e políticas. Rosa também se encontrava em uma condição segura no CCA, estava formada e sem riscos de *voltar a ser diarista*, como me disse. Os dois outros filhos, Guilherme e Lívia, estavam também formados e com empregos estáveis. Mas o mais importante para ambas, não era apenas a segurança que as respectivas condições individuais traziam, mas o fato de toda a família estar *encaminhada*, não sobrecarregando nenhum de seus membros, como havia ocorrido no passado.

O que pretendo destacar nessa seção não é tanto a situação atual de ambas, mas como narram o longo processo de construção de sua família e de realização de seus projetos individuais. Percurso esse realizado em um contexto no qual as relações tecidas no território, para além da família nuclear, foram fundamentais e o cuidado constituiu o fio que teceu não apenas relações, famílias e subjetividades, como também lutas. Em outras palavras, o cuidado figurou como elemento fundamental em um processo de produção de sujeitos e territórios racializados que se realizou, e se realiza, também em termos de gênero.

Tanto Rosa, como Mariana, identificam seu núcleo familiar formado por elas – mãe e filha –, por Marina e por Guilherme. O pai de Mariana é mencionado vez ou outra por ela, mas não por Rosa, já que Carlos *nunca ajudou em quase nada*. O homem teria *um temperamento difícil*, disse a filha. Na narrativa de ambas, a estabilidade da família foi conquistada por um longo processo de agenciamentos e de sofrimentos que envolve a separação do casal, a conquista de uma casa onde pudessem permanecer – mãe e filhos – juntos e a produção da autonomia de cada um da família, sempre planejada coletivamente. Nesse processo, Rosa e Mariana assumiram papéis fundamentais de cuidado que eram reconfigurados ao longo do tempo e também foram amparadas por outras redes de ajudas constituídas por mulheres, como veremos. A história narrada por elas diz respeito também às transformações ocorridas nas periferias nos últimos 40 anos.

Rosa, como todas as mulheres com quem conversei com mais de 50 anos, também é de origem rural. No seu caso, veio do interior de São Paulo. Chegou por aqui ainda criança, aos cinco anos de idade, mas não se recorda dos acontecimentos da infância. Diferente de Vanusa, Helena, Aurora e Joana conseguiu estudar, ainda que com uma trajetória educacional fragmentada. Inicialmente seguiu até o primeiro ano do Ensino Médio, quando, aos dezesseis anos de idade, foi obrigada a deixar a escola, pois engravidou e casou com Carlos, pai de seus três filhos. Só concluiu o Ensino Médio depois da separação e passadas quase duas décadas, entrou na faculdade. Conforme descreveu Rosa, Carlos, um homem negro e mais velho do que ela, veio da Bahia em busca de melhores condições de vida. Chegou aos 14 anos e não demorou para conseguir emprego na indústria. Rosa disse que mesmo sem saber ler ou escrever não foi difícil para ele encontrar emprego: “a metalúrgica tava em alta, a pessoa não sabia escrever naquela época, mas ganhava um salário muito alto na metalúrgica”. A zona sul contava com a presença de metalúrgicas importantes na região, assim como também possuía um movimento sindicalista forte, do qual o principal expoente foi o sindicalista Santo Dias, assassinado durante um piquete na Fábrica Silvânia, no distrito do Campo Limpo (COELHO, 2007; KOWARICK, 2009), como mencionado na introdução desta tese.

O emprego formal era um privilégio masculino, como também já discutido anteriormente. Restava às mulheres de baixa escolaridade e de origem rural, grande parte das quais negras, quase que exclusivamente o emprego doméstico ou de baixa qualificação, relacionados ao cuidado. Rosa, mesmo com maior escolaridade que o marido, não conseguiu outro trabalho que não o de diarista, ao qual teve que recorrer para conseguir autonomia financeira e se separar do marido que a agredia constantemente. Todas as mulheres com quem conversei, tinham ao menos um período na vida em que trabalharam como empregadas domésticas.

“Eu acho que...por exemplo, quando eu saí do CDHEP, se eu não tivesse feito faculdade, eu teria voltado como diarista. Você entendeu? Então, se eu não tivesse feito faculdade, com certeza teria sido diarista novamente.”

Mas diferente das outras mulheres, Rosa conseguiu *escapar* desta sina, não apenas finalizando a educação básica, como também acessando a faculdade. Processo educacional este percorrido com muito esforço e que só conseguiu ser retomado com a separação do marido e com o apoio da filha. Contudo, a sombra de voltar a ser diarista retorna a cada situação de instabilidade

econômica. Esse medo do *tempo voltar* não é um sentimento exclusivo de Rosa, mas também de muitas outras mulheres que hoje são qualificadas, mas que já experimentaram trabalhos precários e subalternizados e sabem da condição instável e vulnerável a que estão submetidas no mercado de trabalho pela condição de serem mulheres pobres, racializadas e moradoras das periferias¹⁰⁴. Valho-me aqui de um trecho de Donna Haraway sobre a condição vulnerável do trabalho feminizado:

(...) capaz de ser desmontado, remontado, explorado como uma força de trabalho de reserva; que as pessoas envolvidas são vistas menos como trabalhadores/ as e mais como servos/as; sujeito a arranjos do tempo em que a pessoa ora está empregada num trabalho assalariado ora não, num infeliz arremedo da ideia de redução do dia de trabalho; levar uma vida que sempre beira a ser obscena, deslocada e reduzível ao sexo. (Haraway, 2000, p. 60)

Rosa e Mariana lembram que viviam em boas condições antes da separação: casa própria, carro, escola particular e até contavam com o trabalho de uma empregada doméstica. Condição econômica essa que se ouve muito pouco nas narrativas de moradoras e moradores das periferias dos anos de 1980 e 1990. A situação de sua família realmente se destacava naquele contexto. Mariana utilizou a metáfora de viver *em uma bolha* para se referir a esta época. Para ela, sua condição era muito diferente e restrita com relação à *realidade* da maioria das crianças do bairro onde morava. Já Rosa, sobre o período em que era casada, falou apenas das agressões que sofria do marido e da dependência financeira que tinha dele:

“Eu não podia estudar...eu só podia trabalhar se eu ganhasse mais do que ele. Jamais, naquela época, eu ia ganhar mais do que ele, né?”

Assim como Vanusa, e também como outras mulheres com quem conversei, Rosa chegou a um momento no casamento em que se viu premiada entre continuar em uma relação violenta e manter a família em condições mais seguras economicamente ou deixar o marido, correndo o risco

¹⁰⁴ Segundo dados da PNAD contínua (2016-2021), no 3º trimestre de 2021, a taxa de desemprego para a população em geral era de 12,6%, entre mulheres negras a média era de 18,9%. Dentre essas mulheres, 33,9% estão a procura de trabalho há dois anos ou mais, taxa maior do que todos os outros segmentos. Os dados ainda demonstram que jovens mulheres negras contituem o segmento que menos tem acesso ao trabalho no setor privado com carteira assinada, além da alta rotatividade com as taxas de baixa permanência no trabalho atual (40,4% com menos de um ano no trabalho). A parcela de jovens negras com carteira assinada é cerca de 8% menor do que jovens não-negras, (49,5% a 41,4%). Assim, a maior parte das jovens negras está na informalidade, chegando no 3º trimestre de 2021 à 46,1%, taxa menor apenas que de jovens negros de 51,2%. Com relação aos rendimentos, mulheres negras ganham 46,6% do salário de homens não-negros.

de se afastar dos filhos e passar por pesadas restrições lançando-se a um futuro incerto. Nos anos de 1980, as mulheres que se separavam dos maridos tinham poucas garantias de direitos, sobretudo no que se refere à pensão e guarda de filhos. Como afirmaram Mariana e Rosa, ao sair da casa em que morava com Carlos, o mesmo foi taxativo com relação às despesas da família: “não pagaria mais nada”. Rosa foi obrigada, como disse, a ir embora sozinha, deixando as duas filhas na casa do pai, pois Guilherme ainda não tinha nascido.

“Eu sofria muita violência doméstica, ele era muito agressivo, né? Aí, com dez anos de casada, foi quando, por apanhar muito, eu fui embora de casa. Mas naquela época que a gente se separou foi na época que as metalúrgica tava em alta. Ele trabalhava nos Rolamentos Fagui. Então a metalúrgica tava em alta, a pessoa não tinha nenhuma... assim, não sabia escrever, a pessoa não sabia escrever naquela época, mas ganhava um salário muito alto nas metalúrgica. Foi em...em oitenta e seis, oitenta...não chegou à noventa. Foi antes da metalúrgica ir embora pro interior. Aí eu optei por deixar a Mariana e a Lívia, que eram as mais velhas, com ele. Eu só tinha a Mariana e a Lívia. Porque ele ganhava muito bem e tinha condições financeiras... Aí eu fui embora de casa e fui trabalhar como empregada doméstica.”

Novamente o emprego doméstico aparece como única alternativa de trabalho e renda, garantindo um mínimo de autonomia financeira para mulheres pobres. Rosa não encontrou outra saída, como me disse, e deixou as duas filhas com o pai. Ela saiu de casa e foi trabalhar como empregada doméstica *morando no serviço*. Ficou neste trabalho por cerca de um ano, pois, em uma *recaída* com Carlos, engravidou e teve que sair da casa dos patrões.

Como no capítulo anterior, o serviço doméstico apareceu na narrativa de Rosa a partir também de sua ambiguidade. Sem dúvida alguma, tal experiência figura como um lugar social de opressão e fonte de humilhação para o qual ela teme ter que retornar. Contudo, morar *em casa de família* e depois *trabalhar como diarista*, eram as únicas alternativas naquele momento que possibilitariam sua saída de uma situação ainda mais violenta e insuportável, que era o casamento. Neste sentido, de modo algum amenizando as explorações e profundas marcas deixadas pela subordinação desse tipo de trabalho, destaco o agenciamento dessas mulheres no sentido de buscar por autonomia e de realizar complexas operações cotidianas para não sucumbirem à subjugação por parte de patrões. Não é à toa que Rosa se sentia aliviada por, naquele seu presente, não correr riscos de ter que voltar a trabalhar como diarista. Porém, *se fosse preciso, faria tudo novamente*.

Voltando à narrativa sobre sua trajetória, Rosa saiu do emprego onde morava por conta do bebê, ficando em uma condição ainda mais vulnerável: grávida e sem ter onde morar. Ela então recorreu ao trabalho de diarista e à ajuda da família do ex-marido, indo morar nas proximidades da

casa da irmã dele, *bem no miolo do Capão Redondo*, como me disse. Carlos levou mais de 10 anos para reconhecer a paternidade do filho.

Na fala de Rosa a separação aparece como um ponto de virada em sua vida, a partir do qual, apesar das enormes dificuldades, alcançou sua autonomia e *dignidade*. O afastamento do marido violento era lembrado por Rosa com alívio, como uma forma de reconstruir sua vida, família, casa, enfim, seu mundo, sem o peso da violência.

Depois do nascimento de Guilherme, Mariana foi morar com a mãe, vivendo também uma transformação significativa em sua vida, o que ela chamou de *sair da bolha*. De uma boa condição de vida, Mariana passou a se ver como a família mais pobre de todos os parentes, aquelas crianças que precisavam de ajuda dos familiares e vizinhos: comida, roupa, remédio, brinquedos, etc

“É, na época eles assim, foi me colocado como uma escolha meio do tipo: ‘Cê gosta mais do pai ou da mãe? Então você pode escolher com quem você quer morar a partir disso’. E aí eu fui morar com a minha mãe e a partir desse momento meu pai fala: ‘Então se você vai morar com ela, ela que tem que pagar suas contas, eu não pago mais’. Então a partir daquele momento ele não pagou mais escola, ele não custeou mais a vida, a minha vida. E aí as coisas ficaram muito difíceis, aí foi um degrau enorme, tipo, muito rápido! Aí nesse momento eu tenho a região e o bairro como o único apoio porque aí eu perco tudo. Eu perco tudo muito rápido. Eu lembro de quando eu decidi morar com a minha mãe e aí na outra semana ele foi na escola e falou: ‘Então agora eu não pago mais a mensalidade dela’”.

Para Mariana não foi o episódio da separação dos pais o evento que considerava mais transformador de sua vida, mas sim a mudança decorrente dela, ou seja, a saída da casa do pai para a casa da mãe. Uma ruptura que redefiniu completamente sua trajetória. De uma condição de vida onde a renda familiar, oriunda do trabalho formal do homem, na qual o núcleo familiar conseguia viver com autonomia financeira (e também de cuidado assumido exclusivamente pela mãe), prescindindo assim da ajuda de outros parentes ou redes de apoio, ela passou a se ver em uma situação de família pobre. Agora sua família era *chefiada* por mulher (encarregada de duas obrigações – financeira e do cuidado) que necessitava recorrer a outras pessoas para garantir a manutenção da vida.

“Muito rápido eu tive que entender, que assim, era isso, durante muito tempo nós eramos aquela família que todo mundo ajudava um pouquinho, sabe? O vizinho dava uma coisa, outra as tias...as minhas tias, durante muito tempo, seguraram a onda com comida mesmo, sabe?”

Mãe e filha passaram então a compartilhar as tarefas de cuidado com a casa e com as crianças. Importante aqui ressaltar como o trabalho é algo que começa muito cedo na vida dessas mulheres, sobretudo aquele relacionado ao cuidado. Filhas mulheres assumem muito mais as tarefas domésticas do que os filhos homens. Com relação às mulheres mais velhas, essa *ajuda* em casa geralmente passava para o trabalho em *casa de família* (FRAGA, 2010). Como nas trajetórias de mulheres mais velhas nos capítulos anteriores, Vanusa começou a trabalhar aos 8 e Aurora aos 9 anos. Na narrativa de mulheres mais jovens, embora não realizassem o *trabalho infantil*¹⁰⁵ para fora de casa, tal trabalho era demandado pela própria família. Mariana passou a assumir parte do papel que a mãe cumpria quando era casada. Ela agora era responsável pelo cuidado do irmão. Nesta condição, a menina se inseria em uma rede mais ampla de parentes e vizinhança que a apoiava nessa tarefa.

“Eu acho que essa foi assim, daquela coisa dos traumas da vida, esse acho que é um dos meus grandes traumas. Porque aí eu me constituí nesse lugar de cuidadora. Daí eu comecei a cuidar do Vini. A minha avó materna morava com a gente também e cuidava...ajudava cuidar um pouco dessas coisas. E aí eu acho que uns oito meses, um ano, a Livia veio, que é minha irmã do meio. Veio morar também com a minha mãe, e aí as coisas ficaram mais difíceis, porque daí era minha mãe tendo que cuidar de três filhos e da mãe dela... Eu me lembro exatamente de me sentir muito responsável, sabe? Tanto pelos sucessos, como infortúnios dos meus irmãos: ‘Meu Deus, Livia tem nota baixa na escola, a culpa é minha que não ensinei ela!’. Sei lá, o Guilherme ficava doente, eu falava: ‘Ai meu Deus, eu não dei o remédio, eu não cuidei...’. Fui lá na farmácia, tô preocupada e vou na farmácia. E aí isso fez, por exemplo, estabelecer uma relação não de irmãos. Eu não tenho uma relação de irmãos com meus irmãos, eu tenho uma relação de mãe!”

Segundo Joan Tronto (1997), cuidar implica em dispendir trabalho, tempo, dinheiro, envolvimento emocional e sacrifícios voltados para alguma coisa ou alguém. Significa uma relação que demanda por responsabilidades e compromissos contínuos. Todas as mulheres com quem conversei no decorrer desta tese experimentaram essas cargas de responsabilidade já na infância. Mesmo que o peso e as atribuições delegadas às meninas de cada geração difiram, todas elas vivenciaram de alguma forma relações de cuidado a partir de um lugar específico: ocupando a posição de cuidadoras. As lembranças a partir desse lugar são evocadas com pesar, como fonte de sofrimentos que habitam o corpo até o presente: *enferma até hoje*, como disse Vanusa; *trauma*,

¹⁰⁵ A constituição de 1988 admite trabalho apenas após dos 16 anos de idade, sendo que aos 14 é possível o trabalho apenas na condição de Aprendiz. Contudo, sabe-se que sobre a entrada precoce em trabalhos precários, informais e até exploração, maus-tratos e prostituição de crianças e adolescentes. Importante ressaltar que com a crise econômica, sobretudo depois da Covid-19, o trabalho infantil tem se intensificado, implicando, inclusive, em evasão escolar.

disse Mariana. Mas a sensação de dar mais cuidado do que receber não é apenas de um passado que permanece no corpo, trata-se também de uma condição reforçada ao longo do tempo. As demandas do cuidado não cessam, pelo contrário, tornam-se mais complexas e pesadas sobretudo em contextos de profunda privação econômica, ausência de políticas sociais (e de homens) envolvidos com esta obrigação e intensa violência.

Com o passar dos anos, Rosa continuou trabalhando como diarista até conseguir, por meio de seu envolvimento com as comunidades eclesiais de base, as CEBs, e com a vinculação ao partido dos trabalhadores, um trabalho mais estável em uma ONG da região, o CDHEP, onde eu a conheci. Esse novo emprego, embora não proporcionasse um aumento na renda familiar considerável, significava mais *dignidade* e estabilidade para família.

Já Mariana, assim que entrou na adolescência, começou também a trabalhar percorrendo uma trajetória profissional muito característica de jovens das periferias a partir da década de 1990: entre empregos precários em comércios da região e empregos nas recentes políticas sociais (ou projetos em ONGs) – como educadora social, articuladora, agente de saúde, etc. O primeiro trabalho de Mariana foi *em troca de favor* na loja de roupas de uma tia que a remunerava com alimentos e roupas para a família. Alguns anos depois, por volta dos 17 anos, começou a trabalhar em um Telecentro¹⁰⁶ do bairro, tipos de empregos que começaram a ficar disponíveis com a ampliação de políticas sociais e ONGs, principalmente partir dos anos 2000. Tanto Rosa como Mariana são bastante engajadas. A militância política está emaranhada à constituição da própria família, o que pretendo tratar no tópico seguinte.

A partir do engajamento de mãe e filha com a militância, Mariana começou a trabalhar no gabinete de um vereador do PT no início dos anos 2000, emprego que permaneceu por 10 anos, começando como recepcionista até se tornar assessora. Os rendimentos de Mariana sempre contribuíram para a renda familiar e, com a ascensão para o cargo de assessora, durante um bom tempo, seu emprego era a principal fonte de renda da família. Com a estabilidade financeira familiar, Rosa ingressou na faculdade de Serviço Social. Só depois da mãe se formar, Mariana entrou na faculdade. Primeiro começou a fazer História na UNIBAN (Universidade Bandeirantes de São Paulo), instituição privada com fins lucrativos também da região, mas logo teve que abandonar o curso, pois sua renda era insuficiente para arcar com todas as despesas da casa –

¹⁰⁶ Centros que oferecem acesso gratuito a computadores e à internet implementados em São Paulo no início dos anos 2000.

incluindo um curso técnico que pagava para o irmão adolescente e as mensalidades de sua faculdade. Assim, a entrada de Mariana no Ensino Superior foi protelada até que sua mãe e seu irmão já estivessem de certa forma *encaminhados*.

Na narrativa de Mariana sobre sua trajetória, os projetos pessoais estavam articulados ao projeto do restante da família, se fosse preciso, eles seriam protelados para que outras necessidades fossem priorizadas. Depois de garantir as condições mínimas de segurança para todos – casa, alimentação, cuidado, não *envolvimento* das crianças com o crime, empregos estáveis – o Ensino Superior se tornava uma esperança para a garantia de uma *vida encaminhada* de todos da família. No final dos anos 2000, sua mãe estava formada, seu irmão fazendo estágio em uma grande empresa e a irmã mais nova na faculdade. Tratava-se de um momento de maior estabilidade em que Mariana finalmente poderia deixar de se preocupar com a família e *cuidar de si mesma*, como me disse. No entanto, foi exatamente neste momento em que ela começou a apresentar severos problemas de saúde. Quando a conheci, quase 8 anos antes da nossa conversa, Mariana estava completamente abatida e sem esperanças para o futuro.

Mariana narrou seu adoecimento como desdobramentos das sobrecargas geradas pelas responsabilidades de cuidado com relação à família que assumiu durante uma vida inteira. Como se, naquele momento em que todas as pessoas que amava já estivessem *seguras e caminhando com suas próprias pernas*, ela pudesse finalmente adoecer e ser cuidada:

“Tudo isso acontece na década de dois mil a dois mil e dez. Aí eu pego e saio do gabinete e fico um ano em casa. E aí é assim, eu tô num processo de adoecimento, né, nessa época eu tô num processo de bastante doente, é...não ter mesmo condição de trabalhar. Eu saio do gabinete num momento de vida que eu não tenho mesmo condição de trabalhar...eu engordei muito assim, eu sempre fui muito gordinha, eu sempre fui gorda! Mas naquela época eu engordava tipo, dez, doze quilos por mês...de angústia, de um pouco de depressão... Aí vai desdobramentos, então eu tinha muita pressão alta, eu tinha muitas coisas que foram desdobramentos disso, sabe? Aí eu faço um combinado com minha família, com a minha mãe em particular e com meu companheiro de que é assim, eu vou ficar um ano em casa. E nesse um ano eles vão segurar as minhas pontas”.

Depois desse ano, Mariana vai se recuperando progressivamente. Ingressou na faculdade de Serviço Social, na turma da madrugada¹⁰⁷ e passou a trabalhar no SPVV (Serviço de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência). Naquele dia de nossa conversa, fazia menos de um ano que havia se formado.

¹⁰⁷ Horários alternativos de cursos de graduação implementados por algumas universidades, como a Uni Ítalo. Mariana cursava Serviço Social das 5h45 às 8h30.

O que pretendo destacar na relação de Rosa e Mariana e em suas trajetórias é como agenciamentos e movimentos realizados por essas duas mulheres geraram reconfigurações familiares em que papéis de gênero e moralidades foram profundamente remodeladas, sobretudo no que se refere aos lugares de mãe e filha. Contudo, o papel do cuidado permaneceu recaído sobre as mulheres produzindo sofrimentos, mas também forjando subjetividades, resistências e lutas. Uma vez que o cuidado, como argumenta Tronto (1997), é, em si, um trabalho relacional de responsabilização, carga e sacrifício e, em contextos marcados pela precarização da vida das mulheres e pela desresponsabilização por parte do Estado e dos homens, essa tarefa torna-se um fardo ainda mais pesado de carregar. As mulheres se veem premidas em complexas decisões entre abandonar suas crianças, ou submetê-las a difíceis condições de vida onde serão, muitas vezes, obrigadas a partilhar tarefas do cuidado, ocupando também o lugar de cuidadoras. A trajetória de Mariana demonstra como esse papel foi incorporado e agenciado por ela, não apenas como uma obrigação que ao longo da vida produziu culpa e adoecimento, mas também como a constituiu como sujeito modelando, inclusive, sua atuação profissional e também política.

O evento da separação do marido, para Rosa, significou, não apenas um importante movimento no sentido de buscar autonomia e dignidade, mas também a lançou a uma condição de precariedade econômica gerada pelas forças sociais que delimitam e vulnerabilizam a vida de mulheres pobres e periféricas. Mariana, cujos efeitos desse evento se infiltraram em seu cotidiano, foi obrigada a decidir se ficaria com o pai ou com a mãe e, decidindo por esta, passaria a compartilhar sua condição de precariedade. Ela saiu da *bolha*, isto é, do mundo que até então conhecia para experimentar os efeitos da vulnerabilidade social da vida das *famílias chefiadas por mulheres* passando a carregar o pesado fardo do cuidado ainda em sua infância. Desde então Rosa e Mariana esforçaram-se para criar projetos de futuro, processo esse sempre partilhado, mas não sem tensões. Para que passos fossem dados no sentido não apenas de manter a vida, como também para que ela fosse vivida em melhores condições, outros fios foram incorporados na tecitura do cotidiano. As redes de solidariedade e ativismo foram fundamentais para a produção de suas vidas. Redes estas compostas majoritariamente por mulheres que a colocavam em movimento a partir de experiências vividas em termos de gênero, nas quais cuidado e luta eram centrais.

4.2 Cuidado, Ajudas e lutas

“E aí eu fui pra escola pública. Fui estudar numa escola que chama Margarida Maria Alves que tem a ver muito com a história da minha família porque toda a minha família paterna mora nesse bairro e foram as minhas tias que fizeram todo movimento pra ter escolas, então as minhas tias eram fundadoras... Minhas tias paternas que acolheram minha mãe, na verdade. Meu irmão nasceu na casa de uma tia paterna... E aí eu fui conhecer uma história que eu não conhecia, que era minha, mas que eu não conhecia. Que era assim, na escola todo mundo tinha as minhas tias como referência porque foram elas que... Elas vieram da mesma cidade do meu pai e já vieram pra morar nesse lugar. E quando elas vieram, não tinha nada no bairro. Não tinha escola, não tinha creche, não tinha nada! E elas foram tendo filhos e precisavam que os filhos estudassem. E como são pessoas extremamente articuladas, então elas começaram a fazer o movimento de mães, juntaram as mães que tinham filhos próximos e foram lutar por escola. E é nessa escola que eu fui estudar! Uma das minhas tias, eu achei linda a história dela, foi e conseguiu ser concursada no estado. Aí ela foi ser a tia da faxina na escola. E ela ficou...ela se aposentou sendo a tia da cozinha dessa escola. Hoje ela mora em Itapetininga, ela se aposentou e foi morar em Itapetininga. E aí ela decidiu, já quando a gente já era adulta, eu achei bem bonito, ela foi fazer pedagogia! Aí ela se formou. Ela é pedagoga, se formou. Nunca exerceu, mas se formou em pedagogia. E aí nessa rua morava duas tias paternas, os primos, né? Toda a minha família. Aí eu fui ter contato com esse território, né?”

Mundo, essa foi uma palavra repetida diversas vezes pelas mulheres com as quais conversei. Era vocalizada quando elas falavam sobre rupturas bruscas em suas vidas: *meu mundo caiu, aquele era meu mundo, perdi meu mundo*. Com essas expressões, buscavam descrever a sensação de queda, de vazio, mas também de uma situação completamente nova, que ainda não era compreendida ou mesmo difícil de ser nomeada. Mariana narrou a mudança para casa de seu pai nestes termos, *sair da bolha*, que significava deixar aquele mundo conhecido para experimentar novas relações e condições de vida que até pouco tempo estavam fora de um mundo *pequeno e protegido*, como ela o caracterizava. Ela desconhecia a *realidade* de seu bairro. Em seu caso, a mudança para casa de sua mãe foi uma espécie de ampliação do mundo, mesmo que dolorosa. Foi neste novo bairro, apenas há algumas centenas de metros da casa em que morava com o pai, que sua vida se transformou radicalmente. Passou a ver que crianças cuidavam de outras crianças, transformando-se em uma delas. Começou a entender que sua família não mais se bastava e que ela, sua mãe, irmã e irmão precisariam da ajuda de outras pessoas. Foi neste novo contexto que se percebeu entre as *crianças mais pobres da família* e começou a sentir os olhares de piedade e de suspeita de que ela e seus irmãos *não dariam certo*. Foi lá que passou a ser convocada à responsabilidade do cuidado. Este novo mundo era pesado e perigoso, o *caminho errado* era sempre

uma possibilidade. Porém, essa nova *realidade* era também ampla e diversa e foram as relações tecidas nela que a acolheram e também a inseriram em um contexto de resistências e lutas produzidas por mulheres. Foi a partir dessa experiência que ela se constituiu como sujeito, sendo o cuidado e a *luta* elementos fundamentais deste processo.

Como Mariana narra acima, suas tias, irmãs de seu pai, estavam profundamente envolvidas com a luta por direitos no bairro. Como tratado na introdução desta tese, é vasta a produção acadêmica sobre os movimentos sociais que atuaram nas periferias da cidade de São Paulo principalmente nas décadas de 1970 e 1980 (KOWARICK, 2009; FELTRAN, 2011). Esses trabalhos trataram desde o potencial democrático desses movimentos, até os limites de seus efeitos no que se refere à diminuição da desigualdade social a partir da qual se reproduz a cidade. Algumas produções também buscaram compreender o impacto dessas mobilizações populares na emergência de novos sujeitos políticos nas periferias (DURHAM, 2004). No entanto, apenas mais recentemente, gênero, e também raça, têm sido eixos relevantes para pensar a ação política nas periferias da cidade. O ingresso de novos sujeitos produtores de conhecimento nos programas de pós-graduação tem proporcionado novas abordagens nesses estudos, como também argumento na introdução. Raça, gênero e sexualidade são eixos a partir dos quais periferia tem sido compreendida por estes trabalhos, principalmente por pesquisadoras mulheres, muitas delas negras e também moradoras desses territórios. Essas produções têm buscado recuperar o histórico de ação de mulheres, principalmente dos Clubes de Mães, muito atuantes nas décadas de 1970 e 1980, relacionando-os às ações contemporâneas de coletivos de mulheres periféricas. Danielle Regina de Oliveira (2019) traz, em sua dissertação de mestrado algumas vozes deste feminismo periférico tornando visível a este processo:

“Eu sempre entendi essa força da mulher junta, quando eu cresci numa comunidade em que todo mundo se ajudava, a vizinha cuidava dos filhos da minha mãe para minha mãe tramar, elas se organizavam, tipo, caía a telha da casa de outra, a outra acolhia, e minha mãe era mãe de leite dos meninos da idade do meu irmão, de uns três pelo menos. E de vê-las lutando também para viver, para ter a escola no bairro, para ter o asfalto, para ter água, (...) eu sempre me enxerguei mulher e tendo a minha força através dessas mulheres que eu cresci com elas né?!”. (S. M., 15/06/2018). (OLIVEIRA, 2019, p. 169)

Os Clubes de Mães estiveram ligados às Comunidades Eclesiais de Base, às CEBs, cuja atuação era intensa nas periferias durante as décadas de 1970 e 1980. Elas constituíram, junto com sindicatos e partidos de esquerda, as bases da organização popular desta época (OLIVEIRA, 2019; MACEDO-OLIVEIRA). Os trabalhos destas pesquisadoras destacam o papel fundamental de

donas de casas, trabalhadoras domésticas, mães, nordestinas, enfim, moradoras das periferias que se engajaram nas lutas por escolas, creches, equipamentos de saúde, etc. Argumentam ainda sobre a existência de um legado feminino deixado por elas para as gerações posteriores, inclusive, mas não só, para as jovens mulheres que estavam construindo o feminismo periférico (OLIVEIRA, 2019; OLIVEIRA-MACEDO, 2021).

Mariana não participava de nenhum coletivo de mulheres, bem como não sabia me dizer se suas tias compunham ou não os Clubes de Mães, mas desde pequena, aprendeu a se orgulhar e também a incorporar como suas as histórias de luta das mulheres de sua família. Sua tia, Socorro, que lutou pela implementação da escola no bairro, posteriormente, após sua conquista, foi aprovada em um concurso público e passou a ocupar o cargo de *servente escolar*¹⁰⁸ na instituição. Mariana, ao sair da escola privada em que estudava devido à suspensão de pagamento da mensalidade por parte de seu pai, passou a frequentar a escola onde a tia trabalhava. E, mesmo Socorro ocupando um cargo subalterno, Mariana se sentia orgulhosa por ser sua sobrinha, devido ao reconhecimento que a tia gozava naquele ambiente, assim como o *status* que a menina adquiria por ser familiar de uma das *fundadoras* da escola.

Além disso, a história do engajamento de Socorro, assim como o próprio percurso profissional e de militância de Mariana, revelam, sob a perspectiva de mulheres, várias dimensões das transformações políticas ocorridas nas periferias desde os anos de 1970. Uma delas é a produção de um espaço público e de pautas forjadas a partir de uma experiência feminina. Isto é, a mobilização de *donas de casa e mães* que lutavam por melhores condições de vida de suas famílias e comunidades a partir de demandas da vida doméstica. Tais demandas se transformavam em pautas políticas moduladas por um vocabulário de direitos, que se fortalecia naquele contexto de abertura democrática. No caso da família de Mariana, tratava-se da ampliação ao acesso à educação, também entendida como um componente da rede de cuidado de crianças.

A ampliação de uma rede de serviços públicos – que, de forma contraditória e ambígua, foi fruto não apenas dessas lutas, mas também moduladas por uma lógica neoliberal de gestão da pobreza (WACQUANT, 2001; FELTRAN, 2011; CARMO, 2016) – que avançava conforme se consolidava o regime democrático, ofereceu um alargamento das possibilidades de inserção profissional, sobretudo de mulheres. Professoras, enfermeiras, psicólogas, educadoras, dentre

¹⁰⁸ Cargo público de apoio escolar cujas funções estão relacionadas à limpeza, organização e distribuição de alimentos na escola.

outras ocupações, multiplicaram-se como trabalhos feminilizados que compunham essas redes. No caso de Socorro, deu-se a partir do ingresso institucional como servente que, embora não fosse um trabalho que exigisse qualificação e não lhe proporcionasse grandes ganhos, era uma garantia de estabilidade financeiras e direitos trabalhistas. Como no caso de Helena do capítulo anterior, um emprego formal, mesmo que subalternizado, seria melhor do que *as humilhações* e inseguranças do trabalho *em casa de família*.

O percurso político que redundou na implantação da escola, bem como seu trabalho com o cotidiano escolar, ofereciam elementos novos para Socorro pensar em projetos de futuro em outros termos. Em nossa conversa, Mariana falou do sonho da tia em se formar em Pedagogia. Sonho esse que só viria a realizar depois de aposentada, pois quando ainda trabalhava na escola as possibilidades de ingresso no Ensino Superior para as classes populares eram muito escassas. As políticas de acesso só viriam a partir de meados dos anos 2000, como discutido na experiência de Verônica, na seção anterior. De todo modo é importante ressaltar aqui como a formação superior é sempre elaborada em termos de *um sonho* pelas mulheres com quem conversei. Justamente por se tratar de um projeto que, ainda hoje, demanda muitos esforços por parte das famílias de estudantes pobres. Enfim, Socorro nunca chegou a lecionar, mas realizou o sonho de se formar.

Neste sentido, argumento que a responsabilidade do cuidado e o engajamento com lutas coletivas são experiências recorrentes na vida de muitas das mulheres com as quais conversei. Vanusa, Helena e Rosa, as mulheres mais velhas presentes neste capítulo, estiveram engajadas nas lutas da década de 1980 por melhores condições de vida nas periferias. Aurora, embora não tenha participado de mobilizações deste período, vincula-se agora aos movimentos mais recentes contra a violência do Estado, amparada por coletivos de jovens, principalmente de mulheres do feminismo periférico. Todas as mulheres, de ambas as gerações, estiveram e estão envolvidas com a incontornável tarefa cotidiana do cuidado, que abrange não apenas as obrigações com suas famílias, mas também é elemento constitutivo de relações que constituem redes mais amplas de amizade, solidariedade e *lutas*.

Denise Pimenta (2019) em sua tese *O cuidado perigoso: tramas de afeto e risco na Serra Leoa*, argumenta que a manutenção da estrutura familiar e da comunidade requer incansável trabalho de cuidado, principalmente por parte de suas mulheres. Pimenta observa algo, também presente em meu campo respeitadas as múltiplas diferenças entre os contextos, que é a sobrecarga do trabalho do cuidado que se avoluma sobre as mulheres que vivem em situação de precariedade

econômica, doenças e violências. A desigualdade social e a violência racial têm seus impactos não apenas sobre os corpos que sofrem diretamente com a escassez e agressão, mas infiltram-se no cotidiano, deteriorando progressivamente relações, famílias e territórios. São as mulheres, a partir da experiência generificada do cuidado, que produzem, como afirma Pimenta, a criação de *táticas de sobrevivência*. São elas, como tenho argumentado ao longo da tese, que buscam manter a vida, (re)construir mundos devastados ou evitar que suas famílias sucumbam definitivamente. A experiência do cuidado, como afirma Clara Han (2012), e como têm me ensinado as mulheres que compõem este estudo, pode ser vivida como uma experiência de limite.

De acordo com Joan Tronto (1997), assim como debatido por várias feministas, cuidado envolve três dimensões fundamentais: trabalho, afeto e ética. Na seção anterior, dei maior destaque para as duas primeiras, demonstrando como a experiência de Mariana, com a responsabilidade pelo cuidado das pessoas da família com as quais estava emocionalmente implicada, marcou profundamente a produção de si. Aqui, ainda considerando as duas primeiras dimensões, quero ressaltar como o cuidado também compõe, não sem tensões e ambiguidades, relações que ultrapassam a vida doméstica da casa nas quais trabalho, afeto e ética estão articulados na produção de redes de solidariedade e de luta.

Nadya Guimarães e Priscila Vieira (2020) definem três circuitos do cuidado: o primeiro estaria relacionado ao cuidado como profissão, tais como aqueles ligados à saúde e ao trabalho doméstico remunerado; o segundo como obrigação, sustentado no *amor* e na *responsabilidade familiar*, a partir de afazeres domésticos e cuidado com os outros, realizados quase sempre por mulheres e definidos pelo status que estas assumem nas famílias; e, por fim, o circuito das *ajudas*, presente em contextos de pobreza nas quais formas mercantis de cuidado não são acessíveis e nas quais as políticas públicas de cuidado são insuficientes ou inexistentes, sustentando-se em relações de reciprocidade grupal ou comunitária.

No caso de Mariana, Rosa e Socorro, mas também de toda as outras mulheres presentes nesta tese, esses três circuitos de cuidado estão sobrepostos. Tanto Mariana e Rosa estiveram encarregadas e sobrecarregadas pelo cuidado relacionado a crianças, assim como ambas se formaram em profissões relacionadas ao trabalho do cuidado, o Serviço Social. Elas também dependeram redes de *ajuda*, assim como a compuseram também. Isto é, em um primeiro momento necessitaram da ajuda da família mais ampla e da vizinhança, posteriormente integraram tais redes como profissionais e também como ativistas.

Dessa maneira, argumento que os percursos profissionais, e também de ativismos, traçados por Rosa e Mariana, foram orientados pelo contexto no qual se multiplicavam as possibilidades de ingresso em equipamentos públicos e ONGs, mas também por experiências profundamente generificadas em seus territórios – permanentemente racializados – que alinhavam projetos individuais com um compromisso de *voltar ao território*, de *fazer alguma coisa*. Afirma Mariana sobre seu percurso profissional:

“O começo do Gabinete era extremamente encantador pra mim, eu aprendi muito, eu conheci muita gente... Mas chegou uma hora que eu comecei a não acreditar mais naquilo como uma possibilidade de transformação, porque o que eu via lá, eu não via o desdobramento aqui onde eu morava, sabe? Então toda a aquela coisa que...todo aquele dinheiro que era gasto, todas aquelas coisas, eu não via as melhorias acontecendo aqui. As melhorias que eu via acontecendo aqui era muito mais por uma organização popular do que uma iniciativa do governo, sabe? (...) A sensação que eu tinha é que lá dentro eu ia sempre ser a menina boa em administração, mas que nunca seria levada a sério pelo que pensa e que a minha origem sempre ia depor contra mim e não a favor. (...) É como se a minha história nunca fosse validada como um percurso. E que eu sempre fosse aquilo. Eu sempre seria a menina que saiu do Capão Redondo que...sei lá, sabe? Mas que nunca seria levada em consideração as coisas que pensa...politicamente, da sociedade, que isso não era importante, sabe? E eu ficava pensando: “Mas eu acho que eu posso fazer isso, sabe? Eu acho que...se não aqui, então em outro lugar (...)”. E aí, nessa época eu acho que assim, quando eu volto pro território, é...adulta, um pouco mais organizada, eu consigo olhar e entender um pouco mais da minha história, sabe? Da onde eu venho, o que me compõem...algumas coisas que eu não entendia de porque que eu fazia assim... Aí eu volto pra trabalhar no território e aí eu começo perceber algumas coisas, sabe?”

Durante toda a nossa conversa, Mariana reafirmou diversas vezes como sua *história* e seu território a convocavam. Ela saiu do gabinete, não apenas porque se sentia limitada dentro do enquadramento que lhe era imposto, uma menina que saiu do Capão Redondo, mas também porque gostaria de ter algo de *concreto*, um retorno para seu território, o que não via diretamente na política institucional. Do mesmo modo, quando estava decidindo que curso de Ensino Superior faria, ela oscilava sua escolha entre Psicologia e Serviço Social, escolhendo este último por permitir uma prática *de uma concretude que a minha história me exige, sabe?*. Essa convocação ouvi de diversas pessoas com quem conversei, principalmente de mulheres mais jovens, sobretudo negras, que expressava um engajamento com seu território de origem e com a história de outras mulheres.

Conversando com Maria Edjane, uma ativista e assistente social também da região, ela me disse:

“Escolher o Serviço Social, era porque eu queria estar dentro dessas discussões assim. Eu falava: “Meu, tem alguma coisa errada. Alguém precisa fazer alguma coisa...” Porque eu sempre quis estar na ponta! Eu sempre tive essa necessidade de estar em diálogo com

as pessoas, assim, de trocar essa ideia, assim, eu sempre tive essa necessidade. E eu vi no serviço social essa possibilidade. Principalmente porque ver a forma como Rosana, né, que era amiga da minha mãe, conduzia isso na própria comunidade.”

Socorro, tia de Mariana, já nos anos de 1980, pela reivindicação de um direito para seus filhos e de outras crianças da região, engajou-se nas lutas por educação em seu bairro. Essas ações vinham de um cotidiano pesado e conflituoso no qual as mulheres contavam apenas umas com as outras para o trabalho do cuidado, para a tarefa de manter a família viva. Mariana e Rosa se apoiaram nesta rede de mulheres e foi a partir desta nova realidade que ambas reconstruíram seus projetos de vida individuais e familiares. As trajetórias dessas mulheres refletem experiências de muitas outras moradoras das periferias racializadas nas quais cuidado, ameaça constante de violência, produção de si e lutas estão permanentemente articuladas.

4.3 Candida: o perfume do cuidado

Oi mãe, tudo bem? Quanto tempo, não é mesmo? Trinta anos exatamente. A última vez que a vi era natal de 1990. Fico dia e noite tentando dizer a mim mesma coisas que ainda não te disse. Acho que, durante esses anos, tenho engasgado bastante com os pedaços de frango temperado que comíamos quase juntas nessas datas comemorativas. Sabe aquela gorduchinha que você tirou sua última foto? Já é uma moça! Uma menina linda, esperta, cabelos longos e encaracolados. Ela se parece muito com você, mãe. (...) O Índio já não está mais entre nós. Morreu vítima de um assassinato em 2003. Eu sinto tanto a falta dele, tanto! Mas às vezes fico pensando: tinha que ser assim. Ou era assim, ou ele morria ou ele matava nossa Tata de tristeza. Posso te falar uma coisa? Você sabia, que mesmo o Índio estando morto, eu sinto muitos ciúmes dele? Eu nunca entendi direito porque ele era o filho tão querido. Ele nem era o mais inteligente! Aliás, nem ele, nem o Lindomar. Eu sempre fui mais agilizada pra tudo! Quando você saía pra trabalhar, eles corriam pra rua. E eu corria atrás. Era tão gostoso... e menos perigoso. Carrinho de rolemã e pula elástico eram as minhas brincadeiras prediletas. Quanto mais eu ficava fora, menos eu sentia o perfume de cândida. Mas uma hora antes de você chegar, eu saía correndo entre os becos e vielas e deixava a casa um brinco!

Nossa mãe, eu fiz de tudo pra ser a melhor filha, pra ser sua filha perdileta! Eu deixei de ir pra escola, eu aprendi a cozinhar cedo, a ficar olhando você rodopiar. (...) Eu fui carismática com suas amigas, eu escondi suas mentiras... Mentiras ainda que me custaram caro. Suas mentiras que eu não tive coragem de contar a nossa família, como o trauma causado pelo seu marido. (...) Será que você se arrependeu daquilo que você fez comigo? Eu ainda tenho medo de tomar banho. Sou intolerante ao toque e não gosto de abraços. (...) Eu evito descer a ladeira do Morro do Pantanal. Mas às vezes calha de bater de frente com ele. Aquele seu marido, aquele homem. Aquele traste trouxe tantas feridas... Aquelas feridas jamais vão cicatrizar.

Eu não tenho lembranças da infância e nem da adolescência. Mas naquele dia, antes da sua partida, tá aqui, dentro de mim. Eu te olhei ali, naquele leito de hospital e desejei a sua morte. Mãe, por que você deixou ele fazer isso comigo? Por que você pediu que eu escondesse tudo? É, pensando bem, eu nunca fui sua prioridade. Eu tenho inúmeros pesadelos com ele, mãe. Lembro exatamente da sensação que tive naquele dia que te contei. Uma vontade de vomitar! Esse vômito tá aqui, travado na minha garganta. Trinta anos! (...) Eu guardei meu silêncio como prova do meu amor. Eu não tinha inúmeras exigências, eu só queria ter sido olhada nos olhos com amor. Queria te ouvir contar uma história e, mais que isso, queria que você tivesse ensinado a dizer com tranquilidade: “eu te amo!”. Hoje, eu só quero conseguir te perdoar. Ainda tenho memórias que não foram apagadas.

– “Oi, qual o seu nome?”

– “Eu me chamo Maria das Dores.”

– “Quantos anos você tem?”

– “Eu tenho doze anos.”

– “E o que você faz no seu dia a dia?”

– “No meu dia a dia? Olha, eu acho que eu sou doméstica. Na minha casa mesmo. Eu lavo, eu passo, eu limpo, eu cozinho e cuido de uma criança. E se eu não fizer, os gritos e as surras comem solto.”

Eu odeio meu cabelo. Eu odeio meu corpo. Odeio minha cor. Mal consigo me olhar no espelho, tenho medo do que posso ver. Eu sou tímida e insegura. Se eu pudesse, mudaria meu corpo. Deixaria ele mais claro, mais liso, mais fino, igual ao seu. Será que assim eu conseguiria ser vista por você? Como me livrar desse fantasma, se minha própria mãe me ensinou a me odiar? (...) Mãe, eu tenho tanto coisa pra te contar... E olha que eu nem te falei do Lindomar. A propósito, ele é o mais lindo entre nós. A quem diga que nos parecemos. Talvez seja o olhar perdido. Ele tem uma doença muito séria no sangue. Vira e mexe ele tá no hospital. Deve ser uma doença de alma. (...) Quando você se foi, ele era apenas um menino. Perdeu mãe, pai e eu não fui capaz de cuidar dele. Nós não nos olhamos nos olhos, não nos abraçamos e tão pouco “eu te amo” é uma frase usada no dia a dia, no nosso vocabulário monossilábico.

É, bom, eu acho que vou finalizando essa carta. Aos meus olhos, você sempre foi a mulher mais bonita. Quero lhe agradecer por tudo que conseguiu me ensinar. Ainda sei muito sobre alimento e limpeza. Meu perfume, igual ao seu, ainda é de cândida. Por conta de você, eu aprendi muitas coisas sobre a vida. Eu aprendi, sozinha, a me defender dos homens. Aos poucos, o “eu te amo” vai entrando no meu vocabulário. É um processo que parece simples. Dessa vez eu estou disposta a encarar. Só mais essa vez. Sabe mãe, eu tô morta de saudade de você. Será que você também sente minha falta? O processo do perdão é difícil, lento e particular. Mas eu juro, mãe, eu juro, eu tô tentando...

Uma voz-off lê pausadamente esse texto enquanto aparecem, intercaladamente, imagens de jovens mulheres negras realizando atividades corriqueiras da vida doméstica em suas casas. O filme, *Perfume de Cândida*, começa com uma delas sentada e olhando pela janela com o olhar

absorto ao som do programa *Que Saudade de Você* conduzido pelo radialista Eli Correa¹⁰⁹, muito popular entre donas de casa de classes populares nos anos de 1980 e 1990. A cena é seguida por outra na qual uma jovem está debruçada sobre um caderno em cima da mesa de uma cozinha levando a entender que se trata da escrita de uma carta. Corte seco e outra mulher aparece com turbante e guias de candomblé sob sua blusa. Ela tempera pedaços de frango sobre uma pia. A leitura segue e outras mulheres surgem lavando roupa, deitadas em redes, tomando banho. Todas sozinhas, como se aquela voz fosse feita de pensamentos intrusivos que surgem quando realizamos tarefas domésticas.

O filme foi inteiramente produzido por mulheres negras moradoras e ativistas da zona sul, bem como todas que atuaram nas cenas. O texto e direção são de Fernanda Gomes, 33 anos, Assistente Social e na época mestranda em Estudos Culturais na Universidade de São Paulo. Alessandra Tavares, sua companheira de 38 anos, também mestranda em Antropologia pela Universidade de São Paulo, co-dirigiu e colaborou na produção do roteiro. Daniele Braga¹¹⁰, 30 anos e psicóloga, contribui com o roteiro e fez a edição. O filme foi produzido ao longo de 2021 durante a pandemia de Covid-19. E, devido ao isolamento social, foi exibido de forma remota. No dia da exibição, estavam conectadas mais de 30 mulheres, em sua maioria negras e também moradoras da zona sul. Trago aqui este filme e a discussão que seguiu a sua exibição para argumentar como mulheres mais jovens engajadas em ativismos periféricos têm elaborado coletivamente suas experiências da vida íntima, produzindo discursos políticos que articulam gênero, raça, classe, território, gerações e cuidado. Chamo atenção para como o cuidado se constituiu como dimensão fundamental da vida de mulheres, que é vivido e lembrado com ressentimento, mas também entendido como prática e vocabulário de relações que buscam produzir *lutas e curas*.

No filme o entrelaçamento da leitura da carta com cenas cotidianas da vida doméstica nos leva a uma interpretação de que se trata de uma espécie de *desabafo*, já que é escrito para uma destinatária falecida. *Desabafo* porque, ao escrever a carta, a personagem nos sugere que ali estão

¹⁰⁹ Este programa era muito popular durante os anos de 1980. Nele, o radialista, hoje vereador municipal da cidade de São Paulo, lia cartas enviadas por ouvintes com suas histórias de perdas, decepções amorosas ou outros acontecimentos que provocassem impacto. Essa é uma lembrança sonora que recordo da casa de minha avó que não perdia nenhum episódio deste programa.

¹¹⁰ Fernanda Gomes, Alessandra Tavares e Daniele Braga são os verdadeiros nomes dessas ativistas.

pensamentos e lembranças persistentes e até sufocantes que a acompanharam ao longo da vida. Um passado que não pode ser esquecido e que está impregnado no corpo, como o *cheiro de candida*.

Essas memórias *que não foram apagadas* são trazidas no filme com o intuito de produzir uma identificação entre mulheres moradoras das periferias, sobretudo negras, a partir de experiências de violência e falta de cuidado vividas em suas relações familiares, nas casas, nos ambientes íntimos. O texto, que é o fio condutor do filme, sugere quatro elementos significativos para compreender, a partir da perspectiva das filhas, a produção de família nestes contextos: a sobrecarga das tarefas da casa que recaem sobre elas; a violência de gênero que neste caso se manifesta a partir do abuso sexual e seu concomitante silenciamento; o racismo reproduzido no interior de famílias interracialis; e o amor e perdão que aparecem tanto como falta, como também possibilidade de cura. Argumento que todos estes elementos estão relacionados ao cuidado, seja a partir da sua manifestação como sobrecarga, seja em sua falta que expõe crianças a abusos e ao racismo. O cuidado aparece também como a possibilidade de *cura* para essas feridas a partir da construção de redes de apoio pautadas no afeto, formadas por mulheres negras e periféricas.

Da mesma forma que para Mariana, na seção anterior, a sobrecarga do cuidado para a autora fictícia da carta foi experimentada cedo. O texto deixa explícito como as tarefas da casa recaem sobre a menina e não sobre os meninos, que tem uma circulação livre pela rua, além de figurarem como objeto de maior atenção e afeto por parte da mãe. A autora se ressentia por não gozar da mesma liberdade e admiração que seus irmãos, que não precisam se responsabilizar com a casa, tampouco são submetidos a punições. Também como Mariana, a autora diz ter aprendido muito sobre alimentação e limpeza, isto é, um aprendizado que se dá na prática como cuidadora. No entanto, diz a carta, este aprendizado está pouco relacionado ao amor, pois o lugar de cuidadora não permitiu que ela conhecesse este sentimento. Por esta razão, relata que não pode assumir os cuidados do irmão doente depois da morte da mãe. *Eu te amo*, diz, não fazia parte do seu vocabulário, embora o texto sugira o afeto que tem por ele.

A tocante narrativa demonstra como esse aprendizado do cuidado fora corporificado. O cheiro de candida – nome da marca de uma água sanitária muito popular nas periferias da cidade de São Paulo – não desencadeia apenas uma lembrança, é um elemento constitutivo do próprio corpo, o cheiro de um corpo que realiza a tarefa de limpar. Da mesma forma que a dor nas costas e a vontade de vomitar. A carta traz os efeitos da violência de gênero e da falta de cuidado no interior das famílias, a partir da perspectiva da filha. Se nas seções anteriores foram as mães que

descreveram estratégias para fugir das violências que recaíam sobre elas e seus filhos, aqui a autora fala dos efeitos do silenciamento da violência sofrida por ela frente aos quais, por ser uma criança, não tinha como fugir. Silenciamento esse que garantia a manutenção da relação da mãe com seu marido, isto é, da preservação da família à custa do sofrimento da filha. Dor essa que ainda habitava seu presente tanto em pensamentos e lembranças, como por meio de sensações no corpo. A narrativa do filme demonstra que, neste caso, não apenas a pesada obrigação do cuidado fora partilhado entre mãe e filha, mas também a carga da violência de gênero.

Outra dimensão fundamental são as relações raciais vividas no interior de famílias interracialias. A autora fala sobre como aprendeu a odiar o próprio corpo a partir da mãe. Não fica evidente se a mãe era branca ou se tinha a pele mais clara que a filha, mas a carta sugere a desqualificação da filha não apenas por ser negra, mas também por ser gorda. Ela desejava ser como a mãe: “mais lisa, fina e clara”. Foi na vida íntima da casa e na relação com a mãe que ela diz ter aprendido a se odiar. Desse modo, diferente das seções anteriores nas quais o racismo apareceu a partir das ações do Estado ou por meio de práticas discriminatórias em ambientes de trabalho e vizinhança, aqui ele emerge nas relações no interior da família e aparece também como um dispositivo que provoca a falta de cuidado, da mesma forma em que é pode ser entendido como resultado de descuido.

Enfim, na carta, a casa aparece de forma ambígua, assim como o cuidado. Em um primeiro momento representam casa e cuidado são, respectivamente, lugares e práticas que reproduzem violência, invasão ao corpo, produção do trauma. O cuidado se manifesta como falta, fardo, desamor, silenciamento. A casa é o lugar do perigo, do castigo, do abuso sexual, da exploração, do racismo. Todavia, posteriormente, é através do cuidado e da casa que se busca costurar novas relações e experimentar a *cura*. É a partir da reconstrução de novos ambientes íntimos, protagonizados por mulheres, que se busca as difíceis tarefas do *perdão* e do *amor*.

Depois da exibição do filme, as criadoras, Fernanda e Alessandra, falaram sobre o objetivo da roteiro que era o de sintetizar diversas experiências de mulheres, todas por volta dos 30 a 40 anos, moradoras das periferias, especialmente negras. Os pontos tratados por elas no roteiro foram construídos a partir da escuta dessas experiências em diversos espaços de partilha, que vinham sendo realizados nos últimos anos na rede de feministas da região (MOUTINHO, ALVES E CARMO, 2016; OLIVEIRA, 2019; OLIVEIRA, 2022), como discutido algumas vezes ao longo da tese. Assim, é importante destacar a busca destas ativistas em produzir espaços em que a vida

pessoal assume um lugar essencial para compreender coletivamente os efeitos das violências nas relações de afeto. Exatamente porque, alinhadas a uma perspectiva interseccional, essas feministas entendem que o espaço íntimo é central não apenas para reprodução das desigualdades de gênero (OKIN, 2008) e do racismo (MOUTINHO, 2014; SCHUCMAN, 2018), como também ambiente de lutas e resistências.

Durante o debate, foi possível perceber os impactos produzidos pelo filme entre as pessoas ali presentes. Falas sobre experiências com as mães se intercalavam: ausência das mães porque as mesmas trabalhavam demais para sustentar a família; falta de afeto no cotidiano; tensões provocadas pelos abismos educacionais e profissionais no interior das famílias; intolerância e violências quanto à orientação sexual; dentre outras questões.

Notava-se também o esforço daquelas jovens em reconhecer as enormes diferenças, entre elas e suas mães, não apenas de geração, como também de escolaridade, contextos morais e religiosos e até mesmo experiências com as próprias famílias de origem. Havia um empenho em construir um reconhecimento de que suas mães, apesar de todas as diferenças, eram também mulheres periféricas, muitas delas negras, que também passaram e passam por dificuldades semelhantes às das filhas. A partir do reconhecimento da opressão de gênero e raça, articuladas às experiências de território, tornava-se possível produzir um *nós, mulheres periféricas* que englobava mães e filhas. Apesar das dores e ressentimentos, as falas das mulheres mais jovens buscavam compreender o comportamento das mães como *o que era possível naquele momento*. E esta compreensão estava muito próxima à ideia de *perdão*, embora não se confundisse com ele.

Ao falar dos efeitos da falta de amor e do cuidado, argumento que essas mulheres estavam se referindo, utilizando os termos de Veena Das (2020), ao envenenamento das relações. Ao longo desta tese, busquei demonstrar como a precariedade da vida, a sobrecarga econômica, a violência de Estado, o racismo e as desigualdades de gênero se sobrepõem de forma específica sobre as mulheres que partilham entre si esta carga na vida doméstica. As trajetórias que trouxe até aqui explicitaram as múltiplas formas de agenciamento no cotidiano para lidar com tais opressões. A narrativa apresentada pela carta nesta seção demonstra como essas opressões provocam o envenenamento das relações e da subjetividade de mulheres que são obrigadas a lidar com seus efeitos, que se infiltram e persistem ao longo da vida. A autora da carta fala em *vômito preso na garganta*, em um cheiro que ficou no corpo. Porém, ainda assim, ela não se vê passivamente submetida à dor, ao trauma, ao não esquecimento. Cuidado, amor e perdão são fios a partir dos

quais ela busca aprender a amar. Esses são elementos que tem sido fundamentais para produção de novas subjetividades, relações e lutas marcadas por gênero, raça, território, violência e sexualidade.

A personagem da carta sabia muito sobre o cuidado da casa, mas pouco sobre o amor. A tarefa precoce de se responsabilizar pelo trabalho do cuidado gerou a dificuldade de amar justamente porque não conheceu a experiência de ser cuidada, como ela afirma. Como se o amor fosse um aprendizado a partir do cuidado. A fala da autora da carta, assim como de outras mulheres presentes no debate no dia da exibição do filme, nos sugerem que tanto o amor como cuidado são tarefas práticas e cotidianas.

Amor é um tema muito presente no trabalho de bell hooks. A autora o vê como ação e dimensão fundamental de qualquer luta por justiça. Em seu texto *Vivendo de Amor* (HOOKS, 2010) a autora argumenta que a opressão e a exploração distorcem e impedem a capacidade de amar. Afirma que o sistema escravocrata e as divisões raciais impuseram condições difíceis, embora não intransponíveis, para a reprodução do amor entre pessoas negras. E aqui não se trata de amor romântico, mas sim da ação, da prática diária de cuidado, da atenção, da responsabilização, do afeto dirigido a outras pessoas. Para hooks, o amor significa a garantia da própria sobrevivência. A autora afirma ainda que as mulheres negras foram socializadas para cuidar de outras pessoas ignorando assim suas próprias necessidades, até ao ponto de se autodestruírem. Para hooks as mulheres negras em uma sociedade racista e machista não aprenderam a reconhecer que sua vida é importante, por esta razão ressalta a importância de praticar o amor entre si como um ato de descolonização:

Quando nós, mulheres negras, experimentamos a força transformadora do amor em nossas vidas, assumimos atitudes capazes de alterar completamente as estruturas sociais existentes. Assim poderemos acumular forças para enfrentar o genocídio que mata diariamente tantos homens, mulheres e crianças negras. Quando conhecemos o amor, quando amamos, é possível enxergar o passado com outros olhos; é possível transformar o presente e sonhar o futuro. Esse é o poder do amor. O amor cura. (HOOKS, 2010, p.12)

As práticas cotidianas e atividades desenvolvidas por grupos de mulheres ativistas na zona sul, como este do debate do filme *Perfume de Candida*, têm produzido relações e vocabulários nos quais elas, a partir de relações que articulam afeto e ativismo, têm intencionalmente fomentado o amor e cuidado mútuo (OLIVEIRA, 2019; OLIVEIRA; 2022). Amigas que contribuem com cuidado dos filhos umas das outras, com ajudas em casos de dificuldades financeiras, com apoio

emocional no cotidiano, com ajudas em situações de adoecimentos ou de violências, com suporte em atividades acadêmicas e de trabalho, enfim, com atitudes que não são novidade entre redes de amizade, têm sido enquadradas, e estimuladas, como cuidado mútuo entre mulheres negras e/ou periféricas.

Diversas produções acadêmicas tem destacado a emergência de coletivos de mulheres nas periferias da cidade de São Paulo, sobretudo na última década, como argumentei na introdução. Tais trabalhos, produzidos sobretudo por mulheres moradoras das periferias, principalmente negras, que têm ingressado nos cursos de Pós-Graduação, vem ressaltando como cuidado e afeto são centrais para práticas e pautas políticas desses coletivos, criando assim espaços de resignificação de memórias e de experiências, como esta do filme. Afirma Danielle Oliveira (2019) sobre os coletivos de mulheres periféricas:

Nessa perspectiva, a constituição da subjetividade feminina é aspecto a ser investigado em nossas vidas que, através de nossas conversas e atividades, a memória que temos de mulheres em nossa família é elaborada tanto no lugar de ruptura (de romper com ações que nos feriram) como no lugar de continuidade e/ou criativo, enquanto saber feminista e sua articulação com ancestralidade e mudanças sociais. (OLIVEIRA, 2019, p.168)

Estas mulheres têm construído espaços de partilhas, nos quais busca-se olhar para os efeitos do passado no presente, bem como procurado imaginar coletivamente o futuro. Dores, traumas, lembranças são compartilhadas e enquadradas como experiências marcadas por raça, classe, gênero, sexualidade e território. São assim lugares de resignificação dessas histórias e de produção de práticas e de um vocabulário que não só orienta lutas, mas que também busca (re)criar, ou *curar*, relações íntimas marcadas por violências.

Em texto produzido por Laura Moutinho, Valéria Alves e por mim (2016), argumentamos que coletivos de mulheres, periféricas e negras, que emergiam na cidade em meados dos anos de 2010, poderiam ser vistos como construções de coletividades, identidades e sujeitos que se posicionam de modo político e subjetivo a partir de experiências de dor e sofrimento.

Estamos assim operando na esteira de uma chave teórica nomeada por Patrícia Clough de Affective Turn: um movimento amplo que retirou as emoções da sua zona de conforto – a ordem do privado – e passou a interpelá-la enquanto uma prática discursiva, permeada por relações de poder, que conforma sujeitos, subjetividades, políticas e coletividades. (Moutinho, Alves e Carmo, 2016, p. 271).

Argumento que a narrativa do filme *Perfume de Candida* revela os efeitos das destrutivas violências vividas no interior na vida doméstica, da casa e da família, enfatizando a relação entre

mãe e filha, em contextos nos quais esses lugares, na dinâmica familiar, são sobrecarregados com as tarefas do cuidado e com a manutenção da família. Demonstram também os esforços dessas ativistas, a partir de relações de afeto e ativismo, não apenas em pautar essa dimensão da vida íntima no espaço público, como também em criar este um espaço público onde as experiências da casa, da família e das relações íntimas possam ser ouvidas, reconhecidas, elaboradas e transformadas em vocabulário de *luta*. Por fim, destaco tal processo como extremamente criativo, não apenas como reação às formas de violência, mas sobretudo como uma complexa reelaboração de experiências, lugares e relações que permitam que cuidado, amor e perdão possam ser conhecidos e vividos.

...

Neste capítulo busquei destacar a centralidade do cuidado na experiência das mulheres moradoras das periferias da cidade São Paulo. Tive como objetivo focar nas relações familiares dando destaque, em um primeiro momento, à relação mãe e filha – relação essa que não foi definida *a priori*, mas que se impôs a mim durante o trabalho de campo. Nos capítulos anteriores a díade mãe e filha já se anunciava, mas não de forma tão incontornável como nas cenas que trouxe aqui. Em contextos em que as mulheres se veem sobrecarregadas com a tarefa do cuidado e com a manutenção da família, o peso do trabalho cotidiano é partilhado pelas e pelos integrantes da família, fazendo com que as tarefas domésticas recaiam com mais peso para as filhas. Os casos de Mariana e do filme *Perfume de Candida* são muito enfáticos ao demonstrar os efeitos dessas sobrecargas para as filhas. O lugar de cuidadora, assumido desde muito cedo, produz ressentimentos e adoecimentos que se imiscuem na própria produção de si em uma conjuntura na qual meninas encontram-se demasiado expostas à violências.

É importante também destacar como cuidado articula-se à raça e processos de racialização. Na leitura da carta que conduz o filme, fica evidente como o racismo, experimentado no interior de uma família interracial, é percebido como falta de cuidado, negligência ou mesmo desprezo à filha *com a pele mais escura*. No capítulo 2, Sandra também falou, como muita dor, sobre um tipo de tratamento diferenciado que recebia da mãe, devido a sua *cor*. As relações de cuidado em territórios marcados por processos de racialização e criminalização de corpos negros também são atravessadas por eles. Ou seja, o racismo é reproduzido também em ambientes íntimos a partir de

relações de afeto. No entanto, o que procurei demonstrar é que as mulheres tendem não apenas a criar estratégias para proteger seus filhos da violência produzida por estes processos, como tratado na primeira parte da tese, como também produzir relações e redes para lidar com os efeitos desse racismo íntimo.

As experiências tratadas neste capítulo, revelam também como o cuidado, uma experiência profundamente generificada, é elemento a partir do qual agenciamentos, relações, lutas e *curas* são (re)criadas. Aprendizados cotidianos, histórias, memórias são partilhadas entre gerações servindo de alimento para múltiplas formas de resistências protagonizadas a partir da experiência de mulheres, seja dos Clubes de Mães, seja de feministas periféricas, seja em práticas cotidianas de afeto. Enfim, o que pretendi neste capítulo foi demonstrar como a experiência do cuidado é vivida por mulheres tanto como uma forma de opressão, como também uma possibilidade de produção de si de relações, territórios, curas e lutas.

PARTE III | PANDEMIA, FOME E AJUDAS

CAPÍTULO 5 | “A fome não espera”

“Desculpa, ouvi seu áudio só agora. A gente tá entregando a cesta. Tá muito triste a escuta, você não tem noção, é muito sofrimento! A gente tá fazendo pouco, tem que fazer mais por esse povo, esse povo tá se acabando! Hoje veio três famílias buscar a cesta, sabe cara? A fome não espera! E a gente tá entregando, as famílias agradecendo...vem gente do Embu, não sei da onde... do Taboão, buscar a cesta... Chora quando pega a cesta! A gente tá aí, tá?” (Railda)

No início de 2020 o mundo foi atropelado pela pandemia de Covid-19. Encontrava-me, naquele momento, tentando sistematizar o material de campo que até então dispunha. Porém, a pandemia provocou um impacto imenso nas vidas, relações e redes das mulheres que eu acompanhava, trazendo novas demandas e bruscas mudanças na dinâmica do cotidiano. Sendo assim, tornou-se impossível continuar a escrita da tese sem ser atravessada pela crise sanitária que abalou profundamente a realidade até então conhecida por todas nós. Comecei a escrever este capítulo no final do ano de 2020 e fui trabalhando nele conforme vivíamos a devastação deixada na minha vida e na de todas as famílias que tenho acompanhado ao longo desses anos. Adoecimento, pobreza e violências se intensificaram desde então, tornando as condições de existência nas periferias ainda mais precárias.

Desde a chegada da pandemia de Covid-19 à cidade de São Paulo e das confusas e contraditórias medidas governamentais para contê-la, conversas virtuais como a que abre este capítulo, passaram a ser comuns entre pessoas que moram nas periferias da cidade, principalmente aquelas com algum engajamento comunitário. Uma verdadeira avalanche de mensagens com pedidos de ajuda, sobretudo de dinheiro, e com preocupações e propostas coletivas para lidar com a pandemia, inundaram vários grupos de *whatsapp* de redes de ativistas desses territórios, dos quais fazia parte. Já era sabido, e temido, o potencial avassalador da doença em regiões com infraestrutura urbana e políticas sociais escassas (casas com grande número de residentes, interrupções no abastecimento de água, sistema de saúde insuficientes, falta de produtos de higiene, etc.). Por essa razão, algumas redes comunitárias desses lugares conseguiram, despendendo esforços descomuns, se preparar prévia e coletivamente para tentar enfrentar os efeitos da pandemia, como foi o caso de Paraisópolis, amplamente divulgado na mídia¹¹¹ logo no início da

¹¹¹ Sobre a organização comunitária para o enfrentamento da pandemia na favela Paraisópolis, ver https://brasil.elpais.com/brasil/2020/09/28/eps/1601301353_524719.html (acesso em 30 de abril de 2022)

crise. Contudo, antes mesmo da contaminação, outros impactos já eram sentidos. Do dia para noite, um grande número de pessoas ficou sem emprego ou sem possibilidades de trabalho. Não ter o que comer, um fantasma que assombra a memória de famílias que viveram nas periferias da cidade durante as difíceis décadas de 80 e 90, retornou como dura e generalizada realidade. Neste cenário, no qual pobreza, racismo e violência do Estado se entrecruzam, moradoras e moradores das periferias da cidade têm se mobilizado desde os primeiros meses da pandemia para enfrentar a fome em um contexto em que o Estado se encarrega cada vez menos por algo que nunca assumiu plenamente, que é a garantia dos direitos sociais mínimos de parcela da população, delegada cada vez mais às famílias e a outras esferas não estatais. Minha intenção neste capítulo é refletir como essas mobilizações explicitaram formas de resistência que têm se reconfigurado nas periferias da cidade de São Paulo na última década e que articulam em suas lutas pautas relacionadas à raça, gênero, classe e território, para as quais as mulheres assumem papel fundamental.

Apresento neste capítulo algumas mulheres que já apareceram ao longo da tese. Aurora, Maria Edijane, o coletivo Periferia Segue Sangrando e Railda. Mas outras mulheres surgirão devido aos caminhos para os quais fui conduzida durante a Pandemia a partir dessas redes femininas. Trilhas essas de enfrentamento da crise sanitária que percorreram as periferias da cidade de São Paulo. Por esta razão, não me deterei apenas na zona sul, mas sim nas articulações que mulheres de diversos territórios periféricos da cidade de São Paulo estabeleceram entre si.

Busco demonstrar como essas mulheres foram afetadas pelas crises desencadeadas pela pandemia e como também produziram ações para enfrentá-la. Algumas delas, antes mesmo da crise sanitária, já atuavam em, ou estavam relativamente próximas a, grupos e redes articuladas em torno de lutas tais como de enfrentamento ao encarceramento em massa, ou contra o genocídio da população negra, pobre e periférica, sobre os quais já tratei em capítulos anteriores. As vozes que trago neste capítulo são de algumas das mulheres que conduziram ações fundamentais para apoio às famílias em situação de vulnerabilidade durante a pandemia. Mulheres essas que assumiram maiores responsabilidades e gasto de tempo para o cuidado de outras pessoas, redirecionando assim suas energias – que antes eram depositadas em ações de militância e/ou no cuidado com a própria casa – para demandas emergenciais: alimentos, gás de cozinha, remédios, produtos de limpeza e higiene pessoal, dinheiro para o aluguel, etc.

Construo este capítulo a partir de três experiências de campo: a primeira foi o acompanhamento de comunicações *on-line*, via whatsapp, que se intensificaram brutalmente logo

no início da pandemia tendo por fim mobilizar ações de solidariedade para arrecadar doações, sobretudo de alimentos; a segunda, foram entrevistas que realizei no decorrer da pandemia com algumas profissionais de serviços sociais e ativistas empenhadas nessas ações; e, por fim, um grupo focal realizado a partir do projeto de extensão, *A pandemia do Covid-19 sob perspectiva interseccional em territórios periféricos: diálogos entre Brasil e África do Sul*, do qual comecei a fazer parte no final de 2021¹¹². Trago também muitas matérias de jornais sobre os impactos e condução governamental da crise, pois com o isolamento social, elas também se tornaram importante material etnográfico.

Comecei a produzir este capítulo em um momento de caos e de pouca compreensão a respeito do que realmente estávamos vivendo. Perguntas tais como: estamos vivenciando a segunda ou terceira onda de contaminações? Teremos vacinas para toda população ainda em 2021? Quantas variantes do vírus estão circulando pelo país? Até quando essa crise econômica irá perdurar? Devemos ou não sair de casa? Durante longos meses lamentávamos cotidianamente o aumento assombroso das mortes, normalizando o crescimento das taxas de contaminação e de vítimas fatais¹¹³. Com o tempo, quedas nos gráficos diários da situação da Covid não eram mais comemoradas, pois não sabíamos se uma nova onda surgiria, pois a cada aparente arrefecimento da pandemia, novas variantes do vírus apareciam – como a variante Ômicron¹¹⁴, muito mais transmissível do que as anteriores, no final de 2021. No momento em que finalizo este capítulo, março de 2022, o Brasil tem mais de 80% de sua população com o ciclo vacinal completo¹¹⁵ e,

¹¹² O projeto de extensão *A pandemia do Covid-19 sob perspectiva interseccional em territórios periféricos: diálogos entre Brasil e África do Sul*, coordenado pela Profa. Dra. Laura Moutinho e financiado pela Pro-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da USP, ainda em curso no momento da escrita desta tese, tem por objetivo construir espaços colaborativos nos quais ativistas, profissionais de políticas sociais nas periferias da cidade e pesquisadoras e pesquisadores, pudessem avaliar os impactos da pandemia COVID-19 em seus locais de atuação, tendo em vista analisar e articular as ações de enfrentamento produzidas por esses sujeitos desde o início da crise sanitária. Visa também compartilhar com tais profissionais e ativistas não apenas as ferramentas de diálogo e pesquisa, mas refletir sobre a pandemia e seus efeitos a partir dos marcadores sociais da diferença, sobretudo de classe, raça e gênero (e também deficiência) pelos quais a pandemia tem sido vivida de forma diversa e desigual. Além disso, objetiva-se produzir uma ponte de diálogo e troca de experiências entre pesquisadores, militantes e profissionais da cidade de São Paulo e de Stellenbosch, na África do Sul.

¹¹³ Os primeiros meses de 2021 apresentaram taxas quase duas vezes superiores ao pico da pandemia em julho de 2020. Abril de 2021 foi o mês mais letal da pandemia Covid-19 no Brasil até o momento <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/04/abril-foi-o-mes-mais-letal-da-pandemia-de-covid-no-brasil-com-mais-de-82-mil-mortes.shtml> (acesso em 30 de abril de 2022).

¹¹⁴ <https://noticias.r7.com/saude/oms-origem-e-data-do-surgimento-da-omicron-ainda-sao-incertas-01122021> (acesso em 30 de abril de 2022)

¹¹⁵ <https://especiais.g1.globo.com/bemestar/vacina/2021/mapa-brasil-vacina-covid/> (acesso em 30 de abril de 2022)

depois de mais de 650.000 óbitos desde o primeiro registrado em 12 de março de 2020, a média de mortes é de cerca de 400 por dia¹¹⁶.

Difícilmente há alguém no país que não tenha perdido ao menos um conhecido. E, sobre os corpos das vítimas da Covid-19, muitas disputas políticas foram protagonizadas por homens em torno de vacinas, cargos ministeriais e eleições. Quatro ministros da saúde se alternaram no ano da maior crise sanitária da história do país. Declarações irresponsáveis por parte do presidente Jair Bolsonaro ressoavam em nossos ouvidos já cansados: *gripezinha; todos nós vamos morrer um dia; ainda tem idiotas que ficam em casa; eu não sou coveiro, país de maricas*. Algumas cidades já permitem descartar as máscaras em espaços públicos, as crianças voltaram para as escolas, mas muitas pessoas ainda lidam com os rastros deixados pela Covid-19 e temem com o risco do surgimento de novas variantes, ainda não descartado.

A pandemia escancarou as faces contemporâneas da reprodução da desigualdade e amplificou seus efeitos. No cotidiano foi possível observar esse processo encarnado nos corpos, nas relações e nas formas de agenciamento e resistências. Neste capítulo, procuro demonstrar que enquanto grupos formados majoritariamente por homens brancos protagonizavam disputas políticas em torno da condução da pandemia nos altos escalões do poder, mulheres periféricas, e sobretudo negras, lutavam diariamente para lidar com os efeitos devastadores que doença e crise econômica produziam em suas famílias, redes, territórios. Faço isso dialogando com algumas reflexões produzidas, no ritmo da urgência e da angústia, por pesquisadoras e pesquisadores que se arriscaram a refletir sobre esses tempos trágicos. Reflito também ao lado de mulheres que são responsáveis por seus lares, que enfrentam o sistema penitenciário para cuidar de seus parentes presos, que elaboram seus lutos na vida cotidiana, que encontram formas de se divertir na esperança de dias melhores e que tecem redes infinitas de solidariedade e lutas.

¹¹⁶ <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2022/03/12/brasil-tem-381-mortes-por-covid-19-em-24-horas-media-movel-e-de-429.ghtml> (acesso em 30 de abril de 2022)

5.1 Pobre quando volta de viagem traz queijo, o rico traz coronavírus

Pobre quando volta de viagem traz queijo, pinga e uma lembrancinha. O rico traz coronavírus. Esse foi um dos *memes* que circulou nas redes sociais logo que o primeiro caso de Covid-19 foi confirmado no Brasil. O vírus chegou ao país através de um homem de 61 anos, branco, morador de um bairro nobre da região central de São Paulo que havia retornado de uma viagem a Itália, na época, epicentro da doença. Ele foi atendido no Hospital Israelita Albert Einstein, instituição privada, conhecida como *hospital de rico* por aqueles que dificilmente terão acesso a seus serviços, justamente por ser um dos mais caros e exclusivos da cidade¹¹⁷. O tom de deboche da piada já dava sinais de como a pandemia seria vivida e gerida por aqui, expondo e aprofundando estruturas de sofrimento, injustiça e desigualdade (SEGATA, 2020). Rapidamente constatamos que a ideia amplamente difundida de que o vírus desconhecia as fronteiras sociais não era muito verdadeira.

No início de março de 2020, nossa percepção sobre a pandemia era ainda muito difusa. As imagens cinematográficas veiculada nos jornais – bebês em bolhas de isolamento; pessoas com vestimentas que lembravam aquelas utilizadas em acidentes nucleares; ou ainda corpos sendo retirados de casas na Itália devido ao colapso do sistema de saúde – mais se pareciam a um filme de ficção científica, provocando perplexidade e indiferença no momento em que vivíamos o carnaval. Contudo, não demorou para que a crise sanitária chegasse em terras brasileiras. Aqui, ela também se assemelhava a uma ficção, mas com um roteiro distópico e sombrio. Negacionismo que minimizava a gravidade da doença e rejeitava o conhecimento científico¹¹⁸; casos de corrupção na compra de vacinas¹¹⁹ e na gestão de recursos públicos destinados ao enfrentamento da doença¹²⁰

¹¹⁷ <https://noticias.r7.com/saude/primeiro-caso-confirmado-de-covid-19-no-brasil-completa-seis-meses-26082020> (acesso em 30 de abril de 2022).

¹¹⁸ Para mais informações sobre negacionismo no Brasil, ver debate na mídia <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2021/04/14/negacionismo-na-pandemia-virulencia-da-ignorancia>; <https://www.redebrasilatual.com.br/saude-e-ciencia/2021/05/negacionismo-omissao-covid-19-leta-brasil-oms/> (acesso em 30 de abril de 2022).

¹¹⁹ Algumas matérias de jornais sobre casos de corrupção na compra de vacinas <https://g1.globo.com/politica/cpi-da-covid/noticia/2021/06/30/vacina-davati-entenda.ghtml> (acesso em 30 de abril de 2022); <https://istoe.com.br/novas-denuncias-de-corrupcao-na-compra-de-vacinas-atingem-o-brasil/> (acesso em 30 de abril de 2022).

¹²⁰ Algumas denúncias de corrupção em cidades e estados <https://www.brasildefato.com.br/2021/06/03/pf-acusa-desvio-de-r-28-mi-de-verbas-para-o-combate-a-pandemia-no-am-e-prende-seis>; <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/09/29/esquemas-de-corrupcao-desviaram-quase-r-18-bilhao-da-saude-do-rj-desde-2007-valor-supera-gastos-com-a-pandemia.ghtml> (acesso em 30 de abril de 2022).

que abundavam na mídia, sobretudo a partir da instalação da CPI Covid-19¹²¹; festas clandestinas incitando aglomerações de milhares de pessoas¹²² dentre outros absurdos desses tempos inimagináveis inundaram o debate público causando indignação e desorientação.

Na cidade de São Paulo, as primeiras medidas de isolamento social foram adotadas pelo governo estadual em 17 de março de 2020 – quando foi registrada a primeira morte no estado –, que decretou o fechamento de escolas e espaços de cultura. O governo municipal seguiu a recomendação, adotando a quarentena na semana seguinte, 24 de março, quando também o governo estadual determinou o fechamento do comércio.

As semanas que se seguiram foram de mudanças bruscas na rotina. Controverso e vivido de forma muito distinta nas diferentes regiões da cidade, o isolamento social nunca chegou às taxas esperadas dos 70%. Seu ponto máximo, de acordo com monitoramento diário feito por diversas mídias, foi de 59%¹²³. A média diária nos meses de abril e maio de 2020 não chegou a 50%. *Aqui não tem isolamento, não, ou na periferia não existe pandemia*, são frases que ouvi em mais de uma ocasião conversando com pessoas que moram em bairros periféricos da cidade. Simone, assistente social de um equipamento público do Capão Redondo, referindo-se à condição de trabalhadoras e trabalhadores que precisavam circular pela cidade, me disse:

“Mas é isso, as pessoas estão sendo obrigadas a se manterem em movimento. E aí é quase que um lance assim, ‘entrega pra Deus!’. Pra quem acredita, entrega e vai. Os ônibus aqui, o prefeito reduziu a frota. Mas ele não falou pro patrão: ‘Ó patrão, diminui o número de funcionários!’”.

Em dezembro de 2020, durante o percurso que fazia de *Uber* até a casa de minha mãe que mora em Mauá, cidade da região metropolitana de São Paulo, conversava com o motorista do aplicativo. Marcos, homem negro, por volta de 30 anos de idade, era morador do bairro de

¹²¹ Comissão Parlamentar de Inquérito instalada no Senado Federal em abril de 2021 com a finalidade de investigar omissões e irregularidades do governo federal nas ações de enfrentamento à pandemia.

¹²² Sobre festas clandestinas durante a pandemia Covid-19: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/quase-mil-eventos-clandestinos-sao-fechados-em-sao-paulo-em-meio-a-covid-19/>; <https://veja.abril.com.br/brasil/o-submundo-das-festas-clandestinas-que-se-espalham-pelo-pais-na-pandemia/> (acesso em 30 de abril de 2022).

¹²³ Para maiores informações de como o isolamento social vem ocorrendo na cidade: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/04/13/taxa-de-isolamento-social-durante-quarentena-de-coronavirus-sobe-para-59percent-em-sp-no-domingo-indice-continua-abaixo-dos-70percent.ghtml>; <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/12/14/cidade-de-sp-registra-pior-taxa-de-isolamento-social-em-um-sabado-desde-o-inicio-da-pandemia.ghtml>; <https://noticias.r7.com/sao-paulo/isolamento-social-na-cidade-de-sp-e-de-48-abaixo-da-meta-do-governo-16062020>; <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/01/22/com-nova-piora-de-indices-de-saude-governo-de-sp-deve-colocar-estado-na-fase-vermelha-da-quarentena-aos-finais-de-semana.ghtml> (acesso em 30 de abril de 2022).

Sapopemba, periferia da zona leste da cidade. Passávamos em frente a um grande restaurante próximo a Marginal Pinheiros, nas imediações do bairro do Morumbi, quando o rapaz comentou que havia trabalhado, no início da pandemia, naquele estabelecimento, cuja inauguração havia ocorrido um pouco antes de decretado o isolamento social. Disse que o restaurante contava com mais de cem funcionários e tinha um grande fluxo de vendas *delivery*. Contou-me que logo quando foi contratado, havia ficado doente com muita tosse e febre: “mal conseguia ficar em pé”. Contudo não falou para ninguém do trabalho que estava mal, por medo de ser demitido, pois ainda estava no período probatório. Marcos disse não ter feito o teste para Covid-19 e que sentiu muito medo de que os sintomas se agravassem ou que pudesse contaminar outras pessoas, mas afirmou que a preocupação em perder o emprego era bem maior. Meses depois, ele foi demitido do trabalho junto com outras pessoas, pois a empresa não conseguiu manter todos os funcionários. Quando conversamos, Marcos trabalhava como motorista de aplicativo com um carro alugava de seu vizinho.

O relato de Marcos demonstra como os dilemas da pandemia foram enfrentados e suportados por grande parte de trabalhadores e trabalhadoras da cidade de São Paulo. No caso da empresa onde trabalhava, não havia nenhuma política interna de enfrentamento da doença, nem mesmo um protocolo frente a casos de adoecimento de funcionários. Sem apoio ou orientação, nem dos governos, nem de empresas, a decisão entre ir trabalhar e correr o risco de ficar doente ou ficar em casa e correr o risco de passar fome eram decisões individuais, cujas consequências seriam suportadas pelas famílias, redes e comunidades, fossem elas adoecimento, fome ou morte.

5.2 Periferias: a invisibilidade de quem cuida

São Paulo é a cidade mais populosa e rica do país. Seus mais de 12 milhões de habitantes estão distribuídos de forma desigual por seu território. Enquanto nas regiões centrais que providas de robusta infraestrutura urbana e serviços moram famílias de classes sociais privilegiadas e majoritariamente brancas, nas regiões periféricas que, ao contrário, contam com serviços públicos e infraestrutura insuficientes tanto em qualidade, como em quantidade, moram famílias de classes sociais mais baixas e majoritariamente negras (CALDEIRA, 2000; KOWARICK; MARQUES, 2011; BAENINGER, 2011; FRANÇA, 2018). Embora seja possível encontrar periferias no centro (Cracolândia, algumas favelas, cortiços) e centros nas periferias (condomínios fechados de luxo), a

lógica da especulação imobiliária continua operando a partir da periferização, valorizando progressivamente regiões próximas ao centro e compelindo o deslocamento de famílias mais pobres cada vez mais para as margens da cidade, como discutido em mais profundidade na introdução desta tese.

Desde as primeiras semanas da pandemia, pessoas que moram nesses bairros mais privilegiados e centrais da cidade, conseguiram realizar o tão propagado *home office* em casas um pouco mais amplas e com um número reduzido de pessoas por domicílios, se comparado às regiões periféricas. Nas margens, a possibilidade do isolamento social e do *trabalho em casa* não foi a mesma. Não apenas porque muitas trabalhadoras e trabalhadores se enquadravam nos serviços essenciais e precisavam continuar circulando pela cidade, mas também porque, em muitas dessas residências, as condições de moradia eram insuficientes para garantir o distanciamento social indicado por especialistas. Imagens de transportes públicos lotados foram frequentemente veiculadas nas mídias e redes sociais, denunciando as condições a que trabalhadoras e trabalhadores das periferias estariam submetidas¹²⁴. Falta de abastecimento de água, dificuldade para comprar produtos de higiene pessoal e de limpeza eram também reclamações recorrentes.

Recuperando o debate da introdução desta tese, não há dúvidas de que as periferias da cidade são notadamente diversas, assim como nem todas as pessoas que moram nelas se encontram nas mesmas condições. Nas últimas décadas, muitos trabalhos sobre periferia têm ressaltado a heterogeneidade desses territórios (MARQUES, 2010; MAGNANI, 2012) tanto no que se refere às condições econômicas, quanto à multiplicidade de redes, tipos de circulação, engajamentos políticos, religiosos, culturais e etc. Essa ênfase novamente é importante para que generalizações que insistentemente recaem sobre essas regiões como lugares de escassez, violência, passividade política e agora doença, sejam evitadas. Todavia, é importante ressaltar que a desigualdade em São Paulo continua a ser reproduzida em termos territoriais e que as periferias permanecem como lugares menos assistidos no que se refere ao acesso a direitos e mais submetidas à violência do Estado (TELLES, 2013; FELTRAN, 2011). Assim, não se trata de reforçar estigmas que homogeneizam, essencializam e polarizam territórios da cidade, mas sim notar como a cidade ainda se reproduz a partir da lógica de periferização e a pandemia seguiu o mesmo fio.

¹²⁴ Algumas matérias: <https://noticias.r7.com/sao-paulo/fotos/com-mascara-sem-distanciamento-cenas-do-transporte-em-sao-paulo-07062020#!/foto/1>; <https://www.brasildefato.com.br/2020/08/18/covid-mata-mais-entre-trabalhadores-que-dependem-do-transporte-coletivo>; <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2021/02/07/sem-home-office-periferia-se-expoe-mais-ao-coronavirus-no-transporte-publico> (acesso em 30 de abril de 2022).

As periferias são territórios, como diversos trabalhos apontam, que ainda contam com muito pouco investimento público no sentido de garantir direitos sociais básicos (FELTRAN, 2011; CARMO, 2016; TELLES, 2011). O Estado se faz presente a partir do controle e da violência provocando altas taxas de homicídios e prisões, principalmente de jovens negros (FELTRAN, 2011; TELLES, 2013; FARIAS, 2014; MISSE, 2015), gerando uma miríada de efeitos que se infiltram no cotidiano, como também tratado ao longo dos capítulos. Não se trata, portanto, de que violência e escassez sejam características essenciais dessas regiões, estigma que acaba por recair também sobre moradoras e moradores, mas sim, utilizando os termos de Judith Butler (2015), trata-se de uma condição precária politicamente induzida a partir da qual algumas populações sofrem com redes sociais e econômicas deficientes ficando *expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte* (BUTLER, 2015; p. 46). Essas populações, segundo a autora, estariam mais vulneráveis a doenças, pobreza, fome, deslocamentos e violências sem nenhuma proteção.

Outro aspecto fundamental para ser ressaltado, que ficou ainda mais patente na pandemia, é a divisão territorial do trabalho do cuidado. São as periferias que fornecem o serviço do cuidado para regiões centrais, o que Nadya Araújo Guimarães no *Seminário Tramas do Cuidado em Tempos de Pandemia*¹²⁵ chamou de territorialização do trabalho do cuidado. Danilo França (2017) demonstra como trabalhadoras e trabalhadores das camadas médias e baixas, sejam qualificados ou não qualificados, principalmente negros, habitam nas regiões periféricas. Isto é, enfermeiras, assistentes de enfermagem, assistentes sociais, empregadas domésticas, cuidadoras, motoristas de aplicativos, dentre outras ocupações essenciais para que *a Cidade* continue funcionando durante a pandemia, são fornecidos pelas periferias, revelando uma relação de dependência continuamente ocultada.

Se nas primeiras semanas da crise sanitária, foram nos territórios cujas moradoras e moradores podem pagar pelo trabalho mal remunerado do cuidado que se concentraram as mortes e contaminações de Covid-19, não demorou muito para que a situação se invertesse para as regiões daqueles que cuidam. De acordo com pesquisa divulgada pela revista Exame, realizada pelo professor da Faculdade de Saúde Pública da USP Francisco Chiaravalloti-Neto, a partir de abril de 2020, segundo mês da pandemia no Brasil, o risco de morrer pela Covid-19 se tornou 50% maior

¹²⁵ Ver seminário *on-line* <https://www.youtube.com/watch?v=i3g5HPwMbEE&t=7535s>

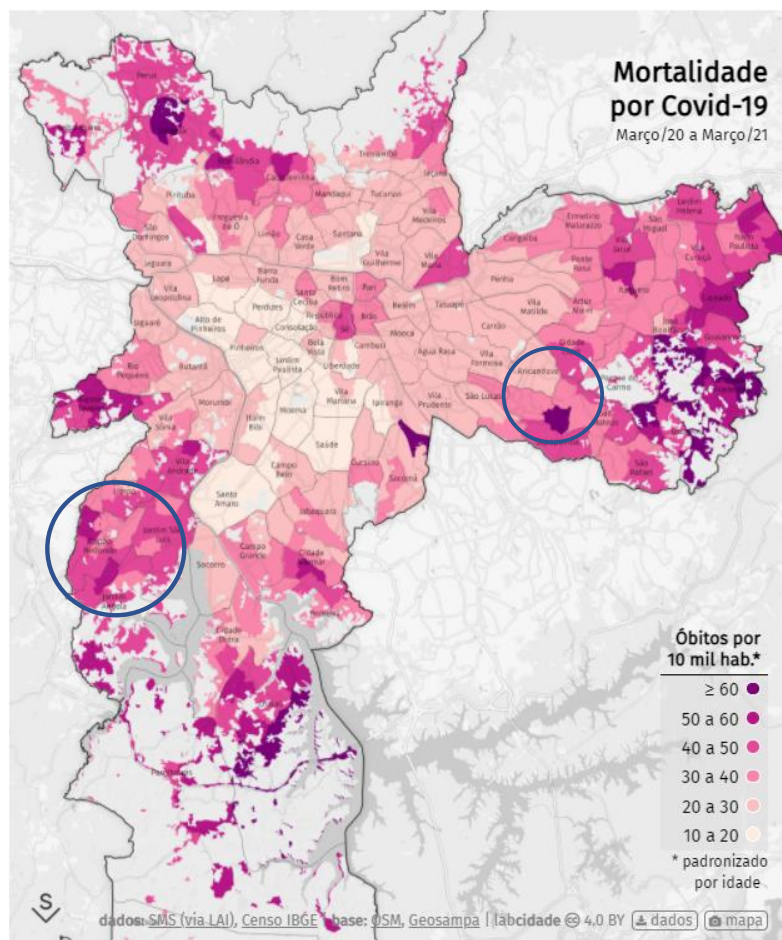
nos bairros periféricos em comparação às regiões centrais. Na divulgação da pesquisa¹²⁶, Parelheiros e Capão Redondo são citados como os distritos mais afetados. No início de agosto de 2020, o jornal *on-line* G1 também divulgou dados levantados pela prefeitura de São Paulo que atestavam que as maiores taxas de morte estavam nas periferias¹²⁷. Acompanhando o avanço da pandemia na cidade de São Paulo e a posterior campanha de vacinação iniciada em janeiro de 2021, o LabCidade, Laboratório e Espaço Público e Direito à Cidade, produziu alguns mapas demonstrando a distribuição territorial das mortes por Covid-19¹²⁸. As taxas obedecem o mesmo padrão de outros índices de vulnerabilidade social, nos quais as regiões centrais aparecem sempre em melhores condições em detrimento dos bairros periféricos. No mapa vê-se que a concentração de mortes se intensificava conforme se avançava às margens. Os círculos em azul demonstram a área de atuação das redes que trago neste texto, marcadas também por altas taxas de óbitos.

¹²⁶ <https://exame.com/brasil/risco-de-morrer-por-covid-19-em-sao-paulo-e-50-maior-na-periferia/> (acesso em 30 de abril de 2022).

¹²⁷ <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/08/04/periferias-de-sao-paulo-seguem-na-lideranca-do-ranking-de-bairros-com-mais-mortes-por-covid-19.ghtml> (acesso em 30 de abril de 2022).

¹²⁸ Mapa produzido pelo LabCidade publicado no artigo Prioridade na vacinação negligencia a geografia da Covid-19 em São Paulo <http://www.labcidade.fau.usp.br/prioridade-na-vacinacao-negligencia-a-geografia-da-covid-19-em-sao-paulo/> (acesso em 30 de abril de 2022).

MAPA MORTALIDADE POR COVID-19 NA CIDADE DE SÃO PAULO – MARÇO/2020 A
MARÇO/2021



As ações governamentais nessas regiões, ou a intencional falta delas, intensificaram a condição precária nas periferias. A ênfase na família como responsável pelo enfrentamento à pandemia, seja na prevenção ou no cuidado de doentes, seja para enfrentar a crise econômica, tem lançado milhares de famílias a situações dramáticas em que mortes, doença e fome se sobrepõem. Como diversas matérias veiculadas na grande mídia chamaram a atenção, este contexto tem provocado o ressurgimento da insegurança alimentar como um problema social no país¹²⁹.

¹²⁹ Sobre como o fim do auxílio emergencial e a fome estão sendo noticiados na mídia: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-23/o-brasil-que-reduziu-a-pobreza-em-plena-pandemia-ve-a-fome-rondar-quem-deixou-de-receber-o-auxilio.html>; <https://economia.uol.com.br/colunas/carla-araujo/2020/11/16/fome-betinho-cidadania-fim-auxilio-emergencial-natal-sem-fome.htm>; <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/12/29/O-que-vem-ap%C3%B3s-o-fim-do-aux%C3%ADlio-emergencial-aos-brasileiros> (acesso em 30 de abril de 2022).

Na cidade de São Paulo, as taxas de desemprego se elevaram e a falta de renda afetou especialmente trabalhadoras e trabalhadores informais¹³⁰. A primeira parcela do auxílio emergencial¹³¹ começou a ser repassada apenas no início de junho de 2020. A última parcela foi depositada em janeiro de 2021 – para os requerentes que tiveram sua solicitação aprovada. Um novo auxílio foi aprovado e começou a ser repassado em abril de 2021, mas agora com um valor ainda menor e para um número reduzido de pessoas¹³². Nos primeiros meses da pandemia, antes do auxílio, as famílias que ficaram sem renda, se viram completamente desamparadas pelo Estado. Assim como aquelas que não o receberam e como todas que não terão mais renda nos próximos meses. São moradoras e moradores das periferias da cidade, e do restante do país, os mais afetados pela crise sanitária e econômica. São os homens negros as maiores vítimas fatais da Covid-19¹³³, são as mulheres negras as mais afetadas pela fome¹³⁴. E são elas também que tem se encarregado de cuidar dos doentes, das famílias e de redes de suporte e apoio para a avalanche de demandas geradas pela sobreposição dessas crises.

5.3 “O que vou fazer com 300 cestas por mês?”: o Estado que deixa e faz morrer

“Eu tenho tido dificuldades pra dormir, né? E eu sei que isso é um reflexo daquilo que vai acontecer quando eu chego aqui. Pensar em chegar aqui, pensar em dar conta de tudo, sem ter resposta pra nada, o que é pior, né? Não ter resposta. Eu acho que isso é frustrante. E aí bate esse sentimento de fraqueza mesmo, né? Eu nunca sei o que vai acontecer quando a campanha tocar. Eu nunca sei... é isso.

¹³⁰ <https://www.brasildefato.com.br/2020/11/03/prefeitura-de-sp-faz-pouco-contradeseemprego-apesar-de-taxas-acima-da-media-nacional> (acesso em 30 de abril de 2022).

¹³¹ O auxílio emergencial é um benefício instituído no Brasil pela Lei de nº 13.982/2020, que previu o repasse de 600 reais mensais a trabalhadores informais e de baixa renda, microempreendedores individuais e também contribuintes individuais do Instituto Nacional do Seguro Social com o objetivo de mitigar os efeitos econômicos da pandemia.

¹³² As parcelas passam de R\$600,00 para R\$150,00 a R\$375,00 em 4 parcelas. Um terço das pessoas que receberam o auxílio no ano passado, não receberá neste. <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/05/25/auxilio-segunda-parcela.htm#:~:text=Aux%C3%ADlio%20com%20valor%20menor%20e,a%20um%20benef%C3%ADcio%20por%20fam%C3%ADlia> (acesso em 30 de abril de 2022).

¹³³ Para maiores informações sobre taxas de mortalidade com recortes de raça e gênero na cidade de São Paulo ver <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-08/mortalidade-por-covid-19-e-maior-entre-populacao-negra-em-sao-paulo> (acesso em 30 de abril de 2022).

¹³⁴ De acordo com estudo produzido por Marcelo Neri, com base em dados coletados de agosto à novembro de 2021, a insegurança alimentar entre os 20% mais pobres do país passou de 53% à 75%, porcentagem próxima a países com maior insegurança alimentar do mundo como Zimbawe, afirma o pesquisador. O estudo indica ainda a feminização da fome, enquanto a porcentagem de mulheres em situação de insegurança alimentar no período era de 47%, a de homens era de 36%, fazendo com que o Brasil apresente uma diferença entre os gêneros da insegurança alimentar seis vezes do que a média global, ressalta Neri. Para acesso ao trabalho completo: cps.fgv.br/cps/bd/docs/Texto-Inseguranca-Alimentar-no-Brasil_Marcelo-Neri_FGV-Social.pdf (acesso em 20 de junho de 2022).

Ouvir as demandas e não ter resposta pra dar. Não respostas objetivas, repostas eficientes... Porque eu dependo especificamente do Estado, do governo, do município. E esse governo não tem tido preocupação real com a assistência social.” (Simone, assistente social)

Como afirma Gabriel Feltran (2011), durante os anos de 1990 e 2000, houve uma proliferação de instituições e serviços públicos nas periferias da cidade. Instituições, muitas delas, oriundas de movimentos sociais das décadas anteriores, ONGs e serviços públicos passaram a compor uma malha complexa nessas margens territoriais e estatais, ancoradas no discurso dos direitos humanos, mas também reprodutora de uma burocracia estatal tecnicista cujo objetivo se delineava cada vez mais pela lógica neoliberal de gerir a pobreza (WACQUANT, 2001). Isto é, controlar e normalizar corpos, circulações e comportamentos das populações pobres e negras das periferias. Como argumentam Adriana Vianna e Laura Lowenkron (2017), o Estado, em suas margens, se realiza no cotidiano não como um bloco monolítico, mas a partir de suas práticas e efeitos. E é também nessas margens que fissuras são abertas para a produção de agenciamentos e resistências (CARMO, 2016).

Simone tem 40 anos e é moradora do Capão Redondo desde que nasceu. Autodeclara-se negra e compõe coletivos antirracistas e de mulheres negras da região. Desde 2016 é gestora do Serviço de Assistência Social à Família (SASF), um dos principais equipamentos *na ponta*¹³⁵ da política nacional de assistência social, localizado na zona sul e administrado pelo governo municipal. Isto é, trata-se de um serviço implementado no bairro e que tem contato direto com famílias em situação de vulnerabilidade. Segundo as diretrizes estabelecidas pela política nacional de assistência social:

“o SASF tem na convivência e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários a centralidade de suas ações, visando ao acesso das famílias à rede socioassistencial, ao desenvolvimento de potencialidades, à participação e ganho de autonomia. Atua, também, como identificador de demandas para o acesso a benefícios e programas de transferência de renda” (São Paulo, 2012).

Contudo, afirma Simone, *o que está escrito no papel é muito bonito, mas a realidade é bem diferente*. Essa fala faz coro com o que repetidamente afirmam profissionais que estão à frente desses serviços quando se referem às precárias condições de trabalho disponíveis para lidar com as complexas e dramáticas demandas oriundas das também precárias condições de vida (CARMO,

¹³⁵ Costuma-se se referir a serviços e profissionais que lidam direto com a execução das políticas como aquelas e aqueles que estão “nas pontas”.

2016). Quadro este que tem piorado com o sucateamento de serviços públicos de assistência social nos últimos anos a partir do fechamento de muitos equipamentos públicos, como observei ao longo de meu trabalho de campo. A isso, soma-se a interrupção de projetos de ONGs devido à diminuição de financiamentos para o terceiro setor em curso nos últimos anos¹³⁶. Mesmo com seu caráter normalizador, esta rede de serviços públicos, muitas vezes, é a única possibilidade de acesso a direitos a parte significativa da população. Seu enfraquecimento tem tornado as condições ainda mais difíceis, principalmente depois da chegada da Covid-19, fazendo com que as necessidades que se intensificaram com as sobreposições das crises recaísse ainda com mais força sobre famílias e suas redes de amizade e vizinhança.

Realizei, em outubro de 2020, uma entrevista *on-line* com Simone, que compõe as redes de ativistas que acompanho. Ela me afirmou que o único excedente recebido pelo SASF até aquele momento para enfrentar a situação de contingência que se impunha, foram apenas 2 mil cestas básicas durante os meses de abril a outubro de 2020. Isto é, um pouco mais de 300 cestas por mês: “eu atendo mensalmente mil famílias que já se encontravam em situação de vulnerabilidade antes da pandemia, o que vou fazer com 300 cestas por mês?”. A situação fez com que Simone e sua equipe tivessem que decidir para quem doar. Somado a isso, ela também relatou que não houve nenhum planejamento, por parte do governo municipal, para recebimento e entrega dessas cestas: “nunca sei quando vai chegar e também não sei se no próximo mês receberemos novamente. Quando as famílias perguntam, respondo que é preciso esperar”.

Simone é contratada por uma ONG, pois a gestão do SASF (Serviço de Assistência Social à Família) é feita a partir de um convênio entre prefeitura e a instituição. Quase todos os

¹³⁶ Desde 2006 trabalho junto à ONGs com atuação municipal e nacional e foi progressivo a queda no financiamento destas instituições. Primeiro foi a diminuição de recursos vindos de instituições internacionais que custeavam projetos de ONGs com maior organização institucional, muitas delas localizadas em regiões centrais. Essa redução de financiamento estrangeiro se deu devido à uma condição de estabilidade financeira e política conquistada pelo país nos anos 2000. Com o governo Lula e com a intensificação de projetos sociais, financiamentos nacionais para o terceiro setor começaram também a ser mais comuns, principalmente advindos do governo federal como a Secretaria Especial de Direitos Humanos, a de Juventude, Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade, etc. Contudo, após o golpe da presidenta Dilma Rousseff essas políticas deixaram de ser prioridade, assim como os projetos sociais em parceria com o terceiro setor. Tratando-se das organizações sociais presentes nas periferias, muitas delas tinham acesso maior a recursos municipais, a partir da execução de serviços públicos – principalmente creches e políticas de assistência social – do que recursos internacionais ou do governo federal, embora também se beneficiassem com um cenário financeiro mais favorável do terceiro setor tendo em vista as articulações e projetos em conjunto entre instituições. Estas instituições foram ainda mais impactadas com o fechamento progressivo dos serviços de assistência social tais como centros de juventude, centros de criança e adolescentes, serviços de medida socioeducativa, etc. Um dos efeitos dessa redução de projetos sociais também pode ser visto no desemprego de profissionais que construíram carreiras tais como educadores sociais, articuladores, assistentes sociais, etc.

serviços que compõem a rede de assistência social no município tem essa configuração. Ela considera que a situação econômica atual de sua família é estável, mesmo com a pandemia. O sofrimento maior vem sendo a angústia de não conseguir dar respostas às demandas de moradoras e moradores que chegam a seu trabalho. Ela tem se articulado a outras redes de solidariedade locais para *dar conta* das necessidades das famílias que buscam o serviço, mas, ainda assim, é insuficiente, afirma. Como disse no trecho que abre esta seção, ela não tem conseguido dormir frente a situação que tem atingido as pessoas do bairro onde mora, trabalha e atua politicamente.

Grupos e redes locais não vinculadas às políticas sociais (tais como Campanha em Solidariedade a Familiares de Presas e Presos, promovida pela Amparar¹³⁷; Rede de Apoio às Mulheres e Famílias da Zona Show, organizada por coletivos feministas e mulheres da região¹³⁸) passaram a se articular para atender a essas demandas vindas de seus bairros. Essas mobilizações estão sustentadas na experiência não apenas de que *procurar o Estado não adianta em nada*, como também na ideia de que *o Estado é quem mata*, não quem garante o direito.

Aurora e sua família, que trato nos primeiros capítulos dessa tese, também foi afetada pela pandemia. Se comparada a outras famílias que trago agora, ela se encontra em uma situação até mais estável, já que conta com a sua aposentadoria e com o trabalho registrado da filha, como dissemos anteriormente. Ainda assim os efeitos econômicos foram avassaladores. Luciana teve seu salário reduzido pela metade e, com a suspensão das aulas, suas três filhas passam o dia todo em casa e a refeição que faziam na escola, agora é de responsabilidade da família. Desse modo, os gastos com alimentação redobram em um momento que os preços de alimentos se elevaram de forma exorbitante¹³⁹. Além disso, durante boa parte da pandemia, Aurora e Luciana ainda arcavam com os gastos do neto preso. Mensalmente as duas precisavam economizar cerca de R\$300,00 para enviar o jumbo¹⁴⁰ e fazer as visitas, como tratado também anteriormente. As despesas mensais

¹³⁷ <https://abacashi.com/p/amparar> (acesso em 30 de abril de 2022).

¹³⁸ <https://www.vakinha.com.br/vaquinha/rede-de-apoio-as-mulheres-e-familias-da-zona-show> (acesso em 30 de abril de 2022).

¹³⁹ Matérias sobre aumento nos preços dos alimentos que foram publicadas ao longo da pandemia: <https://brasil.elpais.com/economia/2020-09-10/inflacao-da-cesta-basica-corroi-bolso-dos-mais-pobres-e-deixa-bolsonaro-em-alerta.html>; <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/10/20/aumento-dos-precos-dos-alimentos-tem-impactado-no-bolso-dos-brasileiros.ghtml>; <https://economia.uol.com.br/colunas/jose-paulo-kupfer/2020/09/08/preco-alto-de-alimentos-afeta-mais-pobres-mas-nao-e-inflacao-antes-fosse.htm> (acesso em 30 de abril de 2022).

¹⁴⁰ Cesta com produtos essenciais, tais como alimentos e produtos de higiene, enviados mensalmente para pessoas presas por suas famílias. Mais informações <https://ponte.org/em-sp-familias-so-poderao-entregar-comida-e-itens-de-higiene-a-presos-pelos-correios/> (acesso em 30 de abril de 2022).

ficaram insustentáveis. A família tem conseguido se alimentar a partir da ajuda de redes compostas por grupos feministas da região que contribuem com doação de cestas básicas e com dinheiro para compra do gás.

Iara é ligada à rede de familiares de pessoas presas e saiu da prisão um pouco antes da pandemia e cumpria regime aberto¹⁴¹. Ela tem 46 anos, é negra e morava no extremo leste da cidade com dois filhos adolescentes que estão desempregados. Por sua condição de egressa da prisão, teve bastante dificuldade em arrumar trabalho. Conseguiu, através do contato de uma amiga, um emprego como doméstica na casa de um procurador de justiça. Já estava empregada há 3 meses, a vida entrando em certa estabilidade, quando *foi confiar e contou para seu patrão que tinha passado pela cadeia*, disse-me Railda. O promotor a demitiu imediatamente e ela ficou desempregada no primeiro mês do isolamento social. Iara também recorreu à rede de familiares de pessoas presas para conseguir pagar seu aluguel e os integrantes da Amparar organizaram uma rifa para ajudá-la com os custos do aluguel.

Os casos de Aurora e Iara demonstram, assim como em tantas outras famílias, que mesmo sem terem vivido casos de doenças, essas mulheres foram afetadas pela pandemia. Desemprego, dificuldades financeiras, sobrecarga com o trabalho do cuidado são reveses que passaram a ser enfrentados por quem já não tinha uma vida tão fácil antes da crise. Nem Aurora nem Iara tiveram acesso ao auxílio emergencial, uma porque era aposentada e a outra desconhecia a razão da não aprovação. Não tiveram também nenhum apoio dos serviços socioassistenciais públicos em seus bairros, justamente pelo reduzido alcance deles. Se não fosse o apoio de redes comunitárias, a situação de ambas seria muito pior.

Mas não é apenas a insuficiência dessas políticas que leva famílias, sobretudo mulheres, moradoras desses territórios, procurarem por *ajudas* ao invés da busca por direito. No cotidiano desses equipamentos tendem a se reproduzir estigmas, julgamentos, humilhações, criminalizações que atualizam hierarquias e controle. Acompanhando creches em uma favela carioca, Camila Fernandes (2019) analisa práticas de acusação sexual na veiculação de discursos, atos e práticas no interior dessas instituições. A autora demonstra como é na atribuição de uma sexualidade *errada e*

¹⁴¹ Modalidade de cumprimento de pena em que a pessoa sentenciada pode trabalhar durante o dia e recolher-se, conforme à lei, em Casas de Albergados durante à noite. Contudo, tendo em vista a ausência dessas casas, as penas normalmente são cumpridas nas próprias residências dos sentenciados. Pessoas que foram condenadas ao regime fechado ou ao semi-aberto conseguem a progressão da pena para o regime aberto se apresentarem o chamado “bom comportamento”, isto é, quando a justiça considera que o apenado está “apto para voltar ao convívio em sociedade”.

irresponsável às mulheres negras, pobres e faveladas que se justificam as raízes não apenas da inadequação das políticas públicas (nunca suficientes para mulheres que *fazem filhos demais*), como também as raízes dos problemas sociais.

Acompanhando as políticas de assistência social na zona sul de São Paulo durante minha pesquisa de mestrado, também observei a presença de uma moralidade a respeito dessas famílias, principalmente de mulheres (sobretudo mães e avós), subjacente às práticas cotidianas de profissionais que as responsabilizavam pelo uso de drogas de filhas ou filhos ou pelo envolvimento dos mesmos em práticas enquadradas como crime. O efeito da estigmatização era muito concreto na vida dessas famílias, tendo como consequência, muitas vezes, punições tais como a retirada de algum benefício ou o preterimento de uma família por outra no acesso a alguma política ou até, em casos mais extremos, a perda da guarda de crianças (CARMO, 2016).

Medo e desconfiança dos serviços públicos e dos agentes do Estado por parte da população que seria alvo dessas políticas é comum na fala de muitas moradoras e também de profissionais das políticas. Simone, desde sua atuação como assistente social, me disse:

“Aí que muitas vezes a briga maior é com o próprio estado que criminaliza essa mãe e tem uma solicitação de retirada das crianças. E quando você vai ver, ela não cometeu nenhum erro, ela só é pobre, né? Aí existe a criminalização da pobreza pra esse Estado”.

Ainda nos primeiros meses da pandemia, em um dos grupos de ativistas da zona sul, dos quais faço parte, uma das participantes compartilhou um áudio de uma amiga no qual fica explícito o medo por parte de moradoras das periferias em buscar *ajuda* nos serviços de assistência social. O áudio era de uma amiga da participante que pedia o apoio da rede de mulheres para uma vizinha:

“Deixa eu te falar, eu vou te falar uma coisa, mas você não passa isso pro grupo é só entre nós duas, tá bom? Ela tem medo que a assistente social vá lá porque a casa dela não tem água encanada. Então se for uma assistente social lá, vai tomar as crianças dela, tá? Então o que a gente quer fazer? Juntou eu, essa amiga, outras amigas, minha pratoa... a gente quer erguer o barroco dela de madeirite, por um banheiro, dar cama, dar as coisas, pra depois que ela tiver bem adaptada, mais ou menos, bem não né, mais ou menos adaptada, aí sim a gente envolver a assistente social, entendeu? Vê se você consegue entender a gente. Porque na situação que ela tá, se a assistente social for lá, vai tomar as crianças dela.”

Em uma situação de grande vulnerabilidade social, a mulher tinha medo de recorrer ao Estado, pois o pedido de socorro poderia provocar um julgamento por parte dos serviços de

assistência social de que ela não teria condições de cuidar de suas crianças. Desse modo, antes de *envolver a assistente social*, ela procurou apoio de uma rede de mulheres com o objetivo de alcançar uma situação mínima que poderia ser considerada pelo Estado como adequada para uma mulher cuidar de seus filhos.

Trago aqui outra cena na qual esse medo e desconfiança ficaram explícitos. Estávamos, eu e mais duas pesquisadoras do projeto de extensão que mencionei na abertura deste capítulo, realizando um grupo focal junto às usuárias e usuários do SASF Capão Redondo no qual Simone trabalha. O encontro foi realizado cerca de um ano após a entrevista que fiz com ela e tinha por fim compreender como as famílias em situação de vulnerabilidade social daquela região estavam lidando com os efeitos da pandemia. Conversávamos sobre os casos de adoecimento e sobre o acesso ao sistema público de saúde. Realmente fiquei surpresa com a concentração de casos de contaminações graves, mortes e sequelas deixadas pela Covid-19 naquele grupo. Com exceção de uma participante, todas pessoas ali tinham se contaminado, perdido algum parente ou ainda estavam sofrendo com alguma sequela da doença: falta de olfato e paladar, depressão, dores no corpo, crises de ansiedade, falta de ar, cansaço, problemas neurológicos, dentre outros sintomas. Como narraram, a doença havia desestabilizado profundamente suas vidas e modificado seus cotidianos, como me disse uma das participantes: “Essa Covid acabou com a minha vida”.

Participaram do grupo focal dez pessoas, oito mulheres e dois homens, na faixa de 35 a 60 anos. Quatro pessoas se autodeclararam negras e seis pardas. Quase todas as pessoas ali estavam desempregadas devido à pandemia. Todas tinham pelo menos dois filhos. Das oito mulheres presentes, cinco moravam sozinhas com seus filhos.

Dentre os relatos sobre adoecimentos e mortes por Covid, uma das participantes disse que no momento em que sentia falta de ar e mal-estar, pediu ao esposo que não a levasse para o hospital: “Porque o que eu vejo é as pessoas estarem bem, mas chega no hospital e morre”. Em seguida, outra participante disse:

“o hospital é onde ajuda, só que até onde a gente tá sabendo, os médicos estavam matando pra ganhar dinheiro. A minha sobrinha de dezenove anos morreu e eles queriam colocar Covid no laudo e ela não morreu de Covid”.

Após esses dois depoimentos, as pessoas ali começaram a se atropelar nas falas reproduzindo rumores sobre os médicos estarem matando pessoas e forjando laudos de Covid-19: *a mãe de um amigo morreu e ganharam dinheiro em cima; a irmã da minha amiga que trabalhava*

no M'Boi Mirim (hospital da região), os pacientes chegavam e eram jogados no corredor; nós descobrimos que os médicos estavam matando as pessoas porque ganhavam por cada pessoa que eles dessem o laudo de Covid eles ganhavam 10.000 reais. Falaram que muitas pessoas acabaram morrendo em casa por medo de ir aos hospitais, que tinham se tornado *um açougue, um matadouro*.

No momento em que ouvi estes relatos, imaginei que se tratava de mais um caso de disseminação de *fake news* que passaram a ser constantes após a eleição do presidente Jair Bolsonaro. Pensei que aquelas pessoas estivessem participando de redes bolsonaristas que estariam multiplicando notícias falsas sobre laudos fraudulentos de mortes por Covid. No entanto, conforme continuavam suas narrativas, percebi que se tratava de algo mais complexo. Obviamente as pessoas ali estavam falando de rumores sustentados em notícias falsas, contudo, aqueles rumores foram produzidos em um contexto de mortes jamais vistos antes: *foi muita morte, não tinha lógica*, disse uma das participantes. Muitos moradores e moradoras da região perderam pessoas próximas, de forma muito rápida, por uma doença desconhecida. Além disso, tinham a experiência, desde sempre, de hospitais públicos não só precários e insuficientes, como também negligentes e violentos no atendimento a pacientes pobres, negros e moradores das periferias.

Chamar hospitais públicos de *açougue*, não é algo novo nas periferias da cidade, assim como não começou com a pandemia a ideia de que ao entrar doente em um deles há um grande risco de morrer devido aos maus-tratos e negligência no atendimento. Lembro-me, quando criança, que era exatamente desta forma que a vizinhança se referia ao hospital público próximo a minha casa, em Mauá. Era recomendável ir ao Nardini, nome do hospital, só em situações muito emergenciais. Tratava-se de um lugar perigoso. Ainda sobre o Hospital de M'Boi Mirim, desde que comecei a frequentar a zona sul, sempre ouvi rumores sobre diagnósticos incorretos, indiferenças com relação aos pacientes, falta de médicos e até histórias de que jovens baleados que chegavam ao pronto socorro eram *deixados nos corredores para morrer*.

Voltando ao grupo focal, quando perguntamos sobre o que as pessoas ali achavam sobre os prováveis interesses por trás desses hipotéticos assassinatos por parte dos médicos, elas responderam que os próprios médicos, os enfermeiros, a polícia, as autoridades, os políticos e o presidente da república Jair Bolsonaro, estariam em conluio por dinheiro. Ou seja, as mortes estariam gerando dinheiro para pessoas que estão no poder.

Argumento que é importante compreender esses rumores não apenas como *fake news*, falta de informação, má intenção política ou insanidade. Acredito que tais rumores estejam ligados a

uma forma de dar sentido às experiências cotidianas que articulam violência do Estado, ausência de políticas que garantam a vida, concepções locais de saúde e doença e uma pandemia de um vírus mortal em um contexto político em que a mentira se tornou arma de guerra. As e os participantes daquele grupo focal se referiam aos profissionais do hospital – médicos e enfermeiros – como pessoas muito distantes delas que não apenas as consideravam descartáveis, como também representavam o Estado e sua política de morte. Assim médicos, enfermeiros, mas também assistentes sociais seriam pessoas perigosas que poderiam tirar seus filhos ou provocar sua morte.

Com isso, não pretendo comparar e generalizar as políticas públicas de saúde e assistência social como violentas, sobretudo porque elas são fruto de intensas mobilizações de movimentos sociais desde a democratização do país, sendo imprescindíveis para garantia de direitos. Ademais, essas margens do Estado são extremamente porosas e complexas sendo também produzidas a partir de múltiplos agenciamentos e resistências de pessoas que estão em seu cotidiano, tanto profissionais como população atendida. O que pretendo chamar a atenção é para como a luta pela vida e pelo direito convivem com as políticas de morte que se reproduzem de diversas maneiras no atendimento dos serviços públicos nas periferias. Como nos lembra Butler,

A condição precária designa a condição politicamente induzida na qual certas populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte. Essas populações estão mais expostas a doenças, pobreza, fome, deslocamentos e violência sem nenhuma proteção. A condição precária também caracteriza a condição politicamente induzida de maximização da precariedade para populações expostas à violência arbitrária do Estado que com frequência não tem opção a não ser recorrer ao próprio Estado contra o qual precisam de proteção. Em outras palavras, elas recorrem ao Estado em busca de proteção, mas o Estado é precisamente aquilo do que elas precisam ser protegidas. Estar protegido da violência do Estado-nação é estar exposto à violência exercida pelo Estado-Nação; assim, depender do Estado-Nação para a proteção contra a violência significa precisamente trocar uma violência potencial por outra. Deve haver, de fato, poucas alternativas. É claro que nem toda violência advém do Estado-Nação, mas são muito raros os casos contemporâneos de violência que não tenham nenhuma relação com essa forma política. (2015, p. 47)

Enfim, a conversa que tivemos com essas pessoas atendidas pelo SASF demonstra a relação ambígua e complexa das populações das margens com as políticas sociais que são, a um só tempo, uma das únicas tábuas de salvação em situações em condições de extrema precarização da vida, como também violentam, normalizam, estigmatizam pessoas pobres, negras e periféricas (DAS e POOLE, 2008; FELTRAN, 2011; CARMO, 2016). Essas, por sua vez, estariam assim em uma zona limítrofe entre garantia de um direito e a violência do Estado.

A pandemia reforçou a importância, mesmo em meio a tantas contradições e ambiguidades, da existência de políticas sociais alinhadas aos direitos humanos, como fundamentais para garantir a vida e a igualdade em uma sociedade democrática. Desse modo, como nos alerta Butler (2015), é imprescindível que os campos políticos progressistas repensem suas pautas tendo em vista esta violência estatal. Talvez um dos nossos maiores desafios hoje seja refletir sobre as políticas sociais de modo que a crítica e o repúdio à violência do Estado reproduzida em seu cotidiano não contribua para a falência em curso da responsabilidade estatal do cuidado. Contudo, é possível pensar em uma presença do Estado sem violência?

5.4. A dor da fome

“Além de ser eu e três crianças em casa, eu tenho uma nenenzinha de dois anos que chegou a ficar sem fralda. Fiquei desesperada porque tava longe da data de receber o auxílio. Eu fiquei tão desesperada que eu liguei pro Emerson: ‘Emerson, pelo amor de Deus, será que vocês não tem aí duas três fraldas pra eu conseguir dar um jeito até...’. Ele: ‘Não, eu não tenho. Aqui no SASF a gente também não tem....’. Minhas irmãs não tinham. Eu falei: ‘Gente, o que eu vou fazer’, eu fiquei desesperada! Porque tinha o básico, mas não tinha o suficiente. Foi onde eu falei assim: ‘É, vamo usar a prática anterior’. Peguei as fraldinhas, coloquei na sacolinha, amarrei nela. Falei: ‘Gente, olha a situação que a gente chega por conta de uma pandemia impactando desse jeito!’. Porque a hora que você procura alguém pra te ajudar, você não acha! Mas a hora que você tá de boa, a hora que você tá bem, você encontra tanto amigo pra falar assim: ‘Nossa, vai ter churrasco? O almoço hoje é na casa de quem?’. Mas ninguém para e pensa assim: ‘Fulano tem três filhos...’. Será que precisa fulano falar pra mim: ‘Eu tô precisando de alguma coisa?’. Será que precisa fulano se humilhar e falar assim: ‘minha filha precisa de fralda, meus filhos não tem frutas, a gente não vai ter mistura¹⁴² este mês?’. Eu acho que não precisa... Mas só que ninguém faz. Só faz se falar assim: ‘Mas eu tenho bola de cristal, vou advinhar que você tá precisando?’. Não, não vai advinhar, mas você tá se alimentando, será que fulano tá? Se você tem pra dividir, precisa te pedir? E ninguém faz isso. Não passa governo, não passa associação nenhuma na casa de ninguém. Se falar que passa é mentira. Não passa. Os meus filhos são todos asmáticos, tudo bronquío... Eu não conseguia remédio. Eu tinha acabado de fazer uma cirurgia. O dinheiro do Bolsa Família que eu recebia era só em medicação pra mim, pra eles, fralda, leite. O que a gente comia era cesta que eu recebi da escola, o cartão que a gente tava recebendo da creche, que não recebe mais, e a cesta básica que me ajudaram aqui. Eu passei tempos sem saber o que era nem ovo. Era arroz, feijão, macarrão. Às vezes vinha na cesta básica aqui sardinha. Vinha três sardinha dentro da lata, era três sardinha, uma pra cada uma, a neném não comia. Esse ano que passou

¹⁴² Forma popular de se referir à proteína das refeições na região metropolitana da cidade de São Paulo. Carne, frango, peixe, ovos seriam a *mistura* no prato.

agora, 24 de dezembro que a gente passou: 'Ah, o natal, como foi seu natal?'. Arroz e feijão. Uma saladinha de macarrão. Ah, você reclama: 'Não'. Passamos com saúde, graças a Deus, porque muita gente passou chorando, porque perdeu alguém então eu não reclamo. Graças a Deus eu tive quem me ajudasse, né? Aqui me ajudou, a escola das crianças mandaram cesta básica, não sei como, mas graças a Deus mandaram. Tive até que ajudar minha irmã que tá desempregada, marido desempregado... Não pago aluguel porque moro na casa da minha ex-sogra. Ela cedeu a casa pra gente morar. Pago água, pago luz. O auxílio não é nada! Você chega num supermercado é 22 reais cinco quilos de arroz. Você chega no supermercado você traz duas sacolas é 60, 80 reais. Não consegue trazer nada! Você consegue comer salada? Não! Um pé de alface está 4 reais! Esta semana minha neném falou assim: 'Eu quero 'futa'!'. 'Não tem filha, fruta'. 'Eu quero maçã!'. O que você vai fazer? Você não pode fazer nada! Porque na creche, na escola, eles estão acostumado a comer. O governo manda, a prefeitura manda. 'Porque a mãe não trabalha, vai mandar a criança pra creche?'. A criança na creche se alimenta, em casa tá comendo? Não! Na creche é cinco alimentação. Dentro de casa eles conseguem comer cinco? Não! Então é assim, é muita gente pra julgar e pouca gente pra ajudar. Fala: 'Porque você foi ter filho?'. 'Era pra ter tirado?'. Porque quando uma mãe quer abortar uma criança é crucificada. E aquela criança vai vir no mundo pra passar necessidade, passar fome, pode? Infelizmente é o que acontece. Eu não julgo uma mãe que pega uma criança e dá pra adoção. Porque eu tenho três filhos e sei o quanto é difícil criar uma criança. É muito difícil você olhar pros quatro cantos e não encontrar ajuda, não encontrar saída. Você vê seu filho, é hora da mamadeira. Não tem, não tem leite. A caixa de leite tá quatro reais! O governo dá um quilo de leite pra cada mês na creche. Isso é um absurdo! Um bebê de dois anos não toma um quilo de leite por mês, é muito mais! Mesmo tendo os complemento de alimentação, uma criança toma no mínimo três mamadeiras por dia. Então eles acham que tá fazendo muito. Você vai comprar uma bombinha de asma, nem todo mundo aqui compra, é 78 reais. É absurdo! Quando eles ajudam, na farmácia diminui o que, 30, 40% o valor da bombinha de asma. A ajuda de custo do governo é de quanto? 400. Como você se alimenta, compra fralda, leite pra uma criança, paga água e luz com quatrocentos reais e compra ainda medicação? No posto você não consegue nada. Eu tenho só o auxílio aqui que ajuda. Eu tenho só minha mãe, meu pai e minhas irmãs. Minhas irmãs estão numa situação pior ou igual. Tenho uma também que mora sozinha, três filhos. Minha mãe cuida da minha vó. Meu pai paga aluguel, não pode ajudar nem ele mesmo. Então, quem de vez em quando me ajuda é a mãe de meu ex-marido. Compra um pacote de fralda. Já chegou tempos do ano passou de eu mandar o neném pra creche sem fralda. Mandou sem fralda? Mandei sem fralda! Aí vem na agenda: 'mãezinha, você esqueceu de mandar a franda'. 'Não, não esqueci, simplesmente não tinha! Mandei sem!'. Eu mandei sem, não tenho vergonha de falar. Um pacote de fralda é 20, 30 reais. A gente infelizmente, ou felizmente, teve nossos filhos, a gente faz de tudo pra criar do nosso jeito, mas de acordo com nosso alcance. Não tem muito pra se fazer. Pinga aqui, pinga ali. Eu fazia sombrancelha, fazia unha. Ninguém tá fazendo mais nada. Acabou. Mando mensagem pras minhas clientes: 'Vou diminuir o valor para metade do preço'. 'Ah não, no momento não tô podendo fazer'. O que você pode fazer? Tá todo mundo passando pela mesma coisa, infelizmente. Impacta, dói. E se uma coisa que dói mais é seus filhos pedir e você não ter pra dar. A fome, ela dói. Não é só no estômago. Ela dói na cabeça, ela dói no estômago, ela dói no coração, ela dói em tudo ...”

Fernanda participava do grupo focal que tratei na seção anterior. Estava sentada a minha esquerda no círculo. Todos ouviam em completo silêncio sua fala que durou 15 minutos. E em silêncio permanecemos por alguns segundos após seu relato. Fernanda é uma mulher de 35 anos que autodeclarou-se parda. Foi contaminada pelo vírus da Covid-19 logo no início da pandemia, três meses após ter feito uma cirurgia bariátrica. Isso a deixou *desesperada*, disse. E, devido à doença, parou de trabalhar para não contaminar as clientes, foi quando começou a perder as possibilidades de trabalho que mesmo antes da pandemia já eram poucas.

A fala de Fernanda é eloquente ao retratar as condições que muitas mulheres pobres, moradoras das periferias e mães, normalmente negras, têm experimentado com a chegada da crise sanitária. A falta de suprimentos básicos no cotidiano, como comida, itens de higiene, medicação, gás de cozinha, tornaram-se reclamações generalizadas entre as redes de mulheres do meu campo. Antes, a escassez desses itens básicos era vivida em momentos específicos: final de mês, episódios de desemprego ou por alguma família em situação mais empobrecida. E, de certa forma, essas demandas eram absorvidas por redes de apoio: parentes, equipamentos públicos, entidades sociais, igrejas, vizinhança e amigos. Com a pandemia, essas demandas se tornaram volumosas demais para tais redes que também se enfraqueceram. A dificuldade para se manter a vida tornou-se generalizada

Em seu relato, Fernanda se ressentiu por ninguém *bater em sua porta* para ajudá-la. Ela até contou com *ajudas* do auxílio emergencial e do SASF, mas essas eram insuficientes para *dar conta* das necessidades mínimas da família. A necessidade de fralda para a filha era imediata, assim como era urgente também o alimento para toda família e a *bombinha* amenizar a asma de seus filhos. São demandas imprescindíveis e contínuas frente às quais Fernanda se via praticamente sozinha para responder. *Desespero* é o que sente ao *olhar para os quatro cantos e não ver saída*, ao esgotar todas as possibilidades de *ajuda* das quais dispõe. *Desespero* é o sentimento que emerge em situações nas quais as brechas para agenciamento são demasiado estritas. Sua narrativa expressa indignação, ressentimento, revolta e falta de esperança, sentimentos que podem ser entendidos como derivados de um sofrimento social. Ou seja, um tipo de sofrimento que, segundo Chiara Pussetti e Micol Brazzabeni, é resultado de uma violência cometida pela estrutura social:

O mal-estar social deriva, portanto, daquilo que o poder político, econômico e institucional faz às pessoas e, reciprocamente, de como tais formas de poder podem influenciar as respostas aos problemas sociais. O sofrimento social é o resultado, em outras palavras, da

limitação da capacidade de ação dos sujeitos e é através da análise das biografias dos sujeitos que podemos compreender o impacto da violência estrutural no âmbito da experiência cotidiana – não poderem negociar os termos da própria existência (2011; p. 469).

A ausência de uma rede de políticas sociais minimamente suficiente e preparada para enfrentar a pandemia em territórios de alta vulnerabilidade é uma das facetas dessa violência. Da mesma forma, é violenta a própria formulação, por parte de instâncias governamentais e de discursos midiáticos, sobre o que é considerado o básico para se viver. Construir uma ideia de básico sem de fato considerar o que realmente é necessário para manter uma vida digna no cotidiano, é suprimir e silenciar as demandas reais de famílias em situação de vulnerabilidade. Isto é, ao limitar a política de enfrentamento à fome a um auxílio de R\$400,00, ou à distribuição de cestas básicas, é desprezar todas as despesas de uma família que, de acordo com o Dieese, implicam em: alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência. De acordo com este instituto, em fevereiro de 2022, uma família de 4 pessoas, como a de Fernanda, residente na cidade de São Paulo, deveria receber como salário mínimo o valor de R\$ 6.012,18, quase cinco vezes o valor do mínimo atual de R\$1.212,00. Ainda, de acordo com o Dieese, a cesta básica na capital paulista apresentou um custo de R\$715,65¹⁴³, isso quer dizer que as *ajudas* recebidas por Fernanda não chegaram nem ao valor real de uma cesta básica. Porém, as despesas não cessam, tenha-se ou não o dinheiro para custeá-las. Elas precisam ser atendidas ou, caso contrário, provocam *desespero*, paralisia e adoecimento às pessoas que estão vivendo com um valor muito abaixo do que necessitam. Especialmente quando se tem filhos. Falas sobre o sofrimento provocado por ver os filhos *passando por necessidades* é recorrente, principalmente entre as mulheres.

Desde algumas semanas depois da chegada da pandemia ao Brasil, em março de 2020, muito se falou sobre *a fome* em noticiários e redes sociais. Na grande mídia, eram quase diárias reportagens nas quais mulheres negras abriam geladeiras e armários vazios, pegavam restos de comida em feiras-livres ou faziam filas para receber cestas básicas em bairros pobres do país. O sofrimento dessas mulheres era enquadrado e exposto de modo a gerar compaixão frente a um corpo biológico, generificado, racializado e inferiorizado. Essa compaixão era o motor das campanhas de arrecadação de alimentos que se proliferavam pelo país.

¹⁴³ <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2022/202202cestabasica.pdf> (acesso em 30 de abril de 2022).

No dia 21 de abril de 2021, duas reportagens do telejornal Jornal Nacional¹⁴⁴, exibidas em sequência no horário nobre da TV Globo, chamou muito minha atenção para como a empatia frente à dor do outro era mobilizada diferencialmente dependendo de quem era esse outro. A primeira matéria tratava da perda de renda da classe média – famílias cuja renda mensal era de R\$3.328,00 a R\$6.086,00 – durante a pandemia. Após a apresentação de alguns dados, a repórter que conduzia a narrativa falava sobre como essas famílias estavam com suas vidas *paralisadas* ou andando *para trás* com a perda de empregos e bens. Um especialista, que dava entrevista sobre o tema, ressaltou a frustração, perda de autoestima, sentimento de rejeição e de inferioridade que estas pessoas estavam experimentando durante a crise. Um homem branco de cerca de 50 anos foi entrevistado através de uma vídeo chamada falando sobre os prejuízos financeiros e mudanças nos hábitos de consumo que sua família vinha vivenciando. Sua imagem era intercalada com cenas deste homem ao lado de um microônibus com o qual ele fazia transporte escolar. Ele era microempresário.

Até aquele momento, achei a reportagem interessante principalmente por ela se preocupar também com os efeitos emocionais desencadeados pela crise. A narrativa foi eficiente no sentido de despertar identificação entre as pessoas que passavam por situação semelhante. Eu mesma me reconheci, pois estava experimentando as mesmas dificuldades e sentimentos expostos na matéria. No entanto, a forma como a notícia que viria a seguir foi retradada pelo telejornal oferecia outros contornos para pensar como o sofrimento social gerado pela crise sanitária era enquadrado de forma distinta dependendo do lugar social de quem sofre.

A segunda reportagem começou com a fala da apresentadora sobre a distribuição de cestas básicas e cartões de alimentação no valor de R\$142,50 – arrecadados pela campanha *Tem gente com fome*¹⁴⁵ – feita por voluntários em uma região pobre de Belo Horizonte, Minas Gerais. A reportagem intercalava falas de mulheres negras sobre o que fariam com as doações que acabavam de receber. O único homem que apareceu como beneficiário das ações era também negro e, ao lado da esposa, abria sua geladeira que estava completamente vazia. O foco da reportagem era demonstrar as dificuldades vividas pelas classes sociais mais baixas, sobretudo moradoras de favelas, e dar ênfase às doações de alimentos por parte de iniciativas privadas que se multiplicavam em todo território nacional naquele período. O homem entrevistado falou da dor decorrente de não

¹⁴⁴ Programa na íntegra, acessar <https://globoplay.globo.com/v/9455417/> (acesso em 30 de abril de 2022)

¹⁴⁵ Campanha nacional de arrecadação para enfrentamento à fome, à miséria e à violência durante a pandemia no ano de 2021 realizada a partir da organização de diversas ongs. Para mais informações acessar o site da campanha: temgentecomfome.com.br (acesso em 30 de abril de 2022)

ter o que dar aos filhos, sofrimento para o qual, diferente da matéria anterior, não foi dado muito destaque. Ao invés de destacar os sentimentos de humilhação, abandono, desespero provocados pela fome e expressos de diversas formas por aquele homem, e também pelas mulheres que apareciam na reportagem, a narrativa focou na alegria e gratidão daquelas pessoas ao receber as doações. A repórter encerra a matéria proferindo a seguinte frase: *o sorriso no olhar dessas pessoas é a certeza de que hoje vai ter comida na mesa*. Em seguida, entra a fala de uma mulher que, com lágrimas nos olhos, agradece pela doação e diz que naquele dia até compraria carne para sua família de seis pessoas com o dinheiro do cartão. Por fim, a mulher sorri.

As duas reportagens exibidas em sequência fez com que a diferença de tratamento dado ao sofrimento de pessoas destes dois segmentos sociais distintos – a classe média representada por um *pai de família* branco e as classes mais baixas retratadas por mulheres e homens negros – saltasse desconfortavelmente aos olhos. A narrativa construída em cada uma delas, tornou explícita a produção de um limite entre *nós* e *elas*, ou melhor, *elas*. No primeiro caso há o reconhecimento de que ter a vida paralisada ou *andando para trás* devido às limitações impostas por um contexto de crise econômica geraria frustrações e sentimentos de desvalorização. Tal reconhecimento contribuía para humanizar as pessoas representadas por aquele homem, bem como aproximá-las da experiência da pessoa que assistia a reportagem. Já no segundo caso, mais do que um reconhecimento do sofrimento, há a invasão das casas, dos armários, das geladeiras, enfim, da dor, para demonstrar, de forma humilhante, a situação de precariedade vivida por pessoas pobres, negras e moradoras das periferias. Destacava-se assim a gratidão delas por terem contado com a benevolência de pessoas desconhecidas.

Esse tipo de abordagem não é novo. Trata-se de um forma difundida e comum de lidar com famílias pobres que podemos verificar desde os procedimentos até pouco tempo adotados pelas *temidas* profissionais das políticas de assistência social que entrevam nas casas de famílias pobres para fazer *avaliações* sobre suas condições de vida; até nos programas televisivos paternalistas, como de Luciano Hulk¹⁴⁶; ou ainda a invasão arbitrária, ilegal e violenta de lares nas periferias pela polícia. São formas de produção de corpos, famílias e casas subordinados, inferiorizados e humilhados que podem ser invadidos, violados e expostos continuamente. Desse modo, uma vez

¹⁴⁶ Programa Caldeirão do Huck foi um programa de auditório exibido na TV Globo por 21 anos – 2000 à 2021 – conhecido por seus quadros sensacionalistas nos quais pessoas das classes populares são expostas em troca de premiações em dinheiro e outras formas de recompensas como reformas de casas, de carros, etc.

que essas pessoas não são reconhecidas como integrantes do *nós*, ou seja, não são vistas como uma vida reconhecida como tal que compartilha de uma condição precária, necessitando de suportes básicos para sua manutenção (Butler, 2009), não se reconhece a frustração, a baixa auto-estima, o sentimento de inferioridade ou o *desespero*, como diz Fernanda, derivados de sua precariedade politicamente induzida. Cabe a esse *eles*, ou melhor, a *elas*, apenas agradecer e celebrar a compaixão recebida desse *nós*.

Clara Han, referindo-se às críticas recentes com relação à razão humanitária, observa que a ênfase aos sentimentos de compaixão frente ao sofrimento social e à desigualdade implicaria em valores políticos e formas específicas de intervenção que mantêm as hierarquias sociais (HAN, 2012). Didier Fassin, analisando as políticas de imigração na França, chama a atenção para como elas têm sido sustentadas por uma moralidade que combina compaixão e repressão. Ao mesmo tempo que a repressão a imigrantes se intensifica por estes serem vistos como uma ameaça à nação, requerentes de asilo político têm seus pedidos aceitos de forma mais frequente pela chamada razão humanitária, ancorada no sentimento de compaixão ao corpo que sofre, e não pelo refúgio garantido pelos direitos humanos. Assim, esses imigrantes indesejáveis seriam reconhecidos por sua *vida nua*, sua existência biológica e não por sua existência política. Fassin afirma ainda que “expressar comiseração pelo solicitante de asilo ou pelo imigrante indesejado traz menos benefícios a essas figuras que a nós mesmos, uma vez que demonstramos o quão humanos realmente somos (FASSIN, 2005, p. 20).

Ao focar na *gratidão* ou *alegria* que as pessoas sentiam ao receber doações que eram demasiado insuficientes para garantir a manutenção mínima de suas famílias e não no desespero, ressentimento, falta de esperança e indignação de sujeitos destroçados pela sobreposição de violências sociais, perpetua-se o não reconhecimento dessas vidas, tornando-as descartáveis (Butler, 2009). Isso representa mais um avanço na lógica neoliberal, enfraquecendo ainda mais o vocabulário dos direitos, fundamental para o fortalecimento da democracia, novamente colocada em xeque no país. Desse modo, ao invés de reforçar a ideia de que existe uma população que se encontra *em risco* por ter seus direitos permanentemente violados, reforça-se a representação de que se trata de um grupo potencialmente *de risco*, que representa ameaça e contaminação, sendo assim legitimamente passível de ser exterminado (PUSSETTI e BRAZZABENI; 2011).

5.5 “Ajudas” nas margens da cidade, um pouco além da razão humanitária

“Como eu te disse, eu nunca me importei com esse tipo de coisa. Eu nunca quis me aproximar desse tipo de ação social. E foi através mesmo dessa pessoa me pedir a comida no farol que me sensibilizou e aí eu corri atrás e consegui. Mas eu comecei a ver a necessidade das pessoas. Porque não adianta. Tá bom, eu vou lá e tenho ajuda pra fazer almoço lá e dar para as pessoas. Bacana, a pessoa vai se alimentar naquele dia. Mas é só naquele dia que ela precisa comer? Não. Sabe, as pessoas precisam ter uma renda. As pessoas estão sem trabalho, não tem trabalho, sabe?” (Eliana)

Pedidos de *ajuda* como comida, gás, medicamentos, produtos de higiene e de limpeza e dinheiro para pagamento de contas ou para compra de remédios passaram a ser comuns em grupos de *WhatsApp* constituídos por ativistas. No início eram pedidos dos próprios integrantes para si mesmos ou para pessoas próximas: “*gente, alguém pode ajudar a completar o aluguel da Iara? Ela é sobrevivente do sistema e foi demitida, corre o risco de ser despejada junto com dois filhos adolescentes*”; “*a família de um preso está com a filha bebê que passou por uma cirurgia, alguém poderia comprar um leite especial que ela precisa?*”; “*Angela está sem gás, quem pode ajudar?*”. Contudo, conforme as semanas avançavam, essas solicitações se avolumavam, ficando cada vez mais difícil aos grupos absorvê-las todas. Isso porque as próprias pessoas desses grupos já estavam passando por necessidades econômicas. Era preciso ampliar as redes, buscar mais recursos, mais *ajuda*.

“*A gente tá fazendo pouco, tem que fazer mais por esse povo, esse povo tá se acabando!*”. Essa era a angústia que impulsionava Railda para ampliar as possibilidades de ajuda para familiares de pessoas presas. Ou de Eliana, Simone, Miriam e Elaine, dentre tantas outras mulheres que passaram a acumular o trabalho não remunerado de captar recursos, distribuir cestas básicas, visitar famílias em situações de vulnerabilidade, com o *home office*, para algumas, e o trabalho do cuidado que se amplificou para todas. Além disso, passaram a assumir o risco de contaminação da doença a partir da circulação que esse tipo de atividade exigia.

Eliana tem 40 anos, autodeclarada parda, morava no Parque Arariba, distrito do Campo Limpo, periferia da zona sul, com o marido Gilberto de 42 anos, o filho Tiago de 17 anos, a filha Eloá de 6 e com a mãe Sueli de 71 anos que sofria com a doença de Alzheimer. Por ser responsável pelo cuidado da casa, da filha e da mãe, Eliana não trabalhava fora há alguns anos. Nos últimos tempos, tinha feito alguns bicos na vizinhança como manicure, mas nada fixo devido às demandas

da casa. Seu marido, que trabalhava como motorista de Uber e era responsável pela principal renda da família, tinha uma atuação comunitária consolidada na região e estava envolvido com diversas instituições e redes de direitos humanos pela cidade. Inclusive conheci Eliana por intermédio dele, pois Gilberto foi meu colega de trabalho no CDHEP, instituição da qual já me referi aqui, e hoje participamos juntos de alguns coletivos. Tanto ele como Eliana são meus amigos e logo que a vi divulgando em redes sociais as ações de solidariedade durante a pandemia quis conversar com ela para saber mais sobre a experiência.

Eliana nunca havia se engajado anteriormente com *isso de ações sociais*, como me disse. No entanto, esse quadro mudou logo no início da crise sanitária, quando passou a distribuir refeições para pessoas em situação de rua que vivem próximo a sua casa. Tudo começou no início do isolamento social quando foi visitar a irmã, num bairro vizinho. Eliana foi abordada no farol por uma pessoa em situação de rua que pediu a ela algo para comer. Ela até chegou a oferecer dinheiro, mas o homem recusou afirmando que os comércios da região estavam todos fechados devido à quarentena. Ele disse que não comia há 3 dias, pois instituições e restaurantes que faziam doações de comida suspenderam suas atividades deixando ele e outras pessoas em situação de rua ali nas imediações à deriva. Conta Eliana:

“Aquilo ficou me corroendo por dentro que eu fiquei imaginando: “Cara, a gente passa três, quatro horas sem comer, já sente fome, imagina três dias sem comer!”. Aí eu conversei com o Gilberto sobre isso e aí ele falou assim: “Ah, eu não acho legal porque não é só um dia que as pessoas comem, as pessoas comem todos os dias. Você tá preparada pra assumir esse compromisso? Você vai ter que parar sua vida!”. Aí eu falei: “Tô, tô disposta”. Aí eu fiz um post no Facebook, relatei o que tinha acontecido e se alguém pudesse ajudar, sei lá, de alguma forma com arroz, um feijão, ou com marmita pronta mesmo. E aí teve uma repercussão muito grande que eu nem esperava. E aí eu tive ajuda demais, demais, demais.”

Eliana contou com a colaboração de mais duas vizinhas, Larissa e Vânia, e com muitas doações de comerciantes e de moradoras e moradores da região. Teve apoio também de outras redes de ativistas da cidade, a partir dos contatos estabelecidos por seu marido, que ajudavam em casos de violências (de gênero, prisões, mortes, violência policial) e com outros tipos de auxílio (50 unidades de vale-alimentação no valor de R\$100 que conseguiram com uma ONG do centro da cidade; orientações sobre emissão de documentos para imigrantes e egressos do sistema prisional; dentre outras colaborações). Durante seis meses, em todos os finais de tarde, depois que

terminavam as tarefas em suas respectivas casas, as três mulheres preparavam cem refeições e distribuíam em vários pontos onde se encontravam pessoas em situação de rua em sua vizinhança.

As ações das mulheres também se expandiram para distribuição de cestas básicas e roupas para famílias do bairro. As doações chegavam à casa de Eliana e eram repassadas para quem as procurava. Muitas pessoas dirigiam-se a ela tanto para fazer doações, como também para pedir cestas e outros tipos de ajuda. Eliana se tornou um dos nós dessas redes de solidariedade que se formaram nas periferias desde o início da pandemia.

Num primeiro momento, seria possível enquadrar a iniciativa de Eliana e de suas vizinhas exclusivamente na chave da caridade e elas mesmas como *voluntárias*, utilizando, dessa forma, o vocabulário empregado na mídia para descrever as pessoas que faziam esse tipo de ações, como na reportagem tratada na seção anterior. Importante aqui destacar que as ações de caridade se caracterizariam por serem pontuais e não questionarem o abandono do Estado no que se refere à garantia de direitos sociais e também por estarem ancoradas em princípios religiosos de benevolência, construindo relações assimétricas em termos de humanidade entre quem doa e quem recebe. Vale ressaltar que a maior parte dos veículos reiteradamente traziam o tema da insegurança alimentar, juntamente com divulgação e valorização de campanhas de solidariedade para arrecadação de alimentos no Brasil inteiro.

As famílias que desde então passaram a enfrentar o risco da fome – a maioria delas chefiadas por mulheres, principalmente negras, como destacam pesquisas e dados que têm sido repetidamente veiculados¹⁴⁷ – e que são o foco de tais campanhas de solidariedade, são as mesmas cujos filhos são os alvos da violência do Estado, ou ocupam os presídios ou são as vítimas de homicídios nas periferias. Isto é, as indesejáveis famílias racializadas, pobres e moradoras das periferias.

Com exceção da menção ao auxílio emergencial oferecido pelo governo federal na pandemia, pouco se falava sobre responsabilização do Estado frente à segurança alimentar, assim

¹⁴⁷ De acordo com estudo produzido por Marcelo Neri, com base em dados coletados de agosto à novembro de 2021, a insegurança alimentar entre os 20% mais pobres do país passou de 53% à 75%, porcentagem próxima a países com maior insegurança alimentar do mundo como Zimbawe, afirma o pesquisador. O estudo indica ainda a feminização da fome, enquanto a porcentagem de mulheres em situação de insegurança alimentar no período era de 47%, a de homens era de 36%, fazendo com que o Brasil apresente uma diferença entre os gêneros da insegurança alimentar seis vezes do que a média global, ressalta Neri. Para acesso ao trabalho completo: cps.fgv.br/cps/bd/docs/Texto-Inseguranca-Alimentar-no-Brasil_Marcelo-Neri_FGV-Social.pdf (acesso em 20 de junho de 2022)

como não se referia a ela como um direito¹⁴⁸. A resposta à insegurança familiar, durante boa parte da pandemia, eram as campanhas de arrecação e distribuição de alimentos por ONGs e redes comunitárias por todo o país¹⁴⁹.

Mas e quando as e os agentes dessa ajuda humanitária não somos *nós*, mas sim *eles* mesmos? Ou não são *eles*, mas *nós* mesmos? Argumento que embora as ações das mulheres e redes que trago aqui envolvam sim compaixão e humanitarismo, tal moralidade, por si só, não é suficiente para explicá-las. Muitas integrantes das redes de solidariedade como de Eliana, também necessitam das cestas que arrecadavam. Entre quem é alvo da ação e quem a realiza existe uma identificação no que se refere às experiências de vida marcadas pela escassez, por terem vivido, viverem ou correrem o risco de viver situações precárias semelhantes.

Eliana mora em um bairro *típico* das periferias da cidade de São Paulo. Casas de alvenaria sobrepostas umas às outras dominam a paisagem, seguidas por pracinhas, escolas públicas, bares, igrejas e lojinhas. A família de Eliana também mora em uma dessas casas assobradadas. A sua é a primeira de mais duas que seguem acima. Seu pai as construiu e distribuiu uma para cada uma das três filhas. Assim, elas não precisariam mais pagar o aluguel. O Parque Arariba está situado no distrito do Campo Limpo, cuja a renda per capita é de R\$1.747,00 ao mês e as taxas de homicídio de jovens de 15 a 29 anos, uma das maiores da cidade, é de 49,91 mortes por 100 mil habitantes¹⁵⁰.

A despeito da heterogeneidade que marca as territorialidades periféricas, conforme já assinalado, o acirramento da precariedade vivido no momento da pandemia gerou necessidades que, por não contarem com uma rede de serviços públicos para onde poderiam ser canalizadas, se esparramaram para relações no cotidiano. As articulações comunitárias são expressão disso. Ou seja, em um contexto de reduzidas políticas sociais, demandas de famílias em condições precárias

¹⁴⁸ Ver telejornal da TV Globo do dia 04.04.2021 sobre campanhas de solidariedade <https://globoplay.globo.com/v/9409545/programa/>. Algumas matérias na imprensa on-line: <https://economia.uol.com.br/videos/index.htm?id=redes-de-solidariedade-ajudam-familias-na-quarentena-0402CD9A346CE0B96326>, <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/12/27/rede-de-solidariedade-transforma-paraisopolis-em-meio-a-pandemia.ghtml> <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/07/16/pandemia-cria-rede-de-solidariedade-para-ajudar-populacao-mais-carente.ghtml> (acesso em 30 de abril de 2022).

¹⁴⁹ Importante ressaltar aqui que esse enquadramento da caridade foi se modificando principalmente a partir de 2022 com o debate em torno da fome que ocupou o intenso processo eleitoral para presidência da república. Ao se responsabilizar o governo federal, a questão da segurança alimentar como responsabilidade do Estado foi assumindo novamente o debate público.

¹⁵⁰ Dados sintetizados pela Rede Nossa São Paulo, organização da sociedade civil que tem “por missão mobilizar diversos segmentos da sociedade para, em parceria com instituições públicas e privadas, construir e se comprometer com uma agenda e um conjunto de metas, articular e promover ações, visando a uma cidade de São Paulo justa, democrática e sustentável”. (<https://www.nossasaopaulo.org.br/quemsomos/#rnsp>) (acesso em 30 de abril de 2022).

de vida, acabaram recaindo sobre redes que entrelaçam familiares, amizades, vizinhança e ativismo. Moradoras e moradores passaram a lidar não apenas com as consequências geradas pelos efeitos da própria precariedade, como também com os de suas redes provocando, assim, um acúmulo de dificuldades e fragilidades (MARQUES, 2010). Desse modo, as famílias moradoras das periferias, mesmo aquelas que se encontram em condições econômicas mais estáveis, passaram a ser convocadas a se implicarem nas redes de ajuda e de reciprocidade que se articularam desde o início da pandemia.

O envolvimento de Eliana com ações de solidariedade às pessoas em situação de rua, deve então ser lido neste contexto. O que ocorreu na pandemia é que o número de famílias precisando dessas ajudas aumentou drasticamente. Desse modo, a crise não apenas deu destaque às dinâmicas de ajuda já existentes nestes territórios, como também explicitou a insuficiência do Estado no que se refere à garantia de direitos sociais básicos, ressaltando a condição precária politicamente induzida a que moradoras e moradores das periferias estão submetidos. E, por fim, demonstrou também como mulheres são as mulheres que assumem a responsabilidade do cuidado, sobretudo na pandemia.

Considero oportuno recuperar o trabalho de Nadya Araújo Guimarães e Priscila Pereira Faria Vieira (2020), já tratado anteriormente. Nele, as autoras notam a recorrência de redes de ajuda em contextos em que pobreza e baixo apoio do Estado estão articulados. Elas enquadram ações de solidariedade entre vizinhança como *ajudas* que podem ser caracterizadas como uma forma, dentre outras, do trabalho do cuidado presente em sociedades marcadas pela desigualdade (GUIMARÃES e VIEIRA, 2020). Essa forma de cuidado, que difere do trabalho profissional ou de uma obrigação decorrente do status das mulheres em suas famílias, se situa em um circuito específico assumindo outros significados. As *ajudas* não são entendidas como trabalho que deva ser remunerado, tampouco como obrigação, pelas pessoas envolvidas na relação. Dessa forma, afirmam as autoras, *sustentam-se em (e se reproduzem a partir de) relações sociais assentadas na reciprocidade, grupal ou comunitária* (GUIMARÃES e VIEIRA, 2020; p.10).

Embora Guimarães e Vieira estejam se referindo mais propriamente às tarefas de cuidado de crianças, idosos, doentes, gostaria de sugerir uma ampliação no que se entende como cuidado. Cozinhar para pessoas em situação de rua, visitar famílias da vizinhança que estão precisando de apoio, ajudar vizinhas e amigas com filhos e maridos presos, recolher doações e distribuir cestas básicas, enfim, todo o esforço de *dar conta* de demandas do bem estar social – que deveriam ser

absorvidas pelo Estado em um contexto de garantia de direitos – requeridas por famílias que se encontram em condição de extrema precariedade, não poderiam ser tarefas que se enquadram no escopo do cuidado e que extrapolam os limites da vida doméstica?

Joan Tronto (2007) argumenta que o cuidado é:

“(…) uma atividade da própria espécie que inclui tudo o que podemos fazer para manter, continuar e reparar nosso ‘mundo’ para que possamos viver nele da melhor maneira possível. Esse mundo inclui nossos corpos, nós mesmos e nosso meio ambiente, e tudo em que procuramos intervir de forma complexa e auto-sustentável. (2007; p. 285).

Indo na mesma direção de Tronto, argumento que grande parte das ações assumidas por redes de solidariedade que emergiram na cidade de São Paulo na pandemia estão justamente orientadas pela lógica do cuidado. Não por acaso, elas são amplamente mobilizadas por mulheres.

Conforme a bibliografia que se dedica à pesquisa do cuidado, ele é entendido aqui como complexas teias de relações que ocorrem no cotidiano envolvendo preocupação e responsabilização com os outros, que extrapolam o ambiente da vida íntima da família e coloca em xeque a noção de sociedade como um conjunto de indivíduos autônomos que se conectam racionalmente entre si. Cuidado, como afirma Han (2021), é entendido como uma problema da vida cotidiana mais do que uma categoria com limites definidos. A pandemia não apenas multiplicou as demandas por cuidado, como ressaltou a incontornável interdependência entre os sujeitos (Tronto, 1997).

Desse modo, se a desigualdade e as crises são compartilhadas, de certa maneira, por todas as pessoas moradoras das periferias, as mulheres são afetadas e reagem de forma específica. No decorrer da pandemia, muito já se escreveu a esse respeito. Denise Pimenta (2020), também já mencionado aqui, partindo de sua pesquisa sobre a epidemia do Ebola em Serra Leoa refletiu sobre como a pandemia Covid-19 não difere de outras crises sanitárias no sentido de sobrecarregar as mulheres com a tarefa do cuidado. Ela chama a atenção para como o trabalho do cuidado, no caso de Serra Leoa, se tornava perigoso, pois ao mesmo tempo que promovia a cura, também colocava em risco as cuidadoras. As mulheres, ao cuidar da família e da vizinhança, contaminavam-se mais, por isso as taxas maiores de mortes entre mulheres. Refletindo sobre o contexto brasileiro, Pimenta (2020) argumenta que a pandemia tem *cara de mulher*, mas de uma mulher negra, não apenas porque são elas que assumem as linhas de frente para o enfrentamento da doença nas múltiplas formas do trabalho do cuidado, como também são as mulheres negras que mais estão em condições de vulnerabilidade e, portanto, de risco de contaminação.

Alessandra Tavares de Oliveira e eu contribuimos para esse debate pensando sobre como as mulheres moradoras das periferias, principalmente mulheres negras, têm vivido esses tempos buscando *dar conta* das demandas de *home office*, tarefas domésticas, acompanhamento escolar de filhos com aulas *on-line*, doenças, mortes e ativismo (OLIVEIRA, CARMO, 2020). Nathalie Blanc, Sandra Laugier, Pascale Molinier (2020) argumentaram que a crise sanitária explicitou o caráter indispensável do trabalho do cuidado para a manutenção da vida. Contudo, esse reconhecimento não diminuiu a desvalorização das vozes de mulheres no espaço público para o enfrentamento da pandemia. Natália Lago (2020) e Natália Padovani (2020) escreveram também sobre a reorganização das redes de solidariedade que mulheres familiares de pessoas presas empreenderam para responder às demandas emergenciais da pandemia no contexto do sistema prisional.

Estes textos, mesmo abordando aspectos distintos das experiências das mulheres na pandemia, convergem no que se refere à sobrecarga do trabalho do cuidado e sua desvalorização e invisibilidade. Chamam a atenção também para as formas de agenciamento e resistência, profundamente alinhadas às experiências que articulam gênero, raça e classe social. Refletindo a partir destes trabalhos junto às mulheres ao lado de quem caminha, argumento que, mesmo cansadas, elas têm produzido lutas borrando limites do que se entende por público e doméstico, preenchendo os entremeios entre família e Estado, produzindo relações, subjetividades e moralidades a partir de uma política do cuidado. O ato de distribuir alimentos realizado por Eliana não pode ser resumido apenas a uma ação voluntária que reproduziria uma moralidade humanitária. Ao contrário, argumento que sua atuação compõem um complexo processo de tecitura de relações realizada por mulheres nas periferias da cidade através das quais laços troca e solidariedade são fortalecidos, bem como são produzidos reconhecimentos mútuos em termos de raça, de classe, de gênero e de território. Reconhecimento esse fundamental para o fortalecimento de lutas nas periferias da cidade.

5.6 A gente tá fazendo pouco, tem que fazer mais por esse povo

Como já exposto anteriormente, Railda é uma das fundadoras da Amparar (Associação de Amigos e Familiares de Pessoas Presas) que há mais de 15 anos apoia familiares e pessoas egressas do sistema penitenciário – as e os *sobreviventes* –, mediando relações com a justiça, denunciando

violações de direitos nos presídios, fortalecendo articulações de familiares em todo o país, compondo a luta *contra o encarceramento em massa*, dentre tantas outras ações que transitam entre um caráter assistencial, comunitário e político. A Amparar foi criada e é constituída por familiares de pessoas presas, principalmente por mulheres, e pelos *sobreviventes do sistema*. A instituição não tem ação restrita a um bairro específico, embora esteja localizada no extremo leste da cidade, no Conjunto Habitacional José Bonifácio, distrito de Itaquera. Por esta razão trago aqui a experiência de Railda, pois mesmo estando do outro lado da cidade, considerando a zona sul, suas ações estão articuladas às atividades e coletivos desta região. As atividades da Amparar operam a partir de uma ampla rede, que se estende por toda a região metropolitana de São Paulo, conectando pessoas – em sua maioria moradoras das periferias – e instituições. Além disso, a associação está integrada a outras articulações de direitos humanos com abrangência nacional e internacional. No entanto, com a pandemia, as ações da associação se modificaram radicalmente devido a uma avalanche trágica de velhas e novas urgências.

Com o isolamento social, as visitas aos presídios foram suspensas, deixando as famílias sem notícias de seus parentes em um ambiente no qual rumores sobre contaminações por Covid-19 se propagavam. A entrega do jumbo passou a ser feita apenas pelos Correios, tornando seu envio mais oneroso para as famílias. A Defensoria Pública deixou de realizar os atendimentos presenciais para fazê-los remotamente, dificultando seu acesso, fazendo com que as pessoas ficassem sem informações sobre seus processos e sem saber a quem recorrer em casos de violações de direitos humanos (LAGO, 2020; GODOI, CAMPELLO e MALART, 2020). Muitas mulheres perderam seus trabalhos durante o isolamento social, dificultando ainda mais o envio das provisões necessárias para as pessoas presas. Essas demandas todas já eram, e com a crise sanitária passaram a ser ainda mais, direcionadas para a Amparar. O *WhatsApp* de Railda não parava.

Nos primeiros meses do isolamento, a Amparar mobilizou suas redes para lidar com tais demandas. A cada pedido, muita gente se movia para dar alguma resposta: a filha de um preso que precisava de um leite específico e caro, pois havia passado por uma cirurgia; aluguel de uma *sobrevivente* que acabara de perder o trabalho e corria o risco de ser despejada; gás; jumbos; cestas básicas; remédios. A lista era longa e diversificada. As mensagens de *WhatsApp* se proliferavam até que a solução fosse encontrada: rifas, campanhas, editais, doações eram as fontes de recursos que precisavam ser geridas e direcionadas para as necessidades mais emergenciais. Muitas mensagens, mãos e horas *on-line*.

Railda é uma mulher negra de 54 anos. Mora na zona leste desde criança. Ela tem quatro filhos, dentre os quais um tem passagens intercaladas pelo *sistema* desde adolescente. Railda compõe movimentos contra o sistema penal desde o início dos anos 2000, quando se articulou com outras mães de adolescentes que se encontravam internados na Fundação Casa. Desde então, o cotidiano de Railda é tomado por deslocamentos pela cidade para reuniões com movimentos sociais, instituições e órgãos de justiça, visitas a presídios ou viagens pelo país ou para o exterior¹⁵¹. No entanto, com a pandemia, essa agenda de atividades públicas foi trocada por uma profunda imersão nas conversas virtuais e no exaustivo trabalho de receber e entregar cestas. Sem mencionar a infinidade de *lives* a que foi convidada para debater sobre a condição do sistema prisional durante a pandemia.

A Amparar, durante os seis primeiros meses da crise sanitária, distribuiu cerca de 2 mil cestas e ofereceu ajuda financeira de mais de 30 mil reais – dinheiro arrecadado por campanhas e rifas – às famílias que vinham de todas as regiões da cidade em busca de ajuda. Railda repetidamente se compadecia frente ao esforço das familiares em busca de alimento: “*essa manhã teve uma familiar que veio lá de Taboão para pegar cesta, acredita? A situação tá muito difícil...*”. De Taboão da Serra, cidade localizada na porção oeste da grande São Paulo, para a COHAB José Bonifácio, são cerca de 45 quilômetros. Isto significa que a pessoa permaneceu cerca de uma hora e meia em transporte público para chegar até lá. E, conforme disse Railda, esse caso não foi exceção.

Chama a atenção o enorme deslocamento que muitas dessas pessoas fizeram – e fazem já a insegurança alimentar não foi embora com o fim da pandemia – para obter alimentos, mais uma vez demonstrando a ausência de políticas públicas coordenadas e locais em seus bairros. O cansaço e a perplexidade eram arrasadores, mas em nenhum momento Railda cogitava abandonar essa linha de frente, mesmo com recomendações vindas de todos os lados para que não se expusesse ao risco de pegar a doença: “*Se eu ficar em casa, enlouqueço*”, dizia.

Ações como da Amparar pipocaram nas periferias da cidade. As notícias sobre a possibilidade de receber uma cesta básica por parte dessas mobilizações eram propagandeadas de *boca a boca*. Renata, ativista que participa de um desses coletivos no Capão Recondo, disse-me:

¹⁵¹ Para uma leitura mais completa das ações da Amparar durante a Pandemia, ver Lago, 2020.

“Cada vez que íamos levar a cesta na casa de alguém, uma outra vizinha se aproximava para obter a informação sobre o local de entrega. Sempre tem alguém precisando...”

Na realidade, quase todas as ativistas moradoras das periferias que conheço estavam envolvidas com este tipo de atividade. Desse modo, devido a essas demandas emergenciais que vinham do cotidiano, as redes e grupos passaram a se articular para captar mais recursos e ampliar a distribuição. Recursos esses, fundamental destacar, vindos de doações individuais, ONGs, comerciantes ou empresas e campanhas *on-line*. Mal se falava sobre recorrer a equipamentos e recursos públicos, com exceção do auxílio emergencial. Para esses grupos, e também para a população como um todo, as ações governamentais eram vistas com suspeita, como anteriormente discutido, seja pela tipo de tratamento oferecido para moradoras e moradores das periferias, seja porque dificilmente haveria respostas para tais demandas, como sinalizado pela conversa com Simone anteriormente descrita. “Não adianta nada mandar para o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), eles não fazem nada”, me disse Railda.

Voltando então para o lado sul da cidade, outro grupo de mulheres também estava se mobilizando para realização de ações semelhantes as da Amparar: arrecadação e distribuição de alimentos, itens de higiene pessoal ou limpeza; dinheiro para aluguel, luz, água, remédios; auxílio a mulheres frente à violência doméstica; apoio a famílias em caso de prisões ou assassinatos cometidos pela polícia durante a pandemia; apoio psicológico a mulheres moradoras da região; dentre outras *ajudas*.

Periferia Segue Sangrando é um coletivo que foi criado em 2016 tendo em vista a “necessidade de pensarmos a partir de nossas experiências de mulheres periféricas, de nos colocarmos em movimento unidas e romper o silêncio que é tão devastador” conforme suas integrantes escreveram em texto publicado em revista produzida por uma ONG da região em 2016¹⁵². O coletivo é composto por um grupo de mulheres na faixa de 30 a 50 anos, em sua maioria negras, moradoras dos distritos contíguos da zona sul: Jardim São Luís, Jardim Ângela e Capão Redondo. Quase todas elas possuem Ensino Superior e trabalham em empregos relacionados a ONGs, políticas sociais, artes ou academia. O coletivo vinha realizando ações esporádicas cujo objetivo era, sobretudo, o de reunir mulheres moradoras da periferia para refletirem sobre seu lugar

¹⁵² Revista *Sujeitos Frutos e Percursos* publicado pelo CDHEP, Centro de Direitos Humanos e Educação Popular - http://cdhep.org.br/wp-content/uploads/2017/07/Sujeitos-Frutos-Percursos_2013-2016.pdf (acesso em 30 de abril de 2022).

social. Com a pandemia, essas mulheres se sentiram convocadas para reorganizarem suas ações tendo em vista responder às demandas vindas de famílias da vizinhança com a pandemia. Eram intensas as trocas no grupo de *Whatsapp* onde os casos eram compartilhados: um conjunto de mulheres imigrantes com suas famílias estavam passando por situações de insegurança alimentar no Jardim São Luís; uma mulher de 84 anos teve o neto preso e estava sozinha precisando de *ajuda* tanto para o cuidado de si, como também para lidar com a burocracia estatal gerada com a prisão durante a pandemia; outra moradora necessitava de abrigo, pois estava sofrendo violência doméstica – cujos casos tinham aumentado com o isolamento social; dentre outras demandas.

Tais demandas, em um sistema institucional de Estado de direito, teoricamente deveriam ser absorvidas por políticas públicas. Porém, em um cenário devastado pelo avanço de políticas neoliberais e pelo recrudescimento da violência do Estado, elas foram direcionadas para famílias e redes locais. E, a partir de complexos processos de generificação já discutidos nesta tese, foram os agenciamentos cotidianos de mulheres que se constituíram como um dos únicos mecanismos de mitigação dos efeitos da pandemia. Agenciamentos estes que procuravam garantir a vida ao mesmo tempo que expunham os corpos de mulheres ao risco da contaminação e às sobrecargas de trabalho.

Os fluxos de pedidos de *ajudas* se avolumavam em direção aos coletivos e às articulações de mulheres. Na realidade, os ativismos presentes nas periferias, que antes pautavam a violência do Estado, o racismo institucional ou o feminismo periférico, assumiram a responsabilidade de garantir o mínimo de dignidade das pessoas de seus territórios. Mínimo este muito distante do suficiente, mas que se constituía como uma tentativa de evitar uma completa catástrofe social. Desse modo, mulheres como as ativistas do *Periferia Segue Sangrando*, da Amparar e também como Eliana e suas vizinhas que tratei na seção anterior, começaram a acumular o *home office* e a intensificação do trabalho do cuidado em suas casas, com a gestão cotidiana do que deveria ser uma política pública: arrecadar dinheiro, receber e distribuir alimentos, acompanhar casos de violência, dentre outras ações que exigiam planejamento, infraestrutura e recursos.

Aqui, novamente, é importante observar essas ações a partir dos sentidos políticos que os sujeitos atribuem a elas. Nos últimos 10 anos houve uma multiplicação de mobilizações sociais nas periferias da cidade a partir desses coletivos, como já discutido na introdução desta tese. Tratavam-se de grupos compostos majoritariamente por jovens, muitas vezes ligados à manifestações culturais e com pautas relacionadas às questões de gênero, raça, sexualidade e classe articuladas ao território, como a *Amparar* e o coletivo *Periferia Segue Sangrando*. Feminismo periférico, grupo

de mulheres negras, genocídio do povo negro e periférico, desencarceramento, são algumas pautas que denunciavam as condições precárias de vida das periferias, responsabilizando o Estado como o principal agente de violação. Esses coletivos têm contribuído para a produção de novas identidades que conformam um *nós* que articula gênero, raça, sexualidade, classe e território e que tensionam a ideia de uma periferia miscigenada derivada do mito da democracia racial (MOUTINHO, 2004).

Nós por nós foi se tornando uma expressão recorrente nesses movimentos, expressando a necessidade de articulação daqueles que partilham um lugar social comum e que, por esta razão, se constituem como alvo de ações violentas do Estado. São novos discursos e sujeitos políticos que emergiram no decorrer da consolidação da democracia a partir da década de 1990, frustrados frente à promessa de que o Estado de direito garantiria maior justiça social e diminuição da desigualdade. Desse modo, ao invés de denunciar a ausência do Estado na periferia, denunciavam sua presença que *mata*, não apenas *deixando morrer* (FOUCAULT, 2012), mas fazendo *morrer* (MBEMBE, 2016) a despeito dos avanços democráticos presentes na constituição de 1988.

Neste sentido, as ações realizadas durante a pandemia, por Eliana, Railda e as mulheres do *Periferia Segue Sangrando* nas redes das quais fazem parte, devem ser analisadas levando em consideração todo esse contexto. Elas não podem ser reduzidas a uma lógica que opera somente a partir da razão humanitária. Esse discurso foi amplamente veiculado pela mídia, reforçando a lógica da caridade e do reconhecimento do sofrimento de pessoas negras, pobres e periféricas a partir da compaixão. Esse enquadramento não questiona a responsabilização que cada vez mais recai sobre as famílias por seu bem estar social, desonerando progressivamente o Estado no que se refere à garantia de direitos. No caso da pandemia, concretamente, individualizou-se e privatizou-se a responsabilização pela contaminação e por seus efeitos econômicos. A decisão entre ir trabalhar e correr o risco de se contaminar, ou ficar em casa e enfrentar dificuldades econômicas era definida pelos indivíduos premidos entre adoecimento e dificuldades financeiras. Da mesma forma, a fome passou a ser enfrentada por campanhas de solidariedade e não por programas que envolvessem políticas sociais articuladas entre os diversos níveis de gestão.

Desse modo, é preciso olhar para as ações dessas mulheres, levando em consideração não a uma lógica comunitária de *ajudas* e solidariedade, como também os esforços de ativistas em contruir um *nós* marcado por processos de racialização que têm ceifado vidas, relações e famílias nas periferias da cidade (MOUTINHO; ALVES; CARMO, 2016; KLEIN; CARMO; OLIVEIRA

2020). Neste sentido, emprego novamente o conceito de *de-killing* cunhado por Luciane Rocha ao se referir às ações de mulheres negras para evitar a morte de seus familiares em um contexto no qual múltiplas dimensões da biopolítica já os condenariam (ROCHA, 2014). Isto é, ações que buscam evitar a morte, procurando manter e nutrir vida, a partir da produção de redes de apoio mútuo profundamente ancoradas na experiência generificada do cuidado. Tais redes são vetores repletos de sentido político, uma vez que são motivadas e reproduzem uma forma de relação com o outro que envolve reconhecimento, responsabilização e cuidado (TRONTO, 1997; PIMENTA, 2019; GUIMARÃES e VIEIRA, 2020).

...

Quando iniciei a escrita deste capítulo, tinha uma pergunta em mente a respeito do peso que a participação nessas redes de solidariedade significava para essas mulheres: demanda de filhos com aulas *on-line*; *home office*; tarefas domésticas de uma casa muito mais habitada; cuidado com idosos, crianças e doentes; luto; dor; perdas. Imaginei que elas estivessem muito cansadas, como eu também estava. Obviamente todas nós estávamos cansadas. Mas, para todas elas, e também para mim, era o confinamento ao trabalho doméstico o mais exaustivo, o que *levava à loucura*. Das mulheres com quem conversei, ouvia expressões tais como: “*eu não aguento mais ficar dentro de casa*”; “*eu estou surtando aqui em casa com minha filha e minha mãe*”; “*se eu parar, eu enlouqueço*”.

Segundo Tronto (1997), o ato de cuidar enfatiza ligações concretas com outras pessoas e olhar para ele significa evocar o cotidiano das mulheres, revelando um aspecto fundamental da vida, que, de outro modo, poderia parecer irrelevante. Foi este lugar invisível e desvalorizado do cuidado que busquei percorrer ao longo de toda a tese e, durante a pandemia, ele ficou muito exposto em toda a sua complexidade, desde seu caráter indispensável para se manter a vida, até as extremas desigualdades entre quem cuida e quem é cuidado.

Ressalto, neste ponto que as pessoas moradoras das periferias da cidade submetidas à racialização, criminalização e à intensificação da condição precária da vida impostas pela ordem social, não estão passivamente sujeitadas a tais processos, como nos sugerem Veena Das e Deborah Poole (2008). Nas frestas, nas fissuras dessas margens do Estado, os sujeitos estão

permanentemente produzindo agenciamentos e lutas. Evidentemente que essas ações de solidariedade são demasiado insuficientes para mitigar os efeitos da desigualdade social amplificada na pandemia. Obviamente essas mulheres estão extremamente sobrecarregadas e cansadas por assumirem mais uma vez o trabalho do cuidado e do bem estar social, cuja responsabilidade, em um horizonte político que vem se esvaindo, é entendido como tarefa do Estado. No entanto, a partir desse trabalho exaustivo, essas mulheres dão sentido a suas vidas, produzindo relações que sustentam redes de solidariedade e de lutas que (re)constróem mundos onde nossa precariedade e interdependência são reconhecidas e valorizadas.

CONCLUSÃO

Durante todo o processo de escrita desta tese, a sensação de que produzia um texto fragmentado me acompanhou. Ora mergulhava no cotidiano das mulheres que viviam, muito de perto, a experiência da violência dessas *guerras de homens*, perscrutando efeitos que atravessavam seus corpos e mundos; ora era conduzida pelos movimentos do fazer feminino, ordinário, naturalizado e invisível, de manter a vida a partir de relações sempre implicadas com outros e permeadas pelo trabalho do cuidado. Uma tecitura feminina de laços, afetos, redes e conflitos que constituíam dimensões fundamentais desses territórios. Finalizando este percurso, chego à conclusão de que se trata sim de um texto fragmentado. Porém ele só o é porque esta é a expressão da devastação provocada por guerras que consomem corpos masculinos, quebrando suas famílias através da dor, do medo e da humilhação, racializando-as e criminalizando-as. Mortes, prisões, envolvimento com o crime produzem um antes e um depois para as famílias que as experimentam. Eventos que lançam redes de pessoas que dependem umas das outras para além da fronteira do que era apenas possibilidade ou ameaça. Uma vez ultrapassada essa fronteira, passa-se a experimentar, de modo mais contundente e rotineiro, as violências estatais que violam corpos, casas e dignidades. Além do estigma reforçado por rumores locais e humilhações institucionais de que se trata de uma família que *não deu certo*, de uma mãe que não foi *boa o suficiente*. A violência politicamente induzida tem efeitos para além do corpo abatido, ela se infiltra nas relações e no cotidiano, contaminando o presente e inviabilizando o futuro. Esta nova condição de existência da família passa a ser suportada e manejada no cotidiano por mulheres que agenciam modos de (re)habitar seus mundos após a devastação.

Comecei o movimento da pesquisa partindo dos espaços onde a experiência da violência era vocalizada e enquadrada de modo específico, a partir da produção de um vocabulário de luta: *genocídio, extermínio, violência do Estado, encarceramento em massa, sobreviventes, famílias, vítimas e mães*. Esses lugares de ativismos buscavam, e buscam, demonstrar como o racismo está articulado e se constitui como mecanismo da violência institucionalizada e reproduzida no fazer cotidiano do Estado. Eu era também uma das agentes desses espaços, como ainda sou. Como antropóloga nestes ambientes, ouvia expressões e palavras, assim como observa presenças e comportamentos que iam além do enquadramento daquele discurso, sugerindo que *fora dali*, na

vida ordinária, os efeitos dessas violências carregavam ambiguidades e complexidades muito maiores do que as *palavras da luta* poderiam expressar. Por que eram mulheres que estavam naquele espaço de ativismo contra uma violência que atingia principalmente corpos masculinos? Por que elas diziam que não conseguiam vocalizar a dor da perda em seus cotidianos? Por que sentiam vergonha? Por que algumas mulheres não queriam estar ali? Por que os homens não estavam ali?

Dessa maneira, fui em direção às brechas deixadas pelo discurso e, seguindo os ensinamentos de Veena Das (2020), busquei calibrar minha escuta para ouvir palavras que, no cotidiano, possuem alma. Por essa razão, iniciei a tese com o tema da violência, pois foi por ele que comecei a formular minhas primeiras perguntas de pesquisa e, através dele, me aproximei das famílias. Encontrava-me neste lugar situada como ativista e posteriormente também como pesquisadora.

Conforme me movia em direção à complexidade do cotidiano, a violência se tornava mais fluida, complexa e imiscuída ao ordinário da vida. Enredei-me por relações domésticas de mulheres que, apesar de se encontrarem sobrecarregadas e adoecidas, empenhavam-se e davam sentido para suas existências por meio da tarefa árdua e contínua de reconstruir seus mundos e manter a vida de suas famílias em um contexto de ameaça e risco permanentes.

Foi nesta descida ao ordinário (DAS, 2020) que destroços de casas, famílias, memórias, sonhos, projetos de vida, produzidos por mulheres ao longo do tempo, emergiram. *Fugir; caminho errado; mundo cair; levantar da cama; dei leite, não droga*, eram expressões que, neste contexto, demonstravam o agencimento cotidiano de habitar e tentar reconstruir um mundo devastado, em que família, casa, autonomia e dignidade eram os *cacos* e o cuidado, a cola. Busquei argumentar nesta tese que esse fazer cotidiano feminino, silencioso e silenciado, é também uma força de produção e sustentação da vida nesses territórios.

Como nos informa a abundante bibliografia sobre periferias de São Paulo, bem como as memórias assombradas de moradoras e moradores das periferias, os anos de 1990 representaram um ponto de virada no que se refere à intensificação da violência, tanto pela ampliação do mundo do crime, como pelo recrudescimento das forças punitivas estatais – ainda em curso. A diminuição significativa das taxas de homicídio a partir dos anos 2000, promovida principalmente pela microrregulação dos territórios pelo PCC, é vivida juntamente com uma sensação de instabilidade, de que a qualquer momento as ondas de mortes possam se repetir (e elas se repetem, como

aconteceu em 2012 com o aumento das taxas de letalidade e como ocorreu com a avalanche de mortes provocadas pela Covid-19). Homicídios, torturas e invasões cometidas pela polícia passaram a ser experiências cada vez mais presentes, assim como o tráfico *na porta de casa* tornou-se uma possibilidade cotidiana de aliciamento de jovens.

Procurei sustentar ao longo da tese, a partir de situações vividas por mulheres de famílias que moram nestes territórios, que este processo se realiza, assim como é vivido e suportado, a partir da articulação complexa entre raça, gênero e território, sendo violência, cuidado e luta política formas de ação em permanente tensão nessas zonas de vida e morte.

Retomando o argumento de Uvanderison Vitor da Silva (2017), a população negra tem sido historicamente alvo privilegiado da violência cometida pela polícia, assim como o sistema de justiça torna-se mais rigoroso com negros e negras. O autor defende que a associação entre esses corpos e a criminalidade está *presente no imaginário popular desde a escravidão* (2017, p.14). Conforme sugerem as conclusões de Gabriel Fetran (2019), esta criminalização se realizaria a partir de interações cotidianas nas quais categorias, entendidas como intervalos de sentidos, seriam objetivadas. Desse modo, seria nas cenas cotidianas que os ideais de gênero, raça, família, classe, sexualidade e religião são reforçados ou tensionados. Esses ideais delinham os limites entre o que é nação e o que é crime. Uma vez que tais limites são ultrapassados, justifica-se a ação violenta – crescentemente arbitrária e ilegal – do Estado.

Vivemos um contexto de intensificação do neoliberalismo que tem deixado em seu lastro o crescimento de um ultraconservadorismo que reifica a morte e que se pauta nos valores de uma supremacia branca, heteronormativa e cristã (BROWN, 2019). No Brasil, fala-se em uma guerra contra o crime (mais recentemente, contra o comunismo) que é evocada em nome da ordem estabelecida por homens brancos que, por sua vez, têm a violência estatal – militarizada e miliciana – a seu favor. Estamos vivendo em um momento no qual as fronteiras entre quem deve ser protegido – famílias brancas, heteronormativas, cristãs e de classes privilegiadas – e quem deve ser exterminado – homens negros e suas famílias – estão cada vez mais rígidas e impermeáveis.

O corpo negro, masculino e jovem é a personificação do perigo, sendo, portanto, desumanizado. Seu extermínio é desejado e, em tempos que se marcam por tamanho culto à morte, festejado. Criminalização e racialização, como faces da mesma moeda, se estendem para as famílias desses homens que são vistas como desestruturas, subalternizadas, insignificantes, produtoras do perigo e, por esta razão, feminilizadas e violáveis. As mulheres dessas famílias, por

sua vez, são enquadradas sempre como extensão desse perigo, seja a partir da atribuição de uma *sexualidade descontrolada* (FERNANDES, 2017), seja porque figuram como *fábricas de marginais* (VIANNA e FARIAS, 2011). Essas mulheres, como responsáveis por suas famílias, são julgadas como incapazes de promover o cuidado, são culpabilizadas e punidas pelo *envolvimento* de seus familiares com o crime.

Categorias de raça, de gênero, de sexualidade e de classe produzem enquadramentos de corpos fora dos limites do que é reconhecido como *homens de bem* e suas famílias. Elas também vão sendo ora reafirmadas ora torcidas nas interações cotidianas entre moradoras e moradores de periferias e favelas e agentes estatais. Seguindo o argumento de Adriana Vianna e Laura Lowenkron (2017), trata-se de um processo em que Estado e gênero, mas também raça e crime, se produzem mutuamente a partir de violências, agenciamentos e lutas.

Esses processos eram notáveis nos casos tratados nesta tese. A heteroclassificação racial como pardo atribuída à Caio em seu processo penal, juntamente com o texto de condenação, em que a juíza o enquadrava como uma *ameaça ao homem de bem*, demonstram o funcionamento da burocracia estatal que produz criminalização e racialização. Do mesmo modo, a fala de Jorge sobre o poder da polícia em definir quem é ou não é branco por meio da violência, demonstra o reconhecimento de ações estatais como racializadoras. Rogério decide se tornar policial para evitar o desrespeito racista da polícia. O filho de Consolação foi para o crime devido à revolta *de tanto apanhar da polícia* por ser negro. Humilhações e indiferenças são vividas nas portas da cadeia, ou nos *check-points* institucionais, como a complexa experiência de Aurora na Defensoria. Tratam-se de interações cotidianas que reafirmam a racialização e criminalização por forças estatais a partir da violência, produzindo corpos subjulgados, dóceis e violáveis. A partir dessas interações o Estado se realiza (VIANNA e LOWENKRON, 2017) nas periferias ou nos *vasos comunicantes* (GODOI, 2015) entre esses territórios e o sistema penal. Com Moutinho (2004 e 2014b), argumento que a violência faz a gestão da raça e do gênero (e também da sexualidade) na construção dos vulneráveis, produzindo territórios (e corpos) com a marca da criminalidade. Trata-se de dispositivos de produção de alteridade e, sobretudo, de uma desigualdade que autoriza a incidência da violência.

As populações das margens (DAS, 2020), no entanto, não estão passivamente submetidas ao bio ou ao necropoder. Esses territórios são profundamente criativos no sentido mesmo de colonizar práticas institucionais. O crime seria então o efeito não esperado do sistema, como afirmam Daniel Hirata e Carolina Grillo (2019). Similarmente, ações de mulheres no cotidiano se

constituiriam em agenciamentos e resistências em favor da vida que também produz esses territórios.

Experiências masculinas não estiveram no foco desta tese, embora elas se constituam como incontornáveis para compreender a vida das mulheres. As conversas que tive com Jorge e com Rogério demonstraram, a partir de seus lugares sociais e pontos de vista, as angústias, sofrimentos e dilemas que se impõem para homens negros e pobres nestas margens de vida e morte. Frente às poucas possibilidades de produção de futuro colocadas para homens enquadrados como perigosos e descartáveis, surge o desespero, a revolta, a necessidade de *manter o foco* para não *cair na tentação*, para *não ir para pista*. Eles falam a partir de seu lugar e de seus dramas. Ao ouvir as mulheres, elas também falam de si, mas por meio da relação que estabelecem com os homens de seus mundos: pais, maridos, filhos.

Acompanhando as mulheres moradoras da periferia da zona sul da cidade, ficou evidente como racialização e criminalização se realizam de modo generificado. As violências vividas pelos homens incidem também sobre as mulheres devido, sobretudo, ao lugar generificado e relacional do cuidado que elas ocupam. Por esta razão, eram elas que estavam nas filas dos presídios em dias de visita, nas salas dos serviços de medida socioeducativa, nas *biqueiras* durante a madrugada procurando por seus filhos, nos espaços de luta contra o genocídio.

Ao me aproximar desse cotidiano feminino, ficou evidente como o cuidado assume um caráter extremamente complexo, tornado-se ainda mais importante para manutenção da vida em contextos em que a morte é uma ameaça constante. Se, para todas as mulheres, a obrigação do cuidado é uma experiência quase inescapável, em ambientes marcados pela violência, ela se torna ainda mais pesada e perigosa (PIMENTA, 2019). Novas demandas vão sendo impostas às mulheres para manter ou recriar seus mundos: é preciso *engolir o choro* e cuidar dos que ficaram, como Aurora; ou mudar de bairro continuamente tentando evitar o *envolvimento* dos filhos, como Helena; ou enfrentar *humilhações em porta de cadeia* para garantir amparo emocional mínimo com a visita ao parente preso, como Luciana e Sandra. A lista de estratégias é longa e diversificada e se soma às sobrecargas emocionais e financeiras impostas às mulheres que as realizam. Esses processos consomem a saúde, os corpos, os projetos de futuro. Mulheres adoecem, mas também levantam da cama. Sentem raiva de seus filhos, mas não os abandonam. Implicam-se em redes e relações femininas, mesmo que plenas de rumores e conflitos, para que não haja mais sangue derramado.

Demonstrei como agenciamentos e estratégias cotidianas realizadas por mulheres para manter a vida são também dimensões produtivas das periferias desde a constituição desses territórios. Essa atuação feminina não opera apenas por meio de ações reativas (TOSOLD, 2020) ou mitigadoras da violência masculina – Estado e crime – mas também constrói, afirmativamente, família, comunidade e luta, periferia e cidade, escola e posto de saúde.

Esse caráter produtivo da ação de mulheres no território, portanto, tem dimensões tanto materiais, como simbólicas. A respeito da materialidade, destaco o esforço feminino descomunal e cotidiano para garantir renda e casa para suas famílias, além do próprio trabalho do cuidado. A conquista da casa por parte das mulheres, lugar onde elas passam a assumir o lugar de *chefes de família* e não mais submetidas às famílias de origem ou ao casamento – situações muitas vezes marcadas por violências e opressões – apareceu como uma virada fundamental em suas trajetórias, trazendo consigo maior autonomia, dignidade e segurança. Desse modo, famílias geridas por mulheres, que muitas vezes são enquadradas por políticas sociais, forças policiais e até mesmo por categorias estatísticas, como desestruturadas ou incompletas porque lhes faltam o elemento masculino, são fruto de um árduo, planejado e complexo processo de busca por melhores condições de vida.

Com relação aos efeitos simbólicos, busquei ressaltar os tensionamentos dos limites morais provocados pelos agenciamentos de mulheres em busca de autonomia e dignidade, que incidem em particular no intercâmbio entre gerações – com destaque à relação entre mães e filhas. Ressaltei o relevante papel que essa relação assumia nas famílias que acompanhei, não apenas no que se refere à manutenção familiar cotidiana, como também na construção de feminilidades de mulheres periféricas. Em contextos em que as mulheres se veem sobrecarregadas com a tarefa do cuidado e com a manutenção da família, o peso do trabalho cotidiano é partilhado por seus integrantes em termos de gênero, fazendo com que as tarefas domésticas recaiam com mais peso para as filhas. Os casos de Mariana e da carta que conduz o filme *Perfume de Candida* demonstram enfaticamente os efeitos dessas sobrecargas para as filhas. O lugar de cuidadora, assumido desde muito cedo, produz ressentimentos e adoecimentos que se imiscuem na própria produção de si.

Tempo e geração se mostraram também dimensões fundamentais nas experiências dessas mulheres. Curas se realizam com o trabalho do tempo (DAS, 2020), assim como a elaboração de experiências dolorosas. Passado, presente e futuro estabelecem relações complexas e ambíguas. Eventos violentos ou situações de emergência, como mortes, prisões e a própria pandemia da

Covid-19, podem contaminar o presente, invisibilizando a ideia de futuro. Ou ainda, o tempo pode assumir um movimento circular, fazendo com que eventos dolorosos do passado voltem a se repetir ou continuem ressoando no presente. Contudo, sustento que, sob os esforços femininos realizados no cotidiano, subjazem uma forte relação entre vida e futuro. Mesmo aquelas mulheres que não conseguem ter esperanças ou imaginar um futuro para si mesmas – seja pelas condições desfavoráveis do presente, seja por traumas do passado – projetam seus sonhos de melhores condições para as gerações mais jovens.

Percebi um interessante intercâmbio de experiências, moralidades, sonhos e projetos de vida que, não sem tensões e conflitos, tem modulado a produção de feminilidades nas periferias. Não apenas mulheres mais velhas deixam um legado de ampliação de horizontes morais, e também conquistas materiais, para as mais jovens, como igualmente se desenha um movimento inverso de mudanças de perspectivas sobre sexualidade, feminilidade, afeto, cuidado, raça e território das mulheres das gerações mais novas para as mais velhas.

Desse modo, argumento que a luta por autonomia e o trabalho do cuidado têm sido elementos de um duro e criativo aprendizado de gênero e de produção de família em um contexto no qual desigualdade, racismo e violência estatal e de gênero continuamente dificultam o presente e as possibilidades de futuro de mulheres moradoras das periferias da cidade. Como disse Verônica: *“A gente estava sempre na parte afetada. Infelizmente a gente tá sempre na parte que tá lutando!”*. O que encontrei ao entrar nas casas e vidas de famílias que foram afetadas mais diretamente pela violência do Estado e do crime foi o trabalho cotidiano – coletivo e feminino – de juntar esses *cacos* – sonhos, projetos, relações.

Ademais, quero ressaltar que essas ações femininas não estão restritas apenas à vida doméstica. Desde a formação das periferias da cidade, até – e talvez ainda mais – hoje, as mulheres têm não apenas ocupado, como também forjado espaços políticos. Trata-se de um movimento de trazer a *dor doméstica* (VIANNA, 2014) para a arena pública desfazendo os limites artificiais entre público e doméstico (OKIN, 2008), demonstrando os efeitos das violências que inviabilizam a própria continuidade da vida no ordinário.

Termino esta tese em um momento muito difícil e triste para o país. A sobreposição de crises – sanitária, econômica, política, social e moral – tem produzido enorme sofrimento para população, sobretudo para os segmentos mais pobres nos quais as mulheres negras são as mais afetadas. Como tentei demonstrar no último capítulo, fome e mortes têm acompanhado de forma

mais trágica nossos dias, demonstrando como problemas sociais sobre os quais se ergueu a nação, não foram resolvidos, pelo contrário, no momento atual, eles têm se avolumado como monstros frente aos quais temos nos paralizado aterrorizados. Nosso presente está contaminado com as sombras da ditadura, da desigualdade social, do racismo e do desprezo e violência dirigido às mulheres e homossexuais, que nunca foram apagadas e hoje encontram-se tonificadas. O engajamento cotidiano pela vida é necessário e urgente. Novamente é na vida ordinária que tais sofrimentos tem sido vividos e suportados. Outra vez são as mulheres que se sobrecarregam buscando garantir que a vida continue. Que esse esforço seja reconhecido e nos sirva de aprendizado. Que tenhamos condições para vocalizar nosso sofrimento ocupando e produzindo novos espaços públicos. Que sejamos capazes para (re)criar nossos mundos após tanta devastação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio; NERY, Marcelo B. Crime e violências em São Paulo: retrospectiva teórico-metodológica, avanços, limites e perspectivas futuras. **Cadernos Metrópole**. São Paulo, v. 21, n. 44, p. 169-194, jan/abr, 2019.

ADORNO, Sérgio; DIAS, Camila N.; NERY, Marcelo B. A cidade e a dinâmica da violência. In: KOWARICK, L.; FRÚGOLI, H. (orgs). **Pluralidade Urbana em São Paulo: vulnerabilidade, marginalidade, ativismos**. São Paulo: Editora 34; FAPESP, 2016. p. 381-410.

AD N, Guellwaar; AD N, Mel; RATTTS, Alex (Org.). **Ogum's toques negros: coletânea poética**. Salvador: Ogum's Toques Negros, 2014

ALEGRIA, Paula; BULGARELLI Lucas; PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Movimentos sociais contemporâneos: um balanço da produ o de teses e disserta es em antropologia (2008–2018). **BIB**, São Paulo, 93, mar. 2020 (publicado em julho 2020). Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/edicoes-antteriores/bib-93>>. (Acesso em: 9 mai. 2022)

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **A guerra não tem rosto de mulher**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

ALMEIDA, Heloisa B. Mulher em campo: reflexes sobre a experiência etnográfica. In: ALMEIDA, Heloisa B; et al (orgs). **Gênero em matizes**. Bragança Paulista, 2012

ALMEIDA, Heloísa Buarque de; SIMÕES, Júlio; MOUTINHO, Laura; SCHWARCZ, Lilia. Numas, 10 anos: um exercício de memória coletiva. In: SAGGESE, Gustavo et al. (Org.). **Marcadores Sociais da Diferença: Gênero, sexualidade, raça e classe em perspectiva antropológica**. São Paulo: Terceiro Nome; Gamma, 2018. p. 9-30.

ALVES, Jaime A. Topografias da violência: necropoder e governamentalidade espacial. **Revista do Departamento de Geografia – USP**, Volume 22, pp 108-134, 2011.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: reflexes sobre origem e difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letra, 2008

ANTZE, Paul; LAMBEK, Michael. Introduction: forecasting memory. In: ANTZE, Paul; LAMBEK, Michael (orgs). **Tense Past: cultural essays in trauma and memory**. New York: Routledge, 1996

ASSUN O, Sulamita J. **Quebradas feministas: Estratégias de resistência nas vozes das mulheres negras e lésbicas negras da periferia sul da cidade de São Paulo**. 2018, 126 p. Disserta o (Mestrado em Ciências Sociais) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2018.

BAENINGER, Rosana. Crescimento da popula o na Região Metropolitana de São Paulo: desconstruindo mitos do século XX. In: KOWARICK, Lúcio; MARQUES, Eduardo (orgs.). **São Paulo: novos percursos e atores**. São Paulo: Editora 34, Centro de Estudos da Metrópole, 2011. cap. 2, p 53-78.

BAIROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 3, n  2, pp.458-463, 1995.

BIONDI, Karina. **Proibido roubar na quebrada: território, hierarquia e lei no PCC**. São Paulo: Terceiro Nome, 2018. 408 p.

BIONDI, Karina. **Junto e Misturado: uma etnografia do PCC**. São Paulo: Terceiro Nome, 2018. 288 p.

BIRMAN, Patrícia. Ocupações: territórios em disputa, gêneros e a construção do espaço comum. In: BIRMAN, Patrícia; *et al* (orgs). **Dispositivos urbanos e a trama dos viventes: ordens e resistências**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. Cap. 7, pp 163-186.

BIRMAN, Patrícia; *et al*. Tramas e dispositivos urbanos nas cidades contemporâneas. In: BIRMAN, Patrícia; *et al* (orgs). **Dispositivos urbanos e a trama dos viventes: ordens e resistências**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. pp 15-29

BIRMAN, Patrícia; PIEROBON, Camila. Viver sem guerra? Poderes locais e relações de gênero no cotidiano popular. **Revista de Antropologia**. São Paulo, v. 64, n. 2, jun, 2021

BLANC, Nathalie; LAUGIER, Sandra; MOLINIER, Pascale. O preço do invisível: As mulheres na pandemia. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Reflexões na Pandemia 2020**. Rio de Janeiro, nov, 2020. Disponível em: <reflexpandemia.org/texto-88>. Acesso em: 9 mai. 2022

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, pp 329-376, 2006.

BRITES, Jurema. **Afeto, desigualdade e rebeldia: bastidores do serviço doméstico**. 2000, 239 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Editora Filosófica Politétia, 2019.

BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder: teorias da sujeição**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CABANES, Robert. Proletários em meio à tormenta neoliberal. In: CABANES, Robert *et al* (orgs). **Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

CABANES, Robert; GEORGES, Isabel. Perspectivas. In: CABANES, Robert *et al* (orgs). **Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo**. São Paulo: Boitempo, 2011

CALDEIRA, Teresa P. R. **Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000

CALDERIA, Teresa P. R. O rap e a cidade: reconfigurando a desigualdade em São Paulo. In: KOWARICK, Lúcio; MARQUES, Eduardo (orgs.). **São Paulo: novos percursos e atores**. São Paulo: Editora 34, Centro de Estudos da Metrópole, 2011. cap. 12, p 301-320.

- CANOVA, Katia. **Urbanidade e justiça social na cidade de São Paulo**. 2020, 331 p. Tese (Doutorado em Geografia), FFLCH/USP, São Paulo, 2020.
- CARRIL, Lourdes. **Quilombo, favela e periferia: a longa busca da cidadania**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2006
- CARMO, Milena M. **Margem adentro: políticas sociais, sujeitos e resistências na zona sul de São Paulo**. 2016, 145 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), FFLCH/USP, São Paulo, 2016.
- CARSTEN, Janet. **After Kinship**. New York: Cambridge University Press, 2004.
- CARSTEN, Janet. Introduction: ghosts of memory. In: CARSTEN, Janet (Org.). **Ghosts of memory: essays on remembrance and relatedness**. Blackwell Publishing, 2017.
- CASTRO, João Paulo M. A construção de políticas públicas para a juventude: novas moralidades de gestão de segmentos sociais. In **Revista e Antropologia**, São Paulo, 2012, vol. 55(2).
- CASTRO, Jorge A. de; AQUINO, Luseni M. C; ANDRADE, Carla C. de. **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009
- CRENSHAW, Kimberlé. **Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color**. Stanford Law Review. v. 32, n. 6, p. 1241-1299, 1991.
- CROWE, Jaime *et al.* Fórum em Defesa da Vida: 20 anos de resistência pela vida dos/as jovens que vivem nas periferias da zona sul de São Paulo. **Estação de Pesquisa Urbana M'Boi**, Série de Documentos de Trabalho, FGV-EAESP, n. 9, ago, 2016.
- CHO, Grace. **Haunting the Korean Diaspora: shame, secrecy, and the forgotten war**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008. 245 p.
- CLIFFORD, James. **Sobre a autoridade etnográfica** in A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX. Editora UFRJ, 2008.
- COELHO, Maria N. G. **O movimento sindical metalúrgico na zona sul de São Paulo: 1974-2000**. 2007, 244 p. Tese (Doutorado em História da Economia), FFLCH/USP, São Paulo, 2007.
- COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, [1990] 2019.
- D'ANDREA, Tiaraju P. A Formação dos Sujeitos **Periféricos**: Cultura e Política na Periferia de São Paulo. 2013, 295 p. Tese (Doutorado em Sociologia), FFLCH/USP, São Paulo, 2013.
- DAS, Veena. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. **Cadernos Pagu**, Campinas, 37, dez. 2011, (publicado em nov. 2011). Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/34ddpTp8X6GyLJDFyCQ9YwS/?lang=pt>>. Acesso em: 9 mai. 2022
- DAS, Veena. **Textures of ordinary: doing anthropology after Wittgenstein**. Fordham University Press, 2020

DAS, Veena. **Vida e palavras**: a violência e sua descida ao ordinário. Tradução: Bruno Gambarotto. São Paulo: Editora Unifesp, 2020. 312 p.

DAS, Veena; KLEINMAN, Arthur. Introduction. In: DAS, Veena et al (Org.). **Violence and subjectivity**. California: University of California Press, 2000.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. State and its margins: comparative ethnographies. In: DAS, Veena; POOLE, Deborah (Orgs.). **Anthropology in the Margins of the State**. 1. ed. Santa Fe: School of Research Press, 2004. Cap. 1, p. 3-33.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DURHAM, Eunice. **A caminho da cidade**: vida rural e a mirgação para São Paulo. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

DURHAM, Eunice. **A dinâmica da cultura**: ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

FALA GUERREIRA, Editorial, **Revista n.1**, São Paulo: Edição Independente, 2015.

FANON, Franz. **Pele negra, máscara branca**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARIAS, Juliana. **Governo de Mortes**: Uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro. 2014, 248 p. Tese (Doutorado em Ciências Humanas), IFCS/UF RJ, 2014.

FASSIN, Didier. Compaixão e Repressão: A Economia moral das políticas de imigração na França. **Ponto Urbe**. São Paulo, 15, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/pontourbe.2467>>. (Acesso em: 9 mai. 2022)

FASSIN, Didier. Beyond good and evil? Questioning the anthropological discomfort with morals. **The Anthropological Theory**, vol. 8, n. 4, pp. 333-344, 2008.

FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano**: a criminalidade em São Paulo, 1880-1924. São Paulo: EDUSP, 2001

FELTRAN, Gabriel S. A categoria como intervalo: a diferença entre essência e desconstrução. **Cadernos Pagu**, Campinas, 51, 2017

FELTRAN, Gabriel S. A gestão da morte nas periferias de São Paulo: um dispositivo entre governo e crime (1992-2011). In: LIMA, Antonio C. de S.; GARCIA-ACOSTA, Virginia (Orgs). **Margens da violência**: Subsídios ao estudo ao problema da violência nos contextos mexicanos e brasileiro. Brasília: ABA, 2014. pp. 171-209.

FELTRAN, Gabriel S. **Fronteiras de tensão**: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

FELTRAN, Gabriel S. **Irmãos: uma história do PCC**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, 318 p.

FELTRAN, Gabriel S. “Trabalhadores” e “bandidos” na mesma família. In: CABANES, Robert *et al* (orgs). **Saídas de emergência**: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo. São Paulo: Boitempo, 2011. Cap. 19, pp 397-416

FERNANDES, Camila. **Figuras da causação**: sexualidade feminina, reprodução e acusações no discurso popular e nas políticas de Estado. 2017, 234 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional/ Universidade do Rio de Janeiro, 2017.

FERNANDES, Camila. Figuras do constrangimento: As instituições de Estado e as políticas de acusação sexual. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, mai/ago, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1678-49442019v25n2p365>>. (Acesso em: 9 mai. 2022)

FERNANDES, Camila. O tempo do cuidado: batalhas femininas por autonomia e mobilidade. In: Rangel, E.; Fernandes, C.; Lima, F. (orgs). **(Des)Prazer da Norma**. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018. 412 p.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. Vol 1 e 2. São Paulo: Globo, 2008.

FERREIRA, Silvia C. M. Atores do trabalho social: continuidades e descontinuidades. In: CABANES, Robert *et al* (orgs). **Saídas de emergência**: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo. São Paulo: Boitempo, 2011. Cap. 13, pp 279-296

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976. In: FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2012. p. 285-315

FOUCAULT, Michel. 1999. Direito de morte e poder sobre a vida. In: **A História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal.

FRAGA, Alexandre B. De **Empregada à diarista**: novas configurações do trabalho doméstico remunerado. 2010, 191 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia), IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.

FRANÇA, Danilo S. N. **Segregação Racial em São Paulo**: Residências, redes pessoais e trajetórias urbanas de negros e brancos no século XXI. 2017. 241p. Tese (Doutorado em Sociologia), FFLCH/USP, São Paulo, 2018.

FRASER, N. Feminismo, capitalismo e a astúcia da história. In: HOLLANDA, H.B. (org.) **Pensamento Feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019

GALICHO, Bruna S. **Caminhos da Diferença**: corpo e cidade na circulação cotidiana das mulheres da periferia sul de São Paulo. 2021, 168 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), FFLCH/USP, São Paulo, 2021.

GUIMARÃES, Antônio S. A. Racismo e Anti-racismo no Brasil. In: **Racismo e Anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2005

GUIMARÃES, Antônio S. A. Racialisation and racial formation in urban spaces. **Journal Social Identities**, Volume, 23, pp 76-90, 2017.

GUIMARÃES, Nadya A; Vieira, Priscila P. F. As “ajudas”: o cuidado que não diz seu nome. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 98, jan-abr 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.002>>. (Acesso em: 9 mai. 2022)

GODOI, Rafael. **Fluxos em cadeia**: as prisões em São Paulo na virada dos tempos. 2015. 246p. Tese (Doutorado em Sociologia), FFLCH/USP, São Paulo, 2017.

GODOI, Rafael; CAMPELLO, Ricardo; MALLART, Fábio. O colapso é o ponto de partida: entrevista com o mecanismo estadual de prevenção e combate à tortura do Rio de Janeiro sobre prisões e a Covid-19. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. Rio de Janeiro: Reflexões na Pandemia 2020. pp 1-15.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, [1984] 2019. pp. 237-258

GRUPO DE PESQUISA CIDADE E TRABALHO. (Micro)políticas da vida em tempos de urgência. **Dilemas**, Rio de Janeiro, Reflexões na Pandemia 2020, pp 1-13.

HAN, Clara. **Life in debt: times of care and violence in neoliberal Chile**. Berkeley: University California Press, 2012

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva racial. **Cadernos Pagu**, n.5, pp 7-41, 1995.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2015.

HICKEL, J. **Democracy as Death: the moral order of anti-liberal politics in South Africa**. Oakland: University of California Press, 2015.

HIRATA, Daniel. V.; GRILLO, Carolina C. Crime, guerra e paz: dissenso político-cognitivo em tempos de extermínio. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 563-571, set-dez, 2019

HOOKS, bell. Construir o lar: um espaço de resistência. In: HOOKS, bell (org). **Anseios: raça, gênero e políticas culturais**. São Paulo: Editora Elefante, 1ª edição, 2019, 448 pp.

HOOKS, bell. Intelectuais **Negras**. **Revista de Estudos Feministas**, vol. 3, nº2, Florianópolis, UFSC, 1995, pp.464-478.

HOOKS, bell. **Tudo sobre amor: perspectivas**. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

KERGOAT, Danièle. O cuidado e a imbricação das relações sociais. In: A. R. Abreu; H. Hirata; M. R. Lombardi (org.), **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016.

KLEINMAN, Arthur. The Violences of everyday life: the multiple forms and dynamics of social violence. In: DAS, Veena *et al* (org.), **Violence and Subjectivity**. University of California Press, 2000.

KLEINMAN, Arthur; DAS, Veena; LOCK, Margaret. Introdução. In: KLEINMAN, Arthur; DAS, Veena; LOCK, Margaret (Orgs). **Social Suffering**. California: University California Press, 1997.

KLEIN, Charles. Flipping the City: Space and Subjectivity in the São Paulo Periphery. **City & Society**, vol. 31, 2, p 142-164, ago, 2019

KLEIN, Charles; Carmo, Milena M.; OLIVEIRA, Alessandra K. T. Between “us” and “them”: political subjectivities in the shadows of the 2018 brazilian election: Political Subjectivities in the

Shadows of the 2018 Brazilian Election. **Revista De Antropologia**, São Paulo, v. 63, n. 2, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2020.171482>>. (Acesso em: 9 mai. 2022)

KLEIN, Charles; CARMO, Milena M. “I never thought this could be for me”: aspirational capital, identities, and political engagement among first-generation college students in São Paulo. **International Studies in Sociology of Education**, v. 28, n. 3-4, p. 259-278, 2019.

KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco**: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Editora 34, 2009.

KOWARICK, Lúcio; MARQUES, Eduardo. Introdução. In: In: KOWARICK, Lúcio; MARQUES, Eduardo (orgs.). **São Paulo: novos percursos e atores**. São Paulo: Editora 34, Centro de Estudos da Metrópole, 2011. pp 9-24.

LAGO, Natália B. **Jornadas de visitas e de lutas**: tensões, relações e movimentos de familiares nos arredores da prisão. 2019. 248p. Tese (Doutorado em antropologia), FFLCH/USP, São Paulo, 2019.

LAGO, Natália B. “Na ‘linha de frente’: Atuação política e solidariedade entre ‘familiares de presos’ em meio à Covid-19”. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social – Reflexões na Pandemia**, 2020, 1-9

LIMA, Alexandre P. “Movimentos negros e a abordagem política da violência racial no Brasil Contemporâneo: genealogia antropológica e histórica de um problema”. In: **XIII Reunião de Antropologia do Mercosul**, Porto Alegre, 2019

LIMA, Antonio C. S. Sobre Gestar e Gerir a Desigualdade: pontos de investigação e diálogo in Gestar e Gerir: **Estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil**. In: Lima, Antonio C. S (org.). Rio de Janeiro: Relume Dumará/ Núcleo de Antropologia Política, UFRJ, 2002.

LOPES, Pedro. **Deficiência na cabeça**: percursos entre diferença, síndrome de Down e a perspectiva antropológica. 2020, 414 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – FFLCH/USP, 2020.

MACEDO, Márcio. Hip-Hop SP: transformações entre uma cultura de rua, negra e periférica (1983-2013). In: KOWARICK, Lúcio; FRÚGOLI, Heitor (orgs). **Pluralidade urbana em São Paulo**: vulnerabilidade, marginalidade e ativismos. São Paulo: Editora 34; FAPESP, 2016. Cap. 1, pp 23-55.

MACEDO, Renata G. M. **Escolhas possíveis**: narrativas de classe e gênero no ensino superior privado. 2019, 235 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social). FFLCH/USP, São Paulo, 2019

MAGNANI, José G. C. **Da periferia ao centro**: trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012

MAGNANI, José G. **Festa no pedaço**: cultura popular e lazer na cidade. 2. ed., São Paulo, Hucitec, 1998.

MAHMOOD, Saba. Teoria Feminista, Agência e Sujeito Liberatório: algumas reflexões sobre o relativismo islâmico no Egito. *Etnográfica*, v. 10, n. 1, Lisboa, 2006.

MALVAZI, Artur. O domínio do mental e a vida loka: uma análise dos dispositivos das drogas nas periferias de São Paulo. **Contemporânea**, São Paulo, v. 3, n.2, p. 311-333, jul-dez, 2013.

MARQUES, Adalton. **Humanizar e expandir**: uma genealogia da segurança pública em São Paulo. 2017, 331 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal de São Carlos, 2017.

MARQUES, Eduardo. **Redes sociais, segregação e pobreza em São Paulo**. São Paulo: Editora Unesp; Centro de Estudos da Metrópole, 2010.

MATEBENI, Zethu. “Perspectivas do Sul sobre relações de gênero e sexualidades: uma intervenção queer”. **Revista de Antropologia**, v. 0, n. 3, p. 26-44, 2017.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 122-151, dez. 2016.

MCCLINTOCK, Anne. **Couro imperial**: raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Campinas: Editora Unicamp, 2010

MIAGUSKO, Edson. Mutirão autogestionário e o contexto da experiência democrática revisitado. **Caderno CRH**, Salvador, v.24, n. 61, p. 167-181, jan/abr, 2011

MIRÁGLIA, Paula. **Cosmologia da Violência**: entre a regra e a excessão – uma etnografia da cidade de São Paulo. São Paulo: Série Produção Acadêmica Premiada, 2010

MIRÁGLIA, Paula. Homicídios: guias para a interpretação da violência na cidade. In: KOWARICK, Lúcio; MARQUES, Eduardo (orgs.). **São Paulo: novos percursos e atores**. São Paulo: Editora 34, Centro de Estudos da Metrópole, 2011. Cap. 13, pp 321-346.

MISSE, Michel. Sujeição Criminal: quando o crime constitui o ser do sujeito. In: Patrícia Birman...[et al.] (org). **Dispositivos urbanos e a trama dos viventes**: ordens e resistências. São Paulo: Editora FGV, 2015

MOURA, C. **O negro, de bom escravo ao mau cidadão?** Rio de Janeiro: Conquista, 1977.

MOUTINHO, Laura. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. **Cadernos Pagu**, v. 42, jan/jun, pp. 201-248, 2014

MOUTINHO, Laura. **Razão, “cor” e desejo: uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivos-sexuais “inter-raciais” no Brasil e na África do Sul**. São Paulo: Unesp, 2004.

MOUTINHO, Laura. Considerações sobre violência, gênero e cor em Rio das Pedras. In: Burgos, M. B.(org.) **A utopia da comunidade: Rio das Pedras uma favela carioca**. Rio de Janeiro: Puc-Rio : Loyola, 2002

MOUTINHO, Laura. “Negociando com a adversidade: reflexões sobre ‘raça’, (homos)sexualidade e desigualdade social no Rio de Janeiro”. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis. jan-abr, vol.14, n.1:103-116

MOUTINHO, Laura. “Sobre danos, dores e reparações: The Moral Regeneration Movement controvérsias morais e tensões religiosas na ordem democrática sul-africana”. In: Wilson Trajano Filho. (Org.). **Travessias antropológicas: estudos em contextos africanos**. Brasília: ABA. pp. 275-296, 2012

MOUTINHO, Laura. “Sob a ótica do feminino: raça e nação, ressentimentos e (re)negociações na África do Sul pós-apartheid”. In: WERNECK, Alexandre; CARDOSO DE OLIVEIRA. (Org.). **Pensando bem: Estudos de sociologia e antropologia da moral**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra. v. 1. pp. 150-170, 2014

MOUTINHO, Laura; et al. Retóricas ambivalentes: ressentimentos e negociações em contextos de sociabilidade juvenil na Cidade do Cabo (África do Sul). **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 35, jul-dez, 2010, p. 139-176.

MOUTINHO, Laura; ALVES, Valéria; CARMO, Milena M. “Quanto Mais Você Me Nega, Mais Eu Me Reafirmo”: Visibilidade e Afetos na Cena Negra Periférica. **Paulistana Revista Tomo**, v. 28, jan/jun, 1-27, 2014

MOYA, Maria E. Os estudos sobre a cidade: quarenta anos de mudança nos olhares sobre a cidade e o social. In: KOWARICK, Lúcio; MARQUES, Eduardo (orgs.). **São Paulo: novos percursos e atores**. São Paulo: Editora 34, Centro de Estudos da Metrópole, 2011. Cap. 1, pp 25-50

NASCIMENTO, Érica P. **É tudo nosso! Produção cultural na periferia paulistana**. 2011. 225 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social), FFLCH/USP, São Paulo, 2011.

NERI, Marcelo. Insegurança Alimentar no Brasil: Pandemia, Tendências e Comparações Internacionais. Rio de Janeiro, FGV Social, 2022. Disponível em: <https://cps.fgv.br/FomeNaPandemia>

OLIVEIRA, Alessandra K. T.; CARMO, Milena M. 2020. ““Dar conta”: cuidado, afeto e redes de ativismo em tempos de pandemia”. **Boletim Cientistas Sociais: A questão étnico-racial em tempos de crise**, 37.

OLIVEIRA, Alessandra K. T. **Gritos e silêncios: um mergulho no cotidiano e na intimidade de mulheres negras ativistas da periferia sul de São Paulo**. 2022, 219 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), FFLCH/USP, São Paulo, 2022.

OLIVEIRA, Danielle R. **Encruzilhada das Guerreiras da periferia sul de São Paulo: Feminismo Periférico e Fronteiras Políticas**. 2019, 269 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia), IFCS/UNICAMP, São Paulo, 2019.

OLIVEIRA-MACEDO, Shisleni. **Salve quebradas! Raça, educação e articulações feministas na periferia de São Paulo**. 2021, 186 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), FFLCH/USP, São Paulo, 2021.

OKIN, Suzan M. Gênero, o público e o privado. **Estudo Feministas**, Florianópolis, 16 (2): 440, mai-ago/2008, pp 305-332.

OMI, M.; WINANT, H. **Racial Formation in Racial Formation in the United States: From the 1960s to the 1990s**. Routledge, 1994

PADOVANI, Natália C. “Nós Por Nós: Teias de solidariedade, políticas de desencarceramento e abolicionismo penal no mundão em pandemia”. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social – Reflexões na Pandemia**, pp. 1-17, 2020

PADOVANI, Natália C. Tráfico de mulheres nas portarias das prisões ou dispositivos de segurança e gênero nos processos de produção das “classes perigosas”. **Cadernos Pagu**, v. 51, Dossiê Gênero e Estado: Formas de Gestão, Práticas e Representações, 2017.

PAIXÃO, Adriana P. “**Teatlântica**”: teatralidade negra, feminina e sem margem, feito nas margens. 2021, 213 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) FFLCH/USP, São Paulo, 2021.

PIEROBON, C. **Tempos que duram, lutas que não acabam**: o cotidiano de Leonor e sua ética de combate. 2018, 325 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

PIMENTA, Denise. “Pandemia é coisa de mulher: Breve ensaio sobre o enfrentamento de uma doença a partir das vozes e silenciamentos femininos dentro das casas, hospitais e na produção acadêmica”. **Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia**, v. 8, 8-19, 2020.

PIMENTA, Denise. **O cuidado perigoso**: tramas de afeto e risco na Serra Leoa. 2019, 355 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social). FFLCH/USP, São Paulo, 2019

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. In: **Revista Estudos Históricos**. Cpdoc\FGV: Rio de Janeiro, Vol. 2,(3)1989, pp. 3-15.

PUSSETI, C.; BRAZZABENI, M. Sofrimento social: idiomas da exclusão e políticas do assistencialismo. **Etnográfica** (Online), v. 15, n. 3, 2011.

RIBEIRO, Alan A. M.; FAUSTINO, Deivison M. Negro tema, negro vida, negro drama: estudos sobre masculinidades negras na diáspora. **Transversos: Revista de História**. Rio de Janeiro, n.10, ago, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.

RIBEIRO, Ludmila; SILVA, Bráulio. O coronavírus, as mulheres e o lar: uma combinação explosiva? **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social** – Rio de Janeiro – Reflexões na Pandemia 2020, pp. 1-14.

RAMOS, Paulo. **Gramática negra contra a violência de Estado**: da discriminação racial ao genocídio negro (1978-2018). 2021, 328 p. Tese (Doutorado em sociologia), FFLCH/USP, São Paulo, 2021.

REGO, Marina C. M. R. **Paulistanidade e racialização**: o caso nordestino. 2018, 320 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia), FFLCH/USP, São Paulo, 2021.

ROCHA, Luciane O., **Outraged Mothering**: black woman, racial violence, and the power of emotion in Rio de Janeiro’ african diaspora. 2014. 346 p. Tese (Doutorado em Filosofia) - The University of Texas at Austin, 2014

RODRIGUES, Silvia A. **Aqui nem todo mundo é igual**: Cor, Mestiçagem e Homossexualidades numa Favela no Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007.

ROSS, Fiona. “La elaboración de una Memoria Nacional: la Comisión de Verdad y Reconciliación de Sudáfrica”. **Cuadernos de antropología social**, n. 24, Buenos Aires, jul./dez, 2006.

RUI, Taniele. Fronteiras, espaços e usos do crack. In: CUNHA, Neiva V.; FELTRAN, Gabriel S. (Orgs). **Novos conflitos no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina; FAPERJ, 2013. pp 17-33.

RUI, Taniele. Fluxos de uma territorialidade: duas décadas de “cracolândia” (1995-2014). In: KOWARICK, Lúcio; FRÚGOLI, Heitor (orgs). **Pluralidade urbana em São Paulo: vulnerabilidade, marginalidade e ativismos**. São Paulo: Editora 34; FAPESP, 2016. Cap. 8, pp 225-248.

SALES, Mione Apolinário. **(In) Visibilidade Perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência**. 2004, p. 280. Tese (Doutorado em Sociologia) – FFLCH/USP, São Paulo, 2005.

SAMPAIO, Maria R. A.; PEREIRA, Paulo C. X. Habitação em São Paulo. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 48, 2003.

SANSONE, Lívio. Fugindo para a força: cultura corporativista e “cor” na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. **Estudos AfroAsiáticos**, v. 24, p. 513–532, 2002.

SANTOS, Yumi G. Interrupções e recomeços: aspectos das trajetórias das mulheres chefes de família monoparental da cidade Tiradentes. In: CABANES, Robert *et al* (orgs). **Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo**. São Paulo: Boitempo, 2011. Cap. 20, pp 417-436.

SARAIVA, Camila; MARQUES, Eduardo. Favelas e periferias nos anos de 2000. In: KOWARICK, Lúcio; MARQUES, Eduardo (orgs.). **São Paulo: novos percursos e atores**. São Paulo: Editora 34, Centro de Estudos da Metrópole, 2011. Cap. 4, pp 105-130.

SARTI, Cynthia. **A família como espelho**. Editora: Cortez, 2011

SARTI, Cynthia. A vítima como figura contemporânea. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 61, p 51-61, jan-abr, 2011b.

SARTI, Cynthia A. Famílias enredadas in Famílias: redes, laços e políticas públicas. ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller (Org.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: Cortez/Instituto de Estudos Especiais/PUC-SP, 2018

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO. **Norma técnica dos serviços socioassistenciais proteção social básica**. Secretaria de Assistência Social, São Paulo, 2012.

SEGATA, Jean. Covid-19, biossegurança e antropologia. **Horizontes antropológicos**, 57, maio/ago, 275-313, 2020

SCOTT, Joan. A Invisibilidade da Experiência. In: **Proj.História**, São Paulo (16), fev. 1998, pp.297-325

SCOTT, Joan. Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, 1995.

SILVA, Dayane Karoline F. **Fala Guerreira: imagens e narrativas de mulheres periféricas na cidade de São Paulo**. 2019, 131 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Federal de São Paulo, 2019.

SILVA, Luiz A. M.; MENEZES, Palloma V. (Des)continuidades na experiência de “vida sob cerco” e na “sociabilidade violenta”. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 529-551, set-dez, 2019

SILVA, Uvander V. **Cidadania em negro e branco: racialização e (luta contra a) violência de Estado no Brasil**. 2017, 165p. Tese (Doutorado em Sociologia Política) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SCHUCMAN, Lia V. **Famílias inter-raciais: tensões entre cor e amor**. Salvador: EDUFBA, 2018. 146 p.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TELLES, Vera S. Cidade: produção de espaços, formas de controle e conflito. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 46, n.1, jan-jun, 2015, p. 15-41

TELLES, Vera S. Fronteiras da lei como campo de disputa: notas inconclusas a partir de um percurso de pesquisa. In: BIRMAN, P. (et al.) (Orgs). **Dispositivos Urbanos e a trama dos viventes: ordens e resistências**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. pp. 55-76

TELLES, Vera S. Ilegalismos populares e relações de poder nas tramas da cidade. In: CABANES, Robert *et al* (orgs). **Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo**. São Paulo: Boitempo, 2011. Cap. 7, pp 155-168

TELLES, Vera S. Prospectando a cidade a partir de suas margens: notas inconclusas sobre uma experiência etnográfica. **Contemporânea**, v. 3, n. 2, 2013, 359-373.

TELLES, Vera S. Apresentação: figurações da “guerra urbana”. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 521-527, set-dez, 2019.

TELLES, Vera S.; HIRATA, Daniel. Cidade e Práticas Urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. In: KOWARICK, Lúcio; MARQUES, Eduardo (orgs.). **São Paulo: novos percursos e atores**. São Paulo: Editora 34, Centro de Estudos da Metrópole, 2011. Cap. 15, pp 375-394.

TELLES, Vera S. *et al*. Combatendo o encarceramento em massa, lutando pela vida. **Caderno CRH**. Salvador, v. 33, p. 1-16, 2020

TIRIBA, Thais H. **Uma atraente esposa brasileira ou seu dinheiro de volta: uma análise de agências de casamento especializadas em unir mulheres brasileiras e homens alemães**. 2017, 167p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – FFLCH/ USP, 2017.

TOSOLD, Léa. **Autodeterminação em três movimentos: a politização de diferenças sob a perspectiva da (des)naturalização da diferença**. 2018, 311 p. Tese (Doutorado em Ciência Política). FFLCH/USP, São Paulo, 2018.

TOSOLD, Léa. Por uma vida sem barragens: corpos, territórios e o papel da autodeterminação na desnaturalização da violência. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 63, n.3, 2020.

TRONTO, Joan. Mulheres e cuidados: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso? In: JAGGAR, Alison M. e BORDO, Susan R. (orgs.) **Gênero, Corpo, Conhecimento**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, pp. 186-203, 1997

TRONTO, Joan. 2007. Assistência democrática e democracias assistenciais. **Sociedade e Estado**, v. 22, n. 2, 285-308.

VIANNA, Adriana. Introdução: fazendo e desfazendo inquietudes no mundo dos direitos. VIANNA, Adriana (Org.). **O fazer e o desfazer dos direitos: experiências etnográficas sobre política, administração e moralidades**. Rio de Janeiro: E-papers, 2013. p. 15-35

VIANNA, Adriana. Tempos, dores e corpos: considerações sobre a “espera” entre familiares de vítimas de violência policial no Rio de Janeiro. In: BIRMAN, P. (et al.) (Orgs). **Dispositivos Urbanos e a trama dos viventes: ordens e resistências**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. pp. 405-418

VIANNA, Adriana. **Vida, palavras e alguns outros traçados: lendo Veena Das**. Mana, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 1-20, 2020.

VIANNA, Adriana. Violência, Estado e Gênero: considerações sobre corpos e corpus entrecruzados. In: LIMA, Antonio Carlos de Souza; GARCÍA-ACOSTA, Virginia. **Margens da Violência: Subsídios ao estudo do problema da violência nos contextos mexicano e brasileiro**. Brasília: ABA, 2014, pp. 209-237.

VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. Guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. **Cadernos Pagu**, 37, p. 79-116, jul-dez, 2011.

VIANNA, Adriana; LOWENKRON, Laura. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. **Cadernos Pagu**, 51, 1-61, 2017

WACQUANT, Loic. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: F. Bastos, 2001, Revan, 2003, 168p.

WOORTMAN, Klass. Casa e família operária. **Anuário Antropológico**, v. 5, n. 1, p 119-150, 1981

WOORTMANN, Klaas; WOORTMANN, Ellen. Monoparentalidade e chefia feminina: conceitos, contextos e circunstâncias. **Série Antropológica**, Brasília: UNB, 2004.

ZALUAR, Alba. Violência e Crime. In: S. MICELI (org.) **O que ler na Ciência Social brasileira. Antropologia (1970-1995)**. São Paulo, Brasília: Editora Sumaré, CAPES, 1999

ZAMBONI, Márcio. B. **A população LGBT privada de liberdade: sujeitos, direitos e políticas em disputa ou A jaula das Bichas: uma etnografia da diversidade sexual e de gênero em prisões do Brasil e do México**. 2020. Tese. 520p. (Doutorado em antropologia social) FFLCH/USP, São Paulo, 2020.

ARTIGOS E VÍDEOS ON-LINE

4 DADOS QUE MOSTRAM QUE O BRASIL É UM DOS PAÍSES MAIS DESIGUAIS DO MUNDO, SEGUNDO RELATÓRIO. **Uol Economia**. São Paulo, 07 dez. 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2021/12/07/4-dados-que-mostram-por-que-brasil-e-um-dos-paises-mais-desiguais-do-mundo-segundo-relatorio.htm>. Visto em: 20 de maio de 2022

ABRIL FOI O MÊS MAIS LETAL DA PANDEMIA DE COVID NO BRASIL, COM MAIS DE 82 MIL MORTES. **Folha de São Paulo** [online]. São Paulo, 30 de abr. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/04/abril-foi-o-mes-mais-letal-da-pandemia-de-covid-no-brasil-com-mais-de-82-mil-mortes.shtml>. Acesso em: 30 de abril de 2022

ACAYABA, Cíntia; ARCOVERDE, Léo. Número de mortos pela PM em 2020 é recorde em SP; policiais dos batalhões da região metropolitana mataram 70% mais. **G1 São Paulo** [online]. São Paulo, 14 jul. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/07/14/numero-de-mortos-pela-pm-em-2020-e-recorde-em-sp-policiais-dos-batalhoes-da-regiao-metropolitana-mataram-70percent-mais.ghtml>. Acesso em: 20 de maio de 2022

ARAÚJO, Carla. Fim do auxílio emergencial ampliará fome no país, diz filho de Betinho. **Uol Economia** [online]. 16 de nov. 2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/columas/carla-araujo/2020/11/16/fome-betinho-cidadania-fim-auxilio-emergencial-natal-sem-fome.htm>. Acesso em: 30 de abril de 2022.

BOEHM, Camila. Mortalidade por Covid-19 é a maior entre a população negra em São Paulo. **Agência Brasil** [online]. São Paulo, 28 de ago. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-08/mortalidade-por-covid-19-e-maior-entre-populacao-negra-em-sao-paulo>. Acesso em: 30 de abril de 2022.

BORGES, Thiago. De volta ao cemitério São Luiz, contra o genocídio nas periferias. **Periferia em movimento** [on-line], São Paulo, 02 jun. 2015. Disponível em: <https://periferiaemmovimento.com.br/devolta-ao-cemiterio-sao-luiz-contr-o-genocidio-nas-periferias/>. (Acesso em 12 de maio de 2022)

BRASIL TEM 381 MORTES POR COVID-19 EM 24 HORAS; MÉDIA MÓVEL É DE 429. **G1** [online]. 12 de mar. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2022/03/12/brasil-tem-381-mortes-por-covid-19-em-24-horas-media-movel-e-de-429.ghtml>. Acesso em 30 de abril de 2022.

CDHEP. **Sujeitos, frutos e percursos**. CDHEP [online], 2016. Disponível em: http://cdhep.org.br/wp-content/uploads/2017/07/Sujeitos-Frutos-Percursos_2013-2016.pdf. Acesso em: 30 de abril de 2022.

CIDADE DE SP REGISTRA PIOR TAXA DE ISOLAMENTO SOCIAL EM UM SÁBADO DESDE O INÍCIO DA PANDEMIA. **G1 SP** [online]. 14 de dez. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/12/14/cidade-de-sp-registra-pior-taxa-de-isolamento-social-em-um-sabado-desde-o-inicio-da-pandemia.ghtml>. Acesso em: 30 de abril de 2022

CYRINO, João B. PF acusa desvio de R\$ 22, 8 mi para o combate à pandemia no AM e prende seis. Brasil de Fato [online]. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/06/03/pf-acusa-desvio-de-r-28-mi-de-verbas-para-o-combate-a-pandemia-no-am-e-prende-seis>.

Acesso em: 30 de abril de 2022.

COELHO, Henrique; BRITO, Carlos. Esquemas de corrupção desviaram quase R\$ 1,8 bilhão da Saúde do RJ desde 2007; valor supera gastos com a pandemia. **G1 Rio** [online]. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/09/29/esquemas-de-corrupcao-desviaram-quase-r-18-bilhao-da-saude-do-rj-desde-2007-valor-supera-gastos-com-a-pandemia.ghtml>.

Acesso em: 30 de abril de 2022

COM MÁSCARA, SEM DISTANCIAMENTO: CENAS DO TRANSPORTE EM SÃO PAULO. **R7** [online]. 07 de jun. 2020. Disponível em: <https://noticias.r7.com/sao-paulo/fotos/com-mascara-sem-distanciamento-cenas-do-transporte-em-sao-paulo-29062022#!/foto/1>. Acesso em: 30 de abril de 2022.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS Sistema carcerário brasileiro: negros e pobres na prisão. **Camara dos deputados** [online]. 06 de ago. 2018. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/sistema-carcerario-brasileiro-negros-e-pobres-na-prisao>. Acesso em: 20 de maio de 2022

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Sistema Prisional em Números. **Portal CNMP** [online]. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/relatoriosbi/sistema-prisional-em-numeros>. Acesso em: 20 de maio de 2022

CROQUER, Gabriel. Após recorde histórico, letalidade policial vem caindo em SP. **R7** [online]. São Paulo, 15 de dez. 2021. Disponível em: <https://noticias.r7.com/sao-paulo/apos-recorde-historico-letalidade-policial-vem-caindo-em-sp-29062022>. Acesso em: 20 de maio de 2022

CRUZ, Maria T. Com Doria, mortes pela PM batem recorde histórico em SP. **Ponte** [online]. São Paulo, 26 de abr. 2020. Disponível em: <https://ponte.org/com-recorde-historico-pm-de-sp-mata-255-pessoas-nos-tres-primeiros-meses-de-2020/>. Acesso em: 20 de maio de 2022

DIEESE. **Valor da cesta básica aumenta em todas as capitais em fevereiro** [online]. São Paulo, 9 de mar. 2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2022/202202cestabasica.pdf>. Acesso em: 30 de abril de 2022.

ENTENDA A SUSPEITA DE PROPINA EM NEGOCIAÇÃO DE VACINAS CONTRA A COVID PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE. **G1**[online]. 30 de jun. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/cpi-da-covid/noticia/2021/06/30/vacina-davati-entenda.ghtml>.

Acesso em: 30 de abril de 2022

EVASÃO ESCOLAR É MAIOR ENTRE JOVENS NEGROS. ‘É A VIOLÊNCIA DO RACISMO’. **Rede Brasil Atual** [online]. 06 de set. 2019. Disponível em:

<https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/evasao-escolar-e-maior-entre-jovens-negros-e-a-violencia-do-racismo/>. Acesso em: 25 de maio de 2022.

FANTÁSTICO. Rede de solidariedade transforma Paraisópolis em meio à pandemia. **G1** [online]. 27 de Dez. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/12/27/rede-de-solidariedade-transforma-paraisopolis-em-meio-a-pandemia.ghtml>. Acesso em: 30 de abril de 2022.

GORTÁZAR, Naiara G. Paraisópolis, uma favela contra o vírus. **El País Semanal** [online]. São Paulo, 04 de out. 2020. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2020/09/28/eps/1601301353_524719.html. Acesso em: 30 de abril de 2022.

GORTÁZAR, Naiara G. O Brasil que reduziu a pobreza em plena pandemia vê a fome rondar quem deixou de receber o auxílio. **El País Brasil** [online]. São Luís, 23 de jan. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-23/o-brasil-que-reduziu-a-pobreza-em-plena-pandemia-ve-a-fome-rondar-quem-deixou-de-receber-o-auxilio.html>; Acesso em: 30 de abril de 2022.

GOVERNO DE SP DEVE COLOCAR ESTADO NA FASE VERMELHA DA QUARENTENA AOS FINAIS DE SEMANA E A PARTIR DAS 20H NOS DIAS ÚTEIS. **G1 SP** [online]. 22 de jan. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/01/22/com-nova-piora-de-indices-de-saude-governo-de-sp-deve-colocar-estado-na-fase-vermelha-da-quarentena-aos-finais-de-semana.ghtml>. Acesso em: 30 de abril de 2022.

INSTITUTO UNIBANCO. Educação em Números. **Observatório de Educação Ensino Médio e Gestão** [online]. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/educacao-em-numeros>. Acesso em: 30 de abril 2022

ISOLAMENTO SOCIAL NA CIDADE DE SP É DE 48%, ABAIXO DA META DO GOVERNO. **R7** [online]. 16 de jun. 2020. Disponível em: <https://noticias.r7.com/sao-paulo/isolamento-social-na-cidade-de-sp-e-de-48-abaixo-da-meta-do-governo-29062022>. Acesso em: 30 de abril de 2022

ITIKAWA et al. Mapeando a violência contra a mulher: a velha e a nova fronteira urbana, o corpo feminino. **Labcidade** [online]. São Paulo, 30 ago. 2019. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/mapeando-a-violencia-contra-a-mulher-a-velha-e-a-nova-fronteira-urbana-o-corpo-feminino/>. Acesso em: 20 de maio de 2022.

JORNAL NACIONAL. Aumento dos preços dos alimentos tem impactado no bolso dos brasileiros. **G1**[online]. 20 de out. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/10/20/aumento-dos-precos-dos-alimentos-tem-impactado-no-bolso-dos-brasileiros.ghtml>. Acesso em: 30 de abril de 2022.

JORNAL NACIONAL. Pandemia cria rede de solidariedade para ajudar população mais carente. **G1** [online]. 16 de jul. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/07/16/pandemia-cria-rede-de-solidariedade-para-ajudar-populacao-mais-carente.ghtml>. Acesso em: 30 de abril de 2022.

KAWAGUTI, Luis. PM 'matou mais' antes de ser alvo de onda recente de ataques em SP. **BBC News Brasil** [on-line], São Paulo, 25 jul. 2012. Disponível em, https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/07/120725_violenca_sp_lk .(Acesso em 12 de maio de 2022)

KAWAGUTTI, Luis. "Triângulo da morte", no extremo sul, tem 14,5% dos homicídios. **Folha de São Paulo** [online]. São Paulo, 06 de ago. 2008. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0608200832.htm>. Acesso em: 30 de abril de 2022.

KUPFER, José P. Preço alto de alimentos afeta mais pobres, mas não é inflação; antes fosse. **Uol Economia** [online]. 08 de set. 2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/columnas/jose-paulo-kupfer/2020/09/08/preco-alto-de-alimentos-afeta-mais-pobres-mas-nao-e-inflacao-antes-fose.htm>. Acesso em: 30 de abril de 2022.

LACERDA, Nara. Covid mata mais entre trabalhadores que dependem do transporte coletivo. **Brasil de Fato** [online]. 18 de ago. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/08/18/covid-mata-mais-entre-trabalhadores-que-dependem-do-transporte-coletivo>. Acesso em: 30 de abril de 2022.

MARINO, Aluízio; BRITO, Gisele; MENDONÇA, Pedro; Rolnik, Raquel. Prioridade na vacinação negligencia a geografia da Covid-19 em São Paulo. **Labcidade** [online]. São Paulo, 26 de mai. 2021. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/prioridade-na-vacinacao-negligencia-a-geografia-da-covid-19-em-sao-paulo/>. Acesso em: 30 de abril de 2022.

MARQUES, Brenda. Primeiro caso confirmado de covid-19 no Brasil completa seis meses. **R7** [online]. 26 de ago. 2020. Disponível em <https://noticias.r7.com/saude/primeiro-caso-confirmado-de-covid-19-no-brasil-completa-seis-meses-29062022>. Acesso em: 30 de abril de 2022.

MELLIS, Fernando. OMS: origem e data do surgimento da Ômicron ainda são incertas. **R7** [online]. 01 de dez. 2021. Disponível em: <https://noticias.r7.com/saude/oms-origem-e-data-do-surgimento-da-omicron-ainda-sao-incertas-01122021>. Acesso em: 30 de abril de 2022

MENGUE, Priscila. Sem home office, periferia se expõe mais ao coronavírus no transporte público. **CNN Brasil** [online]. 07 de fev. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sem-home-office-periferia-se-expoe-mais-ao-coronavirus-no-transporte-publico/>. Acesso em: 30 de abril de 2022.

NAVAS, Sara. “Notei uma sensação estranha, como se sua alma o abandonasse”: as últimas horas de Ayrton Senna. **El País Brasil** [online]. 20 de jun. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/icon/2020-06-20/notei-uma-sensacao-estranha-como-se-sua-alma-o-abandonasse-as-ultimas-horas-de-ayrton-senna.html>. Acesso em: 20 de maio de 2022

NEGACIONISMO E OMISSÃO DO GOVERNO TORNARAM COVID-19 MAIS LETAL NO BRASIL, APONTA PAINEL DA OMS. **Rede Brasil Atual** [online]. 12 de mai. 2021. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/saude-e-ciencia/negacionismo-omissao-covid-19-letal-brasil-oms/>. Acesso em: 30 de abril de 2022.

NOVAS DENÚNCIAS DE CORRUPÇÃO NA COMPRA DE VACINAS ATINGEM O BRASIL. **Isto É** [online]. 30 de jun. 2021. Disponível em: <https://istoe.com.br/novas-denuncias-de-corrupcao-na-compra-de-vacinas-atingem-o-brasil/>. Acesso em: 30 de abril de 2022.

OLIVEIRA, Caroline. Prefeitura de SP faz pouco contra desemprego e mantém taxa acima da média nacional. **Brasil de Fato** [online]. São Paulo, 03 de nov. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/11/03/prefeitura-de-sp-faz-pouco-contradesemprego-apesar-de-taxas-acima-da-media-nacional>. Acesso em: 30 de abril de 2022.

PIRES, Breiller. Alta do arroz traz de volta a inflação à mesa do brasileiro e põe bode na sala do Governo Bolsonaro. **El País** [online]. Belo Horizonte, 10 de setembro de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/economia/2020-09-10/inflacao-da-cesta-basica-corroi-bolso-dos-mais-pobres-e-deixa-bolsonaro-em-alerta.html>. Acesso em: 30 de abril de 2022.

POPULAÇÃO CARCERÁRIA TEM RECORDE HISTÓRICO DURANTE A PANDEMIA. **Carta Capital** [online]. São Paulo, 05 de jun. 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/populacao-carceraria-tem-recorde-historico-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 20 de maio de 2022

QUATRO EM CADA DEZ LARES SÃO COMANDADOS POR MULHERES EM SÃO PAULO. **Seade** [online]. São Paulo, 06 mar. 2020. Disponível em: <https://www.seade.gov.br/quatro-em-cada-dez-lares-sao-comandados-por-mulheres-em-sao-paulo/>. Acesso em: 20 de maio de 2022.

RATHSAM, Luciana. **Negacionismo na pandemia: a virulência da ignorância**. Unicamp [online]. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2021/04/14/negacionismo-na-pandemia-virulencia-da-ignorancia>. Acessado em: 30 de abril de 2022

REDE NOSSA SÃO PAULO. **Mapa da Desigualdade 2020** [online], São Paulo, out. 2020. Disponível em <https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2020/10/Mapa-da-Desigualdade-2020-MAPAS-site-1.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2022

REDE NOSSA SÃO PAULO. **Mapa da Desigualdade 2021** [online]. São Paulo, out. 2021. Disponível em <https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2020/10/Mapa-da-Desigualdade-2020-MAPAS-site-1.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2022

REDE TVT. Coletivo “Fala Guerreira” prepara terceira edição da revista. **YouTube**, 07 jan. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HsgNKUDB2N4> (Acesso em 20 de maio de 2022).

REDES DE SOLIDARIEDADE AJUDAM FAMÍLIAS NA QUARENTENA. **Uol Economia** [online]. 20 de abr. 2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/videos/?id=redes-de-solidariedade-ajudam-familias-na-quarentena-0402CD9A346CE0B96326>. Acesso em 30 de abril de 2022.

REVISTA FALA GUERREIRA. Issuu. 23 mar. 2016. Disponível em: https://issuu.com/falaguerreira/docs/01_revista_fala_guerreira. (Acesso em 20 de maio de 2022).

ROSSI, Amanda; BRITO, Amanda. Uma em cada 4 pessoas assassinadas em SP foi morta pela polícia. **G1 São Paulo** [online]. São Paulo, 26 abr. 2016. Disponível em <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/04/uma-em-cada-4-pessoas-assassinadas-em-sp-foi-morta-pela-policia.html>.

Acesso em: 20 de maio de 2022

ROUBICEK, Marcelo. O que vem após o fim do auxílio emergencial aos brasileiros. **Nexo** [online]. 29 de dez. 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/12/29/O-que-vem-ap%C3%B3s-o-fim-do-aux%C3%ADlio-emergencial-aos-brasileiros>. Acesso em: 30 de abr. 2022.

SAMPAIO, Jana; CERQUEIRA, Sofia. O submundo das festas clandestinas que se espalham pelo país na pandemia. **Veja** [online]. 26 de fev. 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/o-submundo-das-festas-clandestinas-que-se-espalham-pelo-pais-na-pandemia/>. Acesso em: 30 de abril de 2022.

SANTIAGO, Tatiana. Taxa de isolamento social durante quarentena de coronavírus sobe para 59% em SP no domingo; governo quer 70%. **G1 SP** [online]. 13 de abr. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/04/13/taxa-de-isolamento-social-durante-quarentena-de-coronavirus-sobe-para-59percent-em-sp-no-domingo-indice-continua-abaixo-dos-70percent.ghtml>. Acesso em: 30 de abril de 2022.

SAPOPEMBA E BRASILÂNDIA LIDERAM RANKING DE BAIROS COM MAIS MORTES POR COVID-19 EM SP. **G1 SP** [online]. São Paulo, 04 de ago. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/08/04/periferias-de-sao-paulo-seguem-na-lideranca-do-ranking-de-bairros-com-mais-mortes-por-covid-19.ghtml>. Acesso em: 30 de abril de 2022.

SARAU PRETO NO BRANCO; VERSO E REVERSO. Juventude é Revolução. **YouTube**, 20 mar. 2015. Disponível em: [youtube.com/watch?v=7nIKpLElIHg](https://www.youtube.com/watch?v=7nIKpLElIHg). (Acesso em 20 de maio de 2022)

SCHIVARTCHE, Fábio. Fim-de-semana teve cinco chacinas na Grande São Paulo, quatro delas na capital. **Folha de São Paulo**, 9 de set. 1998. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff09099832.htm>. Acesso em 30 de abril de 2022.

STABILE, Arthur. Em SP, famílias só poderão entregar comida e itens de higiene a presos pelos correios. **Ponte** [online]. São Paulo, 23 de mar, 2020. Disponível em: <https://ponte.org/em-sp-familias-so-poderao-entregar-comida-e-itens-de-higiene-a-presos-pelos-correios/>. Acesso em: 30 de abril de 2022.

TOLEDO, Karina. Risco de morrer por covid-19 em São Paulo é 50% maior na periferia. **Exame** [online]. 14 de ago. 2020. Disponível em: <https://exame.com/brasil/risco-de-morrer-por-covid-19-em-sao-paulo-e-50-maior-na-periferia/>. Acesso em: 30 de abril de 2022.

TOMAZ, Kleber; TOLEDO, Paulo; ACAYABA, Cíntia. Onda de violência pode ter matado 370 pessoas em 2012, diz defensoria. **G1 São Paulo** [on-line], São Paulo, 01 de nov. 2013. Disponível em <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/11/onda-de-violencia-pode-ter-matado-370-pessoas-em-2012-diz-defensoria.html>. (Acesso em 12 de maio de 2022)

TRAMAS DO CUIDADO EM TEMPOS DE PANDEMIA. **YouTube**, 15 abr. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=i3g5HPwMbEE&t=7535s>. Acesso em: 30 de abril de 2022.

TRIÂNGULO DA MORTE JÁ MATOU 300 EM 98. **Folha de Londrina** [online]. 31 de ago. 1998. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/triangulo-da-morte-ja-matou-300-em-98-95178.html>. Visto em: 20 de maio de 2022

VELASCO, Clara; FEITOSA, Alessandro; GRANDIN, Felipe. Número de pessoas mortas pela polícia cai e atinge menor patamar em quatro anos; assassinatos de policiais também têm queda. **G1 São Paulo** [online]. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2022/05/04/numero-de-pessoas-mortas-pela-policia-cai-e-atinge-menor-patamar-em-quatro-anos-assassinatos-de-policiais-tambem-tem-queda.ghtml>. Acesso em: 20 de maio de 2022

VITORIOS, Tamires. Quase mil eventos clandestinos são fechados em São Paulo em meio à Covid-19. **CNN Brasil** [online]. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/quase-mil-eventos-clandestinos-sao-fechados-em-sao-paulo-em-meio-a-covid-19/>. Acesso em: 30 de abril de 2022.